UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

RICARDO MARTINS RIZZO

Entre deliberação e hierarquia:
uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação e Ciência Política
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, sob
orientação do Professor Doutor Gildo Marçal
Brandão.

1º volume

2007

para Chantal

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Gildo, pela orientação exigente, instigante, dedicada, entusiasmada, verdadeiramente formadora, a gratidão e a amizade.

Aos Professores Marco Aurélio Nogueira e Bernardo Ricupero pela participação no exame de qualificação e pelas indicações precisas e produtivas que foram de enorme importância para o encaminhamento da pesquisa. Ao Professor Bernardo, ainda, pelas conversas constantes e atenciosas desde os primórdios da pesquisa.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política da USP, Maria Raimunda dos Santos, Vivian Pamela Viviane, Márcia Rodrigues Gomes Stacks, Ana Maria Capel e Leonardo Novaes, pela ajuda inestimável de sempre.

A Luiz Sérgio Henriques, pela indicação dos caminhos.

A Sara Albieri, pela atenção e pelo estímulo.

A Fabio Weintraub, Antonio de Pádua Fernandes, Ana Paula Pacheco, Rafael Baitz, pela acolhida e presença. A Fabio Cereda, Manoel Neto, Bruno Zétola e André Pinto Pacheco, pelas conversas e ajudas.

A Márcio e Patrícia, meus modelos.

A Chantal Castelli, que deu sentido a tudo.

Aos funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Nacional, pelo excelente trabalho, que em muito facilita a vida do pesquisador.

Ao CNPq e à FAPESP, sem cujo auxílio financeiro este trabalho não teria sido possível.

A história da literatura moderna, desde os românticos alemães e ingleses até os nossos dias, é a história de uma longa paixão infeliz pela política.

Octavio Paz

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os escritos políticos de José de Alencar (1829-1877), tomando a sua obra política e literária como conjunto que integra uma mesma estrutura de intencionalidades. A proposta metodológica, procurando identificar as condições da produção intelectual do Brasil oitocentista, permite captar as conexões entre política e literatura, como índices do projeto político mais abrangente do escritor. Nesse sentido, a análise se concentra em três temas: uma teoria da representação política, uma teoria da escravidão moderna e uma teoria da representação literária. Verifica-se a tensão entre princípios hierárquicos e concepções liberais na construção desse projeto, e a partir dessa tensão, identificada em seus escritos sobre o sistema representativo, pretende-se uma interpretação do conjunto de sua obra, que é confrontada com as análises existentes na literatura recente sobre o tema. A partir da consistência interna do discurso de José de Alencar, efeito de uma argumentação lógica e racional, bem como de uma desenvolvida consciência crítica, é possível verificar as etapas da construção de seu projeto político, preocupado com a passagem da Nação à modernidade e com as fontes de legitimação do poder político. Na hierarquia interna da Nação como horizonte normativo se inscreve um projeto de modernidade que é capaz de lançar luz sobre o sistema político e intelectual do Brasil, nessa etapa de sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Alencar, José de. Pensamento político brasileiro. Teoria política. Segundo Reinado. Romantismo. Literatura brasileira.

ABSTRACT

This work intends to analyze the political writings of José de Alencar (1829-1877), considering his political and literary works as a set within the same structure of intentions. This methodological approach, concerned with the features of the intellectual system in nineteenth-century Brazil, renders it possible to grasp the connections between politics and literature as signs of the author's broader political project. The research focuses on three main subjects: a theory of political representation, a theory of modern slavery and a theory of literary representation. José de Alencar's writings on the representative system reveal a tension between hierarchical principles and liberal concepts, that allows an interpretation of his work to be contrasted with the ones put forward in the most recent literature on the subject-matter. Given the internal consistency of the author's arguments, due to his logical and rational approach as well as his highly developed critical awareness, it is possible to identify the theoretical steps he takes towards his political project – a project mainly concerned with the Nation's launching into modernity and the sources of political legitimacy. Within the Nation's political hierarchy as a normative horizon we can reconstruct a project of modernity which sheds light onto the formation both of the Brazilian intellectual background and its political system.

KEY WORDS: *Alencar, José de. Brazilian political thought. Political theory. Second Reign. Romanticism. Brazilian literature.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
1 AS INTENÇÕES POLÍTICAS EM JOSÉ DE ALENCAR – AFLORAMENTOS DE UM PROJETO.....	6
1.1 O ALENCAR “RADICALMENTE LIBERAL” DE WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS COMO CONSTRUÇÃO TEÓRICA	21
1.2 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO DE JOSÉ DE ALENCAR – ENTRE DELIBERAÇÃO E HIERARQUIA.....	32
<i>Mandato livre e publicidade do voto.....</i>	<i>36</i>
<i>Eleição indireta e “direitos políticos inativos”</i>	<i>43</i>
1.3 ALENCAR E OS PARTIDOS POLÍTICOS – IRRADIAÇÕES DA HIERARQUIA.....	51
<i>Partidos políticos e a emergência orgânica da representação.....</i>	<i>65</i>
<i>Os partidos e o Poder Moderador – a representação purificada.....</i>	<i>76</i>
2 UM DOM FUNESTO: A ANCORAGEM POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO EM ALENCAR.....	85
2.1 AS NOVAS CARTAS POLÍTICAS DE ERASMO – UMA TEORIA DA ESCRAVIDÃO MODERNA.....	94
<i>A arrogância da teoria contra a lei.....</i>	<i>96</i>
<i>Contra a violência da liberdade, a escola do trabalho e do sofrimento.....</i>	<i>104</i>
<i>A escravidão como um contrato implícito entre senhor e estado.....</i>	<i>113</i>
<i>Desde Cam até Colombo: a América como terra prometida.....</i>	<i>117</i>
<i>Generosidade e liberdade. Amigo e inimigo.....</i>	<i>120</i>
2.2 ERASMO NA TRIBUNA – O CONFLITO ENTRE GOVERNO E NAÇÃO.....	128
<i>O divórcio entre Nação e representação.....</i>	<i>129</i>
<i>O crédito agrícola e o escravo urbano.....</i>	<i>132</i>
<i>A conquista do silêncio, o poder pessoal e as convicções sinceras.....</i>	<i>138</i>
<i>Um dom funesto.....</i>	<i>142</i>
2.3 AS RAZÕES DE ERASMO	149
3 A ESCRAVIDÃO REPRESENTADA: SUJEITOS E PAPÉIS.....	158
3.1 MÃE – A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A MISTIÇAGEM POLÍTICA.....	162
3.2 A POLÊMICA ALENCAR-NABUCO: ESCRAVIDÃO, LITERATURA E RAÇA.....	173
3.3 A ESCRAVIDÃO E O SILÊNCIO.....	186
4 O HORIZONTE DA MODERNIDADE - RAÍZES E SENTIDOS DO PROJETO INDIANISTA E ROMÂNTICO DE ALENCAR.....	197
4.1 ROMANTISMO E REFLEXÃO ESTÉTICA – O BELO NACIONAL.....	203
4.2 UM SISTEMA DE ORIGENS – A CONSTITUINTE DE 1823 E A “ANTIGÜIDADE DA AMÉRICA”.....	218
4.3 HIERARQUIA E CONCILIAÇÃO EM O GUARANI – A FORTUNA CRÍTICA DO ROMANCE POLÍTICO.....	227
CONCLUSÃO	239
BIBLIOGRAFIA.....	243

INTRODUÇÃO

José de Alencar: autor de uma teoria política?

*Face a um país de ficção, fundou ficcionalmente
um país: ecúmeno, fauna e flora, etnias, costumes.
Legou-lhe também uma teoria política.*

Wanderley Guilherme dos Santos

Que interesse propriamente *teórico* pode ter um texto sobre organização do sistema político produzido no Brasil de 1868? Muito da resposta a essa pergunta depende do que se entende por *teoria política* e do que se concebe como as formas possíveis de abordá-la. Por outro lado, se introduzimos José de Alencar na equação, desvia-se um pouco a pergunta. Afinal, a importância do escritor como que justifica o interesse por seus escritos políticos, em parte como forma de ajudar a conhecer o personagem, ou a compor a sua *persona* teórica, por si só relevante para a história literária e cultural do Brasil.

Com o passar dos anos, a figura de Alencar só tende a crescer, com os sedimentos nela depositados por críticos, teóricos e historiadores que se debruçam, principalmente, sobre o problema do nacionalismo literário. Trata-se, aí, de uma abordagem acessória da sua teoria política, cujo interesse reside num pressuposto sobre o valor interpretativo da totalidade dos textos de um escritor para a compreensão sistemática de sua obra. Nesse sentido, absolutamente tudo o que Alencar porventura tenha produzido assume relevância para o historiador da literatura, para o crítico, para o estudioso das formas da cultura brasileira. Em Alencar, a organicidade do projeto literário, de par com uma autoconsciência crítica bastante desenvolvida, sustenta a tese que referenda a importância de tudo quanto tenha escrito ou mesmo planejado escrever, e não faltam críticos e biógrafos que deram realce à passagem do escritor pela política e à influência da decepção política no tom de determinados romances do final da sua vida. Há nisso um pouco de análise superficialmente psicológica que não deixa de ter a sua verdade.

Muito diverso é examinar o valor da produção conceitual de Alencar sobre teoria política em seus próprios termos, isto é, como construção conceitual, teórica, em si mesma. Do ponto de vista teórico, que diferença poderia fazer um texto de Alencar, como o *Sistema Representativo*, de 1868, mais importante do que um, digamos, *Ensaio*

sobre o *Direito Administrativo*, do Visconde do Uruguai? Ou tão relevante, do ponto de vista histórico, como o *Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco?

No limite, a pergunta exige que se esclareça se o *Sistema Representativo* pode ostentar dignidade teórica própria diante da produção literária de Alencar, diante de suas posições estéticas formuladas com maior ou menor clareza em diferentes polêmicas, prefácios, intervenções no “discurso público” da elite imperial.

Seria pobre reconduzir a questão à especificidade de um gênero que pudéssemos chamar de *teoria política*, e daí argumentar que sim, Alencar produziu um texto de teoria política em que define categorias (soberania popular, verdade eleitoral, partidos nacionais) e retira delas conseqüências lógicas passíveis de reconstrução e demonstração, assim como juízos normativos para a política prática. Por esse lado, não é possível satisfazer um critério que é indispensável em uma definição mais operativa de teoria política: trata-se da *relevância*.

Definir a teoria política como gênero mais ou menos formal resulta em considerar quase tudo que sempre se escreveu sobre *política* como possuindo tessitura teórica própria, ao passo que introduzindo a exigência de *relevância teórica*, instamos o texto a iluminar processos ideais e reais fora dele mesmo, a provar sua *existência* teórica propriamente dita, no terreno dos processos reais.

Ao cuidar do texto de Alencar como produção teórica, ou se quisermos analisá-lo como tal e dele exigir o alcance da teoria política, é necessário enfrentar o desafio de fixar os limites dentro dos quais se lhe é possível atribuir a relevância teórica de que falamos. Intuitivamente, ninguém duvida que os *federalist papers* dos *founding fathers* norte-americanos ou as *Considerations on the Representative Government* de John Stuart Mill a possuem. Podemos adiantar aqui a hipótese de que essa *relevância*, se tem parte com o rigor filosófico com que foram concebidos e realizados os textos, deve ter igualmente parte com a aderência desses textos e seus conceitos e idéias aos processos de que são ao mesmo tempo manifestação, resultado e sobre os quais buscam intervir. Ou senão igualamos a teoria política à filosofia.

Nesse sentido, o isolamento de um texto como o *Sistema Representativo* de suas circunstâncias e das reverberações que provoca em tantos outros textos de formulação na obra de Alencar, mais do que realçar sua especificidade teórica, a enfraquece. Isolado, ficam-lhe realçados os maneirismos retóricos, e a correspondente rarefação filosófica. De positivo, talvez, o índice da dedicação com que se entregou o autor à tarefa de acompanhar, cambaleante, os passos da produção intelectual da Europa,

submetendo-os a algum reparo “nacional”, e do seu eventual e limitado êxito nesse particular.

De outra parte, mergulhar o texto nas suas circunstâncias, recusando-lhe uma chave de leitura específica, equivale a tomá-lo como mero documento, e tornar impossível a interpelação teórica de seus conceitos e argumentos. Entre um e outro extremo, o critério da *relevância*, da imbricação entre o texto e suas intencionalidades, ancoradas na objetividade dos processos reais, fornece mais do que um caminho do meio.

No caso de Alencar, essa imbricação é ela mesma reconhecida como um dos traços distintivos da sua obra, inseparável do programa político e cultural que encerra. Nesse sentido, defender a *relevância* da sua *teoria política* é inseri-la e compreendê-la no corpo do seu programa político, do qual não tanto a sua ação política, mas a sua obra literária é a realização mais conhecida. Reconstruir a teoria política de Alencar implica, por conseguinte, em reconstruir também em bases teóricas esse seu programa político, com suas inflexões e condicionamentos históricos e sociais.

Assim, a dignidade teórica de um texto como o *Sistema Representativo* avulta, se formos capazes de compreendê-lo como parte de um programa que também se explicita nas concepções bastante coerentes de Alencar sobre a escravidão. Mais ainda, o peso teórico dos textos políticos tende a se fazer sentir com mais intensidade se formos capazes de remetê-los à voltagem normativa de boa parte da produção *especificamente* literária de Alencar.

Nisso consiste esse trabalho: na tentativa de reconstruir, ainda que parcialmente, a teoria política de Alencar, compreendida como um conjunto de manifestações textuais em que se registra a presença de intencionalidades políticas que formam, por sua vez, a feição mais ou menos orgânica de um projeto de intervenção sobre a realidade. Para tanto, partiremos, inclusive metodologicamente, dos textos considerados propriamente de teoria política. O primeiro capítulo deste trabalho se ocupa da teoria da representação política de Alencar, tomando como ponto de partida o pioneiro ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o tema. Para além da representação política, examinaremos os textos sobre a escravidão, em que a aproximação entre a reflexão política e a produção literária e representacional é mais vigorosa. O núcleo de uma teoria da escravidão moderna em Alencar é o assunto do segundo capítulo. Finalmente, procuraremos reconstruir uma teoria da representação literária em Alencar, objeto dos terceiro e quatro capítulos, tendo em conta chaves de interpretação que emergiram da

leitura dos textos políticos e dos textos sobre a escravidão. O terceiro capítulo analisa a representação literária da escravidão em Alencar, tendo como eixo principal a sua obra teatral e a sua polêmica com Joaquim Nabuco. O quarto capítulo reflete sobre a modernidade da reflexão estética e histórica em Alencar e os possíveis sentidos do seu projeto romântico e indianista.

A hipótese principal é a de que uma teoria política em José de Alencar é constitutiva de um projeto político de *Nação*, e que esse projeto encontra sua especificidade na transição do colonial para o moderno, nesse *continuum* normativo que para Alencar é a idéia de progresso e de civilização. Contudo, não se trata apenas de legitimar a unidade nacional ou forjar uma identidade nacional, como apontam em uníssono os intérpretes da obra do escritor. O exame da teoria política permite identificar o modo como Alencar projetava a *Nação* como *unidade política determinada*, portadora de valores ativos e dotada de uma estrutura interna específica – estrutura essa de onde emana a legitimidade do sistema político encarnado na monarquia constitucional. No centro desse projeto essencialmente *transicional* residiria uma tensão permanente e estrutural entre *autonomia* e *heteronomia*, que, em termos de teoria política, aparecem como *deliberação* e *hierarquia*. Essa tensão, por sua vez, será como que o guia interpretativo que nos auxiliará na detecção das intenções políticas que vibram no conjunto dos textos.

Além de desenvolver a leitura guiada por essa hipótese, este trabalho pretendeu contribuir para um alargamento do material de análise sobre a teoria política de José de Alencar, incorporando textos raros ou inéditos do escritor, a partir de pesquisa realizada na Biblioteca Nacional e no arquivo *José de Alencar* da Fundação Casa de Rio Barbosa, no Rio de Janeiro. Parte desse material constitui os anexos encartados em volume à parte.

1 AS INTENÇÕES POLÍTICAS EM JOSÉ DE ALENCAR – AFLORAMENTOS DE UM PROJETO

Uma leitura rápida do romance *O Guarani*, carro chefe da obra literária consagrada de Alencar, não deixará de registrar a recorrência das imagens políticas, das metáforas carregadas de sentido político que se projetam entre descrições e comentários do narrador. A relação entre os personagens é sempre de obediência, suserania, deferência. Até as descrições mais arrebatadas da paisagem¹, que tanto poderiam ser avaliadas debaixo da influência de um Humboldt, quanto pela amplitude própria da imaginação romântica, embebida na influência de Chateaubriand e Cooper, contêm aproximações com categorias políticas, num procedimento que às vezes, para o leitor de hoje, beira o anticlímax poético e acusa o tom bacharelesco.

O mundo natural no romance de Alencar também é figurado pelas imagens recorrentes do poder e do conflito. À primeira vista, parece que essas imagens representam o transbordamento lexical daquele “romantismo jurídico” de que fala Gilberto Freyre², que devia estar fundamente decantado na pena do escritor, para marcar tanto assim o seu recurso literário. Daria mesmo oportunidade à censura estilística, não fosse o esmero com que a construção da frase, mesmo no ritmo caudaloso do folhetim, viesse sempre recoberta.

No entanto, essa impressão de automatismo de certos traços do estilo não chega a configurar uma hipótese confiável. Escritor esmerado no detalhe, cioso da armadura ficcional, como salienta Antonio Candido³, não devia ser por desleixo ou automatismo que Alencar utilizava com tal profusão as metáforas políticas. Só uma leitura demasiado supressora poderia negligenciar a evidência de uma tessitura semântica meticulosamente armada, coerente em si mesma e coerente com aspectos do enredo, do ritmo da narrativa e da caracterização dos cenários e personagens – para além, portanto, das intervenções explícitas do discurso do narrador.

Mesmo a leitura rápida suscita certas impressões que apontam coerentemente para evidências textuais de um estatuto ou de uma intencionalidade propriamente política nos elementos literários manejados por Alencar. Esses elementos, desde a

¹ O caso famoso é a descrição dos rios Paraíba e seu afluente Paqueta, n' *O Guarani*: “Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor”. *Obra Completa*, v. 2, p. 27.

² *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2003, p. 713.

³ *Formação da Literatura Brasileira*, v. 2, p. 211.

escolha dos temas do romance histórico, regionalista e de costumes, urbanos e rurais, até os menores detalhes das descrições e metáforas, não podem apenas acidentalmente compor um esquema tão acabado e rico em sugestões morais, históricas, etnológicas, sempre alinhavadas por um fio *valorativo*. A força da composição estética indica uma propulsão com direção mais específica do que o mero exercício do romance povoado com parábolas morais edificantes, tão tipicamente romântico.

Em um ou outro momento, o magma dessa intencionalidade política como que rompe o aparato do texto, e chega a deformá-lo. Em *Ubirajara*, por exemplo, exemplar do indianismo mais entrado em considerações etnológicas, (e já uma resposta às críticas de idealização que *O Guarani* suscitou) uma nota explicativa compara a organização da “hierarquia selvagem” às instituições e clivagens típicas de organizações sociais como as da Roma antiga ou da França napoleônica. A citação é longa, mas, além de não ter sido ainda comentada mais a fundo, põe em termos muito eloqüentes, e com elementos que cumpre destacar e estudar, as fundações dessa estrutura semântica particular presente na ficção alencarina:

Podemos distinguir na taba selvagem uma sociedade civil e uma sociedade política; a primeira reduzida à família, e a segunda exclusiva à subsistência, defesa e à guerra.

A sociedade civil era constituída pela *oca*, a casa, onde o varão, *abá*, morava com suas mulheres, sua prole, os servos que trabalhavam para granjear as filhas em casamento; os cativos que fazia da guerra; e os parentes que agregava a si.

O dono da casa, ou literalmente, o que fazia a casa, *moacara*, era a perfeita imagem do patriarca. Ele governava a sua gente; e formava uma sociedade independente no seio da grande sociedade política, de que era membro e para cuja defesa concorria não só por interesse próprio, mas pela honra da nação.

Moacara nos dicionários significa fidalgo. A tradução ressent-se da preocupação do homem civilizado; mas havia realmente uma distinção entre o *moacara*, chefe da oca, pai de muitos guerreiros, e o simples indivíduo que ainda não possuía uma família.

A sociedade política, *taba*, era a reunião das ocas. Essa denominação vem de *tama*, a pátria, o berço, a terra natal, e *aba*, desinência que indica o lugar, modo, instrumento da coisa. Assim *taba* significa literalmente – onde ou o que faz a pátria; isto é, aldeia natal.

O governo da *taba*, essencialmente democrático, residia no conselho dos *moacaras*, entre os quais predominava a experiência dos anciões, que se chamavam *abares* ou *abaetês*; isto é, varões egrégios. (...)

A nomeação do chefe participava da natureza dessa sociedade democrática e guerreira. O mais audaz e o mais forte impunha-se: a permanência de sua autoridade, bem como sua extensão, dependia do respeito que ele conseguia infundir a seus guerreiros. (...)

Falando com as nossas teorias da civilização, podemos dizer que a base desse poder executivo era, como nas repúblicas, o sufrágio

universal. Mas era um sufrágio sempre ativo e vigilante, pronto a inclinar-se ao merecimento superior, onde ele se revelasse.

Entre o chefe guerreiro (poder executivo) e o conselho dos moacaras (poder legislativo) os conflitos eram inevitáveis. Morubixaba haveria, como o célebre Cunhambebe, que era um verdadeiro déspota. O tacape de muito herói tupi há de ter governado tão absolutamente como a espada de César ou de Napoleão.⁴

A divisão entre sociedade civil e sociedade política, entre domesticidade e vida estatal, como veremos, é o *leitmotiv* da apresentação mais organizada de uma teoria da representação política em Alencar (é o que permite ler, por exemplo, o *Sistema Representativo*⁵, de 1868 e *A Propriedade*, de 1883, como textos complementares). Não espanta, portanto, que esteja presente nessa singular comparação entre a “antiguidade” nativa brasileira e os esquemas sociais da moderna Europa.

O trecho acima reproduzido é muito valioso pela forma como combina diversas estratégias da construção de uma imagem da antiguidade americana, compatível com um modelo de antiguidade clássica que por sua vez serve de fonte normativa para uma teoria política baseada na representação democrática. A posição do *moacara* na sociedade civil deriva da hierarquia estabelecida no interior da *oca*, das relações de dependência – suserania – que constituem a *domesticidade* patriarcal. Nesse terreno, no limite dessa “sociedade independente no seio da grande sociedade política” que são as relações privadas, o chefe familiar é o soberano, e é ele, por conseguinte, quem representa os interesses da *oca* junto ao fórum deliberativo em que consiste o governo da sociedade política – o conselho dos *moacaras*.

Em duas características assenta a natureza democrática dessa constituição selvagem. A primeira é o predomínio, no conselho legislativo, “da experiência dos anciões”, ou seja, na composição adequada do órgão deliberativo encarregado da direção da sociedade política, composto por patriarcas zelosos do interesse coletivo. A segunda é o sufrágio universal como forma de nomeação do chefe guerreiro – poder executivo –, expresso por um modo singular, “ativo e vigilante”: o respeito devido pelos guerreiros da tribo. O mandato assim obtido seria, portanto, suscetível de derrogação, o que conferia ao conjunto da *taba* (o conjunto dos *cidadãos* politicamente ativos) a necessária *accountability* com relação aos atos do chefe do poder executivo.

⁴ *Obra Completa*, v. 3, pp. 323-324.

⁵ O “Traço da obra” deste livro começa assim: “Duas são as faces da humanidade, o indivíduo e o povo. Duas são portanto as máximas questões do direito: A questão civil; A questão política;”. *Sistema Representativo*, em *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*, com introdução de Wanderley Guilherme dos Santos, Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1991, p. 11.

No que diz respeito a uma teoria política em sentido estrito, estão aí lançados os elementos cardeais: a separação entre sociedade civil, lugar das relações privadas, e sociedade política, dimensão coletiva do indivíduo; a necessidade da representação, decorrente mesmo daquela divisão; a *virtude* da representação, assentada na natureza deliberativa da política (na sabedoria dos anciões); e finalmente a legitimidade democrática conseguida com o sufrágio universal.

Claro está que a universalidade do sufrágio se dá no limiar da sociedade política, que é a comunidade das células familiares. Não é o sufrágio universal de todos os indivíduos, mas apenas daqueles que possuem *capacidade política* – os chefes de unidades familiares. À representação *política*, portanto, corresponde uma representação *civil*: é o *moacara*, juntamente com os guerreiros, quem possui capacidade para transcender a esfera da domesticidade e participar do governo da *taba*, a quem cumpre cuidar da subsistência, da defesa e da guerra.

Mas além de uma teoria política, o trecho contém uma historiografia, uma etnologia e uma curiosa preocupação etimológica. Explicando a formação do léxico indígena, Alencar parece querer denotar um processo de derivação conceitual: a palavra *taba* é uma associação entre a idéia de nascimento – berço – e a desinência de lugar, traçando um percurso da família ao território, como dupla demarcação da *nacionalidade*. A etnologia é o principal apoio do esforço historiográfico: por mais que *Ubirajara* seja uma lenda, e portanto uma peça de ficção, ela não é uma ficção elaborada a partir do vazio; ao contrário, possui uma substância anterior, uma matéria por assim dizer pré-literária – embora talvez igualmente fictícia – que limita e ao mesmo tempo potencializa a liberdade de imaginação. Se a lenda obedece a convenções de um gênero mitológico, que tensiona a narrativa na direção da edificação do mito heróico, deve-se considerar que o recurso à construção mitológica ultrapassa a intenção edificante, porque compreende prioritariamente um esforço historiográfico situado concretamente em plano anterior: a construção de uma imagem da antiguidade brasileira, lastreada na matéria empírica que a etnologia aporta à ficção.

Com efeito, para tratar da antiguidade americana, não dispõe o historiador de outro instrumento que não a lenda, porque o único registro em que se pode basear são relatos etnológicos remotíssimos. É o que escreve Alencar no manuscrito *Antiguidade da América*⁶:

⁶ O manuscrito, provavelmente copiado à mão por Mário de Alencar, que pretendia organizar a publicação das obras políticas do pai, encontra-se no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. (Cf **Anexos 6 e 7**).

Não penetra a historia naquellas eras esquecidas das quaes, si houve, já não restam documentos; evita porém rejeita-las absolutamente por somenos e fúteis. A mythologia é a historia desvanecida e confusa, pela grande longitude. O povo que não a possui é como o engeitado, orphão de tradições e privado de familia.

Deve a historia dos povos ser precedida de uma introdução onde se colligam com o preciso critério as tradições e quanto exista sobre as antiguidades remotissimas, que se perdem nos tempos mythologicos.

Essa é a fonte onde bebem a litteratura e a arte o cunho original, que revela a personalidade de cada nação e de cada povo.

Nas poucas páginas de *Antiguidade da América* está exposta a historiografia por trás da mitologia alencarina sobre as origens da Nação. O valor do texto como documento da literatura e do pensamento social brasileiro é inestimável, e espanta que não tenha sido jamais transcrito e publicado. Com apoio na tradição bíblica, em Humboldt, Buffon, Peter Lund e outros, Alencar procura delinear os fundamentos historiográficos do seu material mitológico, e cada linha revela as tensões do projeto, recusando as explicações materialistas e evolucionistas para justificar uma igualdade originária dos povos, de natureza divina e também biológica, incluindo aí os nativos do solo americano, que teriam sido a raça primogênita da qual todas as outras descenderiam.

Essa historiografia possui uma importante função normativa: adotando uma concepção cíclica da história, autoriza situar-se a antiguidade americana e a antiguidade européia em um mesmo patamar. Daí que na longa nota de *Ubirajara* o tacape do herói tupi comporte comparação com a espada de César ou Napoleão.

O valor político dessa comparação está claro. Como argumenta Nadia Urbinati, desde a Revolução Francesa, particularmente, o conceito de democracia espelha-se num “estado de perfeição” que corresponde à antiguidade de Atenas, inatingível em tempos modernos. Mesmo a “descoberta moderna” da representação – justificável apenas de um ponto de vista instrumental – deixaria, no mais das vezes, intacto o “valor normativo”⁷ do paradigma clássico da democracia antiga.

Nesse sentido, é surpreendente que Alencar não procure descrever a sua constituição selvagem exclusivamente em termos de democracia direta⁸. Muito ao

⁷ “Representation as Advocacy: A Study of Democratic Deliberation”. In: *Political Theory*, vol. 28, no. 6. (Dec., 2000), pp. 758-786.

⁸ O conselho dos *moacaras* tem nitidamente os traços de uma instituição representativa, embora a eleição do chefe guerreiro seja direta, por sufrágio universal. Em discurso na sessão legislativa de 1874, Alencar afirmava, contra a eleição direta: “Senhores, nós podíamos retaliar dizendo que a eleição directa é a formula mais primitiva e mais tosca da eleição. Ella se encontra em sua rudeza na aclamação dos chefes selvagens da América”. *Reforma Eleitoral*, em *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*, p. 78.

contrário, a estrutura social da sua antiguidade americana apresenta características modernas; comporta mediações sofisticadas como a divisão de poderes e a representação, ainda que em germen. Se a teoria política democrática desde o Iluminismo se ocupara em fazer com que as instituições representativas pudessem estar à altura das virtudes da antiguidade clássica, a mitologia alencarina, diferentemente, parece querer aproximar a organização social dos antigos americanos das instituições representativas modernas (utilizando “as nossas teorias da civilização”), tendo estas últimas como verdadeiro parâmetro normativo. Bastante ambiciosa a empresa. Ela nos adianta uma hipótese a respeito do valor que a representação política possui para Alencar, hipótese essa que precisará ser confirmada na leitura e interpretação da sua teoria política, expressa, sobretudo, no seu *Sistema Representativo*, de 1868.

Mas não só. A comparação adianta também uma exigência metodológica, que diz respeito aos componentes dessa teoria política que se encontram dispersos em textos literários, lendas, peças de teatro, textos de circunstância, artigos de jornal, polêmicas, discursos políticos, esboços historiográficos, anotações etnológicas, etc. Partindo do pressuposto de que não é possível considerar o texto político apenas como texto, mas antes como uma *prática* que se manifesta concretamente no texto, com seus recursos conceituais e retóricos, então é possível registrar, de um ponto de vista especificamente político, os diversos níveis de *intencionalidade*⁹ implicados nessa prática.

Com efeito, a própria teoria política torna-se um duplo objeto, ao apresentar-se tanto como um discurso encadeado em uma certa tradição do pensamento político – da qual retira grande parte de suas categorias e à qual as devolve modificadas –, quanto como uma resposta a problemas práticos de seu tempo¹⁰.

Dentre as interpretações de *O Guarani* que registram uma preocupação com a detecção dessas intenções políticas, merece destaque o texto de Silviano Santiago –

⁹ Sheldon Wolin, ao distinguir as características de uma “teoria épica” da política, diz ser possível considerá-la “não somente como uma estrutura de propriedades formais, mas também como uma estrutura de intenções”: “A estrutura de intenções se refere aos propósitos controladores do teorista, as considerações que determinam de que modo os mecanismos formais tais como conceito, fato, lógica e interconexão devem ser empregados para amplificar o efeito do conjunto”. Esses diversos controles, com vistas à produção de determinados efeitos, denotam, no entanto, uma intenção superior, comum a todo grande teórico: “Todas as grandes teorias do passado foram informadas por ‘interesse público’”. Em *Political Theory as a Vocation*. Tradução própria.

¹⁰ Ainda com Wolin, trata-se de ver que “a maior das especulações políticas formais foi operada simultaneamente em dois níveis diferentes. Em um nível, todo filósofo político se interessou com o que pensa ser o problema vital do dia... Em outro nível, entretanto, muitos escritos políticos...pretendiam ser uma contribuição ao continuado diálogo da filosofia política ocidental”. Wolin *apud* Gunnel, *Teoria Política*. Trad. Maria Inês Caldas de Moura. Brasília, Editora da UnB, 1981, p. 37.

*Liderança e hierarquia em Alencar*¹¹. Santiago contesta o alcance das leituras meramente estilísticas do romance alencarino, que, desde Augusto Meyer, mas chegando até a um João Alexandre Barbosa, ganharam voga como única forma possível de ler Alencar com algum interesse ainda hoje. No seu ensaio, Santiago mapeia um veio que começa na carta de Caminha, passa por André João Antonil, e vem dar em Alencar. Na escrita alencarina, cada elemento estilístico e semântico, cada comparação entre fidalgo e senhor de engenho, entre cavaleiro e selvagem, estariam contaminados pelo propósito de atribuir um sentido específico, uma estrutura rígida de hierarquia e liderança, ao passado imaginário do país. Passado esse que não é exatamente imaginário, aliás. Para Silviano, Alencar *adivinha* um passado possível de ser extraído do material disponível dos cronistas coloniais, da tradição *comparativa* que o liga a Caminha, e dos modelos de prosa romântica que chegam de Inglaterra, França e Estados Unidos, sobretudo.

A originalidade de Alencar se manifestaria, para Santiago, tanto na negação da velha metáfora do índio nativo como “*tabula rasa*”, (que era fruto do etnocentrismo jesuítico) quanto na forçosa adaptação operada nos modelos estéticos europeus, em consideração das especificidades da “adivinhação” do passado brasileiro. O procedimento mais enfatizado por Santiago, na construção do romance histórico alencarino, é justamente a comparação, carregada de ambigüidade, entre esse passado nativo e o passado europeu, depositário de tradições e sedimentos civilizatórios que estariam como que compensados, na América, pelo dom da natureza – ela mesma civilizadora, a seu modo.

Para Silviano, submeter os selvagens à hierarquização da sociedade dos fidalgos corresponderia a reconhecer-lhes a *diferença*, ou o seu estatuto específico e local, e ao mesmo tempo postular a *identidade* possível entre ambos os mundos. A comparação serviria assim ao propósito político de estabelecer no passado brasileiro a ordem rígida da hierarquização feudal, marcando a estrutura interna das soberanias que estão destinadas a formar a nação – no caso d’*O Guarani*, a de Peri na floresta e a de D. Antônio de Mariz no seu “pedaço de Portugal livre” incrustado na Mata Atlântica.

O texto de Santiago deixa de explorar mais a fundo essa identidade. Assim como Alencar requisitava base etnológica para as suas descrições, também procurava atribuir à comparação um valor *universal*. Se a comparação permite a Alencar, segundo

¹¹ In: *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 89 a 115.

Santiago, investir no conflito político entre índios e portugueses, separando entre índios amigos e inimigos (como Peri e os Aimorés), ela permite também replicar, para o mundo dos selvagens, o esquema cultura/barbárie, ordem/desordem, precisamente porque se funda em *um pressuposto universalista a respeito da sociedade e sua organização* – para não dizer: um pressuposto universalista sobre a natureza política de toda e qualquer organização social. Assim, entre os selvagens americanos existiu política, hierarquia, representação, nacionalismo, conflito. Assim, a aliança entre os selvagens como Peri e os colonizadores tinha, também para os primeiros, um significado especificamente *político*.

Essa ênfase está de acordo com o que sustenta Santiago, a respeito da ausência de preconceito em Alencar com relação ao índio, já que, para este elemento, tão bem encarnado em Peri, ficam abertas vias de mobilidade social, necessária para promover o encontro de raças que formará a nação, mesmo na cerrada hierarquia que medeia as relações entre suseranos e vassalos.

Se a comparação, pelo pólo da identidade, responde pela originalidade de Alencar com relação à tradição herdada da mentalidade colonizadora (de que Caminha e Antonil dão testemunho), ela também fornece, na análise de Santiago, o “farol” discursivo organizador dos valores sociais que emergem na formação da nacionalidade. Essa organização, cumpre ver, tem um “sentido específico”, que denota o sentido mesmo do influxo civilizatório: é a realidade européia que organiza a realidade americana, embora também se modifique sob a influência desta. Santiago percebe bem que a rígida hierarquização *põe em suspenso o exercício violento do poder*. Raramente a liderança do fidalgo ou do chefe deixa de se impor pelo respeito, pela virtude e pela habilidade, para recorrer à coerção. Essa estrutura do poder tampouco é estranha à estrutura de intencionalidades do texto, conforme o próprio crítico explicita:

O que queremos salientar é que, diante da matéria anárquica que é o Brasil e os brasileiros, diante da matéria amorfa, Alencar “adivinhou” o passado brasileiro através de uma *forma* literária, onde deixou explícito o discurso do chefe, empresário no Novo Mundo. E é por isso que seu romance é histórico, o seu indígena é selvagem, e o conflito não é mero imprevisto, tomado de empréstimo a romances de cavalaria (ainda que sua “técnica” ficcional o possa ter sido). O texto alencarino veicula o desejo de manter um discurso da liderança civil, camuflada por valores feudais.¹²

¹² “Liderança e Hierarquia em Alencar”, p. 112.

A leitura de Silviano Santiago tem a virtude de investigar os mecanismos literários pelos quais a estrutura de intencionalidades políticas aflora na construção do romance, ligando esses mecanismos à tradição do discurso da “exuberância” e marcando a sua diferença com relação a ela; avaliando o seu desempenho na tarefa mais imediata de “adivinhação” de um passado da nacionalidade brasileira. A utilização dos “valores feudais” como forma de promoção da “liderança civil”, que suspende a violência e a converte em ordem, é o recurso literário que atende a necessidades políticas concretas. Estas necessidades políticas não dizem respeito apenas à construção do passado, mas também à projeção do futuro: trata-se de legitimar a liderança civil que tanto D. Antonio de Mariz como o próprio Peri possuem em algum grau, e assim validar a aliança entre os dois. Essa operação de validação se projeta no tempo – é a indicação de um projeto de *Nação* em que a liderança dos chefes virtuosos é o principal vetor político.

Para uma leitura dos textos políticos de Alencar, o procedimento interpretativo deve, igualmente, ser capaz de mapear a tradição do pensamento político em que os textos bebem e ao mesmo tempo iluminar a especificidade das respostas práticas que eles encerram diante das circunstâncias de seu tempo, revelando as intencionalidades que animam a trama conceitual. No entanto, uma reconstrução crítica do pensamento político de Alencar necessariamente tocará em pontos de tensão, reveladores dos limites da sua auto-proclamada consciência “democrática”, no estágio social e ideológico em que se encontrava o Brasil do Segundo Reinado.

Sintomaticamente, o único texto analítico importante dedicado à teoria política alencarina no Brasil, de autoria de Wanderley Guilherme dos Santos¹³ (a sua leitura do *Sistema Representativo*, das *Cartas de Erasmo* e dos discursos políticos de Alencar), procura iluminar exatamente as fontes do modelo de democracia proporcional defendido por Alencar, mapeando a tradição em que ele se move, e também avaliar o esforço teórico em face do seu diagnóstico prático das questões vitais do dia. Contudo, situando a análise no nível da pura categorização, deixa de explorar as contradições que emergem no interior da própria teoria da representação construída por Alencar. Essas contradições expõem os limites de uma formulação, como quer Santos, “radicalmente liberal”, nos quadros de uma estrutura de intencionalidades mais ampla, e em que

¹³ “A Teoria da Democracia Proporcional de José de Alencar”, introdução ao volume já mencionado, *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*.

entram também os valores conservadores da “ordem”, tão fortes no processo de consolidação do estado unitário que o Segundo Reinado resume.

Metodologicamente, o texto de Santos também trabalha por comparações. Aliás, o autor considera Alencar “um excelente comparativista para a época”. Um bom comparativista, como mostra a leitura de Silviano Santiago, controla com cuidado as identidades e diferenças entre as realidades comparadas, ciente de que o poder da comparação reside exatamente nas distorções que opera, e que essas distorções formam o relevo em que é possível ler as intenções profundas do texto.

O Alencar democrático de Wanderley Guilherme dos Santos é uma construção teórica. Engenhosamente articulado na percepção de uma interação entre sociedade e política no pensamento do escritor, o texto investe em dois eixos principais de comparações. Um, entre o “rotten system” inglês do século XIX e a monarquia constitucional escravocrata no Brasil; outro, entre uma leitura da sociedade a partir da coordenada institucional, que seria preconizada por Alencar, e uma leitura a partir da base, digamos, econômica do sistema, representada pelo “diletantismo dogmático de Joaquim Nabuco”¹⁴. O primeiro eixo é o mais explícito no texto, e procura demonstrar a originalidade da contribuição de Alencar para a tradição do pensamento político do dezenove, com especial atenção ao corpus teórico do debate sobre as fórmulas institucionais para a representação das minorias – com John Stuart Mill à frente. É o eixo que, reconhecendo na Inglaterra o modelo original da teoria, o contrapõe ao *anti-modelo* que é o Brasil escravocrata. Santos argumenta que “mofinos ambientes sócio-políticos, para dizer o mínimo, não inviabilizam o surgimento de vida inteligente”¹⁵, e, portanto, a produção teórica de Alencar, assim como a obra de Stuart Mill, pôde transcender as condições sociais em que se enraizava. O segundo eixo percorre mais fundamente o texto, e procura, ao final, destacar a vantagem da abordagem legal-

¹⁴ Op. cit., p. 46

¹⁵ É conhecida a análise de Roberto Schwarz segundo a qual a marca do liberalismo no Brasil é a sua impropriedade, e a sua importação para a sociedade fundada na produção escravista constituiria uma “comédia ideológica”. Para Schwarz, “as idéias da burguesia”, produzidas pela industrialização européia, desempenhavam aqui a função de “penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada têm a ver”. Importado, portanto, para desempenhar uma função social de “ornato e marca de fidalguia”, legitimador da “cerimônia de superioridade social” com que os homens livres se reconheciam como livres na sociedade de escravos, o liberalismo liga-se, para Schwarz, ao “momento expressivo” do *favor*. O texto de Wanderley Guilherme dos Santos parece dialogar indiretamente com esse tipo de leitura, contrapondo-lhe a *originalidade* da contribuição de um Alencar à teoria liberal do voto. Mas na perspectiva de Schwarz, a possível originalidade de Alencar provavelmente seria função da complexidade que as condições brasileiras aportam ao fazer teórico, da mesma forma como condicionam a recepção do romance burguês: “De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo”. Cf. “As Idéias fora do Lugar”, em: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, 2000, pp. 12, 19 e 27.

institucional de Alencar sobre as alternativas que consideravam a escravidão como limite às virtualidades do sistema político no Brasil (encarnadas em Nabuco).

Discutiremos, adiante, a construção do esquema interpretativo de Santos e os limites das suas comparações. Essa discussão nos permitirá reconstruir de maneira alternativa a teoria da representação de Alencar, investindo na comparação com Stuart Mill, e explorar as tensões internas que brotam dessa leitura, como índices de uma trama conceitual que extrapola, por dentro, a categorização presente no *Sistema Representativo*. Pretende-se demonstrar que valoração específica que Santos atribui a certas formulações de Alencar dependem da desconsideração de outros elementos teóricos considerados “contingentes”, e que exatamente esses elementos nos conduzem a uma interpretação potencialmente mais crítica e ao mesmo tempo mais abrangente do conjunto dos textos políticos de Alencar. Menos do que insistir na insuficiência metodológica¹⁶ do texto de Santos, a sua maior utilidade é a de um contraponto. Seguindo, aliás, algumas das suas pistas comparativas, é possível chegar a resultados interessantes.

De qualquer modo, para mapear a estrutura mais abrangente possível das intencionalidades políticas em Alencar, é necessário interpretar o esforço teórico em seu contexto histórico. Essa abordagem revela que a prática da escrita do texto político, no Brasil do Segundo Reinado, pouco ou nada se diferencia, do ponto de vista sociológico, da escrita literária. É por isso que, por exemplo, o programa crítico de Antonio Candido chega ao conceito de “literatura empenhada”, como característica tanto do Romantismo como das preocupações mais ideológicas do Modernismo no Brasil. Do ponto de vista da crítica literária, para Candido, os elementos exteriores ao texto internalizam-se

¹⁶ Bernardo Ricupero argumenta, contrário a Santos, não ser possível “dissecar o pensamento político do autor do *Sistema Representativo*, separando a parte reformista da mais conservadora, já que ele, apesar de tudo, exprime uma visão de mundo coerente”. Contudo, o elogio de um Alencar reformista, por Santos, não implica necessariamente uma separação, mas uma *perspectiva* – a abordagem institucional – diante da qual os aspectos “conservadores” de Alencar aparecem como contingentes. É precisamente essa leitura que restitui ao texto de Santos o seu valor provocativo. Ele se justifica como tentativa, a meu ver legítima, de recuperar conceitos e idéias que possam transcender o seu contexto histórico. Por outro lado, acredito que o principal interesse teórico de uma reconstrução do pensamento político de Alencar não está em argumentar pela superioridade da abordagem institucional, mas em registrar os limites e as contradições do seu desenfreado idealismo, os seus escalonamentos e hierarquias internas, que têm muito a dizer sobre a sociedade brasileira, as condições e etapas ideológicas da formação de um pensamento político brasileiro. Esse registro mostra que há mais em Alencar do que uma “visão de mundo” que não questiona “a monarquia unitária, a escravidão e a mestiçagem” (como aduz Ricupero em *O Romantismo e a idéia de Nação no Brasil*, p. 204). O texto de Santos, como provocação, tem o mérito de chamar a atenção para importantes aspectos teóricos que justificam o exame mais detido das particularidades da escrita política alencarina.

quando convertidos em “fatores de arte”¹⁷, ou seja, quando a própria explicação literária, em função das características do texto, exige a elucidação de dados biográficos ou sociológicos. Em Alencar, talvez mais do que em qualquer outro escritor brasileiro, a consciência de que a escrita literária é uma etapa decisiva da “construção nacional” é indispensável como elemento de interpretação.

Do lado da sociologia, a recíproca é verdadeira. A formulação de Ângela Alonso, em seu estudo sobre os movimentos intelectuais do final do século XIX no Brasil, é bastante persuasiva a esse respeito. Segundo essa autora, “dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político”¹⁸. A opção metodológica de Alonso em enxergar, “no Brasil da segunda metade do século XIX”, uma continuidade entre a atividade intelectual e a prática política, se deve ao argumento histórico muito bem construído, segundo o qual, naquele momento, “não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”¹⁹.

Nesse sentido, toda produção textual de Alencar pode ser considerada, com adequação histórica, aspectos da sua prática política. Naturalmente, a passagem não nos autoriza a tomar todos os códigos – o literário, o conceitual, o retórico – na mesma conta. Apenas abona a procura de uma estrutura de intencionalidades que consiga alinhar essas diferentes cristalizações de uma prática política que chega até nós por meio das mediações específicas de cada texto. O próprio Alencar manifestava a consciência desse trânsito entre aos gêneros e os circuitos sociais. Na célebre polêmica com Joaquim Nabuco, em 1875, defendendo sua posição a favor da extinção espontânea da escravidão, postulava uma coerência que atravessava os campos da criação e da militância: “Nem nos meus discursos, nem nos meus escritos aplaudi a escravidão;

¹⁷ Cf. *Literatura e sociedade*. Para Gildo Marçal Brandão, a própria definição de um campo de estudos do “pensamento político-social”, entre nós, supõe um cruzamento específico entre literatura e política: “Esta superposição - por vezes conflituosa na medida mesma da indiferenciação - talvez fosse inevitável no caso de país de capitalismo retardatário como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação”, em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. Tese de Livre-Docência. Departamento de Ciência Política da USP, 2005.

¹⁸ *Idéias em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 38.

¹⁹ Idem, p. 30. O depoimento de Joaquim Nabuco expressa essa consciência do raquitismo do meio cultural de sua época, atribuindo-o, naturalmente, às repercussões econômicas e políticas da escravidão. “Isso significa que o país está fechado em todas as direcções; que muitas avenidas que poderiam offerecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a litteratura, a sciencia, a imprensa, o magistério, não passam ainda de viellas (...)”, em *O Abolicionismo*. Introdução de Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo. Brasília: UnB, 2003. p. 202.

respeitando-a, como lei do país, manifestei-me sempre em favor de sua extinção espontânea e natural, que devia resultar da revolução dos costumes, por mim assinalada. *Continuei como político, a propaganda feita no teatro*”²⁰.

Ampliando assim o material de pesquisa, para incorporar os elementos políticos do texto literário, cumpre assinalar também as diversas tradições implicadas numa reconstrução crítica do universo referencial de Alencar. Essas diferentes tradições se insinuam na própria escrita, tanto nos textos propriamente políticos, como nos outros:

1- O ideário liberal e suas diferentes adaptações, filtragens, modificações, ramificações e exceções. Alencar discute com Benjamin Constant e Stuart Mill, sempre no nível da exigência lógica dos conceitos, levando os princípios às últimas conseqüências – argumenta freqüentemente por redução ao absurdo, como nota Santos. É também na mobilização desses instrumentos lógicos que se manifestam as intencionalidades do texto político. Confrontando-as com a própria tradição liberal, é possível fazer emergir as *diferenças* que marcam a assimilação desse ideário por Alencar. Nessas *diferenças* é possível ler, por sua vez, as outras séries de valores e exigências que compõem as etapas do pensamento do autor.

2- Um conservadorismo que corresponde à defesa vigilante dos princípios e da sistemática da Constituição de 1824²¹, é uma outra tradição que atua vivamente sobre a escrita política alencarina. Ela ajuda, aliás, a iluminar a recepção dos diversos liberalismos em Alencar²². Pertencendo ao Partido Conservador na câmara, Alencar alegava pertencer ao “partido da Constituição”²³, e em uma oportunidade disse que, se vivesse na Inglaterra, seria antes “*wigh* do que *tory*”; e mais, “seria até certo ponto um soldado de Stuart Mill”. Nesse aspecto, Alencar deixa claro o enquadramento político

²⁰ *A polêmica Alencar-Nabuco*, grifado, pp. 58-59.

²¹ A defesa da Constituição outorgada por Pedro I, significando para Alencar o momento de afirmação histórica da nacionalidade com a afirmação simultânea da unidade, sobe às vezes à superfície do texto político. No *Sistema Representativo*, Alencar constrói uma engenhosa argumentação para sugerir que o critério censitário escrito na Constituição de 1824, na verdade, não implicava um cerceamento do voto. Deste modo, a sua proposta de reforma eleitoral poderia deixar quase intacta a obra de Pedro I. Ademais, na polêmica travada por Alencar com o Barão Homem de Mello, em 1863, pela imprensa, a legitimidade da dissolução da assembleia constituinte, e por conseguinte, da outorga da constituição, é defendida em termos de uma razão de estado.

²² Nesse aspecto, também é curioso verificar que o forte idealismo com que Alencar adere aos princípios liberais vem temperado sempre da prudência de avaliar as condições práticas de sua realização, levando em conta a espessura dos “costumes” estabelecidos. Talvez ecoe aí um tipo de repulsa burkeana à violência das idéias “abstratas”, que teremos oportunidade de avaliar melhor ao analisar as idéias de Alencar sobre a escravidão.

²³ Como Ministro da Justiça, Alencar trava em plenário polêmica com Zacarias, em 6 de setembro de 1869, durante a qual pergunta: “Oh! Senhores, o que é o Partido Conservador? Não é, não tem sido sempre o Partido da Constituição? E há, porventura, uma Constituição com idéias mais democráticas que a nossa?”. Em: *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará* (1861-1877). Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 85.

por que passam as diversas influências, sendo o seu conservadorismo, na sua compreensão, a contrapartida prática de uma verdadeira adesão aos princípios “científicos” da política, no contexto especificamente brasileiro. Alencar situa-se também, embora de forma peculiar, naquela trajetória descrita por Emília Viotti da Costa como uma transição do “liberalismo heróico” dos tempos da Independência e das agitações da Regência para o “liberalismo realista” do Segundo Reinado. De “justificativa teórica dos antagonismos latentes” entre desenvolvimento local e pacto colonial, um determinado corpo de idéias liberais passaria a representar a idéia em nome da qual tratou-se de “organizar” o poder político de acordo com os interesses dos grupos que “disputavam o poder ao Imperador”²⁴.

Florestan Fernandes situa essa passagem no processo de modernização que o país atravessa a partir da segunda metade do século dezenove. A sua abordagem permite introduzir alguma dialética na mobilização de idéias liberais por Alencar, e na atuação de seu “filtro” conservador e “nacional”. O liberalismo teria fornecido a “filosofia política” da organização do poder estatal pela elite senhorial brasileira. Para Florestan, estabeleceu-se uma “dualidade estrutural” entre as formas de dominação tradicionais e os arranjos institucionais do poder político criados pela nova ordem legal que foi a monarquia constitucional. Um tal arranjo “compelia as camadas senhoriais a organizar sua dominação especificamente política através da ordem legal”. Nesse processo, a influência do liberalismo “se deve à composição que redundou na criação de um Estado nacional, que combinava o princípio da representação à existência de um forte poder executivo”²⁵. Em termos gerais, Florestan refere-se à transmutação do elemento senhorial em “cidadão” e à democratização do poder político no interior da elite imperial.

Trata-se de um processo de racionalização (em sentido weberiano) das estruturas estatais no qual Alencar se insere essencialmente como partícipe do debate público, investindo tanto na solução de problemas advindos da organização das instituições como na crítica e no aprimoramento moral da sociedade. As reformas políticas que prega são institucionais, revelando a sua percepção das implicações específicas da organização e modernização do Estado. Mas outras reformas igualmente capitais para o processo de modernização são preconizadas por ele como reformas “nos costumes”, por meio da evolução “moral” da “nação”. Como operação conceitual, essa nacionalização

²⁴ “A Consciência Liberal nos primórdios do Império”. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 116.

²⁵ *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 36.

do liberalismo em Alencar implica por evidente uma série de deslocamentos teóricos, entre os quais destacaremos aqui, para a sua teoria da representação política, a relação entre hierarquia e deliberação.

3 – A escrita de Alencar sofre a influência, ainda, da tradição “romântica” em política. Por essa tradição, Alencar postula também a reforma da “sociedade civil”, da moral, da vida social em bases mais materiais, da própria escravidão como “costume”, do direito de propriedade. Alencar faz inúmeras referências a autores característicos do liberalismo nacionalista da restauração francesa²⁶, com Guizot à frente; à historiografia “romântica”, tão cara, desde Chateaubriand, ao nacionalismo francês; enfim, às fontes propriamente românticas da teoria política do século dezenove.

4 – Por fim, outras tradições como o idealismo jurídico, avesso a qualquer manifestação de “materialismo”, ou a tradição religiosa, manifesta em certos aspectos do catolicismo de Alencar, em especial do seu uso da “providência” como categoria de interpretação histórica, ou ainda uma certa tradição científica, são tradições que se pode facilmente flagrar nas diferentes formas de sua escrita.

Muitas dessas tradições e de suas ramificações são por vezes incompatíveis doutrinariamente. Normalmente, acusa-se a contradição entre postulações mais “liberais” com relação aos fundamentos dos direitos políticos, de um lado, e um pragmatismo conservador e materialista, em matéria de reformas sociais (como a abolição), de outro. De certa forma, os próprios vultos tradicionais do liberalismo político, como John Locke, não estão livres de acusações semelhantes. Ademais, o intento de ver nos textos de Alencar uma estrutura de propósitos políticos não equivale a uma postulação de coerência com relação a essas tradições sumariamente apontadas. Eventualmente a incoerência é mais reveladora dos limites e condições do pensamento, ou mesmo do sentido contextual a ser atribuído a categorias ou argumentos, e apresenta por isso maior interesse teórico. Deve-se ter em mente que essas tradições não se apresentavam, para Alencar, tal como se apresentam hoje para o cientista político, que as reconstrói segundo aquilo que considera serem os seus postulados estruturantes.

O caminho que se pretende seguir neste trabalho vai da particularidade à generalidade, e, portanto, grandes definições como “liberalismo” ou “historicismo” têm pouca ou nenhuma utilidade em si mesmas. Nesse sentido, pretendemos que a escrita

²⁶ Sobre o “nacionalismo liberal” de que Guizot é representante, ver Carlton J. H. Hayes. *The Historical Evolution of Modern Nationalism*. New York: The Macmillan Company, 1948, Cap. V.

alencarina, com suas determinações internas, motive e dirija a análise mais geral sobre teorias ou processos, quando esta se faça necessária.

1.1 O Alencar “radicalmente liberal” de Wanderley Guilherme dos Santos como construção teórica

A precariedade da institucionalização política permite a Wanderley Guilherme dos Santos comparar o Brasil escravocrata de 1860 à Inglaterra “hamletiana” da primeira metade daquele século, em que vigorava, na política, o “rotten system”, com “ausência de partidos nacionais, prevalência de oligarquias regionais, currais de votos, banditismo político, corrupção, fraude, podridão”²⁷. A disputa política que encontrara seu ápice em 1688 arrefecera, transferindo-se do campo de batalha para a arena parlamentar, mas ainda faltava acordo sobre “algumas das questões liberais-democráticas fundamentais”, como a extensão do voto e a transformação de votos em cadeiras. Nesse contexto é que se insere o debate sobre a representação proporcional na Inglaterra, da qual John Stuart Mill é o advogado por excelência.

Mais de um motivo justificam a comparação feita por Santos. Em primeiro lugar, ela é uma aderência ao próprio discurso de Alencar, que na “Introdução” do *Sistema Representativo* alude a Stuart Mill e a Thomas Hare, entre outros. Naquela introdução, Alencar faz menção ainda a um conjunto de artigos que publicou no *Jornal do Commercio*, entre janeiro e fevereiro de 1859, “no designio de resolver o difficil problema da representação da minoria”. O primeiro desses artigos, estampado na edição do dia 17 de janeiro, começa com uma extensa relação de epígrafes, de Tocqueville, Constant, Montesquieu, Madison e Guizot, entre outros. Significativamente, a última epígrafe não cita nenhum grande nome ilustre representante das luzes, mas apenas reproduz um artigo da Constituição de 1824: “Os representantes da nação brasileira são o Imperador e a assembléa geral”.

Alencar acreditava que, publicando os artigos em 1859, havia sido o primeiro a aventar, no Brasil, a solução proporcional para o problema da representação das minorias. Francisco Belisário Soares de Souza, contudo, dá notícia de um folheto saído em Pernambuco, em 1848, intitulado “Memória acerca de um novo sistema de organização do governo representativo”, de autoria de Ignacio de Barros Barreto, à

²⁷ “A Teoria da Democracia Proporcional de José de Alencar”, op cit. p. 9.

época estudante de direito²⁸. De qualquer forma, Wanderley Guilherme dos Santos preocupa-se principalmente em demonstrar a originalidade de Alencar, que na sua opinião seria o autor de “uma das mais importantes peças de reflexão política produzidas no século passado”, o *Sistema Representativo*, livro mais “complexo” e “metafísico” do que o *Considerations on representative government*, de Stuart Mill, saído em 1861.

A comparação entre Alencar e Stuart Mill, conforme vimos, se baseia no pressuposto de que as condições sociais da Inglaterra do “rotten system” e as do Brasil escravocrata, tão semelhantes, não limitariam a ação da inteligência. Situados em patamares próximos, Alencar pode até levar vantagem sobre Stuart Mill. A complexidade de Alencar, para Santos, deriva do fato de que ele não “propõe um argumento somente sobre o governo representativo, mas sobre a origem do governo e da sociedade”²⁹, pois só com esse recuo é possível, para Alencar, justificar o sistema proporcional à luz das exigências lógicas da razão. De fato, essa remissão, em salto teórico, às origens remotas do governo e da sociedade é um expediente caro a Alencar, que se valerá igualmente de uma perspectiva histórica “ampla” para teorizar a respeito da escravidão moderna, como veremos no segundo capítulo.

Com efeito, a demonstração em Alencar recua até à origem da “sociedade política” que está radicada na própria natureza humana, cindida entre a dimensão privada e coletiva do indivíduo. Mas o elogio de Santos revela um argumento subterrâneo. Ao sugerir uma vantagem do *Sistema* de Alencar sobre o *Considerations* de Mill, o autor recupera a premissa segundo a qual “a qualidade do ponto de partida de uma história política não antecipa, por conseguinte, e muito menos determina, a natureza de seu desenlace”³⁰. Superando Stuart Mill, é como se Alencar teoricamente realizasse um caminho que se poderia abrir para o próprio Brasil: assim como a escravidão não deteve o vôo teórico do pensador, ela também não fecharia as virtualidades institucionais do sistema e não condenaria o país necessariamente ao subdesenvolvimento político e social. Aliás, para Alencar, que na verdade é mais radical naquilo que Santos apenas sugere, o Brasil independente, adotando desde a aurora de sua vida política o sistema representativo, partiria até de uma base mais vantajosa:

²⁸ Cf. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal: Editora da Universidade de Brasília, 1979, p. 139.

²⁹ Op. cit., p. 14.

³⁰ *idem*, pp. 10-11.

Feliz pois é o paiz que começou, como o Brazil, a sua carreira política inaugurando essa forma de governo; este ao menos não terá que conquistar palmo a palmo, com o sacrificio de sua tranquillidade e do seu progresso; o direito de partilhar com o poder a direção do Estado³¹.

A intenção profunda do texto de Santos, com efeito, é demonstrar a superioridade da abordagem de Alencar, centrada, como se vê, nas instituições políticas como variáveis independentes. Mas o argumento se desdobra e sustenta também que o desenvolvimento é função da forma de institucionalização política adotada. A estratégia da comparação permite a Santos valer-se da alegada “profundidade teórica” de Alencar como prova da sua tese sobre a vantagem analítica da abordagem institucional. Contudo, ela depende de um ajuste específico por parte do intérprete, como o próprio autor sugere: “Aqui, abandonarei o que é contingente no pensamento de Alencar e me fixarei no nível abstrato em que a teoria é formulada”³².

Não deixa de ser curioso, e mesmo irônico, que o comparativista Alencar corrobore radicalmente o comparativista Santos. Afinal, Alencar sustentava em discurso na sessão legislativa de 1874, que o Brasil era “mais democrático do que a Inglaterra”, no que se refere ao censo, e “mais livre do que a França”³³, por adotar a eleição indireta que, a seu ver, prevenia os vícios de um sistema plebiscitário. No nível da abstração teórica em que Santos se situa como comentador, o argumento de Alencar em favor da eleição indireta provavelmente deve ser considerado parte do que é “contingente”, ainda que as suas conseqüências menos democráticas sejam inteiramente abonadas e expressamente requisitadas como elemento da teoria. A defesa da eleição indireta é apenas o ponto de chegada de uma teoria da representação cujas bases recuam aos mesmos fundamentos em que Santos vê a “complexidade” de Alencar, sem apresentar qualquer conclusão que não derive logicamente dos princípios e definições mais abstratos. Ademais, a defesa da eleição em dois graus ocupa um número nada desprezível de páginas tanto do *Sistema Representativo* quanto dos discursos de 1874, sobre a reforma eleitoral. Veremos à frente que essa “contingência” está, na verdade, não na margem, como propõe Santos, mas no centro do conceito de representação em Alencar.

Deixando de lado, provisoriamente, essa lacuna intencional na interpretação de Santos, é necessário ver como o autor situa o *Sistema Representativo* no contexto das

³¹ *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1859.

³² Op. cit., p. 28.

³³ *Reforma Eleitoral*, reproduzido em *Dois escritos democráticos...* p. 78.

“considerações predominantemente conservadoras”³⁴ que caracterizam a natureza do debate liberal em torno da representação das minorias no século dezenove. Para tanto, inventariando a tradição liberal, Santos faz uso de outras comparações secundárias. O intento é sempre o de demonstrar a vantagem das soluções institucionais oferecidas por Alencar para a questão da contenção do poder da maioria.

O problema já se apresentava com clareza para os autores dos *federalist papers*³⁵. Santos critica a solução desenhada por Madison, que consistia em associar o governo representativo ao sistema federativo, sendo que este último, abarcando um grande território, teria o condão de multiplicar os interesses sociais organizados, de maneira a contrapô-los uns aos outros, impedindo assim a prevalência de uma facção majoritária. Santos acusa de vulnerável a solução madisoniana em função de dois aspectos principais: (1) não há “nenhuma garantia *institucional* de que a proliferação dos interesses ocorra e, em ocorrendo, de que estes não encontrem um denominador comum que os unifique na tirania aos demais”; e (2) os diferentes interesses representados “compensam-se e anulam-se uns aos outros”³⁶, resultando, afinal, em inação do governo.

No entanto, a fragilidade da resposta madisoniana é precisamente a sua força em outro *front*. Mais do que evitar a medonha tirania do maior número, Madison está interessado, no contexto norte-americano, principalmente em defender as virtudes da federação unitária sobre a confederação. Nesse sentido, a sua proposta é menos uma defesa do sistema federativo como instrumento de contenção da tirania das maiorias do que uma defesa das vantagens da federação, nesse mesmo aspecto, contra a fragmentação autonomista:

Hence it clearly appears that the same advantage which a republic has over a democracy, in controlling the effects of faction, is enjoyed by a large over a small republic,— is enjoyed by the Union over the States composing it. Does the advantage consist in the substitution of the representatives whose enlightened views and virtuous sentiments render them superior to local prejudices and to schemes of injustice? It will not be denied that the representation of the Union will be most likely to possess these requisite endowments. Does it consist in the greater

³⁴ Op. cit., p. 24. “A perspectiva de extensão do sufrágio suscitou o temor de que a democracia dos grandes números, princípio da igualdade, se afirmasse em prejuízo da liberdade, e, com certeza, também da solidariedade”, *idem*, p. 19.

³⁵ No “Federalist no. 10”, escrito por Madison, o medo do governo de facção, “adverse to the rights of other citizens, or to the permanent and aggregate interests of the community”, justifica a procura de uma forma de preservar tanto o bem público e os direitos privados quanto o espírito e a forma do governo popular. *The Federalist*. New York: Random House, 1937, pp. 54 e 58.

³⁶ Op. cit., p. 21.

security afforded by a greater variety of parties, against the event of any one party being able to outnumber and oppress the rest? In an equal degree does the increased variety of parties comprised within the Union, increase this security. Does it, in fine, consist in the greater obstacles opposed to the concert and accomplishment of the secret wishes of an unjust and interested majority? Here, again, the extent of the Union gives it the most palpable advantage.³⁷

A mistura de governo representativo (“republic”, em que vigora o princípio majoritário) e sistema federativo expõe a superioridade da União em três quesitos: (1) ela promove a ascensão dos representantes mais talentosos e virtuosos sobre os mandatários do interesse local, (2) incita o pluralismo partidário contra predomínio de uma facção, e (3) opõe maiores obstáculos à concertação da maioria. Santos está correto ao afirmar que, rigorosamente, o esquema de Madison não levanta barreiras institucionais, ficando no terreno do provável (“*likely*”). No entanto, a representação proporcional, para Alencar, além de ser uma resposta institucional específica ao problema da representação da minoria, está incluída em um programa mais amplo que, no fundo, tem *as mesmas preocupações de Madison*: (1) garantir o governo das sumidades, (2) evitar o espírito de facção e (3) criar, na sociedade, focos de *resistência* à ação da maioria ou do poder de um modo geral.

Para Alencar, além da representação proporcional das opiniões nacionais, a descentralização administrativa e a eleição indireta³⁸ são outros componentes exigidos para que o autêntico sistema representativo, uma vez praticado, anule tanto o facciosismo partidário quanto o particularismo localista, instaurando uma representação verdadeiramente nacional. Sua resposta preocupa-se em levantar barreiras institucionais específicas ao predomínio da maioria na representação, porque o problema da unidade nacional – suposto de uma nacionalização da representação – já se achava resolvido; a solução federalista de Madison não, por isso, inferior, mas apenas tinha outro problema, mais urgente, com que se confrontar.

A principal distância entre Alencar e Madison, como assinala Santos, é a mesma distância que vai de Madison a Stuart Mill: o desconforto com relação ao princípio majoritário. Para Alencar, que está no mesmo debate que Stuart Mill, o princípio majoritário radica a legitimidade do governo representativo no “mero número”, ou seja, na simples força. O *Sistema Representativo* começa pela rigorosa demonstração de que

³⁷ *The Federalist*, p. 61.

³⁸ Santos destaca a posição avançada de Alencar no que se refere à descentralização e a crítica ao “estamento burocrático” da administração centralizada do Império, mas cala a respeito do papel da eleição indireta na teoria da representação em Alencar.

o *direito* não pode derivar da *força*. Nesse quesito, a argumentação é substancialmente rousseauiana. A maioria deve constituir mero recurso instrumental para a formação da vontade do Estado, para a *expressão* da soberania nacional, mas não para sua *formação*. Como *regra de decisão*, portanto, ela é legítima, dentro de um arcabouço institucional que conta ainda, como salvaguarda, com o Poder Moderador; mas como *regra de eleição* ela cassa à minoria o direito de exercer a sua porção correspondente da soberania popular, maculando de ilegitimidade as decisões coletivas deliberadas no parlamento.

Com Stuart Mill, Alencar está no terreno das alternativas institucionais para realizar esse critério de legitimidade da representação. É com ele que se trava o diálogo mais evidente no *Sistema Representativo*, embora o filósofo inglês não figure no rol de epígrafes que abre a série de artigos no *Jornal do Commercio* de 1859, e no qual predominam os franceses. Quando Santos conclui pela “originalidade de José de Alencar”, o faz com relação a Stuart Mill, cujos *Thoughts on parliamentary reform* também datam de 1859, e à sua teoria do voto plural, proporcional às capacidades intelectuais de cada indivíduo.

No entanto, boa parte da fundamentação teórica do *Sistema Representativo* coincide em linhas gerais com o repúdio ao princípio majoritário comum a Stuart Mill e Tocqueville, por exemplo. Embora a argumentação de Alencar assuma muitas vezes a forma da dedução lógico-jurídica (ao aduzir, por exemplo, que a onipotência da maioria significaria a “destruição do princípio da não-retroatividade da lei”³⁹, pois a maioria de hoje não poderia limitar a ação da maioria de amanhã), sua substância, como a compreensão da necessidade da “delegação da soberania”, deriva do corpus teórico liberal de trânsito mais corrente na época.

A referência à democracia direta dos antigos como régua normativa, por exemplo, demarca o fundo comum que permite a Alencar tomar de empréstimo a fórmula de Stuart Mill, segundo a qual a democracia é o “governo de todos por todos”⁴⁰. Nesse sentido, como argumenta Santos, o governo legítimo é o que respeita a esfera da liberdade civil que, existindo entre os antigos, deve continuar a existir entre os modernos. Substituindo a antiguidade clássica pelo estado de natureza temos Rousseau: ao delegar a soberania a seus representantes, por meio do voto, o povo governa a si mesmo, e mantém os atributos de sua liberdade original, anterior ao contrato social.

³⁹ Santos, op. cit., p. 29.

⁴⁰ Ou o “governo da Nação pela Nação”, como prefere Alencar. *Discursos parlamentares...*p. 85.

Santos anota que Alencar apenas subsidiariamente recorre ao argumento tradicional da extensão territorial para justificar a necessidade dessa delegação legítima da soberania. No mais das vezes, Alencar enfatiza o aspecto mais propriamente moderno da representação, fundada na desigualdade social insuperável que o desenvolvimento da vida civil engendra. Nessa ênfase, Alencar estaria à frente dos “teóricos dos séculos XVIII e XIX”, que preferiam a magnitude da população como explicação da necessidade de delegação da soberania.

Nesse ponto em particular, a fonte do conceito de sociedade civil de Alencar, que Santos curiosamente deixa de mencionar, é provavelmente Benjamin Constant e sua afirmação categórica de que “há uma parte da existência humana que, necessariamente, permanece individual e independente, e que está de direito fora de qualquer competência social”⁴¹. É na existência dessa esfera intransponível dos direitos naturais da individualidade que Alencar radica a sua “sociedade civil”, assentada em um conceito de liberdade afeito à “liberdade dos modernos” de Constant.

O possível diálogo teórico entre Alencar e Constant (e a possível influência do último sobre o primeiro), pouco explorado no texto de Santos⁴², permite passar da justificativa da delegação da soberania, diante do modelo da liberdade dos antigos, à sua específica valorização como única forma de governo compatível com as necessidades modernas. Em Constant, com efeito, a representação, como expediente adequado à liberdade dos modernos, possui dupla função. Segundo Stephen Holmes:

Constant insistait toujours sur *les deux dimensions* du gouvernement représentatif. La représentation permet simultanément d’inclure les citoyens dans la vie politique et de les libérer de la vie politique. Elle favorise à la fois l’indépendance et la participation: telle est son utilité et sa force. Selon les circonstances, Constant privilégiait l’une ou l’autre fonction et glissait sur la seconde, mais son opinion la plus mûrement réfléchie était que la représentation servait ces deux fins à la fois.⁴³

A aproximação com Constant situa melhor o conceito de “sociedade civil” fornecido por Alencar como referente ao campo da “independência” individual, e por

⁴¹ Utilizo aqui a tradução de Eduardo Brandão dos “Princípios de Política” de 1815, reunidos em *Escritos Políticos*. Intr. Célia N. Galvão Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 9.

⁴² Na paráfrase que Wanderley faz do argumento de Alencar, ressoa um eco de Constant, que, no entanto, não é aprofundado: “Relevante e fundamental é o desenvolvimento da vida civil, quer dizer, da sociedade civil, com seus negócios, suas diferenciações e, como consequência de tudo isso, a emergência do domínio do privado, da individualidade, envolvida a maior parte do tempo com suas relações no emaranhado de unidades ‘que se tocam mas não aderem’ e ‘independentes cada um por si mesmo’”. Op. cit. p. 33.

⁴³ *Benjamin Constant et la Genèse du Liberalisme Moderne*. Trad. Olivier Champeau. Paris: PUF, 1994, p. 106.

isso mesmo introduz uma tensão que o texto de Santos não capta, ao enfatizar, deliberadamente, o campo da “participação” democrática. É que, embora zeloso da independência civil, ou precisamente por isso mesmo, Alencar postula ao mesmo tempo uma dignidade edificante e pedagógica do voto (próximo a Stuart Mill) e um limite para a “competência” do voto – a eleição indireta. Em Alencar o cidadão moderno não é exatamente *livre* para decidir não participar da política, mas ele é sobretudo *incapaz* de decidir diretamente sobre as questões políticas. Ou seja, ali onde Benjamin Constant postulou a liberdade tipicamente moderna, inerente à independência individual, Alencar situa a pura e simples incapacidade política, também produzida, a seu modo, por circunstâncias da vida moderna.

Mais ainda, a sociedade civil é o terreno da propriedade, das relações privadas, mas também, principalmente, o lugar da família. Assim como a representação política em Alencar revela um pendor para a hierarquia, passando da *liberdade* à *incapacidade*, conforme pretendemos demonstrar mais adiante, também a *sociedade civil*⁴⁴ e a família são objeto de escalonamentos, como mostraremos.

No campo da participação, Santos argumenta que a representação proporcional para Alencar, que era adversário contundente do voto censitário, não se destina, exatamente por isso, a “opor um dique à legislação de classe”⁴⁵, mas, positivamente, a expressar a soberania nacional. Santos descontextualiza a opinião de Alencar contrária ao voto censitário. Se, de um lado, essa opinião está de acordo, no plano mais abstrato dos princípios, com a exigência de nacionalização da representação, alargando ao máximo possível o *demos*, por outro ela se faz acompanhar pela prescrição da eleição indireta como exigência igualmente forte relacionada à estrutura hierarquizada da sociedade – consequência do mesmo imperativo que impõe a delegação da soberania, a saber, a *incapacidade*, a “incompetência do povo para decidir das questões políticas e administrativas”⁴⁶. Alencar postula, no terreno da contingência histórica, um autêntico *trade-off* normativo entre eleição direta e sufrágio universal:

⁴⁴ A sociedade civil, para Alencar, tem, na verdade, mais implicações do que o conceito em Constant. A sociedade civil alencarina comporta traços organicistas e tintas conservadoras: “Esta magestosa lentidão, com que avança ao través dos tempos e das revoluções a sociedade civil, a solidez monumental de suas instituições, será talvez o correctivo que a onnipotente sabedoria poz ao arrojo da ambição humana. Sem essa formidável barreira, quem sabe a que abysmos seriam a cada momento arrastados os povos impellidos na carreira vertiginosa das paixões políticas”. Em *A Propriedade*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial: Superior Tribunal de Justiça, 2004, p.2.

⁴⁵ op. cit., p. 34.

⁴⁶ *Reforma Eleitoral*, p. 77.

Os Cezares modernos acenarão ao povo com o suffragio universal, da mesma maneira que os Cezares romanos recebiam das legiões a púrpura com que as oprimiam.

Napoleão III reinou, como Guilherme I, com o suffragio universal mas com eleição directa; as assembléas que saíam dessa eleição eram assembléas de apparato, meros conselhos deliberativos. Napoleão se apoiava nos plebiscitos, Guilherme no direito divino, porém aquelle confiava especialmente na força armada, no canhão.

Assim, senhores, nós vemos que a eleição directa nos apparece por toda a parte com a formula congenita do censo, com a formula aristocratica; e onde ella vai tomando apparencia de democratica, e dilatando-se pelo suffragio universal, a liberdade se annulla pela extensão da delegação, como succedeu na França.⁴⁷

No horizonte histórico de Alencar o sufrágio universal com eleição direta redundava necessariamente no regime plebiscitário. Para além da contingência, entretanto, resta ver que a defesa da eleição indireta enfeixa-se, por assim dizer, no veio teórico principal de uma teoria da representação em Alencar, para quem a democracia é o governo de todos por todos e ao mesmo tempo o governo “das notabilidades”⁴⁸ eleitas, indiretamente, por todos que não sejam mulheres, analfabetos, paupérrimos ou escravos. Na construção teórica de Santos, parte substancial dessa teoria da representação, desenvolvida nos segundo e terceiro livros do *Sistema*, constitui apenas o “contorcionismo mental de José de Alencar para persuadir-se a si próprio e aos leitores de que a teoria radical que expusera no primeiro livro é historicamente compatível com as peculiaridades brasileiras de meados do século passado”⁴⁹. O interessante notar é que Alencar faz questão de demonstrar *logicamente*, como fizera no primeiro livro, as consequências que extrai em cada etapa do seu “contorcionismo mental”.

A perda que o texto de Santos registra não diz respeito apenas aos aspectos à primeira vista incômodos, por eventualmente anti-democráticos, da teoria de Alencar. Esses aspectos, para os objetivos de Santos, são realmente contingentes, porque revelam um Alencar imerso na história. Eles iluminam, no entanto, *as respostas que seu pensamento foi capaz de elaborar em confronto com as condições ideológicas, culturais, sociais e políticas de seu tempo*. Além de apontarem para o conjunto do pensamento de Alencar, deixam exposto de maneira mais viva o choque entre a elasticidade das categorias da tradição liberal e o estágio de institucionalização da vida política e de implementação das relações produtivas baseadas no trabalho livre que experimentava o Brasil dos oitocentos. De qualquer modo, além desses aspectos que

⁴⁷ idem, p. 77-78.

⁴⁸ *Sistema Representativo*, p. 179.

⁴⁹ Op. cit., p. 28.

aparecem como menos democráticos ao gosto contemporâneo e do seu enorme significado para uma compreensão da historicidade das idéias, a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos deixa de ver também a importância atribuída por Alencar à representação política como *mediação* que induz à universalização das demandas e “educa” o julgamento público⁵⁰.

A construção teórica de Santos preocupa-se prioritariamente em demonstrar o acerto da perspectiva geral de Alencar: a sua militância pela representação das minorias, pela descentralização administrativa, pela moralização dos partidos, a despeito das aborrecidas contingências, restitui ao sistema político a primazia como determinante de primeira grandeza do desenvolvimento social. Só essa ordem de considerações pode explicar a excêntrica conclusão a que chega Santos ao comparar Alencar a Joaquim Nabuco:

Entre parênteses, será talvez útil contrastar as reflexões de Alencar com o diletantismo dogmático de Joaquim Nabuco, que em capítulo famoso do seu *O Abolicionismo* (1883), “Tendências sociais e políticas da escravidão”, atribui a ausência de negócios, de trabalho livre, de partidos autênticos, o analfabetismo, o funcionalismo público, enfim, absolutamente tudo, à escravidão. Dessa posição torna-se difícil entender como, nos Estados Unidos, convivem por aproximadamente por um século a iniciativa privada em expansão, um sistema representativo eficaz para a época e a escravidão. O desenvolvimento dos primeiros é que torna obsoleta e finalmente abole a última (sem que houvesse empreguismo, ademais). No Brasil, por outro lado, abolida a escravidão, todas as mazelas a ela atribuídas por Nabuco permaneceram, e algumas até progrediram.⁵¹

Essa derradeira comparação, entre Alencar e Nabuco, por um lado, e entre Estados Unidos e Brasil, por outro, obviamente não poderia ser mais falaciosa. Distorce Nabuco, ao perder de vista a natureza panfletária de *O Abolicionismo* (que, aliás, ajuda a explicar a espantosa lucidez de sua análise) e o contexto das diversas reformas institucionais em que se inseria. Além disso, termina aderindo à própria justificativa de Alencar contra a extinção legislativa da escravidão. Ignora que, abolida a escravidão, no Brasil, a forma que havia assumido o poder econômico durante a sua vigência continuou funcionando como sobredeterminação das relações ainda fundadas no grande latifúndio exportador, que continuou sendo aqui, a base do poder político, como nunca chegou a ser nos Estados Unidos.

⁵⁰ Santos apenas bosqueja esses aspectos, sem relacioná-los com o corpo principal do conceito de representação política elaborado por Alencar.

⁵¹ Op. cit., p. 46.

Com efeito, Santos só consegue desmentir Nabuco ao distorcer também os Estados Unidos, atribuindo à escravidão naquele país peso idêntico ao que teve no Brasil⁵². Pode-se recordar toda a disputa política que quase fendeu a unidade nacional norte-americana em torno da escravidão. Durante a Guerra de Secessão norte-americana, vigorou no Brasil o acordo tácito do Regresso, que erigiu em consenso inquebrantável a unidade nacional, a monarquia e a escravidão. No entanto, é mais que suficiente, para desfazer esse disparate, recorrer ao argumento de Celso Furtado – menos importante como prova histórica do que como possível interpretação sociológica, aliás –, sobre como a sociedade de base escravocrata, no Brasil, produziu uma elite política na sua maior parte incapaz de perceber seu próprio papel histórico de propulsora do desenvolvimento. Para continuar no terreno das comparações:

À época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos E.U.A. uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominavam o país. Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas idéias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter

⁵² O disparate não passou despercebido de Bernardo Ricupero: “Santos tem razão em notar que, desde a independência, a relação entre as unidades federativas no Brasil e nos Estados Unidos são diferentes. Esquece, porém, de dizer que, enquanto no Brasil a escravidão é uma instituição nacional, talvez seja a única, nos Estados Unidos ela fica restrita principalmente à região sul”. *O Romantismo...*, p. 197. Nesse sentido, podemos deixar que o próprio Nabuco responda à crítica que lhe faz Santos: “Só houve um grande fato de democracia combinadas com a escravidão, depois da Revolução Francesa - os Estados Unidos; mas os estados do sul nunca foram governos livres. A liberdade americana, tomada a União como um todo, data, verdadeiramente, da proclamação de Lincoln que declarou livre os milhões de escravos do Sul. Longe de serem países livres, os estados ao sul do Potomac eram sociedades organizadas sobre a violação de todos os direitos da humanidade. Os estadistas americanos, como Henry Clay e Calhoun, que transigiram ou se identificaram com a escravidão, não calcularam a força do antagonismo que devia, mais tarde, revelar-se tão formidável. O que aconteceu - a rebelião na qual o Sul foi salvo pelo braço do Norte do suicídio que ia cometer, separando-se da União para formar uma potência escravagista, e o modo pelo qual ela foi esmagada - prova que nos Estados Unidos a escravidão não afetara a constituição social toda, como entre nós; mas deixara a parte superior do organismo intacta, e forte ainda bastante para curvar a parte até então dirigente à sua vontade, apesar de toda a cumplicidade com essa. Entre nós, não há linha alguma divisória. Não há uma seção do país que seja diversa da outra. O contato foi sinônimo de contágio. A circulação geral, desde as grandes artérias até aos vasos capilares, serve de canal às mesmas impurezas. O corpo todo - sangue, elementos constitutivos, respiração, forças e atividade, músculos e nervos, inteligência e vontade, não só o caráter, senão o temperamento, e mais do que tudo a energia - acha-se afetado pela mesma causa.”, em *O Abolicionismo*, p. 80.

protecionista – Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: *deixai fazer, deixai passar, deixai vender*.⁵³

O argumento de Furtado retira sua força da dialética entre as bases de uma formação social e suas repercussões na esfera da formulação conceitual das alternativas práticas e políticas. Não é determinista, mas repõe o peso que as trajetórias históricas concretas exercem sobre os atores e seus horizontes de ação e imaginação.

O Alencar de Wanderley Guilherme dos Santos ressenete-se, no mais das vezes, dessa dialética. Como análise, a interpretação não descola muito do seu objeto, não põe em questão os enunciados normativos, as auto-proclamações, antes as celebra. Não colige as fraturas que podem testemunhar outras forças em jogo no processo ideológico de feitura do objeto teórico, para além daquelas que o próprio objeto mobiliza e declara.

A despeito disso, é possível que muitos dos trabalhos acadêmicos ou publicações que têm surgido sobre o *político* José de Alencar nos últimos anos se inspire em maior ou menor grau na leitura de Santos⁵⁴. Além de fixar fontes, sugerir pesquisa e mapear direções investigativas, ela tem o mérito de pôr em relevo, por meio de uma engenhosa paráfrase, a modernidade da abordagem alencarina, centrada no processo de institucionalização política, e a intensidade da leitura que o próprio Alencar faz, por sua vez, das principais preocupações da “ciência política” do seu tempo (representação das minorias, pureza do voto, etc). Talvez a originalidade instigante do texto de Santos se deva, justamente, ao seu propósito de tomar partido, ele próprio, na disputa teórica pela primazia da coordenada política no jogo social.

Do texto do cientista político carioca, faltou ainda enfrentar, principalmente, a sua interpretação sobre a escravidão no pensamento de Alencar, o que faremos no segundo capítulo, como também sobre o papel por ele atribuído aos partidos políticos no sistema representativo. Por ora, nos interessa reconstruir a teoria da representação política elaborada por Alencar. Titubeante entre a *deliberação* e a *hierarquia*, ela denota tensões importantes que percorrem a estrutura de intencionalidades subjacente aos textos políticos alencarinos tomados em seu conjunto.

⁵³ *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 109.

⁵⁴ Duas recentes biografias de Alencar, por exemplo, valem-se principalmente de citações do estudo de Wanderley Guilherme dos Santos ao comentar os seus escritos políticos. Cf. de Antonio Edmilson Martins Rodrigues, *José de Alencar – o poeta armado do século XIX*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; e de Lira Neto, *O Inimigo do Rei*, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

1. 2 A teoria da representação de José de Alencar – entre deliberação e hierarquia

O *Sistema Representativo* não gozou de boa recepção crítica entre leitores como Joaquim Nabuco e Tobias Barreto, que emitiram dele juízo bem diferente do de Wanderley Guilherme dos Santos. O chefe da Escola de Recife, em artigo de fevereiro de 1870⁵⁵, referia-se de passagem e com desdém ao “superficial ensaio sobre o sistema representativo” de autoria do “Sr. Conselheiro Alencar”. Já Nabuco, atacando Alencar na famosa polêmica, o acusava de nunca ter sido “mais do que um retórico”⁵⁶ e um incoerente crônico em matéria de reflexão política, sentenciando: “Não há leitura mais triste do que a das obras políticas do Sr. J. de Alencar”⁵⁷.

Essa recepção pouco generosa, para dizer o mínimo, reflete o estado da esfera pública no final do dezenove brasileiro, além de objeções substantivas ao argumento do livro. No caso de Tobias Barreto, a frieza se deve justamente ao enfoque legal-institucional do livro de Alencar, pobre daqueles fundamentos sociológicos que a Escola de Recife elegia como critérios da ciência, e aos quais atribuía profundidade teórica. Para as vanguardas que procuravam se afirmar com a autoridade das “novas idéias”, o combate se travava principalmente no campo intelectual, e era necessário desancar a geração identificada com a ideologia da Conciliação – aquela que, segundo Bernardo Ricupero⁵⁸, unificava sua percepção do mundo sob as bandeiras da unidade monárquica, da escravidão como “lei do país”, e da mestiçagem como marca da singularidade nacional. Os dois últimos itens, aliás, seriam os principais pontos de choque entre as “visões de mundo” de José de Alencar e Joaquim Nabuco, que protagonizariam, em 1875, durante dois meses, uma polêmica pública acalorada.

Curiosamente, o sistema representativo como mecanismo da monarquia constitucional pertencia ao terreno comum em que o embate entre Alencar e Nabuco se dava. É nesse terreno que o livro de Alencar se move, dando sustentação teórica – e retórica – à sua proposta de reforma eleitoral, cerne de uma agenda de modernização do estado que deveria, segundo o escritor, favorecer a moralização dos partidos e a regeneração da vida pública de um modo geral, da imprensa ao parlamento. O livro parte, na sua razão mesma de ser, de um posicionamento metodológico bem delineado:

⁵⁵ Cf. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, Unidade II, “O Liberalismo e representação política: o período Imperial”, a cargo de Vicente Barreto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 102.

⁵⁶ *A polêmica...* p. 218.

⁵⁷ *Idem*, p. 216.

⁵⁸ Cf. *op. cit.*

“A reforma eleitoral é o ponto para onde com razão convergem mais frequente as meditações daquelles que sobrepõem a questão política á questão material, o espírito ao corpo”⁵⁹.

Caberia aqui investigar a possível influência de Tocqueville nessa escolha. Como nota Célia Nunes Galvão Quirino⁶⁰, o foco no sistema político se faz acompanhar, para o autor de *Democracia na América*, de um repúdio ao materialismo como metodologia e como manifestação social: “É por isso que, para escapar ao que Tocqueville chama de *excesso de materialismo da Economia Política*, é preciso *reabilitar o espiritualismo em política e, ao mesmo tempo, torná-la popular, fazendo-se sentir sua utilidade*”.

No entanto, o foco no sistema político não significa que a referência aos entraves práticos e sociais da realidade seja parte dispensável do trabalho teórico. Como Wanderley Guilherme dos Santos percebeu, há em Alencar uma permanente interação entre política e sociedade, o que também é importante para Tocqueville⁶¹. Ademais, a própria divisão do *Sistema* mostra o esforço de Alencar em aliar os princípios à prudência, indo das idéias abstratas à detida consideração do terreno social em que elas deviam se aplicar:

Destacão-se no livro duas ordens de idéas; uma de pura doutrina, essencialmente inovadora, que ataca o actual dogma representativo. (...) Outra ordem de idéas é prática e refere-se ao processo eleitoral; essa é calcada especialmente sobre as peculiares circunstancias de nosso paiz (...).⁶²

No entanto, do ponto de vista teórico, as considerações práticas não contradizem os princípios, antes os concretizam, como se a sua adequação à realidade fosse também parte da sua “verdade” teórica. Aliás, quando formulou pela primeira vez as suas idéias sobre a representação proporcional, nos artigos de 1859, Alencar não deixou de ter em conta a sua *historicidade*. Um tema sempre presente nas suas considerações, de forte pendor “histórico”, é a resistência que os diferentes estágios das “civilizações”, com a espessura dos seus costumes, opõem ao progresso das idéias:

⁵⁹ *Sistema*, p. 7.

⁶⁰ Em *Dos Infortúnios da Igualdade ao Gozo da Liberdade – uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 202.

⁶¹ Para este pensador, “É preciso que os homens, cientistas ou não, conheçam o seu povo, sua história, seus costumes, incluindo-se neles seus hábitos, leis, idéias, opiniões valores. Estes conhecimentos, mais do que qualquer outro, são absolutamente indispensáveis para a própria ação política de cada cidadão, pois é sobretudo a mudança dos costumes a responsável pelas mudanças mais profundas em uma sociedade”, *apud* Célia N. G. Quirino, op. cit., p. 202.

⁶² *Sistema*, p. 8.

Não nos devemos porém illudir; se a razão concebe facilmente e aceita essa constituição sabia, harmoniosa e inteligente, os hábitos da sociedade actual de algum modo a repellem: ela tem de encontrar no seu estabelecimento grandes dificuldades praticas, e muitos Estados antes de conseguirem realiza-la em toda a sua perfeição, devem talvez passar por um longo e penoso tirocínio, durante o qual se convencerão por experiência própria de que nenhuma das outras formas de governo lhes offerece as mesmas garantias de bem estar e de prosperidade.⁶³

Esse atrito entre o que a razão concebe abstratamente e a resistência dos “hábitos da sociedade”, entre a teoria ou o direito e as condições práticas do seu exercício, é uma preocupação central e permanente em Alencar, não só em matéria de reforma eleitoral, como em matéria, por exemplo, de escravidão e abolição, conforme veremos.

A teoria da representação que Alencar defende testa-se nesses dois níveis, e os entrelaça. Ele não se ocupa apenas em demonstrar a possibilidade prática de implementação da representação proporcional no Brasil do oitocentos⁶⁴, como também faz dessa demonstração uma comprovação da pertinência lógica daquilo que é deduzido abstratamente. Nesse expediente teórico, a sua concepção da representação política se tensiona entre dois pólos, porque precisa comprometer-se com necessidades distintas, quando não conflitantes: projetar ao máximo a capacidade inclusiva do sistema político e também garantir em maior grau possível o escalonamento interno desse sistema, a sua ordem e harmonia, que culminam com a entrega da direção moral da sociedade aos *melhores homens*, habilitados para o seu exercício.

Por isso a teoria da representação política de José de Alencar postula tanto a deliberação quanto a hierarquia como ideais normativos. Valoriza a representação ao mesmo tempo como mediação vantajosa, que exige a universalização e nacionalização dos termos da disputa política, e como mecanismo que permite hierarquizar a participação, consubstanciando um ideal de ordem social que, de qualquer modo, não se confunde com a apatia. Uma vantagem implica a outra. No pólo da deliberação, Alencar

⁶³ *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1859 (cf **Anexo 5**). O intelectual precisa estar consciente dessa necessidade de maturação prática das idéias: “A distancia entre o político e o philosofo, entre o homem pratico e o homem de sciencia é immensa, não obstante se acharem reunidas em uma só individualidade essas duas faces da razão. Ha reformas que o espirito prevê em um futuro remoto, ao passo, que no presente combate como altamente prejudiciaes. Tudo tem seu tempo.” *Sistema*, p. 9.

⁶⁴ Alencar vê nos resultados da lei dos círculos de 1856, algo bem diferente daquilo que Euclides da Cunha chamou de “curva democrática” de 1860 (cf. Oliveira Lima. *Formação da Nacionalidade Brasileira*, p. 224). Ele estava lucidamente a par dos mecanismos de que se valiam os partidos e candidatos para a manipulação das eleições, e viu no sistema do distrito uninominal o triunfo do localismo. Repudiava especialmente o arbítrio das mesas paroquiais, contra o qual brada a idéia do título permanente de qualificação do eleitor. Cf. *Sistema*, p. 5.: “A confusão de extensas listas e o poder discricionário das mesas parochiaes sobre o reconhecimento da identidade do qualificado, põem remate á extorsão da soberania popular”.

preconiza o *mandato livre* e a *publicidade do voto*; no pólo da hierarquia defende a *eleição indireta* e a *representação “natural”* dos “*incapazes políticos*”. No primeiro ele é o “soldado de Stuart Mill”, a despeito das dificuldades práticas que ele mesmo diagnostica; no segundo é o prudente realista, que testa a elasticidade da imaginação e do idealismo jurídico para conciliar a autonomia pessoal com o peso de uma concepção organicista da nação⁶⁵.

Mandato livre e publicidade do voto

A comparação entre Alencar e Stuart Mill feita por Santos tendia mais a revelar a “originalidade” do escritor brasileiro do que os mecanismos pelos quais ele procurou inserir a sua perspectiva no mesmo fundo normativo representado pela figura de proa do filósofo inglês: o da representação como uma solução para a organização social. Para levar adiante as possibilidades que a aproximação entre os dois oferece, podemos tomar por inspiração a leitura que Nadia Urbinati faz dos escritos políticos de Stuart Mill⁶⁶. Essa leitura se parece em alguma medida com a de Santos, porque também procura salientar os aspectos do pensamento político do autor que podem transcender o seu contexto histórico⁶⁷. A ênfase de Urbinati está na valorização da representação como *medium* e como modelo normativo superior ao oferecido pela democracia direta dos antigos. O interesse por Stuart Mill, nesse sentido, acompanha a “redescoberta”, pela ciência política contemporânea, dessa superioridade da democracia representativa. Para Urbinati, essa superioridade se revela na forma como a representação molda e condiciona o discurso público da política:

⁶⁵ Para Robert Dahl, a concepção organicista do bem público recupera a metáfora do corpo, pela qual a verdadeira vontade nacional é mais do que a soma dos interesses de cada um dos membros, resultando antes da sua interação (cf. *La Democracia y sus Críticos*, p. 91). Em Alencar esse organicismo reúne deliberação – como *interação* – e hierarquia – como *especialização*: “Como se forma no individuo a vontade que o governa? Cada faculdade do espírito, cada membro do corpo, concorreu em maior ou menor escala, para essa concepção do eu humano. Ninguém pôde atribuir o facto exclusivamente á uma parte das nossas faculdades; é um acto da pessoa em sua amplitude; foi o ente que o produziu intregalmente. Do mesmo modo se gera a vontade da pessoa colectiva. Cada cidadão, que constitue um membro ou elemento della, concorre na medida de sua actividade para a gestação da soberania. Os pensamentos oppostos e disseminados achão-se em contacto, decompõem-se mutuamente, e acabão por se consubstanciar em uma só idea; eis a vontade nacional”. *Sistema*, p. 28-29.

⁶⁶ *Mill on Democracy – from the Athenian polis to representative government*. Chicago: London: The University of Chicago Press, 2002.

⁶⁷ “I am aware that Mill interpreted Thomas Hare’s device as a tool for makingh sure that good intellectuals were selected. However, I think that the work of interpretation should try to apprise ideas from the perspective of their theoretical an practical development; that it should enable us to capture those principles and visions that transcended their historycal context”. “Representation as Advocacy: A Study of Democratic Deliberation”. In: *Political Theory*, vol. 28, no. 6. (Dec., 2000), p. 760.

Representation is a comprehensive filtering, refining, and meditating process of political will formation and expression. Finally, it helps to depersonalize claims and opinions, and in this way makes them a vehicle for the mingling and associating of citizens. Representation can never be truly ‘descriptive’ of society because of its unavoidable inclination to transcend the “here” and “now” and to project instead a “would-be” or “ought-to-be” perspective.⁶⁸

As opiniões como critério associativo da sociedade civil, a tendência à universalização do debate – ou “nacionalização da representação”, como prefere Alencar –, são aspectos centrais da justificativa, no *Sistema Representativo*, tanto do mandato livre quanto da publicidade do voto, pontos em que Alencar concorda com Stuart Mill.

Quanto à representação, evidentemente é a modalidade proporcional que melhor traduz e realiza, para Alencar – como para Mill – aquele pendor universalista e transcendente dos particularismos de que fala Urbinati. O repúdio do sistema majoritário por Alencar se baseia tanto nos princípios – corresponde à usurpação da soberania popular – quanto em considerações sobre seus efeitos deletérios na configuração do processo político. Nesse sentido o exemplo do Estados Unidos é o anti-modelo por excelência:

Effectua-se ahi uma delegação da soberania em poderes constituídos; e consagra-se o dogma da divisão do poder, em legislativo, executivo e judiciario. Mas são instituições nominaes e apparentes; a autoridade reduzida a simples mandatária da maioria, sujeita-se a todos seus caprichos. Sobre cada funcionario pesa constantemente como uma ameaça a prepotência da multidão.⁶⁹

De qualquer modo, não é apenas por fazer pesar a sombra da multidão sobre o processo político que a regra majoritária nubla a deliberação, esvaziando a divisão de poderes. É também por tornar supérfluo o próprio embate de idéias que constitui no parlamento o liame entre discurso público e decisão coletiva:

Os sectários de uma opinião não carecem de aprofundar em sua consciência os motivos da convicção, de pesar reflectidamente em sua razão os argumentos contrários; de abrir emfim seu espírito á discussão ampla e luminosa do assumpto. Nada; basta que se contem e apurem as sommas.⁷⁰

⁶⁸ idem. Há também um elogio da representação em Madison, para quem ela é a mediação capaz de “refine and enlarge the public views, by passing them through the medium of a chosen body of citizens, whose wisdom may best discern the true interest of their country, and whose patriotism and love of justice will be least likely to sacrifice it to temporary or partial considerations”. *The Federalist*, p. 59.

⁶⁹ Sistema, p. 16.

⁷⁰ Idem, p. 176.

Por aí se vê que para Alencar um dos principais defeitos do sistema majoritário é, além da ameaça de tirania do maior número, a supressão do debate que aperfeiçoa a idéia pela resistência da minoria. Esta, no sistema proporcional, garantida a sua representação, concorre no processo de decisão coletiva pela oposição que exerce: “Pela resistência, ella provocou as inteligencias adversas a reagirem, desenvolvendo melhor e apurando suas idéas”⁷¹. No entanto, a mera existência da minoria no parlamento não garante por si só que o debate aconteça. Por outro lado, se a função da representação proporcional fosse apenas dar voz às opiniões divergentes, para que elas pudessem intervir no debate público, bastaria a existência de uma imprensa livre e vigorosa. Alencar rejeita essa possibilidade: “A representação resume e retrata o paiz; traça o quadro de suas forças políticas; accusa a intensidade dos elementos sociais; delinea emfim o mappa político”. Por sua vez, “A imprensa não preenche esta necessidade representativa”, não mede efetivamente a distribuição dos interesses na sociedade: “A justa medida das fracções adherentes a cada principio, só lhe pode ser fornecida pela eleição democrática, pela representação parlamentar de todos os interesses nacionaes”⁷².

Como se vê, a deliberação em Alencar tem dupla natureza: *dá o critério justo da repartição da soberania* pelas diversas opiniões, conferindo-lhes materialidade política; e *institucionaliza o discurso público* como forma específica de organização daquela soberania⁷³. Se a existência efetiva do vigoroso debate depende inapelavelmente de fatores contingentes, estranhos ao arranjo institucional, nem por isso se lhe podem vedar os caminhos. Por isso, como exigência desse conceito de deliberação, o mandato do representante deve ser desembaraçado dos interesses imediatos – afinal, o representante deve ser capaz de, por assim dizer, sublimar as demandas particulares em proveito de um horizonte mais amplo, limitado apenas pelos interesses permanentes da sociedade.

O mandato livre, portanto, é um imperativo relacionado com a estrutura deliberativa da política, mas se refere também à *estrutura hierárquica da sociedade*, que na linguagem de Alencar é conotada como diferenciação social inerente ao desenvolvimento da vida civil:

Questões complicadas, que exigem estudos profissionaes e superiores talentos, estão fora do alcance do geral dos cidadãos. Não tem elles nem tempo, nem capacidade para as estudar. Mas na comunhão de

⁷¹ Ibid., p. 29.

⁷² Ibid., p. 42.

⁷³ “O voto é o elemento da soberania; a representação o meio de concentrar a vontade nacional para organanição do poder publico”, *Sistema*, p. 9.

interesses e vistas que prendem certas classes sociais, destacam-se homens de alta esfera, que dirigem o movimento das idéas; e são os representantes naturaes das diversas opiniões. Entre estes cada partido escolhe os de sua maior confiança, e os constitue seu cérebro político, sua razão governamental no parlamento.⁷⁴

A relação entre eleitor e representante não pode mesmo comportar uma maior aproximação quanto ao conteúdo do mandato, uma vez que o conteúdo próprio das decisões coletivas escapa ao horizonte da consciência do cidadão comum, *incapaz* de deliberar por si mesmo. Alencar procura preencher essa distância com a institucionalização de partidos fortes, como veremos adiante, mas mesmo a existência de partidos movidos pela opinião não deve cingir a faculdade reflexiva do representante individual, que é a encarnação da fração de soberania nele depositada:

Nelles se opera uma transfusão do pensamento das massas; não representam somente uma idéa determinada; mas a faculdade intellectual de uma fracção do paiz; quando reflectem, é como se aquella massa do povo reflectisse. (..)

Seu mandato cifra-se nesta clausula única: deliberar com lealdade em nome da opinião que personifica. Desde que empregue seus recursos intellectuaes nas questões do estado e se haja no exercício do cargo com inteireza; cumpriu seu dever. Não se obrigou a pensar desta ou daquela forma; votar por esta ou aquella medida; mas sustentar os interesses da comunhão que representa; ser mais do que o órgão, ser a razão de um certo nucleo de cidadãos.⁷⁵

Claro está que a liberdade do representante não é absoluta; o próprio mecanismo eleitoral cuida de estabelecer os seus limites. Nadia Urbinati, a esse respeito, argumenta que para Stuart Mill a representação proporcional, com liberdade do mandato, tenderia a reforçar o representante individual mais do que o partido ou grupos de interesse. No entanto, lembra que em seus discursos parlamentares, defendendo a representação das classes trabalhadoras, Mill reconhecia a legitimidade da representação composta por interesses comuns àquelas classes⁷⁶. O mecanismo proporcional conviria a ambos os casos. Em Alencar, a ênfase no “governo de opinião” se acompanha da institucionalização dos partidos. O mandato livre permite a agregação de posições e também indica que a direção impressa às opiniões parte daqueles que substituem legitimamente a razão do povo, funcionando como o “cérebro da nação”:

Onde a totalidade governa, o despotismo da maioria é apenas intermittente; as massas recebem a irresistivel direcção da classe

⁷⁴ Idem, p. 45.

⁷⁵ Ibid., p. 45-46.

⁷⁶ *Mill on Democracy...*, p. 91.

superior, e são um instrumento poderoso na mão dos espíritos ilustrados. Os partidos disputam a ascendência sobre o povo; e assim conseguem identifica-lo com os interesses permanentes da sociedade.⁷⁷

Disputando a ascendência sobre o povo, ou seja, competindo entre si, os partidos educam a plebe, despertam nela as virtudes cívicas. O mandato livre é o estatuto dessa relação pedagógica em nível individual, institucionaliza o representante como agente da ilustração, e os debates parlamentares não são apenas manifestação da soberania, mas autênticas irradiações da razão, que envolvem e dirigem os indivíduos:

No instante em que o parlamento seja o foco da sabedoria, como da vontade nacional, não tardará a civilização completa do povo; porque elle não receberá de seus legisladores somente a disposição tosca e bruta da lei, mas também o raio que a ilumina, o espírito que a vivifica. A lei não será acto de força e imperio; mas uma lição profícua, um exemplo fecundo, que desenvolva os bons instinctos da população.⁷⁸

Contudo, o processo pedagógico que a deliberação encerra só se completa com o pleno ingresso da face política do indivíduo no espaço público em que se dá a formação da soberania. A publicidade do voto atende a esta condição. Em Stuart Mill, ela se relaciona, em chave ampla, com o que Nadia Urbinati chama de uma concepção “agonística” (*agonistic*) da política: uma concepção que vê na deliberação menos um processo de descoberta da verdade, pelo descarte de proposições incorretas, do que um processo em que a divergência entre perspectivas, o conflito, é desejável⁷⁹. O mandato livre, nesse sentido, diz respeito à própria razão de existir um governo, que é a impossibilidade de identificação absoluta dos interesses de representados e representantes, de governados e governantes. O desacerto de perspectivas, sendo da natureza da própria idéia de representação, indica que a noção de bem público só pode ser considerada uma “idéia regulatória”⁸⁰.

Por conseguinte, essa concepção “agonística” da política não tem nenhum interesse em esvaziar o voto do seu significado também agonístico, conflituoso. A plena liberdade do eleitor só se eleva à qualidade de direito político se estiver consagrada, subjetivamente, como um momento de crítica, revisão, aprendizado⁸¹. Encoberto pelo anonimato, sujeito apenas à censura da própria consciência individual, o voto não poderia ser depurado, e tampouco a própria consciência individual poderia educar-se no

⁷⁷ *Sistema*, p. 86.

⁷⁸ *Idem*, p. 180.

⁷⁹ *Mill on Democracy*, p. 82.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ Com Urbinati: “The advantage of democratic deliberation was that it encouraged the ongoing habit of self-revision and learning, and generated energy”. *Idem*, p. 83.

processo político. Ao contrário, para Stuart Mill, o voto secreto estimularia a hipocrisia, daria lugar aos motivos privados e ao uso estratégico ou instrumental do voto, forjando um cidadão dúplice⁸².

Alencar quase repete os argumentos de Mill, atribuindo ao voto uma dignidade incompatível com a disciplina do anonimato, que deveria reger apenas a face privada do indivíduo. Na vida política, a publicidade⁸³ é a condição para que se realize a “transusão” das virtudes cívicas, para que *uma classe fale a outra*, para que a decisão consiga emergir da massa de interesses dispersos em direção ao bem comum. Esse bem comum, se é uma idéia regulatória que dá concreção ao processo de deliberação democrática, realiza-se também no próprio processo eleitoral. Em Alencar, a eleição não constitui uma esfera independente com relação à forma que toma a deliberação política e a forma pela qual o sistema político organiza a sociedade. Mais do que uma preocupação com a fidelidade da tradução da opinião em voto, como condição para a legítima delegação da soberania, os argumentos utilizados por Alencar expõem a *natureza pedagógica* da política representativa:

O segredo do voto não ensina o cidadão á ser independente, mas á ser falso e covarde; as nossas farças eleitoraes apresentam um repugnante aspecto, especialmente por este lado. Vê-se ali perfídia e o embuste no seu auge; o mais simples camponio sabe empalmar uma cedula, para deixar cahir outra anteriormente recebida; o voto não é dado á primeira promessa, porém sim ao ultimo suborno.⁸⁴

Mais do que uma condição para a verdade eleitoral, a independência do indivíduo é desejável em si mesma. A “falta de sanção moral”⁸⁵ ao mau uso do voto abona um tipo de transação entre interesses que o mundo da política deve repelir por princípio, assim como no casamento apenas o amor deveria animar os movimentos, ou como na economia somente o empenho e o trabalho deveriam remunerar os investimentos e gerar os lucros.

A publicidade, conseqüentemente, encerra uma sanção moral ao mau uso do voto. No entanto, esse mau uso nem sempre é apenas fruto da imoralidade, mas também efeito do comodismo, ou de uma percepção equivocada sobre a importância da participação política:

⁸² Idem, p. 117.

⁸³ “Nós caminhamos de há muito tempo para um regimen de absoluta publicidade; tempo virá em que a grande luz social penetre em todos os recantos da vida, e esclareça aos olhos da lei, tudo que não fôr a sagrada intimidade do homem, nosso foro interno.” *Sistema*, 97.

⁸⁴ Idem, p. 118.

⁸⁵ Ibid.

Demais extinta essa escola da hypocrisia política, chamada segredo do voto, muitos cidadãos que actualmente se deixão arrastar á uma culposa bonomia, transformando sua fracção de soberania em um traste para obsequio de amigos, se compenetrarão afinal da elevada missão que lhes confere a nacionalidade; e acabarão por levar ás urnas a expressão de suas idéas e não a de sua commodidade.⁸⁶

Seja como for, o que subjaz tanto à defesa do mandato livre como da publicidade do voto em Alencar é o mesmo impulso para cercar de barreiras institucionais todas as possibilidades de degeneração da política em mera expressão de interesses parciais. Para Nadia Urbinati, Stuart Mill é consciente da precariedade da obrigação moral, e por isso procura garantir artificialmente que os atores considerem o interesse público, defendendo a pluralidade da representação e a publicidade do voto⁸⁷.

Alencar partilha dessa desconfiança no indivíduo, mas também aposta no potencial regenerador da virtude política⁸⁸. Assim como está sujeita à transfusão virtuosa da classe ilustrada e à censura moralizadora da opinião pública, a plebe estaria igualmente sujeita às influências viciosas de um arranjo que favorecesse a competição mais do que a sinceridade, instituindo a proteção que é o voto secreto. Aqui, é curioso perceber que o escritor que nega a metáfora da “tabula rasa” ao descrever os costumes selvagens dos índios brasileiros, de alguma forma *a reintroduz em sua teoria política*. Ao contrário de seus nobres índios selvagens, os seus “eleitores” de primeiro grau são entidades políticas esvaziadas de espessura moral, como que abstratos embora concretamente situados na faixa social da *incapacidade*, e que se movem sob o influxo que lhes dá a classe ilustrada – que mais os civiliza e educa do que propriamente os *representa*...

O que garante, para Alencar, a prevalência do interesse público no domínio da deliberação e da eleição democrática são os controles introduzidos pela necessidade de incorporar a universalidade dos cidadãos à vida política. Essa inclusão, no entanto, só pode se dar em sentido democrático se constituir um arranjo atento às diferentes *medidas* e *capacidades* com que os cidadãos concorrem para a formação da vontade coletiva.

⁸⁶ Ibid., p. 120.

⁸⁷ *Mill on Democracy*, p. 113.

⁸⁸ Alencar demonstra vivamente estar a par das violências de que eram capazes candidatos e partidos para tirar vantagem de eleições fraudadas. É curioso que, mesmo conhecendo toda a influência do poder local, dos “fósforos”, das recompensas e subornos, ele abone tão completamente a defesa da publicidade do voto, apostando tão alto nos indivíduos sob a influência benfazeja da opinião pública.

A partir do sistema político e de suas instituições, é possível prever e acomodar essa coletividade diferenciada que é o eleitorado. A estrutura deliberativa da política, para Alencar, possibilita esse duplo efeito: *será tanto mais vocacionada ao universalismo, e logo mais inclusiva, quanto mais ela for capaz de deduzir institucionalmente as deficiências e subordinações que estão na sociedade.*

Por isso o mandato livre e a publicidade do voto, afeitos à uma concepção “agonística” da representação, vêm acompanhados de outros controles institucionais, como a eleição indireta.

Eleição indireta e “direitos políticos inativos”

Alencar é contra o voto censitário por dois motivos: (1) a propriedade não pode ser fundamento da soberania, porque a associação política atende a uma pluralidade de interesses legítimos, que devem se fazer representar; e (2) excluindo uma parte dos cidadãos que detêm frações de soberania, o censo degenera o sistema representativo, ataca-o em seu fundamento de legitimidade. Mais do que ironizar o “temor da plebe”, que acomete os defensores do censo, Alencar inverte a causalidade: é a exclusão censitária que pode unificar a ação da plebe em torno de um objetivo comum, transformando-a em “matéria bruta que é para a revolução”⁸⁹. Ela é que pode justificar o recurso a meios violentos, quando os canais legítimos estão bloqueados.

Para Alencar, o conflito pela participação política sobrepõe-se ao conflito propriamente econômico. A universalização do voto, dando voz a todos os interesses legítimos, os qualifica para a disputa política, e mais, os autonomiza:

Constitua-se o estado, como a razão ordena, e a plebe se acha necessariamente por virtude da ordem natural dividida em muitas plebes; haverá a plebe urbana, e a plebe agrícola; cada industria terá sua plebe; e cada plebe estará adherente á classe superior que lhe fornece trabalho, e que representa seu horisonte e sua esperança. A plebe urbana não se levantará para expoliar os proprietarios em nome da lei, porque a plebe agrícola, sua constante rival lhe servirá de barreira. Entre os vários interesses e paixões das massas, se dará o mesmo e talvez maior embate, do que entre a indigência e a propriedade.⁹⁰

Já vimos que a concepção de política deliberativa de Alencar postula a divergência e a pluralidade de interesses, como pressuposto de um mecanismo de ação e resistência, pelo qual os atores educam-se na contemplação dos interesses de todos. A

⁸⁹ *Sistema*, p. 88.

⁹⁰ *Idem*, p. 166.

passagem dessa estrutura deliberativa, “por virtude da ordem natural”, a uma sociedade organizada nos termos descritos por Alencar, em que a “plebe” desintegra-se em grupos organizados pela atividade econômica que exercem, é um passo teórico que exige mais atenção. Ela revela, por assim dizer, um *pressuposto sociológico* que deve ser melhor avaliado. Para Alencar, ao se abrir o sistema político à representação universal, emergirão no seio da plebe “partidos e antagonismos”. Cada interesse poderá reclamar sua autonomia, e singularizar-se em relação aos interesses que lhe são economicamente contíguos.

O sistema político, baseado na representação proporcional, possui essa importante propriedade de sublimar os conflitos econômicos. Isso porque, para Alencar, existe uma *comunhão natural dos interesses da classe ilustrada e da plebe, apenas secularmente turvada pela imperfeição das instituições políticas*, que sonegavam à última a legítima participação política. Afinal, “A plebe, a massa indigente do paiz, não é, como alguns erradamente supõem, inimiga natural das classes abastadas, a quem respeita e serve”⁹¹. Como à classe política ilustrada cabe a direção intelectual e moral da Nação, à classe “abastada”, que dá o trabalho, cabe a direção econômica, e dessa direção depende a sorte de uma plebe que naturalmente ama a ordem e repudia a desordem, porque “O menor abalo escassêa o trabalho e afugenta o salário”⁹². Como se pode perceber, a concepção agonística da política, que celebra o conflito no seio da representação, se inverte, e passa a deplorar o conflito entre as classes no seio da sociedade, postulando antes a convergência dos interesses como dinâmica “natural”, decorrente do funcionamento da ordem econômica.

Alencar é contra o voto censitário porque fora do sistema político existe apenas a via revolucionária, ao passo que no funcionamento do sistema representativo a sua imagem de uma sociedade *organicamente escalonada*, dirigida a um fim superior de comunhão e vitalidade cívica, de autêntico “progresso”, pode ser refletida no espelho da realização da autonomia dos diversos interesses “naturais”. Para que esse espelho da autonomia possa refletir a imagem de sociedade que Alencar projeta, é necessário que *os limites da cidadania política se estendam até incorporar os limites da nacionalidade*. Por outro lado, o sistema político deve ser capaz de se ajustar aos impedimentos

⁹¹ Ibid. p. 86. E adiante: “Em vez do antagonismo funesto que a mantinha compacta e unida contra a sociedade, a plebe se dividirá desde que receber o influxo das opiniões políticas, e commungar nellas. Formar-se-hão no próprio seio partidos que se equilibrem: forças vivas empregadas no desenvolvimento do paiz. Será esse o verdadeiro manancial da soberania, o viveiro que nutra e alente todas as classes, e todas as opiniões.” p. 87.

⁹² Ibid. p. 87.

“morais” que fazem da democracia direta uma miragem normativa para os modernos. O sistema representativo deve, portanto, institucionalizar uma estrutura deliberativa que, tanto quanto o voto, seja *universal* no sentido de traduzir a vontade *nacional*. Esse sistema deve procurar vetar tanto a manifestação dos particularismos locais quanto as transações dos interesses políticos parciais. A eleição indireta é, nesse esquadro, uma exigência teórica, adequada às desigualdades da sociedade civil, e o filtro institucional capaz de “nacionalizar” a representação.

Alencar também acusou a fragilidade do voto plural defendido por Stuart Mill. A base dessa acusação é a inconsistência dos critérios de atribuição da capacidade política de acordo com a capacidade intelectual, em choque com a pluralidade de interesses que legitimam a associação política. A eleição indireta é o arranjo que permite postular a universalidade do voto sem contradizer a primazia da vida civil na sociedade moderna. No campo liberal, a preferência de Alencar pela eleição indireta remete não a Mill, mas a Tocqueville. Como lembra de Domenico Losurdo, o sufrágio em dois graus funcionou, para a “burguesia pós-termidoriana”, como “instrumento adicional para filtrar socialmente os organismos representativos e protegê-los contra qualquer contaminação plebéia e popular”⁹³. Losurdo salienta o desconforto de Tocqueville diante da composição da Casa dos Representantes nos Estados Unidos, sufragada por eleições diretas. Tocqueville contrasta o “aspecto vulgar desta grande assembléia” com a qualidade do Senado daquele país, eleito indiretamente. O escritor francês associava explicitamente a ilustre composição do Senado com a eleição por duplo grau: “Só vejo um fato capaz de explicar isto: a eleição da Câmara dos Representantes é direta; a do Senado procede através de dois graus”⁹⁴. O mais interessante, no entanto, é a relação que daí deriva entre eleição indireta e alargamento da participação política. Em Tocqueville já aparece formulada com exemplar clareza a assertiva segundo a qual sufrágio universal e eleições diretas são de alguma forma incompatíveis: “Não tenho dificuldades para admiti-lo; *vejo na ação do duplo grau o único meio para pôr o uso da liberdade política ao alcance de todas as classes do povo*”⁹⁵. É exatamente nessa direção que investe Alencar.

Já tivemos ocasião de comentar a associação que Alencar faz entre eleições diretas e democracia plebiscitária. Sua exigência é de que o voto expresse a consciência

⁹³ *Democracia ou Bonapartismo – triunfo e decadência do sufrágio universal*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 17.

⁹⁴ *apud* Losurdo, op. cit. p. 19.

⁹⁵ *Idem*.

individual, e não a aclamação maciça e irrefletida. Sua concepção agonística da política representativa é incompatível com o esvaziamento do voto como momento de reflexão autônoma. No entanto, ela pode compatibilizar-se com a restrição do alcance do voto, uma vez que essa restrição, a rigor, tenda a restaurar a pureza da delegação da soberania, aproximando-a do ideal normativo da democracia direta. Mais do que imunizar a representação contra a “contaminação plebéia”, a sua adesão à eleição indireta respeita a natureza *deliberativa* da política, consubstanciada no governo das “almas superiores”. A eleição direta inviabiliza a deliberação porque nela “funciona pois a nação como um jury político e não como um simples constituinte. Julga peremptoriamente; não transmite aos seus eleitos o direito de deliberar”⁹⁶.

Essa defesa da eleição indireta como *requisito institucional da política deliberativa* está intimamente conectada com a defesa da própria representação como forma moderna de exercício da soberania popular. De um lado a atividade política acompanha a complexidade dos assuntos administrativos, especializando-se, convertendo-se, como prefere Wanderley Guilherme dos Santos, em atividade profissional permanente. De outro a diferenciação social da vida civil e a extensão geográfica do território do estado nacional impõem uma mediação entre o horizonte local e o horizonte nacional. Para Alencar, embora essa mediação encerre uma questão meramente formal, é ela que permite a “Transusão das idéas e opiniões que existem no paiz”, em “uma esphera mais elevada do que os interesses municipaes”⁹⁷. Para que esta mediação ocorra, a fórmula sugerida por Alencar é a eleição primária por círculos, o quão menores possível, e eleição secundária por província, segundo o modelo do voto proporcional. Além de superar assim as parciais locais, a eleição indireta corresponde também à restituição da honestidade do voto, atenta às limitações que a vida civil impõe ao homem comum:

Ora o lavrador, o operario, o homem do povo tem o horisonte acanhado; seu espirito não se eleva além das mesquinhas dissidências locais. Estas classes são pois inhabeis para escolher um representante da nação, um legislador, como para decidir uma questão doutrinaria. (...)

Sincera e pura é a escolha que faz o votante do homem bom da localidade, seu conselheiro, credor de sua plena confiança⁹⁸.

Chama a atenção na retórica alencarina a presença dos exemplos figurados, carregados de concretude. A impressão com que fica o leitor é a de uma atribuição

⁹⁶ *Sistema*, p. 38.

⁹⁷ *Sistema*, p. 103. Adiante: “Os escolhidos nas eleições de campanário, serão legítimos representantes de uma aldeã ou villa, porém nunca legítimos representantes da nação”.

⁹⁸ *Idem*, p. 103 e 105.

bastante meticulosa dos papéis sociais, de acordo com os horizontes que se concede a cada classe. O lavrador, o operário, o “homem do povo” e o “homem bom da localidade”, não deixam de ser tipos antropológicos estilizados. Assim como o romance alencarino desce às formas e tipos concretos da nacionalidade, sejam históricos, urbanos ou quase que puramente morais, também a sua retórica política se vale de expediente análogo – traça os tipos humanos que correspondem aos abstratos “elementos sociais”. Na defesa da eleição indireta, o papel da plebe é dúbio: ela é a fidúcia de todo o sistema representativo, da qual decorre toda a sua legitimidade, que assenta sobre o voto universal; mas vaga a respeito dos assuntos administrativos, essa mesma plebe não pode senão apontar seus delegados, norteados por relações de confiança alheias à natureza política dos conflitos. Do seu “horizonte acanhado”, não pode apontar os seus representantes, mas apenas aqueles tutores que o farão por ela; e a escolha desses tutores se baseia não em considerações de natureza política, mas na simpatia, na confiança, ou em qualquer vínculo que não guarda nenhuma relação com a transmissão de um mandato, com a delegação de uma fração da soberania, com a expressão de uma opinião política.⁹⁹

Na base do governo das opiniões nacionais, Alencar coloca a proximidade quase paternal entre o homem do povo, operário ou lavrador, e o “homem bom da localidade”, inteligência mediana que formará o corpo eleitoral. Essa relação paternal, no entanto, é mais sincera do que a aclamação do representante por eleição direta, pouco importando que a sua natureza, a rigor, nada remeta à vida política ou aos valores civis. Na verdade, ela é o canal pelo qual circulam “influxos” e “opiniões”, a mediação que consegue de algum modo traduzir os embates em torno das altas questões do estado em “fidelidades sinceras”, que podem genuinamente contaminar a massa dos homens comuns. A melhor esperança dessa teoria da representação reside precisamente na inteireza desses condutores de influxos, pelos quais a influência das “almas superiores” pode

⁹⁹ Deve-se ter em mente que a eleição indireta, como forma de incluir politicamente os “horizontes acanhados”, também contou com defensores mais “liberais” como Nabuco de Araújo. Em carta ao barão de Vila Bela, em 6 de maio de 1869, o senador comenta o programa do Partido Liberal, e assinala: “Como verás, a eleição direta foi adotada somente para as capitais das províncias e cidades, cuja população é de dez mil almas; é à inglesa, nos centros da população está a força democrática, a influência da opinião, a publicidade, a possibilidade de fiscalização, a independência. A eleição direta no interior é mil vezes pior que a indireta: não há uma base para ela, desde que não há importação territorial, nem censo de população; uma freguesia pode suplantar um distrito; os grandes senhores não têm necessidade de influências intermediárias, com os capangas fazem os deputados” *apud* Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1975 (volume único), pp. 677-678. Note-se que a justificativa da eleição indireta para as localidades do interior, para Nabuco de Araújo, é uma questão puramente pragmática. *Em Alencar, a própria eleição indireta é um valor, fundamentado com base em princípios*, e não apenas na razão prática.

capilarmente infiltrar-se em toda a organização social. Não espanta, portanto, que a base do sistema se apóie nessa *suserania política* natural.

No seu embate pela eleição em dois graus, Alencar precisar contestar quatro objeções, a saber, que a eleição indireta seja (1) mais suscetível de corrupção, (2) propensa a entregar o poder à minoria, (3) contrária ao princípio representativo, “interpondo entre o povo e o parlamento um corpo inútil”, (4) degenerativa da democracia, ao enfraquecer a vontade popular, que não se forma “no seio das massas”¹⁰⁰. As respostas de Alencar a essas objeções são basicamente: 1- a multidão é mais fácil de engodar do que um corpo ilustrado, 2- o sistema proporcional garante a representação adequada da maioria, 3- o corpo eleitoral exerce uma função – a de nomear os representantes – “que o geral dos cidadãos, ocupados com o trabalho diário e escassos de meios, não poderiam exercer por si mesmos”, e, por fim, 4- a eleição por graus “restaura e corrobora” a democracia “destruindo os efeitos inevitáveis da disseminação dos habitantes por um vasto território”¹⁰¹ (aqui encontramos o uso subsidiário do argumento da extensão territorial).

Em muitas páginas dos discursos de 1874, reunidos no volume *Reforma Eleitoral*, Alencar se ocupa de reforçar esse esquema argumentativo com exemplos históricos, alguns dos quais já tivemos oportunidade de examinar. Com essa argumentação, Alencar responde às críticas mais comuns à eleição indireta. Partindo dela, procura extrair todas as conseqüências possíveis relacionadas com o conceito de representação e com a universalidade dos direitos políticos. É nesse ponto que a teoria da representação de Alencar atinge sem dúvida uma formulação original, embora substancialmente reproduza restrições presentes na tradição liberal contrária ao sufrágio universal direto. Um desvio semântico procura caracterizar a relação entre governado e governante, no governo representativo, como uma relação jurídica análoga à representação civil, pela qual um tutor substitui o incapaz na prática daqueles atos para os quais ele não está habilitado:

As relações que se estabelecem entre o povo e seus legisladores não se regulão pelas regras do mandato, como as relações entre o votante e o eleitor. Se buscarmos no direito civil uma situação correspondente a esta, a acharemos na representação dos incapazes por seus paes ou tutores.

O povo é sem dúvida a respeito do governo, um incapaz; tem o direito, mas não o exercício. Dessa incapacidade, actualmente não

¹⁰⁰ *Sistema*, pp. 108-109.

¹⁰¹ *Idem*, pp. 110-111.

contestada, resulta a legitimidade do systema representativo, o qual sem ella, importaria uma grave usurpação da soberania. Os legisladores, assim como todos os membros dos poderes independentes, são os representantes desse incapaz, os paes e tutores desse menor, o qual por certo não os póde revogar a seu arbítrio, da mesma fórma que no direito civil.¹⁰²

Domenico Losurdo se refere, em *Democracia ou Bonapartismo*, à voga da metáfora da *criança* como estratégia argumentativa do liberalismo conservador para restringir o direito de sufrágio. Desse ponto de vista, o uso que Alencar faz dela não deixa de ser revelador da extensão do diálogo que travou com aquela tradição do pensamento político do seu tempo. Sua nota específica, em Alencar, diz respeito à forma como ele constrói a idéia de *incapacidade política*. Se essa incapacidade metaforicamente compreende a distância entre representante e representado, ela se aplica não como metáfora, mas como verdadeira *proposição institucional*, para incorporar ao sistemas político a relação de subordinação e dependência que caracteriza a domesticidade, o analfabetismo e a indigência.

Alencar utiliza novamente o paralelismo entre o direito civil e o direito político. Toda pessoa possui, pela simples nacionalidade, direitos fundamentais relativos à vida civil e política, mas nem toda pessoa tem a autonomia e os requisitos necessários para o exercício próprio desses direitos. Nessa divisão entre direito e exercício, entre substância e *modo*, encontra-se a justificativa da tutela civil, no caso dos direitos civis dos incapazes; da mesma forma os direitos políticos, existentes em cada pessoa independente de sua condição, deveriam poder ser expressos por meio de uma *representação natural*¹⁰³.

Há, portanto, uma incapacidade política cujo fundamento é a incapacidade civil – trata-se da domesticidade¹⁰⁴. No âmbito da família, a hierarquia doméstica já institui o “órgão legítimo” dessa espécie de representação dos “direitos políticos inativos”. Ele aí coincide com a figura do curador no direito civil. Caberia à ciência reconhecer a existência dessa espécie de direitos políticos e viabilizar a sua expressão por meio de uma representação natural:

O sexo, a idade, a moléstia e outros impedimentos inhabilitão certas pessoas para o exercício próprio ou directo da soberania; mas estas ficão

¹⁰² *Sistema*, p. 114.

¹⁰³ “Sem duvida que há uma incapacidade política, um impedimento que tolhe a liberdade do cidadão, assim como a liberdade individual. Mas o direito coacto não deixa de existir; passa á ser exercido por um legitimo representante”. Idem, p. 83.

¹⁰⁴ Caberia aqui aprofundar a pesquisa sobre a figuração da família e da domesticidade em Alencar, tendo em vista a forma como ele atribui os papéis sociais e os hierarquiza.

sujeitas como a família a seu chefe ou representante civil; e por seu órgão devem exercer os direitos que lhe competem. Não há, não pôde haver um ente racional, unido por título de origem ou de adopção á qualquer estado que não participe de uma fracção correspondente de soberania. (...).

A mulher o menor, o alienado são proprietários, consumidores, contractantes, herdeiros; e em todas essas relações contribuintes do estado as leis do paiz lhes interessão também; tem o principio de origem, d'onde procede a nacionalidade; não há rasão que os exclua dos direitos políticos. A incapacidade determina apenas o modo de acção, o exercicio. Na esphera civil o incapaz não perde o direito, mas unicamente o uso próprio; assim deve, e hade ser mais tarde, na esphera politica. (...).

A legitima democracia reclama da sciencia e mais tarde da lei, a consagração dessa legitima representação dos direitos políticos inactivos. (...) aquellas que são esposas, mães, filhas e irmãs de cidadãos, e tem senão maior, tanto interesse na sociedade como elles, não serão uma excrescencia no estado. Participarão da vida política por seus órgãos legitimos; e quando assumão a direcção da família na falta do chefe natural, exercerão por si mesmas o direito de cidade, servindo de curadora ao marido ou de tutora dos filhos.¹⁰⁵

Mas há outras espécies de incapacidades políticas que limitam o exercício do voto, e não se encontram ao abrigo de relações familiares. Alencar arrola três critérios que limitam ao cidadão o exercício do voto: a penalidade, a incompatibilidade e a ignorância¹⁰⁶. Os dois primeiros não oferecem maior interesse: trata-se de efeito inerente à privação da liberdade ou à natureza dos serviços obrigatórios. O analfabetismo (“ignorância”), no entanto, embora seja coerente com a exigência de plena consciência do voto, não deixa de ser contraditório com relação aos argumentos que justificam a eleição indireta. Afinal, para escolher o “homem bom da localidade”, com apoio nas relações de confiança e respeito que se estabelecem na paróquia, não é necessário maior conhecimento de causa dos assuntos políticos. Em uma passagem, Alencar sugere uma complicação prática: incapaz de escrever uma cédula, o analfabeto só poderia votar oralmente, e mesmo assim não poderia verificar a exatidão do voto. Para uma

¹⁰⁵ *Sistema*, pp. 80-82.

¹⁰⁶ A indigência seria também uma limitação, mas ela está contida na limitação penal. Alencar argumenta que a “renda líquida” exigida para ser votante pela Constituição de 1824 – cem mil réis – é moderada, e inclui aquela renda mínima sem a qual um indivíduo é incapaz de sustentar-se. O conceito de “renda líquida” significa o “lucro proveniente do emprego de um capital qualquer, serviço ou valor; é o resultado da produção, deduzidos os gastos della”. Por isso mesmo o lavrador que não afere aquela quantia em moeda pode qualificar-se como votante, porque a obtém em produto. Assim Alencar espera mostrar que o preceito constitucional não é censitário. Aquele que não se enquadra nele é o cidadão que “não trabalha, não faz uso de suas forças nauraes”, incorrendo no delito de vadiagem, e por isso excluído do exercício do voto. Alencar defende ainda que a Constituição outorgada, ao fixar nominalmente em réis aquela quantia, previu os efeitos da inflação sobre o alargamento do voto: “As fluctuações do valor não erão desconhecidas aos autores da constituição; elles que estabelecerão para a renda uma taxa fixa, tiverão em vista deixar á acção do tempo a maior democratização do voto”. *Sistema*, pp. 92-94.

imaginação como a de Alencar, está claro que esse não é impedimento insuperável – o voto é público, e um sistema eficiente de fiscalização seria suficiente.

No entanto, a exclusão política dos analfabetos representava o desligamento de parcela muito considerável da população do sistema político – efeito esse que, pela sua magnitude, deveria ter ocorrido a Alencar. Para José Murilo de Carvalho, foi a exclusão do voto do analfabeto a principal limitação trazida pela Lei Saraiva, de 1881, que instituiu eleições diretas, aumentou o limite censitário, tornou mais rígida a comprovação da renda e com isso tudo efetuou “um corte de quase 90% do eleitorado”, que em 1872 se compunha de mais de 1 milhão de votantes¹⁰⁷.

Para Alencar, o analfabetismo afronta o princípio deliberativo da política, ainda que a relação votante-eleitor, na eleição primária, pouco comporte uma dimensão efetivamente deliberativa da política. Alencar não gasta mais do que algumas linhas para descartar a possibilidade de representação da fração de soberania em posse dos cidadãos que não sabem ler e escrever¹⁰⁸. No tempo da lei Saraiva, contudo, os analfabetos eram 80% da população masculina¹⁰⁹. Espanta que, tão preocupado com a universalização do voto, com fórmulas capaz de capilarizar o sistema político até à participação, ainda que limitada, do homem da paróquia, Alencar não tenha ensaiado nesse aspecto alguma fórmula para contornar o obstáculo prático, como fez tão engenhosamente com relação à esfera da domesticidade.

A imensa massa devoluta de soberania contida na população analfabeta representa, de um lado, um importante limite teórico em Alencar, e de outro revela a preponderância do modelo teórico sobre a prudência prática. Opõe à universalidade pretendida por uma teoria da representação como deliberação e pedagogia política o peso da hierarquia, que, nesse ponto muito particular, opera no silêncio teórico.

1.3 Alencar e os partidos políticos – irradiações da hierarquia

Um estudo sobre a teoria da representação de Alencar não estaria completo sem uma análise do papel por ele atribuído aos partidos políticos. A posição de Alencar com

¹⁰⁷ *Cidadania no Brasil*, p. 39.

¹⁰⁸ Cf. *Sistema*, p. 90.

¹⁰⁹ A situação na Europa, sobretudo em regiões periféricas, não devia ser muito discrepante. Como afirma Eric Hobsbawm, “com exceção dos alemães, dos holandeses, dos escandinavos, dos suíços e dos norte-americanos, não se pode dizer que qualquer outro povo fosse alfabetizado em 1840”. Grã-Bretanha, França e Bélgica contavam com 40% a 50% de analfabetos em 1840. cf. *A Era das Revoluções*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 155.

relação aos partidos reforça diversos aspectos que destacamos como pertinentes a uma compreensão agonística da política. No entanto, também ela oscila entre princípios e prática, sem necessariamente contradizer-se ou confirmar-se. Alencar defendeu a importância de partidos fortes, coesos na defesa de seus programas, fundados na opinião, como instituições permanentes do sistema representativo. Mais do que isso, na verdade, a sua fórmula de eleição proporcional a um só tempo cria os partidos e depende deles para funcionar. Por outro lado, em textos mais conjunturais e históricos, Alencar também deixa transparecer hierarquizações, que denotam as especificidades históricas da institucionalização dos partidos no Brasil, além de documentarem simplesmente a sua atuação também conjuntural na disputa política.

Por isso, procuraremos analisar o papel dos partidos na teoria da representação de José de Alencar sob duplo aspecto: de um lado, como um diagnóstico e uma terapêutica, orientados pela natureza deliberativa da política e pela proposta institucional contida no *Sistema Representativo*, e deduzidos a partir da crítica contida nas primeiras *Cartas de Erasmo ao Imperador*, de 1865; de outro, como compreensão histórica a respeito dos partidos políticos imperiais e seu papel na evolução política do país em sua interação com outras coordenadas efetivas do sistema político, em especial com o Poder Moderador.

Para contextualizar o argumento e a interpretação de Alencar, será necessário, introdutoriamente, compor um panorama analítico sobre os partidos políticos no Império. Ao lado da informação histórica, recorreremos a interpretações sobre o sentido dos partidos imperiais, como a de José Murilo de Carvalho, a de Ilmar Rohloff de Mattos, e, mais recentemente, a de Bolívar Lamounier. Tomadas em conjunto, são capazes de oferecer uma teoria mais abrangente sobre a relação entre os partidos e o processo de institucionalização do sistema político no Império. Essa contextualização será importante para iluminar aspectos da posição de Alencar sobre os partidos, tais como o sentido da sua proposta de representação proporcional para o “sistema partidário” existente, os limites de sua compreensão do sistema representativo como *governo de partidos*, as relações que ele estabelece entre representação, instituição de partidos “fortes”, e atuação legítima do Poder Moderador.

A aproximação contextual e analítica à vida política do Segundo Reinado a partir de suas instituições exige, contudo, um ajuste permanente do argumento, para que não se tenha que recorrer o tempo todo ao uso de aspas. Há uma impropriedade em se falar, propriamente, em “sistema partidário” no Brasil de 1860, em se procurar o esteio

“empírico” de instituições cuja realidade, para tantos intérpretes, era justamente o falseamento.

Esse ajuste consiste num compromisso entre a porção realidade e a porção falseamento, para o qual a análise comparativa dos primórdios da moderna representação democrática pode contribuir. Levar em conta, por exemplo, que, ainda que falseada, a existência de partidos parlamentares regulares foi uma preocupação da elite imperial e objeto de discussões e teorizações, bem como, em muita medida, uma necessidade prática, menos teorizada do que sentida. E considerar, também, os limites de um tempo que corresponde, na expressão recuperada por Bolívar Lamounier, ao “noviciado do sistema representativo” na vida política brasileira.

Com efeito, em 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o Brasil se “parlamentariza”, incorporando figura análoga ao Primeiro-Ministro a seu sistema político. A data marca o começo do fim do ciclo de conflitos da Regência, e aponta para a normalização da vida parlamentar no Império, que se consolidaria, com a vitória da pauta conservadora, na década seguinte.

Se, por um lado, os dois partidos políticos da época correspondiam apenas a agrupamentos parlamentares, frouxos na ideologia e no programa, divididos ao longo da linha desenhada pelas medidas adotadas no “Regresso” conservador, por outro eles mesmos eram forças sociais quase em estado bruto, na medida em que compunham o movimento de facções em disputa no território nacional. Constituíam não a representação de determinadas facções ou classes propriamente, mas os próprios grupos em cujo interior as disputas se davam. Por isso, se é exato que não passavam, enquanto partidos, de arranjos parlamentares, não exercendo papel de mediação e representação, também é certo que não se compreende nem sua formação nem sua evolução sem referência às posições sociais a que se ligavam e sobre as quais atuavam como forças sociais.

Para um excelente e organizado apanhado das correntes historiográficas interpretativas dos partidos imperiais, recorreremos ao levantamento feito por Ilmar Rohloff de Mattos, que as separa em essencialmente duas¹¹⁰: as que salientam apenas a *indiferenciação* como marca distintiva daqueles partidos, e as que ressaltam, sobretudo, a *diferença* entre conservadores e liberais.

O passar de olhos na relação de interpretações já mostra as dificuldades analíticas que se apresentam. Modernamente, com o advento das democracias de massa,

¹¹⁰ *O tempo Saquarema*, pp. 130-131, notas 84 e 85.

se concebem partidos como organizações, com razoável grau de autonomia e diferenciação interna. Antes disso, eram, no mais das vezes, facções em guerra, e, depois, agrupamentos ideológicos (ou puramente instrumentais) de elites políticas em condições de disputa monopolística. De qualquer modo, ainda que fossem meros arranjos institucionais frouxamente armados, os partidos imperiais existiam, provavelmente porque possuíam alguma função no modo como as elites políticas se organizavam no Estado. Daí a afirmação de Maria Isaura Pereira de Queiroz, na linha da indiferenciação, coligida por Mattos: “Os partidos imperiais foram o manto sob o qual se escondeu a força dos chefes locais; sua realidade *como ‘partido político’*, no sentido de *arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal*, não existiu; liberais, conservadores, as idéias de seus membros não apresentavam diversidade palpável”¹¹¹.

A citação de Queiroz é interessante porque concede alguma instrumentalidade aos partidos: são um “manto”, uma forma, sob a qual se “escondeu” (disfarçou, refratou?) a “força” política real do mandonismo local. Ao menos revela uma necessidade formal, a vigência de um código, cuja autonomia é discutível, mas que representa ainda assim algum índice de institucionalização no interior do domínio legal do Estado. Além disso, para Queiroz o critério de diferenciação não se prende a características formais do partido, mas à sua face programática ou ideológica. Nesse aspecto, o argumento da *indiferenciação ideológica*, presente também em Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, entre outros, toma como pressuposto uma definição de partido político como agremiação de interesses que gravitam em torno de programas ou idéias comuns. A consequência facilmente perceptível de um tal raciocínio é a antecipação da conclusão. Se os partidos são agendas ideológicas e programáticas nítidas e consistentes, tende-se a supor que eles não poderiam de fato existir no Brasil imperial.

Do lado da historiografia da diferença, estão, entre outros, Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho. Esses autores buscam ver diferenças na composição social dos partidos. O primeiro investe na composição estamental do Partido Conservador, apoiado nos interesses de senhores do comércio e do crédito, levando adiante a agenda burocrática da centralização e consolidação monárquica, por oposição ao pendor “democrático” do Partido Liberal, mais próximo de proprietários rurais e vocalizando suas demandas federalistas sob as fórmulas retóricas da *soberania popular*.

¹¹¹ *apud* Mattos, p. 130, grifado.

No entanto, devemos atentar para a ressalva com que Faoro pretende explicar, por outro lado, em que sentido a tese da indiferenciação procede: para ele, o refrão do visconde de Albuquerque (“nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder”), deve-se ao fato de que “no poder, nada separa um *saquarema* de um *luzia*, mas o poder, na verdade, tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério”¹¹². Assim, Faoro, ao distinguir os partidos conforme sua composição social e mesmo sua plataforma programática, os reduz a um adereço da corte, diferentes, mas submissos ao verdadeiro centro de decisões, que Ilmar Rohloff de Mattos, por seu turno, chamou de “partido da Coroa”¹¹³.

A análise de José Murilo de Carvalho é mais minuciosa, no que respeita à composição social dos partidos e à sua evolução ideológica e programática. Como muitos outros, Carvalho ressalta a importância do tema da descentralização (sobretudo a experiência das medidas “democráticas” da Regência como o Ato Adicional e o Código de Processo Criminal)¹¹⁴ como veio divisor da clivagem partidária. Mas percebe que a disposição do conflito partidário mudou no tempo, com a emergência da liga progressista em meados da década de 60 – criticada por Alencar nas primeiras *Cartas ao Imperador* – e com o aparecimento de um “novo” partido liberal em 69 (um ano depois da queda do gabinete “progressista” de Zacarias e da volta dos Conservadores ao poder). O fim da década de 60, no pós-conciliação (cujo marco temporal é o Gabinete Paraná), assistiu ao aparecimento de novas demandas do lado do Partido Liberal, mais radicais, como a responsabilidade dos ministros por atos do poder moderador, a descentralização, liberdade ampla de ensino, o fim da jurisdição administrativa, a natureza puramente administrativa do Conselho de Estado, supressão da vitaliciedade do Senado, etc¹¹⁵. A evolução programática é índice, para Carvalho, da oscilação ideológica entre “dois liberalismos”, um de matriz mais urbano e doutrinário, e outro de elaboração mais rural e pragmático.

A explicação prossegue, para ver nessa dinâmica ideológica o resultado de diferentes composições sociais e regionais dos partidos. O levantamento feito por José Murilo desautoriza muitas interpretações consagradas a esse respeito. Ele mostra uma

¹¹² *Os Donos do Poder*, v.1, p. 387.

¹¹³ *O tempo Saquarema*, p. 168.

¹¹⁴ “As consequências da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação de dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final.” *A construção da ordem, Teatro de Sombras*, p. 204.

¹¹⁵ cf. Américo Brasiliense. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*, p. 44 e 45.

igual distribuição de “senhores de terra” entre os dois partidos, mas um peso diferente quanto à presença de burocratas e profissionais liberais. Sua conclusão é de que “o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra”. Naturalmente, a presença igualmente distribuída dos “donos de terra”, cujo “liberalismo” era em muitos casos a tradução de demandas descentralizantes, atribuía um fundo comum ao dois partidos, e expunha os limites de programas liberais mais avançados, por um lado, e de medidas conservadoras reformistas (como as leis abolicionistas), de outro. A esse respeito, José Murilo de Carvalho lembra a divisão do partido conservador na passagem da Lei do Ventre Livre e a destituição da câmara liberal por ocasião da Lei dos Sexagenários¹¹⁶.

Do ponto de vista da composição regional dos partidos, a análise de Carvalho confirma que a estrutura dos conflitos regenciais de alguma forma projetou-se sobre o sistema partidário estabilizado a partir de 1847. O partido Conservador teria uma composição mais acentuada proveniente sobretudo do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco¹¹⁷, áreas de colonização mais antiga, do comércio e do tráfico negreiro, além da grande economia mais decisivamente voltada para a exportação, ao passo que os liberais “predominam no resto do país”, com especial atenção para Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Do cruzamento das composições social e regional, bem como do exame de programas e ideologias confrontados com problemas como a escravidão e a descentralização, Carvalho conclui que os partidos imperiais tinham composição social e regional complexa, e que essa *complexidade*, refletida no comportamento político de seus membros com relação àquela agenda, podia dar a idéia de pouca diferença entre eles. Mesmo assim, Carvalho distingue um núcleo conservador empenhado na construção do Estado imperial como uma convergência de burocratas (magistrados), proprietários rurais e comerciantes.

Destacando essa complexidade, Carvalho faz talvez a melhor escansão das divisões sociais que os partidos imperiais continham, mas sugere algumas ilações sociológicas contestáveis como, por exemplo, que o apoio de proprietários rurais do Partido Conservador à centralização política era a manifestação do maior envolvimento

¹¹⁶ cf. *A construção da ordem*, p. 224.

¹¹⁷ Bahia e Pernambuco, na verdade, segundo Carvalho, “dividiam-se mais ou menos igualmente entre os dois partidos”, mas, como o mesmo autor demonstra, eram notáveis áreas de concentração dos conservadores. Cf. op. cit., p. 217.

de suas províncias no comércio internacional, o que teria forjado “uma visão política menos provinciana”¹¹⁸.

Talvez se possa argumentar que algum *sociologismo* seja, no caso, inevitável, dada a inexistência de mecanismos institucionais capazes de imprimir uma lógica própria à dinâmica parlamentar. Em *Teatro de Sombras*, o próprio José Murilo de Carvalho deixa evidente o argumento de que o problema político do Império – o de “como entregar o governo do país a si mesmo”, ou seja, “como entregar o governo dos proprietários rurais a si mesmos”¹¹⁹, fazendo funcionar um sistema parlamentar que absorvesse as tensões entre a elite – terminou sendo resolvido menos pelos partidos políticos do que pela moderação do Imperador, que procurava garantir a alternância de poder e a composição mais representativa da Câmara, projetando politicamente os interesses mais progressistas que se encontravam bloqueados pelos grupos oligárquicos. Aderindo a essa interpretação, se justifica o arranjo político que sujeitava a dinâmica partidária à intervenção direta da coroa:

O que não era analisado era a necessidade que tinha o governo de intervir. Embora o sistema fosse bipartidário, os partidos não possuíam solidez e disciplina suficientes para sustentar o governo com base em pequenas maiorias. Eram freqüentes as dissidências de caráter provincial, pessoal ou ideológico. Mais comuns no Partido Liberal, o Conservador também não estava imune às fraturas. A maioria governamental precisava ser a mais ampla possível para reduzir o efeito das dissidências.¹²⁰

A fraqueza dos partidos, nesse sentido, confrontados com exigências de disciplina e unidade, é um dado patente, e motivará inclusive as críticas de Alencar, cuja inspiração examinaremos adiante. No entanto, nem por isso é desnecessário avaliar como as estruturas institucionais conformavam o conflito político. De alguma forma, a acomodação dos conflitos sociais da Regência, com sua “conjuntura hobbesiana”, exigia uma solução institucional flexível o bastante para permitir que a representação funcionasse como expressão de insatisfações. Essa plasticidade explica e abona a fraqueza dos partidos.

Nesse sentido, aliás, vai a interpretação de Harvey C. Mansfield sobre a institucionalização dos partidos ingleses depois da revolução de 1688¹²¹. Para o autor, os partidos políticos surgem no processo de busca de uma representação qualificada, para

¹¹⁸ idem, p. 220.

¹¹⁹ *Teatro de Sombras*, p. 403.

¹²⁰ op. cit., p. 405.

¹²¹ *Party Government and the Settlement of 1688*. In: APSR, vol. 58, n. 4, Dezembro 1964.

além da representação “hobbesiana”, que é simples autorização legal, produzida pelo consenso em torno da ordem política. Uma representação que, expressando variedade de opiniões, pudesse atingir a unidade necessária para o governo efetivo, entendido este como capacidade de ação.

No caso inglês, o governo de partidos só pôde ser instituído depois da “intervenção de um princípio exterior”¹²² nas clivagens religiosas e políticas que animaram as guerras civis do século dezessete. Esse princípio foi a abolição de todo direito divino como fonte de legitimidade. Os partidos depois de 1688 são, portanto, novos, comprometidos menos com a animosidade religiosa do que com a consolidação do próprio sistema partidário. Comparados com os partidos beligerantes, *whigs* e *tories* pós-1688 são partidos enfraquecidos, que enfrentam dificuldades para concertar sua ação coletiva, mas têm importância fundamental na construção da ordem.

Bolívar Lamounier avalia de modo semelhante os partidos imperiais. Sua preocupação interpretativa mais ampla, em *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*, é com a marcha do *crafting* institucional democrático no Brasil, do qual a experiência parlamentar do Império seria um ensaio inaugural. Para o autor, duas das características fundamentais da competição política são a *incerteza* e a *inteligibilidade* – a primeira referente à impossibilidade de a competição política ser controlada por qualquer de seus participantes, e a segunda ligada à capacidade de julgamento pelos eleitores das performances dos eleitos, e, pelos eleitos, da mensagem enviada pelos votos dos eleitores. É com relação a essas categorias que se pode avaliar, segundo Bolívar, o estado da evolução da competição política. É também recorrendo a elas que Bolívar acentua o caráter *necessário* do sistema representativo como solução institucional de acomodação dos conflitos no interior das elites do Brasil Império:

Tratava-se de implantar, com todas as limitações e imperfeições da época, um processo de representação dotado da generalidade dos mecanismos eleitorais e, por conseguinte, de sua incerteza. Por mais que o controle do eleitorado (com base em relações de subordinação econômica, na fraude ou na violência pura e simples) anulasse os pretendidos atributos de generalidade e incerteza, ainda assim o mecanismo representativo era necessário.¹²³

A necessidade do mecanismo representativo devia-se justamente à sua capacidade de funcionar segundo uma lógica competitiva, ou seja, a de substituir o

¹²² op. cit. p. 937.

¹²³ *Da Independência a Lula*, p. 28.

conflito deflagrado por uma outra modalidade de conflito regulado, mas sem vedar de antemão a possibilidade de ascensão de diferentes grupos a posições de poder.

Segundo esse raciocínio, de fato o controle do eleitorado, não sendo prática exclusiva de um dos partidos – como demonstra a vitória liberal nas “eleições do cacete” em 1840 –, não impedia que se travasse competição – e, portanto, que houvesse *incerteza* no processo eleitoral –, ainda que a competição fosse pelos modos de controle dos eleitores, pela composição das mesas paroquiais, pelo exercício dos mecanismos de validação de diplomas, etc. O debate parlamentar em torno das regras eleitorais, nos anos 50 e 60, fornece nesse aspecto um eloquente testemunho da disputa pelos mecanismos institucionais de limitação e conformação do eleitorado¹²⁴.

Para Lamounier, no entanto, a passagem do conflito aberto da Regência para o conflito regulado do parlamento não se dá sem uma alteração na natureza dos partidos, semelhante àquela apontada por Mansfield com relação aos partidos ingleses. No caso brasileiro, o tema da força ou fraqueza dos partidos padeceu da mesma ambigüidade – partidos institucionalizados são necessários para que se passe de uma representação meramente hobbesiana para uma representação qualificada, dotada do atributo da *inteligibilidade*, mas partidos fortes demais põem em risco os limites da acomodação institucional que o parlamentarismo pode oferecer. Bolívar flagra essa ambigüidade ao comentar, em chave diversa daquela de José Murilo de Carvalho, a dissolução do gabinete Zacarias. Em sua opinião, a ação do Poder Moderador como fidúcia da alternância do poder e como indutora da institucionalização dos partidos, tem “verso e reverso”:

Valendo-se das prerrogativas constitucionais do poder Moderador, o monarca empenhou-se em consolidar os partidos parlamentares e absorver dissidências potencialmente perigosas para o sistema. Mas essa ação tinha verso e reverso. Ao induzir a alternância que o processo eleitoral por si só não parecia capaz de assegurar, Pedro II na verdade controlava toda a atividade partidária; sua intervenção “moderadora” falseava no nascedouro a lógica do regime parlamentar, pela qual o comando do governo cabe ao partido com

¹²⁴ Para Gramsci, por exemplo, a virtude do sufrágio universal não está em traduzir normativamente a “vontade” do maior número, mas em “instrumentalizar” o aspecto “quantitativo” do eleitorado, transformando-o em índice da capacidade hegemônica dos distintos grupos que disputam poder (cf. *Maquiavel, a política e o Estado*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.89). Nesse sentido, não é a lisura do processo eleitoral que caracteriza a *incerteza* da competição política, mas sim a igualdade de meios entre os competidores – que, para Gramsci, são elites, ou “vanguardas”, capazes de articular projetos políticos, ou seja, possuidores da “capacidade de tornarem-se Estado”. Evidentemente, quanto mais democrático o sufrágio, mais fielmente ele expressará as diferentes capacidades de direção e persuasão das “minorias ativas”.

maior número de deputados eleitos. Assim, ao resolver um problema, o imperador criava outro.¹²⁵

Por conseguinte, Lamounier termina vendo na atuação ambígua do imperador – o “partido da Coroa” – o fator responsável pela percepção de que a realidade do sistema representativo residia no seu falseamento, de que a realidade dos partidos políticos era a de uma encenação, co-extensiva ao ritual igualmente esvaziado de conteúdo das eleições. No caso da dissolução da câmara liberal de 1868, agrava-se a ambigüidade, quer pelo fator exterior à dinâmica parlamentar que foi a Guerra do Paraguai, quer pelo fato de que, desde as eleições de 1860, a primeira sob vigência da Lei dos Círculos – que instituiu a eleição por distritos – muitos observadores, cronistas e comentaristas, como Euclides da Cunha, supunham estar em desenvolvimento uma “marcha democrática”, com o incremento do eleitorado e uma maior proximidade entre a composição do parlamento e os resultados eleitorais. Daí Bolívar considerar a intervenção de Pedro II como “despótica, contrária à tendência civilista e evolutiva do sistema parlamentar”¹²⁶.

Bolívar se preocupa ainda em ressaltar o estado da arte do sistema representativo, do *enfranchisement* democrático no mundo, à época em que os partidos imperiais se firmavam sobre bases tão frágeis. A análise comparativa parece querer demonstrar que a dinâmica de implantação dos mecanismos da competição democrática é mais ou menos a mesma, ou pelo menos percorre estágios semelhantes, em diferentes contextos nacionais. Assim, a comparação com a Inglaterra (cujo eleitorado em 1830 representava apenas 1,8% da população) oferece um paralelo duplamente instigante, já que aquele país foi, entre as potências do concerto europeu, a fonte por excelência de teorias e práticas políticas “civilizadas” em que beberam tanto os construtores da ordem imperial brasileira quanto seus críticos liberais mais doutrinários. O argumento comparativo sugere que tanto o *crafting* democrático quanto a institucionalização dos partidos políticos como seus atores principais são processos lentos e complexos, que nos primórdios enfrentam distorções inevitáveis, quase “de praxe”.

No entanto, se muitos países conviveram com “burgos podres”, limitações do sufrágio, fraudes e violência, ao longo de sua história eleitoral, isso não autoriza considerações sobre a evolução dos sistemas partidários. O modo como os partidos ingleses se transformaram de partidos parlamentares em partidos de massa, por

¹²⁵ idem, p. 66.

¹²⁶ ibid, p. 76.

exemplo, mostra linhas de continuidade que as interrupções históricas por que passou o Brasil, como a proliferação dos partidos únicos estaduais na República Velha, não facultaram ao processo político. Na Grã-Bretanha, a reforma de 1832, que consolidou a responsabilidade do gabinete perante a câmara dos Comuns e ampliou o sufrágio, também repercutiu sobre a estrutura dos partidos. Segundo Samuel H. Beer, os anos seguintes à reforma assistiram ao crescimento organizacional dos partidos fora do Parlamento, segundo uma lógica centralizada (de “cima para baixo”), através da multiplicação de associações de filiação nas províncias, que funcionavam muitas vezes como forma de controle pela cúpula “parlamentar”¹²⁷. O comentário de Bagehot a respeito do funcionamento do sistema parlamentar inglês daquela época, contudo, sugere o grau de falseamento a que estava sujeito. Pra ele, as instituições políticas inglesas teriam sido feitas para uma sociedade “deferencial”:

I meant that the nominal constituency was not the real constituency; that the mass of the ‘ten-pound’ householders did not really form their own opinions, and did not exact of their representatives an obedience to those opinions; that they were in fact guided in their judgment by the better educated classes; that they preferred representatives from those classes, and gave those representative much license ¹²⁸.

A transformação dos partidos de elite em partidos de massa, no entanto, terminou se consumando. No primeiro momento da ampliação do sufrágio, no entanto, o crescimento das organizações partidárias ainda foi presidido pelas elites parlamentares e instrumentalizado por elas como forma de controle sobre indicações de candidatos, alistamento, associações provinciais, etc. Em que pese o comentário de Bagehot indicar algo semelhante ao que Raymundo Faoro sustentara – que o verdadeiro lugar do poder estaria longe da generalidade dos mecanismos eleitorais –, a evolução dos partidos no Brasil não cumpriu trajetória análoga à dos partidos ingleses em direção aos partidos de massa. Adaptável para os nossos partidos imperiais, a afirmação do autor de *The English Constitution* nem por isso sugere que, do mesmo ponto de partida, vai-se ao mesmo ponto de chegada.

No Brasil, a estrutura “deferencial” da sociedade, cujo fundamento repousava antes no exercício de fato do poder privado – na escravidão – do que na sedimentação secular da tradição aristocrática, projetou-se de maneira diversa sobre o sistema partidário, gerando conseqüências outras para o seu funcionamento e para sua evolução.

¹²⁷ *Great Britain: from governing elite to organized mass parties*, p. 13 e ss.

¹²⁸ *apud* Beer, p. 14.

A dinâmica específica do sistema partidário imperial é tributária em parte do falseamento a que se referiu Faoro, e em parte da “necessidade” da generalidade da representação a que fez alusão Bolívar Lamounier. Nesse sentido, a interpretação de Ilmar Rohloff de Mattos enriquece as perspectivas até aqui comentadas, ao associar a historiografia da diferença ao argumento da confusão prática entre os partidos.

A diferença entre *squaremas* e *luzias* reside, para Mattos, na relação de *hierarquia* que se estabelece entre os dois grupos e domina a sua identidade política. Sua principal referência analítica consiste em considerar os *squaremas* como grupo cuja identidade confundia-se com o próprio projeto de consolidação monárquica, é dizer, como um grupo que, ao buscar a consolidação do Estado Imperial, construía sua própria individuação como classe política capaz de transcender o âmbito dos negócios particulares, de tomar a distância necessária do mundo das relações econômicas, de assegurar o próprio sistema parlamentar como mediação institucional, e produzir o *statesman* típico do Império, que defendia os princípios da pauta conservadora – gradualismo em matéria de abolição, centralização, senado vitalício, Conselho de Estado, ou seja, o conjunto das conquistas o Regresso dotado de alguma margem reformista – como defendesse os próprios pilares do Estado e de sua Constituição.

A evidência da “direção squarema” estava até na duração dos gabinetes, no estilo administrativo centralizador e minucioso, na força com que a pauta hierarquicamente superior se impunha ao programas – origem da percepção de indiferenciação.

Em parte, sua posição de superioridade pode ser entendida, segundo Mattos, como expressão da primazia dos interesses que representavam. Se as demandas da descentralização, ou seja, de uma “distribuição mais territorialmente equilibrada do poder”¹²⁹, estandarizadas pelos Liberais, não conseguiam se impor sobre interesses mais imediatos, as reivindicações dos Conservadores estavam intimamente relacionadas com as condições de expansão territorial e econômica da lavoura cafeeira, do monopólio do tráfico negreiro, do crédito à agricultura, do estímulo ao comércio. A ancoragem política permitiu aos conservadores uma dupla expansão:

Horizontalmente, confundindo-se com a constituição da própria classe: de maneira lenta e progressiva, por vezes individualmente e em outras oportunidades por meio dos blocos originados da rede de alianças familiares, ocorre a incorporação de outros monopolizadores, no interior da Região de Agricultura Mercantil-

¹²⁹ *O Tempo Squarema*, p. 105.

Escravista – plantadores, negociantes, capitalistas – e nas demais regiões do Império – como os charquadores sulinos, por exemplo. Verticalmente, confundindo-se com a própria consolidação do Império: para seus desígnios são atraídos tabeliães, médicos, advogados, professores, jornalistas, guarda-livros, caixeiros, mas sobretudo os contingentes sempre crescentes dos empregados a serviço do Estado, entre os quais se inclui o funcionalismo leigo e eclesiástico, civil e militar.¹³⁰

Aqui encontramos, “horizontalmente”, o Partido Conservador tal como o descreve José Murilo de Carvalho, uma coalizão entre senhores de terra, de áreas de colonização mais antiga, com burocratas, funcionários públicos, e, em menor medida, também profissionais autônomos. Mas a expansão “vertical” da direção saquarema indica um outro elemento que conferia ao partido Conservador sua preponderância relativa sobre os Liberais. No topo da estrutura vertical em que se moviam os partidos havia um centro de decisão que era, inclusive do ponto de vista constitucional, a “fonte”, por assim dizer, de qualquer hierarquização. Trata-se do *partido da Coroa*:

Em sua ação como um Partido, a Coroa promove associações e difunde uma civilização. Ela se apresenta por meio da figura do imperador – homem culto e ilustrado, de cuja formação se cuidou com esmero –, mas não se resume a ele. Ela deve conter, e efetivamente contém, diversificados elementos, agrupados em segmentos, os quais, neste império que tem o seu território reificado por aqueles que o dominam e dirigem, parecem estar dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço. E, sem dúvida, da confluência desses elementos e segmentos, propiciada pela ação saquarema, resultam a força da Coroa e o prestígio do imperador.¹³¹

Os círculos concêntricos a partir do Paço indicam graus de uma hierarquia cujas linhas mais centrais estão ocupadas por conservadores. O que não impede, como sustenta Mattos, que estes cheguem a disputar poder à “facção áulica”, e que esta, em muitas reformas como a da abolição, enfrente na oposição dos “barões”. O compromisso conservador com as bases econômicas da agricultura de exportação e do comércio exterior era também, afinal, esteio do regime monárquico. Não surpreende, assim, que as leis abolicionistas tenham passado sob gabinetes saquaremas.

Se a constituição brasileira de 1824 não era, como a constituição norte-americana, estruturalmente avessa à idéia de partidos políticos, e mais, se o príncipe liberal ainda os queria fortalecer, a explicação de sua fraqueza deve incorporar os fatores sociais e institucionais até aqui avaliados. O arranjo propiciado pelo Poder

¹³⁰ *idem*, p. 167.

¹³¹ *ibid.* p. 180.

Moderador, a existência de fato de uma hierarquização entre os partidos emanada do projeto de consolidação do Estado, denotam uma forma específica de construção institucional sobre bases sociais também peculiares.

Do ponto de vista institucional, cumpre avaliar que mediações se impunham à orquestração política. Alencar cuidou de avaliar essas mediações e chegou mesmo a teorizar sobre elas, em pelo menos dois momentos muito significativos da sua trajetória política. Por esse fato, as suas reflexões sobre os partidos não podem ser vistas de maneira isolada. Se ligam, por um lado, à sua teoria da representação política e à sua concepção agonística da deliberação, e, por outro, remetem aos valores que defendia, no Partido Conservador, como projeto político de construção da Nação. Os dois momentos que queremos pôr em relevo são demarcados por um fato: a queda do gabinete Zacarias, em julho de 1868.

Para muitos, a queda de Zacarias evidenciou o poder real que residia nas mãos do Imperador. Entretanto, há que se considerar o contexto em que se deu, com um chefe conservador à frente do Exército (Caxias), em momento decisivo da Guerra do Paraguai, e com um partido Liberal fraturado internamente entre os “progressistas” e a “velha guarda” dos liberais “históricos”.

Alencar foi o Ministro da Justiça do gabinete Itaboraí, que se seguiu ao gabinete 3 de agosto, chefiado pelo “pouco habilidoso e às vezes intratável”¹³² Zacarias de Góes. Teremos em conta dois conjuntos de textos políticos em que ele reflete sobre o papel dos partidos: as primeiras *Cartas de Erasmo ao Imperador*, de 1866 e o próprio *Sistema Representativo*, de 1868, formam um deles; o outro é composto por textos mais conjunturais, em que Alencar sustenta, basicamente, que a queda de Zacarias não representou um ato autoritário da Coroa: a principal peça desse conjunto é o seu discurso de 9 de agosto de 1869 (publicado nesse mesmo ano como *Discussão do Voto de Graças*). Além dele, há também a série de artigos jornalísticos intitulada *O Manifesto Liberal*, que faz mais meticulosamente a defesa do gabinete Itaboraí das acusações de despotismo feitas por Nabuco de Araújo.¹³³

¹³² Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico*, p. 95

¹³³ Não nos foi possível consultar ainda o libelo que Alencar publicou em 1866, sob o título “Os Partidos Políticos – páginas da atualidade”, contendo uma defesa da superioridade do sistema bipartidário. Um exemplar do raro panfleto encontra-se na biblioteca Acadêmico Luiz Vianna Filho, do Senado Federal, e atualmente está sendo restaurado, indisponível para consulta. De qualquer modo, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, o texto não oferece maior interesse teórico: “Escravo dos eventos da conjuntura, neste opúsculo, Alencar não conseguiu produzir uma análise sofisticada do tema que anuncia ao início do texto – o da superioridade do bipartidarismo sobre os demais sistemas, em particular o sistema tripartite. A reflexão perde-se entre comparações intempestivas com a Inglaterra (o que não é comum em Alencar que, na verdade, era excelente comparativista para a época), uma

Partidos políticos e a emergência orgânica da representação

Na sexta das *Cartas de Erasmo ao Imperador*, de 1866¹³⁴, José de Alencar, traçando a trajetória dos partidos desde a Independência, sublinha a passagem de partidos “nacionais” a partidos “políticos”, com a morte de Pedro I. Apascentadas as divergências entre “independência” e “absolutismo”, equivalente à oposição entre brasileiros e portugueses, inaugura-se a fase “política” dos partidos. A fase política só se pode estabelecer depois de superada a fase integrativa, em que o próprio território jurídico se firma.

Nesse sentido, o argumento da “dialética conflito-integração”, presente nas interpretações de José Murilo de Carvalho e Bolívar Lamounier, oferece um roteiro fiel do processo pelo qual os partidos funcionam como canalização de conflitos. Como salientam Lipset e Rokkan¹³⁵, o fato de que os partidos sejam agências de mobilização capazes de imunizar e institucionalizar o sistema político para além de conjunturas violentas, fundamentando o acordo em torno da ordem, levanta questões sumamente relevantes, a saber, como os conflitos se traduzem em oposições partidárias? Que questões acabam sendo mais importantes que outras na definição dessas oposições? A tentativa de responder a essas perguntas, feita, entre outros, pelos historiadores e analistas até aqui coligidos, procuram levar em consideração a interação entre aspectos sociais e institucionais. Ainda segundo Lipset e Rokkan, a mediação específica que os partidos representam consiste na *cristalização e na explicitação de interesses*, na formação de alianças, na organização das divergências e na eleição de prioridades. Assim, essa mediação converte os partidos em unidades expressivas, encarregadas de elaborar a *retórica da tradução política das demandas sociais*. Não deixa de ser esta uma “função cognitiva” dos partidos. Ao elaborarem sua retórica, eles dão feição nova à disputa política, atribuindo-lhe a “inteligibilidade” a que faz referência Bolívar Lamounier, traçam seus limites não só discursivos, mas também normativos.

Na hierarquia dos conflitos, vimos que a pauta conservadora situava-se no *ponto de convergência territorial-econômica-integrativa da política imperial*. Segundo Lipset e Rokkan, no momento de consolidação dos partidos e do sistema político, os

discussão rarefeita de abstratas formas partidárias e entre referências ao insosso dia-a-dia dos partidos nacionais de então”. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*, p. 15

¹³⁴ *Obra Completa*, v. 4, p. 1065.

¹³⁵ “Cleavage Structures, Party System and Voter Alignments”, in S. M. Lipset and S. Rokkan (eds.) *Party System and Voter Alignments: Cross National Perspectives* (New York, Free Press, 1967), pp 91-138.

conflitos de matiz territorial são os que definem as clivagens partidárias. Essa constatação abona as interpretações aqui discutidas, e justifica a projeção das oposições regenciais sobre os partidos parlamentares. No entanto, a “dialética conflito-integração” sugere uma relação pouco explorada entre conflito intra-elites e extensão do sufrágio. Não por acaso, essa “conexão eleitoral” entre partidos fortes e ampliação do sufrágio é um dos temas privilegiados da reflexão política de Alencar, que associava, como muitos de seus contemporâneos, o vigor dos partidos ao aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais.

Os partidos políticos estão sempre presentes nas reflexões de Alencar sobre o sistema representativo, e na sua crítica mais circunstancial dos costumes políticos. Em que pese toda a massa de interpretação que lhes ressalta a fraqueza enquanto instituições, seus programas e personagens ajudam a dar sentido às disputas políticas do Segundo Reinado, de cujo desenvolvimento Alencar tomou parte como expectador, às vezes partícipe menor, e de que foi também um cronista engajado.

Da perspectiva dos partidos políticos, os dois textos que formam um primeiro conjunto (as *Cartas de Erasmo* e o *Sistema Representativo*) articulam diagnóstico e terapêutica. Nas *Cartas*, Alencar dirige-se ao monarca e exorta-o a pôr em uso as prerrogativas do Poder Moderador como forma de moralização política – isto é, *regeneração dos partidos*. As críticas de Alencar revelam os pressupostos que, como vimos, servem de base às reflexões d’*O Sistema*: o governo democrático como governo da razão nacional, integralmente representada, e deduzida do choque de idéias – *deliberação* – num parlamento de notabilidades – *hierarquia*.

Saídas entre o final de 1865 e 1866, as *Cartas* são uma pessimista contemplação da paisagem política que se estende da Conciliação de 1853 até à época da Liga Progressista, sob liderança de Nabuco de Araújo (no senado) e Zacarias de Góes e Vasconcelos (na câmara). Por sua vez, o *Sistema*, como vimos, localiza no mecanismo eleitoral a usurpação originária da “soberania nacional” e propõe um modelo que, praticado, deveria sanar os males que atingiriam o próprio sistema partidário. Na passagem da crítica à proposta, Alencar faz uma história e uma teoria dos partidos políticos, sendo a primeira coincidente com muitos aspectos posteriormente sedimentados como entendimento corrente, e a segunda reveladora da tenacidade com que procurou deslindar, através da sua teoria da representação, um problema de legitimação da prática política.

A devassa apresentada nas *Cartas* começa com um apanhado histórico. Alencar recua até à Independência para argumentar que o momento de instauração da vida parlamentar propriamente política se dá com a superação das oposições em torno da nacionalidade. O marco exato é a morte de D. Pedro I: “Aí acabam os partidos pátrios e nacionais; e começam os partidos políticos”¹³⁶. Entre 1827 e 1834, segundo Alencar, há atividade cívica, ou seja, desenvolvimento da imprensa, mobilização patriótica. Mas não dura muito: “Os partidos logo se tornam estéreis; algumas idéias que surgem só têm em vista a conquista ou a manutenção do poder”¹³⁷.

Desde o começo da sua vida política, portanto, o Brasil de Alencar já experimenta a sujeição das idéias ao poder. Pouca coisa o horrorizava mais do que o espectro do amesquinamento das vocações, da redução da política a negócio. No plano da crítica, esse é o veio principal. Tanto que Alencar distingue, no *Sistema*, entre “partidos ambiciosos de governo” e “partidos de idéias”. Sua proposta de eleição proporcional teria o condão de igualar as oportunidades e os meios de competição entre eles, dentro do que fosse possível, ou seja, no nível da representação:

Os partidos ambiciosos de governo continuarão a existir; mas á par delles se formarão os partidos de idéa, hoje impossiveis; as propagandas em prol de um melhoramento social; as seitas reformistas que preparão os elementos das revoluções humanitarias. Estes partidos, não disporão de certo como os outros, do mando, dos titulos e dos cofres publicos para favonear a vaidade ou cupidez dos que os sirvão; terão porém mais pura e valiosa recompensa para tributo aos seus chefes; os testemunhos do reconhecimento publico, a celebridade e a gloria.¹³⁸

Os partidos nascentes, por meio da representação proporcional, também têm garantidos os meios de se desenvolverem:

De seu lado os partidos nascentes, sentindo a necessidade imprescindivel de augmentar suas forças pela intelligencia para resistir às opiniões mais fortes, serão forçados a se confiarem nos seus chefes naturaes e legitimos: seu programa será subjugar o número á razão, o fato ao direito.¹³⁹

¹³⁶ Carta VI, *Obra Completa*, v. 4, p. 1078.

¹³⁷ *idem*.

¹³⁸ *Sistema*, p. 178.

¹³⁹ *idem*.

Nesse quadro ideal de submissão da quantidade à qualidade, o partido é uma unidade representativa de uma opinião¹⁴⁰, milícia civil organizada em torno da adesão a princípios comuns. Não cabe no idealismo desse esquema conceitual e cultural o partido real, veículo de transações, negociações e barganhas, transigindo no programa em função da disputa de posições de poder. Para Alencar, a face instrumental do partido é o número, como pura indicação de força real de uma determinada opinião; trata-se, portanto, de um instrumento de medida da verdade das opiniões e de um veículo para a formação da vontade estatal, o número a serviço da concreção de idéias, o que convence o escritor de que a soberania fala a linguagem da aritmética.

Contrastando com o conceito ideal, a realidade dos anos mais próximos à edição das *Cartas* se mostra especialmente defeituosa. Os partidos propriamente políticos, nascidos da superação do antagonismo de nacionalidades, nutrem-se de diversas fontes sociais. O partido Conservador próximo ao “comércio português”, e o Liberal enfeixando as demandas das revoltas regenciais. Alencar ressalta o quanto as disputas entre patrióticos e portugueses ainda animou os conflitos regenciais, mas também registra a natureza específica da clivagem relacionada à distribuição territorial do poder. Para ele, a Regência merece louvores do ponto de vista da sua produção legislativa, pelas iniciativas descentralizantes, como a organização das províncias, o Ato Adicional e a ordem judiciária. O Segundo Reinado “até 1854” também teria rendido bons frutos, méritos do quinquênio liberal e da volta dos conservadores¹⁴¹.

No entanto, a evolução do sistema partidário traçada na terceira das *Cartas* é bem menos generosa. Situa o fim do quinquênio liberal, com a chamada “quebra dos remos”, no mesmo nível de degradação de princípios partidários que veria no Partido Conservador a partir de 1852. Com efeito, todo o período liberal foi marcado pelas desavenças internas àquele partido, e já era corrente então a idéia de conciliação. A fratura provocada por interesses regionais e domésticos (bem desenhada na diferença entre *praieiros* de Pernambuco e *luzias* do sul, que não apoiaram as lutas uns de outros),

¹⁴⁰ Essa, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, “Concepção bastante diferente da de Burke, para quem os partidos, honradas conexões, devem exercer todo o poder e autoridade do Estado com o objetivo de pôr em prática suas idéias sectárias”. Op. cit., p. 47. Realmente, como nota Santos, Burke não aventa a possibilidade dos partidos não se comportarem como “honradas conexões”. No entanto, seu objetivo nos *Thoughts on the Cause of the Present Discontents*, se não o leio equivocadamente, parece ser primordialmente demonstrar a necessidade de concertação política por meio dos partidos como forma de reagir ao “duplo gabinete” (*double cabinet*). Trata-se antes de resolver um problema de ação coletiva, contra uma tradição que via nos partidos a permanente ameaça do espírito de facção.

¹⁴¹ “(...) as melhorias da organização judiciária e do régimen eleitoral, o Código Mercantil, a abolição do tráfico, o restabelecimento das finanças, o desenvolvimento do crédito e espírito de associação; prosperidade no interior, glória no estrangeiro”, *ibid.*, p. 1055.

bem como a diversidade de opiniões dentro dos partidos, refletia-se em gabinetes compostos por ministros distantes entre si no espectro programático¹⁴². A direção liberal não consegue emplacar seu programa de reforma da Guarda Nacional e da lei de 3 de dezembro de 1841, que limitava o alcance do Ato Adicional. Para Alencar, trata-se da “solene confissão que fez o liberalismo de sua impotência”. Essa impotência implica também a fixação de uma *identidade* e de uma *posição hierárquica* bem definidas no sistema partidário: o partido Liberal era “feito para a oposição”¹⁴³.

O ano de 1852 foi marcado pela eleição de uma câmara unanimemente conservadora e por ferrenhas disputas em torno da qualificação dos eleitos. Na antevéspera da conciliação, Nabuco de Araújo advertira que a unanimidade engendraria conflitos no interior do próprio partido Conservador, fazendo aparecer a oposição que as urnas emudeceram¹⁴⁴. Os conservadores conheceram, nas palavras de Alencar, a “caducidade precoce”. A narrativa da terceira *Carta* vai assim sedo conduzida até o seu clímax crítico:

Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar de conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.¹⁴⁵

Alencar é inimigo da própria idéia de conciliação, muito em função de sua compreensão agonística e deliberativa da política. Como idéia, a conciliação nunca deixou de estar presente nos debates parlamentares, desde a normalização da vida política no arrefecimento das revoltas regenciais. A anistia dos luzias revoltosos em 1844, bem como a sua própria dispersão, davam testemunho da disposição inclusiva do sistema, da necessidade de transação. Nabuco de Araújo, em seu discurso da “ponte de ouro”, defendia concessões mútuas em nome do “progresso”, embora não advogasse a coalizão ou a fusão dos dois partidos, o que, segundo ele, só faria prevalecerem as idéias “exageradas” sobre as “conservadoras”.

Também os fatores econômicos reclamavam unidade política para a sua condução. É tempo do “gosto pelas iniciativas”¹⁴⁶, dos melhoramentos materiais, de

¹⁴² A situação encetou o discurso de Sales Tôrres Homem na câmara, em 22 de maio de 1848: “A imediata e infalível conseqüência de tão defeituosa organização é a impossibilidade de existência de um acôrdo natural, verdadeiro e sincero entre a maioria parlamentar e o ministério, como requer o interesse público. Que opinião apoiaria nessa aglomeração de opiniões opostas?”, em *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5, p. 10.

¹⁴³ op. cit., p. 1061.

¹⁴⁴ Cf. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5, p. 24.

¹⁴⁵ op. cit., p. 1061.

¹⁴⁶ *História Geral da Civilização Brasileira*, p. 40. Também Paulo Mercadante salienta o desenvolvimento da indústria como marca da época, talvez com tintas um pouco fortes: “Cria-se uma

expansão de uma indústria incipiente e da própria agricultura, em função da disponibilidade de capitais trazida com a extinção do tráfico de escravos, em 1850. Nesse sentido vai o discurso de Paranhos em 28 de junho de 1861, dizendo, com lucidez, que “a conciliação não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade”¹⁴⁷.

Com isso talvez Alencar concordasse. Para ele, as causas da transação corrupta dos partidos haveriam de ser buscadas nas falhas da educação cívica, na imprensa esquelética¹⁴⁸, no desânimo dos chefes, e principalmente no sistema eleitoral, ou seja, *exatamente no estado de coisas*: “Não se concebe um partido sem imprensa, especialmente o da ordem, que rejeita o concurso do braço, e só combate com a palavra”. Isso porque

Os partidos, no sistema representativo, são a milícia da nação; velam sobre o exercício da soberania; defendem as instituições e preservam simulâneamente o monarca e o povo. Destruidas essas legiões da idéia, ficam em campo as *guardas pretorianas*, que fazem e desfazem ministros, como outrora imperadores.¹⁴⁹

A ambigüidade do Partido Conservador, que teria, para Alencar, subido com o apoio do comércio e da agricultura¹⁵⁰, para depois proteger a indústria; a veleidade dos liberais, que teriam feito da regência um brinquedo, pegado em armas e depois deixado intacta a lei de 3 de dezembro, contra a qual se insurgiram; a esses vícios dos partidos como atores políticos soma-se uma crítica – contida e elegante – ao partido da Coroa. Durante a conciliação, o monarca, “longe de promover a restauração dos antigos ou a criação de novos partidos, até certo ponto concorreu para agravar êsse estado anômalo, com a conhecida repugnância de usar da prerrogativa de dissolver a Câmara”¹⁵¹.

Alencar não via os traços de justificativa programática na conciliação. Tratava-se apenas de “homens dos diversos partidos (...) conciliando-se para mais cômoda e suavemente explorar as graças do poder”¹⁵². Com efeito, a política da Conciliação, na prática, consistiu menos em uma aliança entre partidos do que uma

taxa de lucro elevadíssima na indústria, submete-se a renda nacional a uma redistribuição em proveito dos industriais, propicia-se a invasão dos compartimentos das classes tradicionais pelos novos ricos”. *A Consciência Conservadora no Brasil*, p. 188.

¹⁴⁷ Em *História...*, p. 40.

¹⁴⁸ A imprensa, bem o sabeis, senhor, é um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal. O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estrito círculo e afinal acabam inanidos”. Alencar, op. cit., p. 1081.

¹⁴⁹ idem, p. 1064.

¹⁵⁰ O que confere com as informações coligidas por José Murilo de Carvalho.

¹⁵¹ op. cit., p. 1087.

¹⁵² idem, p. 1079.

composição entre indivíduos, com acordos para o aproveitamento de quadros de ambos os partidos em determinadas posições de poder, permanecendo os cargos de confiança reservados aos que comungavam do pensamento do governo. Para Alencar, esse aspecto “pessoal” da conciliação, contraface do predomínio da “empregocracia”¹⁵³ e fruto da falsidade das eleições¹⁵⁴, só poderia agravar a percepção de que os partidos, “extintos” desde então, eram apenas “ambiciosos de governo”. A “Liga Progressista”, tentativa de reedição da política da Conciliação conduzida por Nabuco de Araújo, mereceu qualificação de igual teor nas *Cartas ao Imperador*.

Do estilo e da argumentação desses textos, ressalta a intenção panfletária, uma certa amargura e um tom próximo do moralismo na defesa da natureza ideológica dos partidos. Peças de circunstância, são valiosas, entretanto, como interpretação histórica atuante, como exemplo marcante de retórica e como ilustração de certos mecanismos argumentativos.

Nas *Cartas*, as linhas de pensamento desenham-se melhor em contraste com as conjunturas históricas que as motivaram, e das quais elas já são interpretação. O *Sistema Representativo*, como já se viu, é peça de elaboração teórica, organizada segundo um plano claro de exposição e desenvolvimento de argumentos e idéias. No livro de 1868, muitas são as objeções lógicas à regra majoritária. Encetaria a ditadura da maioria, e qualquer pretensão da maioria presente de limitar as decisões da maioria futura seria uma forma de “despotismo hereditário”, o que põe em xeque a própria idéia jurídica de rigidez constitucional. Uma menção à Lei dos Círculos, de 1856, da qual Alencar foi crítico, serve para demonstrar que mesmo no Brasil daquela época a questão da representação das minorias estava na pauta, e devia se efetivar não como “concessão

¹⁵³ Crítica importante nas *Cartas* é dirigida à burocracia: “Só vive, pensa e governa no Brasil, o espírito burocrático” (p. 1099). Talvez um Raymundo Faoro regozijasse-se com a frase de efeito. Tem, no caso, a conotação do amesquinamento, da transformação das questões políticas em questões de administração rotineira do Estado. De qualquer modo, a burocracia, se não foi um estamento permanente, foi pelo menos um componente muito importante do arranjo de poder imperial, um recurso disputado pelos partidos e em certa medida um mecanismo de integração social. Com Antonio Candido: “Quando se pensa que as oligarquias dos municípios, por exemplo, brigavam até à morte para disporem de lugares como agente de correio, fiscal, professor primário, coletor, oficial de justiça, escrivão; quando se pensa que as oligarquias provinciais e depois estaduais reservavam ciosamente para si a indicação do pessoal das repartições e de lugares como delegado, coletor provincial ou geral; quando se pensa nisso é que se vê até que ponto a vida da nação girava em boa parte à volta do ser ou não ser funcionário”. *Um Funcionário da Monarquia - ensaio sobre o Segundo Escalão*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002, p. 11.

¹⁵⁴ A caracterização geral de Lipset e Rokkan adapta-se bem ao grau de desenvolvimento das instituições brasileiras na época: “Such particularistic, kin-centered, ‘ins-outs’ oppositions are common in the early phases of nation-building: the electoral clienteles are small, undifferentiated, and easily controlled, and the stakes to be gained or lost in public life tend to be personal and concrete rather than collective and general”. op. cit., p. 97.

generosa”¹⁵⁵, mas como autêntico *direito* (essa lógica entre *concessão* e *direito* será invertida, como veremos adiante, no âmbito das medidas de abolição gradual da escravidão).

Alencar gasta dois capítulos do *Sistema* dissertando sobre a democracia originária, que a vida civil transformou em miragem normativa, e a democracia representativa, o *medium* indispensável à realização moderna da idéia de participação política. O organicismo alencarino segue uma analogia entre a “pessoa individual”, governada pela autonomia pessoal, e a “pessoa coletiva”, cujo princípio de ação é a soberania nacional. O esquema lembra um pouco o mecanicismo de Hobbes, ao comparar a formação da vontade individual com a gestação da vontade coletiva¹⁵⁶. No capítulo sobre a democracia originária, Alencar enfatiza que a unanimidade, longe de traduzir a vontade geral e longe de ser desejável, é perniciosa e antidemocrática, contrária mesmo à natureza deliberativa da política:

O governo de todos por todos não significa a unanimidade; quasi fôra superflua a advertencia. A unanimidade é impossivel na sociedade humana, pois importaria inercia e decomposição; sem o contraste que provoca a resistencia e a luta que agita, a razão condemnada á immobildade acabaria por aniquilar-se.¹⁵⁷

O argumento mecânico estende-se, pois, à forma como as idéias frutificam. É o atrito que as revigora, que dá vida ao sistema, o embate de posições contrárias, a luta política decantada em oposição de opiniões. O esforço de Alencar, no campo da política como deliberação, está em negar à da maioria qualquer prerrogativa de um poder constituinte. Sanada essa excrescência que usurpa a soberania ao povo, e permitido o “curso direto da minoria no governo”, o Brasil seria “um país muito mais democrático do que a onipotente oligarquia dos Estados Unidos, onde uma parte da nação tiraniza a outra”¹⁵⁸.

Com relação ao presidencialismo norte-americano, o tema dos partidos políticos aumenta mais ainda o estranhamento. A defesa da constitucionalidade dos partidos nos Estados Unidos feita por Democratas jacksonianos punha ênfase justamente na heterogeneidade dos partidos nacionais, dos interesses e das associações. O partido seria por isso mesmo útil e desejável – como mecanismo institucional

¹⁵⁵ *idem*, p. 23.

¹⁵⁶ “Nos individuos as paixões em luta embargam o alvitre e contrariam a resolução a tomar. As paixões do estado são as varias opiniões, mais ou menos profundas e veementes, que disputam entre si a popularidade e adhesão das massas.”, *ibid*, p. 29.

¹⁵⁷ *ibid*, p. 28.

¹⁵⁸ *ibid*., p. 34.

procedimental, unindo facções e interesses heterogêneos em torno de normas procedimentais comuns¹⁵⁹.

Embora essa concepção seja antagônica ao essencialismo deliberativo de Alencar, que preconiza o mandato livre, a sua esperança era a de que a disciplina partidária, institucionalizada, povoasse de considerações mais universalistas do que pessoais e paroquiais o debate político. O mandato livre para Alencar não significava, por conseguinte, impossibilidade de disciplina partidária. Evidentemente, a disciplina partidária acima das “opiniões” livremente expressas tinha inspiração comum com a aversão ao mandato livre, e provavelmente seria interpretada por Alencar como corrupção de princípios, consequência do tipo de competição política modulado pela representação majoritária.

Antes de expor sua doutrina da eleição proporcional, Alencar refuta quatro sistemas aventados em sua época: o da limitação das chapas (ao qual inicialmente aderira nos artigos de 1859), segundo o qual bastava que o voto fosse limitado a um número menor de candidatos que de cargos; o ampliativo, pelo qual cada eleitor, possuindo mais de um voto, decidia atribuí-los entre os candidatos da forma como lhe aprouvesse; o da especialização, que instituiria uma espécie de representação corporativa, por profissões, atividades econômicas, etc; e o da unidade do voto, desenvolvido por Emílio de Gerardin, aperfeiçoado por Thomaz Hare, e adotado por Stuart Mill, segundo o qual qualquer que seja o número de cargos, ao eleitor cabe apenas um voto, estabelecendo-se uma cota para a conversão dos votos em cadeiras.

É com base nesse último sistema que Alencar desenvolve o seu próprio. Os outros sistemas exibiam inconvenientes óbvios, desde o grau de incerteza em que recaía a representação das minorias até dificuldades flagrantes de operacionalização (o sistema de Hare, modificado por Stuart Mill, previa uma forma esdrúxula de contagem de votos dados em forma de listas, exigindo tantas recontagens quantos fossem os cargos). A novidade do sistema de Alencar residiria precisamente na *utilização dos partidos políticos como solução prática*:

Todas as opiniões políticas do estado, quantas sejam, se discriminarão mutuamente, separando-se umas das outras, constituindo um todo á parte. Assumida assim por cada partido sua *autonomia representativa*, elegerá elle do proprio seio, sem alheia intervenção, como negocio privativo e interno de sua comunhão, um

¹⁵⁹ Cf. Douglas W. Jaenicke, “The Jacksonian Integration of Parties into the Constitutional System”, in: *Political Science Quarterly*, vol. 101, n. 1, 1986, pp. 85-107.

numero de representantes, proporcional à fracção de soberania nelle residente.¹⁶⁰

Com base nessa divisão dos representantes por partido, calcula-se a proporção de cadeiras que lhe cabe, e os mais votados de cada partido as ocupam. Em essência, é o sistema proporcional tal como o conhecemos hoje. Alencar enumera as etapas do procedimento: (1) a formação do eleitorado se dá em eleições das assembleias paroquiais, pelo princípio da unidade do voto – “cada grupo de 50 cidadão activos (...) nomeia um mandatario, incumbido de escolher o representante de seu partido no parlamento”; (2) “reúne-se o corpo eleitoral de cada província, nos respectivos collegios; e cada partido formando uma turma á parte, procede á sua eleição” ; (3) por fim, apura-se o resultado e preenche-se quantas cadeiras caibam a cada partido com os nomes mais votados de cada “turma”. A “turma” de eleitores, bem se vê, é o partido.

Além desses passos, Alencar prevê o rateio das “frações” inferiores ao coeficiente eleitoral para preencher as cadeiras que restarem. O sistema pressupõe, portanto, a “autonomia de cada partido ou opinião para escolha de seus representantes”, ou seja, algo próximo ao que hoje chamaríamos de eleições por listas pré-ordenadas. Na montagem cênica da eleição alencarina, no momento de “ordenação” das listas a divisão dos eleitores em “turmas” já contém a expressão do número de cadeiras reservado a cada uma delas. Em outras palavras, para Alencar é importante que a escolha dos nomes a ocuparem os cargos seja deliberação intra-partidária, “negócio privativo”. Além da lista “partidariamente-ordenada” (porque nela não influenciam os eleitores de primeiro grau, mas só aqueles que, reunidos em turmas, constituem eleitores dos partidos) o sistema de Alencar possui uma “cláusula do mínimo elegível”, a cota mínima de votos que constitui o seu coeficiente eleitoral. Interessante é a justificativa:

Se não atingir aquele numero, não poderá ser ainda considerada como uma opinião nacional, opinião formada e representavel, é uma propaganda, que mal se desenvolve e só mais tarde chegará á madureza: constitue apenas um grupo ou embrião de um partido.¹⁶¹

Daí deduz que um partido é aquela fracção da opinião que conquista pelo voto o direito de mandar representante ao parlamento. Sob mesma inspiração reguladora, Alencar adverte que seja dada “toda a possivel latitude do voto afim de imprimir-lhe o maximo de carater nacional”. O partido, portanto, é a expressão, por assim dizer,

¹⁶⁰ *Sistema*, p. 63, grifado.

¹⁶¹ *Idem*, p. 67.

orgânica de uma opinião nacional representável, e define-se pelo próprio mecanismo eleitoral, no qual é, ele mesmo, o critério que traduz votos em assentos. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a referência aos partidos políticos como “resposta institucional ao problema de organizar a opinião em distritos eleitorais de grande porte” constitui uma “antecipação”, já que, àquela época, mesmo na Inglaterra, os partidos não passavam de uma “virtualidade institucional”¹⁶².

Alencar, com efeito, era bastante atento aos problemas práticos envolvendo o processo eleitoral. Como vimos, é crítico do censo que exclui trabalhadores, mas premia eventuais herdeiros. Constata que a redução dos habilitados a participarem do jogo político produz uma competição acirrada, que transforma homens privados honestos em homens públicos degenerados. Esses, além daqueles males severamente esquadrihados nas *Cartas de Erasmo ao Imperador*, seriam combatidos na sua origem com a adoção do voto proporcional. Em especial, a debilidade e a corrupção dos partidos, que passariam a constituir, legalmente, o próprio sistema.

É curioso ainda que Alencar, ao final de seu estudo, faça um elogio ao multipartidarismo. Trata-se, novamente, de confiar nos partidos e na sua competição para a solução de problemas práticos importantes envolvendo a própria legalidade do procedimento eleitoral:

Releva notar também que a concorrência de mais de dois partidos ao pleito eleitoral garante a pureza e legalidade do processo. Se presentemente a opinião sensata, ouvindo duas parcialidades se accusarem mutuamente de terem violentado e viciado a eleição, vacila em pronunciar-se porque não tem critério para aquilatar da verdade; outro tanto espero que não aconteça, desde que pleitearem a eleição cada uma por sua conta tres ou quatro parcialidades. Aquella que recorrer á fraude, terá contra si necessariamente as outras, igualmente interessadas na eleição.¹⁶³

Essa última observação é bastante característica da forma como Alencar procura cercar os possíveis pontos de fuga do esquema institucional *a partir de sua própria dinâmica*. A atomização dos interesses que garante a fragmentação da plebe, sem impedi-los de enfeixarem-se em partidos, funciona também para converter os partidos em fiscais da lisura do processo político.

Emergindo *organicamente* do seio das eleições indiretas, traduzindo como que mecanicamente as adesões primeiro patriarcais da paróquia e depois propriamente

¹⁶² Santos, op. cit. p. 47.

¹⁶³ *Sistema*, p. 182.

políticas da província, os partidos perdem para Alencar a abjeta fisionomia instrumental, assumindo o caráter de *previsões institucionais* – são as “turmas” que convertem votos em cadeiras – destinadas a abrigarem as opiniões nacionais. Alencar, por assim dizer, *internaliza institucionalmente os partidos políticos*, concebendo-os como o lugar institucional da opinião que, fora do sistema político, na sociedade civil, se manifesta apenas como discurso ou propaganda. O que é engenhoso, do ponto de vista teórico, é que, por meio desse expediente, Alencar logra *vincular estruturalmente a representação às opiniões que emergem “naturalmente” do seio da sociedade*. No pólo da hierarquia, os partidos assim concebidos podem se converter em espaços institucionais a partir dos quais os *chefes* “organizam” as opiniões, convertendo-as como que *imediatamente* em expressão política. A autonomia partidária é exigência lógica para a preservação da pureza do vínculo que cinge as “turmas”. Condiz com a dinâmica própria da eleição indireta.

Na sua teoria dos partidos políticos, Alencar não concebe um espaço de mediação institucional entre a eleição – *sistema político* – e os grupos sociais organizados – *sociedade civil*. Os partidos se formam institucionalmente *nas eleições*. Se por um lado não admite partido político sem órgão de imprensa – pois um partido é uma opinião – tampouco pode existir partido que não seja *eleitoral*. Essa *aderência definitiva do partido ao arranjo institucionalizado das eleições* é um passo teórico importante, tanto como vislumbre lúcido da necessidade de concertação coletiva que a representação implica, quanto como índice da tendência inclusiva do sistema político para Alencar.

Os partidos e o Poder Moderador – a representação purificada

A respeito ainda dessa compreensão bastante nuançada dos partidos, cumpre observar que muitos dos textos conjunturais em que está exposta referem-se à militância do escritor pelo Partido Conservador. Defensor de partidos fortes, tendo concebido uma fórmula eleitoral na qual é indispensável a instituição do partido político como célula representativa das opiniões nacionais, chegando mesmo a conceber a indicação dos representantes como um ato *partidário* por excelência, no qual não deviam influir as demandas dos votantes de primeiro grau, Alencar sempre praticou, ele mesmo, um tipo de autonomia individual *deliberativa*, permitindo-se, não raro, criticar o próprio partido

a que pertencia e, com muita frequência, clamar pela intervenção purificadora do Poder Moderador.

Com efeito, tendo pertencido ao partido Conservador durante toda a sua vida política, empenhou-se na tentativa de “regeneração” com a fundação, em 1867, da União Conservadora (que terminou suplantada pela organização do gabinete Itaboraí), fundou o periódico *Dezesseis de Julho*¹⁶⁴, diário conservador, como iniciativa em tudo coerente com a sua defesa da imprensa como veículo de idéias políticas, como que complementar e indispensável à própria atividade parlamentar e partidária. Nem por isso deixou de passar para a história como político independente e impetuoso, capaz de chocar-se com o seu partido em nome dos princípios que defendia, como na disputa com o Barão de Cotegipe, no gabinete Itaboraí, e mais tarde quando do debate em torno da Lei do Ventre Livre.

Justificava sua presença entre os saquaremas como uma adesão ferrenha ao espírito da Constituição de 1824. Com efeito, como aduz Vamireh Chacon, citando João Camilo de Oliveira Torres, “A constituição era, até certo ponto, limite entre os dois partidos; o Conservador aceitava a Constituição, ‘jurada’ e aceitava-a como outorgada, assim como todas as suas instituições. (...) Os liberais queriam nova Carta (...)” . A adesão a uma Constituição, contudo, não fornece ainda um programa partidário. Fornece, durante algum tempo, a linha divisória da clivagem partidária. A negação liberal continha uma pauta propositiva: libertação das províncias, Senado temporário, limitação do Poder Moderador. Mas é difícil ver como a defesa da constituição, para além de uma posição de resistência às críticas e às demandas adversárias, sustenta-se como programa.

A concepção deliberativa e um tanto platônica da democracia como governo da ilustração, tão ao gosto do liberalismo elitista do século dezenove e partilhada por Alencar, necessariamente implica a emergência cultural de um tipo humano próprio, *a sumidade aristocrática*, um tipo de homem de estado limpidamente refletido nas grandes admirações de Alencar por Saraiva, Eusébio, Vasconcelos e outros¹⁶⁵, símiles nacionais de vultos europeus como Guizot, Palmerson, e o próprio Stuart Mill. A esse respeito, chega a afirmar no seu discurso de 9 de agosto de 1869, a respeito da aristocracia inglesa, inventora do governo de gabinete, que “a Providencia de proposito

¹⁶⁴ Foi por meio desse periódico que passou a atacar o “poder pessoal” do Imperador, a partir de 1870.

¹⁶⁵ A esse respeito, cabe ainda especular sobre a influência em Alencar de certa historiografia clássica que avalia o curso da história a partir da influência de homens ilustres. Cf. “Romantismo, Historicismo e História”, J. Guinsburg. In: *O Romantismo*. org. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1993.

preservou, no seio mesmo da civilização moderna, aquella aristocracia excentrica, anachronica mesmo, para dar aos outros povos lições e exemplos da melhor forma de governo”¹⁶⁶.

A inteireza figurada desses exemplares de uma aristocracia política é que dá vida e, sobretudo, *identidade* aos partidos, e reflete também um comprometimento mais definitivo com as próprias instituições estatais do que com partidos políticos e programas partidários.

Alencar vive essa ambigüidade, que não está ausente da sua teoria política. Pertence ao “partido da Constituição”, fórmula plástica o suficiente para conformar sua atuação segundo princípios sólidos no quadro partidário que ele próprio identificava como frouxo. Em um discurso de 18 de junho de 1870, Alencar propugna “quatro idéias capitais”: “representação das minorias, ampla descentralização administrativa, incompatibilidade da magistratura e abolição da Guarda Nacional”. As idéias enfeixam “as aspirações liberais do país”, que caberiam ao Partido Conservador realizar sob pena de cometer suicídio político¹⁶⁷. Mas a pauta era problemática (além de liberal em essência) e estava longe de ser consensual entre os saquaremas, em especial o quesito da descentralização administrativa. Alencar militava, sobretudo, por suas próprias idéias, embora na defesa da Constituição e suas instituições originárias fosse coerentemente conservador.

Com a queda do gabinete Zacarias, Alencar apressou-se em defender a dissolução da Câmara liberal eleita em 1867 como ato legítimo, em tudo conforme aos preceitos constitucionais que definiam o Poder Moderador. A ascensão do Partido Conservador teria sido, portanto, resultado de um ajuste entre a composição da Câmara e a verdadeira opinião nacional: “O domínio progressista estava condenado por todo o paiz, até pelo paiz oficial”¹⁶⁸. A forma que assumiu a intervenção do Imperador – note-se, exatamente o tipo de intervenção pelo qual Alencar clamara nas primeiras *Cartas* de Erasmo –, a dissolução da câmara, constituía, para Alencar, procedimento legítimo e normal, “um temperamento salutar do governo representativo”¹⁶⁹.

¹⁶⁶ *Discussão do Voto de Graças*. Rio de Janeiro: Typ. de J. A. dos Santos Cardoso, 1869, p. 8. (cf. **Anexo 2**)

¹⁶⁷ *apud* Kátia Mendes Garmes, *Achados e Esquecidos de José de Alencar – cartas e textos políticos*, dissertação de Mestrado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo, 1998, p. 234.

¹⁶⁸ *Voto de Graças*, p. 6.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 9.

Do ponto de vista teórico, realmente, a atuação do imperador em 1868 aparecia para Alencar como a encarnação de uma faculdade constitucional essencial ao jogo político. Precisamente nisto estaria a missão da coroa no governo representativo: “resistir á opinião apparente para provocar a opinião real do paiz”¹⁷⁰. Coerentemente, Alencar pôde parafrasear o famoso *sorites* de Nabuco de Araújo¹⁷¹, invertendo-o, de maneira a restaurar a legitimidade do sistema:

Senhores, do exercício da prerrogativa real assim entendida resulta o que eu chamarei, na linguagem do Sr. Senador Nabuco, o verdadeiro *sorites* do governo constitucional. Eil-a: “A opinião inspira a coroa, a coroa consulta a nação, a nação decide e se governa”.¹⁷²

Mas o *sorites* de Nabuco de Araújo tinha por pressuposto um diagnóstico com o qual Alencar havia de concordar, e para o qual, como já vimos, prescrevia a terapêutica do voto proporcional: trata-se do falseamento do sistema eleitoral. No entanto, para Alencar, se o sistema eleitoral era falseado, então os partidos por ele sufragados é que eram ilegítimos, e não a coroa. Distorcida a representação, à coroa, e não aos partidos, cabia restaurá-la. Esse argumento é muito representativo da forma como Alencar concebia o funcionamento do governo da opiniões, e da hierarquia que opera em seu centro:

Mas, Senhores, se é verdade que o systema eleitoral em nosso paiz está falseado, asseguro á camara que eu, que me prezo de liberal, eu, que me prezo de ser um espírito democrático, prefiro confiar a solução da questão política ao poder irresponsável, antes do que deixal-a á mercê de um partido qualquer que pretenda perpetuar-se no poder contra a vontade da nação. No primeiro caso a felicidade publica é confiada á sabedoria da coroa, sobranceira ás paixões; no segundo caso o paiz é abandonado ao circulo vicioso da ambição insaciável de um partido. De um partido? Muitas vezes á ambição de alguns homens que procurão agitar um partido official, por meios reprovados.¹⁷³

A relação *normativa* entre a teoria da representação e o Poder Moderador segundo Alencar, se integra como que formando *uma teoria mais abrangente do*

¹⁷⁰ Ibid. p. 10

¹⁷¹ Em 17 de julho de 1868, dias depois da queda de Zacarias, Nabuco de Araújo profere o famoso discurso do “*sorites*”, evocando a diferença entre legalidade e legitimidade para atacar o funcionamento do governo representativo, sujeito à intervenção da coroa: “Ora, digei-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vêde este *sorites* fatal, este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo; – o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa fez a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis, aí está o sistema representativo do nosso país!”. Cf. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 663.

¹⁷² *Voto de Graças*, p. 11.

¹⁷³ Idem, p. 12.

governo representativo. Curiosamente, Alencar chegou a formular, como estratégia argumentativa acerca do Poder Moderador, a sua “*teoria do centro de resistência*”, análoga à “teoria” do ponto no espaço de Arquimedes. Segundo essa concepção, “o mecanismo dos países constitucionais depende da existência de um centro de resistência, que é a condição essencial do *systema representativo*”¹⁷⁴.

Essa curiosa formulação é a forma como Alencar organiza, retoricamente, uma narrativa normativa do constitucionalismo. Nesse sentido, os *founding fathers* da república norte-americana estavam buscando o “centro de resistência” do seu sistema ao estabelecer um arranjo federativo. Mas apenas a forma monárquica, com a sua “sabida graduação do elemento democrático”, poderia fornecer uma estrutura sólida em que o centro de resistência, esse “eixo” ou “cardo” do sistema representativo, que é também uma “força conservadora”¹⁷⁵, encontra-se naturalmente no centro do sistema político.

Alencar admite que nas diversas monarquias constitucionais, o “centro de resistência” ou “a força conservadora”, assumia diferentes formas. Ele é a robusta aristocracia territorial na Inglaterra, “esclarecida e animada de um espírito liberal”¹⁷⁶. Na França, esse papel de centro de resistência encarnado na aristocracia teria sido substituído pela burguesia, “mas a burguesia era odiosa ao povo”¹⁷⁷, pois seqüestrara os direitos conquistados em 1789. No Brasil, como de resto em países, como ele, democráticos, só haveria uma “solução racional” para essa “questão política”: é “a solução dada pelo ilustre publicista Benjamin Constant” – o Poder Moderador. Ao Poder Moderador, “de sua natureza irresponsável”, a representação das minorias ofereceria o complemento necessário para forjar a forma ideal de governo.

Seguindo com o argumento, Alencar, em 1869, chegará ao extremo (como aliás é do seu gosto) de afirmar que a constituição brasileira, tendo o seu centro de resistência no Poder Moderador, seria superior e mais avançada do que a constituição inglesa. Traçaria um limite mais claro à influenciado monarca no governo, que residiria na “suprema inspeção” do poder executivo. Em outras palavras, o Poder Moderador, adstrito às questões relativas ao próprio funcionamento do sistema representativo – sem interferir, portanto, em matéria substancialmente política – seria uma garantia mais eficaz contra o absolutismo do que as regras consagradas do parlamentarismo inglês.

¹⁷⁴ Ibid. p. 14.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ ibid.

¹⁷⁷ ibid. p. 15.

Com base nesse raciocínio, Alencar reprova a acusação de despotismo que os liberais queriam fazer pesar sobre a coroa. Lembra que o próprio senador Zacarias, um ano antes (em 1867), em discurso, defendia a maior participação do “ilustrado” monarca nos negócios da administração. Utiliza um tipo de argumento com o qual é familiar, a inversão: sou houve “ditadura”, esta teria partido antes da Câmara, que negara ao novo gabinete os meios para governar. Da mesma forma, Alencar sustentara que, em 1823, não fora Pedro I o autoritário ao dissolver a Assembléia Constituinte, mas esta é que extrapolara, ameaçando o princípio monárquico – e liberal – que o primeiro Imperador encarnava.

Em 1868, portanto, a ascensão do Partido Conservador com Itaboraí era apenas uma correção de rumos operada pelo monarca para restaurar a opinião nacional. Para Alencar, a ascensão legítima de um partido ao poder teria o condão de suscitar o aparecimento de uma oposição parlamentar igualmente legítima. No entanto, a oposição liberal ao gabinete Itaboraí, que havia desertado das eleições ainda em 1868, e que lançara o Manifesto Liberal contendo a divisa de “reforma ou revolução”, ainda não se habilitava como oposição legítima. O novo Partido Liberal que Nabuco de Araújo tentava organizar seria antes um “aborto político do despotismo com a demagogia”¹⁷⁸.

A defesa do Poder Moderador em Alencar possui, decerto, forte traços conjunturais. A sua “teoria do centro de resistência” ostenta a generalidade faceira do senso comum, e a utilidade de ser manipulável conforme as necessidades de ênfase. Mas não deixa de traduzir um sistema de crenças e idéias profundamente enraizadas. Deste ponto de vista, os partidos políticos concebidos como solução institucional para o voto proporcional não negam a centralidade normativa atribuída ao Poder Moderador como solução institucional de primeira grandeza. Sem esse centro, todo o sistema de liberdades políticas, minuciosamente proposto por Alencar, perderia uma de suas fontes normativas fundamentais.

De qualquer forma, a relação de complementaridade entre Poder Moderador e representação da minoria é, do ponto de vista teórico, uma passagem frágil em Alencar. Garantida a verdade da representação, por meio do voto proporcional, não é de se esperar um esvaziamento do Poder Moderador? Se esse age legitimamente ao dissolver o parlamento, não bastaria introduzir um mecanismo de eleições periódicas para que se obtivesse a perfeita delegação da soberania?

¹⁷⁸ *O Manifesto Liberal*. (cf **Anexo 3**) A série de artigos de Alencar faz a defesa do gabinete Itaboraí das acusações ventiladas no *Manifesto do Centro Liberal*, publicado em março de 1869, e redigido por Nabuco de Araújo. Cf. *Um Estadista do Império*, p. 678.

Desse prisma, vê-se que Alencar não retira todas as consequências possíveis da sua teoria da representação proporcional e dos partidos como instituições eleitorais permanentes. Do ponto de vista normativo, seu pensamento situa a política representativa no interior da tensão entre um elemento dinástico e um elemento democrático. Na verdade, a sua teoria política reivindica, normativamente, essa tensão, mesmo quando ela parece logicamente supérflua ou acidental. É como se o Poder Moderador fosse necessário, mesmo que o sistema eleitoral atingisse a perfeição, como que para *instituir* e garantir o conflito, criando o espaço deliberativo.

É possível, portanto, que ela traduza a forma como Alencar procura encaminhar duas fontes de legitimidade do poder político, na interseção das quais estaria o espaço deliberativo, o reino das idéias, da imprensa e dos partidos com seus chefes ilustres. No entanto, uma dessas fontes projeta a sua sombra sobre a outra. Na oitava *Carta* de Erasmo ao Imperador lemos que a delegação de soberania de que se reveste o monarca é “orgânica e primitiva”, parte que se destacou da “massa geral” da soberania popular “para lhe servir de contraste” – isto é, para instituir a possibilidade de conflito entre o princípio dinástico e o princípio democrático: “A luta, que se observa em maior ou menor grau por toda a trama do sistema, manifesta-se aqui na mais alta expressão: entre o povo e o rei, entre a soberania manente e a soberania vigilante”¹⁷⁹.

Alencar, por um momento, leva água para o moinho da futilidade do Poder Moderador: haveria outras forças moderadoras possíveis: o poder judiciário e a própria constituição, por exemplo. No entanto, “a força ativa do Poder Moderador é sobreconstitucional; ele se exerce em um espaço superior, intermédio entre a constituição, soberania escrita e anterior, e o voto, soberania latente e atual”¹⁸⁰. A constituição ou o poder judiciário não saberiam distinguir a situação de crise que reclama a intervenção do monarca para a salvação do Estado. A sua posição eventualmente superior à própria constituição, portanto, é necessária para que possa restaurar a própria soberania popular, que mesmo os partidos mais organizados podem eventualmente conspurcar¹⁸¹.

Alencar, claramente, pretende que o Poder Moderador seja a garantia de equilíbrio e permanência da normalidade representativa, servindo como contraponto institucional dos excessos da opinião nacional, por um lado, e por outro como fidúcia da própria opinião nacional; em todo caso, como entidade capaz de opor resistência efetiva,

¹⁷⁹ *Obra Completa*, v. 4, p. 1089.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 1093.

¹⁸¹ Como lembra Alencar: “Mas os partidos se corrompem; a eles sucedem facções perigosas”. *Idem*.

e não apenas uma “grimpa móbil aos sopros da opinião”¹⁸². A *iniciativa política* da Coroa teria primazia, estabelecendo um “fluxo e refluxo de idéias entre o trono e o povo”, revigorando assim a vida pública.

Nesse sentido, o povo pode funcionar também como centro de resistência, ou fator de moderação: “É preciso que o rei saiba querer, para que o povo aprenda a resistir; assim instruem-se mutuamente, o rei na ciência do governo, o povo na ciência da liberdade”¹⁸³. Nesse sentido, o partidos como agências da deliberação estão inseridos em uma estrutura de poder vertical, que hierarquiza as opiniões.

Lembremos que as *Cartas de Erasmo*, de 1866, reivindicavam a intervenção redentora do monarca justamente para, em primeiro lugar, *restaurar os partidos*. Agindo como pedia Erasmo, o Imperador estaria realizando aquilo que a adoção do voto proporcional deveria produzir. Além dessa iniciativa restauradora ou purificadora da representação, contudo, há outras. O trono deveria poder provocar a opinião, resistir-lhe, não pela interferência direta nos programas políticos, mas por meio da intervenção nos mecanismos representativos: nomeação de ministérios, dissolução de câmaras.

Essa é a opinião que Alencar sustenta com grande coerência desde 1866 até 1869, contra as críticas que a queda de Zacarias propiciaram. Ela atende, como vemos, a uma concepção agonística da política deliberativa, e também às considerações práticas sobre a formação dos partidos políticos, como veículos da opinião nacional. No entanto, a sombra hierárquica que a coroa projeta sobre os partidos e a opinião diz respeito justamente ao aprendizado da liberdade pelo povo, de que fala Alencar. Como garantir o equilíbrio constitucional quando o Poder Moderador, extrapolando de suas prerrogativas, exerça-se acima da constituição e se converta em Poder Pessoal?

Alencar teria que se defrontar com essa questão um ano depois de defender com todas as forças a legitimidade da formação do gabinete Itaboraí. No último artigo da polêmica que lhe moveu em 1875, Joaquim Nabuco não perderia a oportunidade de ironizar esse fato: “É curioso acompanhar no *Dezesseis de Julho*, o nascimento do poder pessoal”¹⁸⁴. E cita, a propósito, o que Alencar escreveria em 1870, quando ainda o gabinete no poder era o 16 de Julho: “como um pólipó monstruoso, o poder pessoal invade tudo, desde as transcendentais questões da alta política, até as nugas da pequena administração”¹⁸⁵.

¹⁸² Ibid. p. 1094.

¹⁸³ Ibid. p. 1095.

¹⁸⁴ *A Polêmica Alencar-Nabuco*, p. 214.

¹⁸⁵ Idem, p. 215.

O que teria provocado a mudança? Joaquim Nabuco sugere que a campanha que Alencar passaria a empreender contra o Imperador, passando da defesa à acusação ferrenha, teria que ver com motivações pessoais, ligadas ao malogro da aspiração que Alencar nutria de tornar-se senador do Império¹⁸⁶.

A esse respeito, devemos ter em mente que o surgimento do “poder pessoal” para Alencar tem um pano de fundo mais específico do que a sua teoria da representação. Trata-se de um contexto mais particular e também de uma hierarquia de valores ainda mais cerrada do que aquela que informa a sua teoria da representação política. O contexto em que Alencar formula a acusação de “governo pessoal” a D. Pedro II é o das iniciativas para a abolição da escravidão, que se convertem na principal questão política nacional no ano de 1871, com as discussões em torno da Lei do Ventre Livre.

¹⁸⁶ De um modo geral, Nabuco acusa em Alencar a inconstância: “Não há idéia que o Sr. J. de Alencar não tenha sustentado, não há tese que ele não tenha defendido e atacado com a mesma paixão” (idem, p. 211). Apesar de essencialmente injusta e equivocada, a crítica de Nabuco apreende uma característica importante: a argumentação cerrada de Alencar freqüentemente leva a extremos as suas proposições.

2 UM DOM FUNESTO: A ANCORAGEM POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO EM ALENCAR

O tema da escravidão interessa ao estudo de uma “teoria política” em Alencar em primeiro lugar porque foi objeto de reflexão sistemática pelo autor, levada a cabo em manifestos políticos, discursos, estudos, artigos, e peças de teatro. As inúmeras possibilidades de remissão entre esses diversos suportes textuais (de conceitos, argumentos, fórmulas retóricas), indica o caráter orgânico e organizado dessa reflexão. Ela é coerente, portanto, com a posição política do escritor diante do tema – de que dão testemunho os discursos parlamentares e manifestos –, embora ostente nuances e variações internas significativas. Wanderley Guilherme dos Santos justifica a ausência do tema no estudo que dedica a Alencar em razão precisamente da “complexidade” das reflexões do romancista¹⁸⁷.

Em segundo lugar, a reflexão alencarina sobre a escravidão se insere no projeto político mais amplo que pode ser identificado no conjunto da obra do escritor. Essa inserção deve-se, por um lado, à importância também orgânica que a escravidão tinha na vida econômica, social e política do Segundo Reinado (dado imediato, portanto, da observação a que se dedicasse o escritor, cronista de costumes ou crítico social), e, por outro, à dimensão especificamente política que ela representa na ancoragem do sistema político do Segundo Reinado.

Por essas razões, torna-se claro que a importância da escravidão na obra política de Alencar não se demonstra apenas com recurso ao número de páginas dedicadas ao assunto, mas à posição relativa dessas páginas no conjunto de sua reflexão política. Por evidente, a escravidão constituía a determinação básica do mundo material e cultural em que Alencar viveu e do qual representa uma das mais típicas florações intelectuais. Além disso, ela é a consagração jurídica da hierarquia social, ao reduzir uma parcela da humanidade a objeto do direito de propriedade, por um lado, e o modo de produção que, para se reproduzir, repõe necessariamente essa mesma hierarquia, porque depende de uma forma de coerção não-econômica, externa à relação de produção. Se argumentamos até aqui que a oscilação entre os pólos da hierarquia e da deliberação organiza a teoria da representação política de Alencar, com a escravidão estaríamos no pólo da hierarquia por excelência.

¹⁸⁷ “Mais do que um livro, porém, um vastíssimo tema parece ter sido proscrito do universo problemático de José de Alencar aqui exposto – a escravidão. Ocorre que sua concepção do sistema escravista dentro da engrenagem nacional e internacional é tão complexa que não julguei pertinente fazê-la parte da exposição de suas idéias político-sociais”. Op. cit. p. 16.

Ao tentar descrever a teoria da representação política de Alencar, estávamos inseridos no terreno conceitual da liberdade, e foi possível detectar a ancoragem interna do fator hierárquico nas limitações do sufrágio universal e da capacidade política do indivíduo e na sua correspondente justificação teórica; também verificou-se a irradiação da hierarquia numa certa representação da sociedade que exsudava da tentativa de ajuste lógico da teoria com as condições de sua realização prática. A “complexa” posição de Alencar sobre a escravidão nos remete ao terreno consagrado à hierarquia, e cumpre ver se, como, com que limitações e com qual alcance a sua reflexão sobre a escravidão se articula com um projeto político em que se destaca uma teoria da representação, coordenada básica do *corpus* teórico do liberalismo do século XIX¹⁸⁸, seja em Inglaterra ou em França, mais radical ou conservador, na versão de Stuart Mill ou de Guizot, que constitui o pano de fundo (embora não exclusivamente) contra o qual Alencar busca estabelecer, afinal de contas, suas grandes referências ao mundo da política e da sociedade.

Em matéria de escravidão, Alencar foi um antiabolicionista. Para compreender a sua posição é necessário, portanto, ter em conta as diferenças que existem entre a defesa da escravidão por princípio, a defesa da escravidão como instituição, a defesa de soluções gradualistas e a defesa da abolição “direta”. Quando utiliza o adjetivo “direta”, Alencar se refere à abolição por interferência do “Governo”, quer por via legislativa ou por qualquer outra forma de “intervenção”. Não chegou sequer a ser um “gradulista” (como o foi o próprio Pedro II), pois considerava a abolição por meio de medidas graduais ainda mais nociva e perigosa do que a abolição total, de um só golpe. Preferia a abolição completa a soluções como a Lei do Ventre Livre. Embora se considerasse, a sua maneira, “crítico” da escravidão, a defendia ferrenhamente como “instituição do país”, e por isso incorporou e desenvolveu até as últimas consequências, por exigência lógica, argumentos utilizados pelos escravocratas mais convictos, como veremos.

Enquanto “crítico” moralista da escravidão, Alencar exhibe algumas das concepções políticas e sociais que estão na base de sua convicção “democrática”, em matéria de representação política. Encontraremos aí sua aversão ao “materialismo”, sua crítica ao direito de propriedade tal como regulado em seu tempo¹⁸⁹, posições que atestam coerência no que se refere, por exemplo, à sua opinião contrária ao voto

¹⁸⁸ Naquela que é provavelmente a mais lúcida obra política que produziu o dezanove brasileiro, *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco já denunciava, com respeito à escravidão e o horizonte mental dos políticos de ambos os partidos, “os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós”. *O Abolicionismo*, p. 6.

¹⁸⁹ Cf. *A Propriedade*, 1868.

censitário, e que, ademais, animam o enredo de romances urbanos como *Lucíola* e *Senhora*, que investem no tema do amor sujeito às vicissitudes do dinheiro. Em *A propriedade*, afinal, condena a legislação civil que, tratando em igual patamar das relações de domínio e das relações familiares, “nivela a aquisição da matéria vil e a sua fruição, com a escolha da companheira inseparável de nossa existencia”¹⁹⁰.

Como defensor da “instituição” da escravidão, seu repertório revela a articulação mais acabada de um argumento integrado sobre a história, o papel do Estado, sobre as relações econômicas e até sobre as explicações etnológicas para a variedade racial da espécie humana. Em suma, a defesa da escravidão enquanto instituição está profundamente implicada no próprio *conceito de Nação como projeto* em Alencar.

O trânsito conceitual possível entre a crítica moralista e a defesa política constitui o problema a explicar. Não se pode tomar partido de uma e ignorar a outra, sob pena de se perder de vista a ligação estrutural que as une e ao mesmo tempo as ordena, segundo uma ordem de precedência que remete de volta à teoria política, em sentido mais amplo. Ainda que fosse possível conceder, como faz Joaquim Nabuco, que a oposição feroz de Alencar à Lei do Ventre Livre, em 1871, tivesse no fundo motivações pessoais (no contexto de sua campanha pessoal contra o Imperador)¹⁹¹, não se pode desprezar a articulação interna dos argumentos por ele mobilizados na sua cruzada parlamentar. Independente das motivações, o interesse teórico reside nos textos e nas suas intencionalidades (que são diferentes dos propósitos pessoais), na sua confrontação com o mundo, naquilo que constitui a matéria por assim dizer *empírica* de seu projeto político, desdobrado em proposições práticas e representações sociais que se confundem com o conteúdo desse projeto.

O enigma se deixa exprimir pelo fato de que o autor de *Mãe* (1862), peça considerada “aboliconista” por Machado de Assis, alguns anos mais tarde formaria fileiras na vanguarda da reação conservadora contra a medida gradual, arqui-moderada e contraditória da emancipação do ventre¹⁹². O tema nos joga, assim, de um golpe, sobre o

¹⁹⁰ *A Propriedade*, p. 34.

¹⁹¹ *O Abolicionismo*... Muitos dos argumentos utilizados por Alencar na tribuna contra a “liberdade do ventre” já haviam sido articulados por *Erasmão* desde 1867, nas *Novas Cartas Políticas* (cf. **Anexo 1**). São anteriores, portanto, à sua preterição para o Senado, fato que é apontado comumente como razão de suas prevenções contra D. Pedro II e de seus ataques ao “poder pessoal” a partir de 1870.

¹⁹² “Do lado da resistência [contra a lei do Ventre Livre] colocavam-se, junto a Paulino de Sousa e Itaboraí, alguns dos mais conspícuos representantes da legítima tradição saquarema: Muritiba, Andrade Figueira, Ferreira Viana, José de Alencar, Francisco Belisário, Antônio Prado, Duque Estrada Teixeira”. Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico*, vol 5, p. 141.

material literário em que o artista exercita suas mais elaboradas virtualidades, a serviço do seu teatro de tese, continuação, como ele mesmo define, da sua militância política na tribuna parlamentar¹⁹³. Essa continuação, por sua vez, nos liga de volta ao político, ao estudioso meditado das grandes questões nacionais, ao panfletário e militante conservador, que elabora com soberba de recursos retóricos e argumentativos a base conceitual de sua atuação anti-abolicionista. Mais ainda, em romances como *Til* e *O Tronco do Ipê*, a escravidão comparece com personagens não de todo irrelevantes, com funções importantes no enredo, e com cenas muito características do exímio pintor de costumes e paisagens, que respondem também por traços estilísticos estruturantes da obra literária.

O tema da escravidão em Alencar nos coloca diante de um mosaico de textos e meios, cada qual com seu contexto imediato e seu código específico, quer se trate da obra dramática, quer do panfleto político, ou ainda do esboço de opinião econômica, que, ordenado segundo um critério político, assumem uma imagem não só inteligível como integrada. Por isso, se é possível proceder a múltiplas remissões entre esses diversos textos e meios, por outro lado não é prudente desconsiderar suas especificidades, reveladoras, aliás, das intencionalidades políticas que estamos tentando registrar. A reconstrução do conjunto deve passar pela análise detida de cada texto especificamente, e dos limites e condições que a utilização de determinados modelos e argumentos implicam.

A tarefa preliminar, portanto, consiste no inventário desses textos que servirão de objeto de análise. Embora tenha deixado de lado o exame do pensamento de Alencar sobre a escravidão, Wanderley Guilherme dos Santos aponta a direção que, a seu juízo, deveria tomar um estudo sobre o tema. Para o autor, “tal tema deve ser melhor analisado, em primeiro lugar, no contexto de suas [de Alencar] concepções econômicas”. Para Santos, a “complexidade” do tratamento que Alencar dá à escravidão radica principalmente na relação por ele traçada entre escravidão, trabalho livre, padrões de crescimento demográfico e padrões de desenvolvimento da atividade econômica. No entanto, a abordagem econômica da escravidão não esgota o posicionamento de Alencar sobre o tema. O inventário de textos proposto por Santos, por conseguinte, ao centrar-se na reconstituição de um “pensamento econômico”¹⁹⁴ do qual a escravidão seria um capítulo, deixa de contemplar algumas fontes de importância

¹⁹³ *A Polêmica Alencar-Nabuco*, p. 59.

¹⁹⁴ São textos que, segundo o autor, “não podem ser omitidos de qualquer análise mais cuidadosa de seu pensamento econômico”. Op. cit. p. 18.

central, notadamente as fontes literárias, que reúnem um significativo repertório representacional.

Para aquele autor, os textos centrais do ponto de vista do pensamento econômico de Alencar seriam basicamente quatro: 1 – A “Carta ao Visconde de Itaboraí sobre a crise financeira” de 1866; 2- o conjunto “Ao imperador. Novas cartas políticas de Erasmo”, de 1867; 3- o Discurso de 13 de julho de 1871, na Câmara dos Deputados; e 4- a obra póstuma “A Propriedade”, publicada em 1883.

Ainda do ponto de vista econômico, caberia acrescentar ao catálogo alguns discursos particularmente interessantes, como o de 7 de julho de 1870, sobre agricultura e crédito agrícola, especialmente revelador da relação que Alencar fazia entre escravidão, preço da propriedade territorial e o crédito à agricultura; os de 14 de maio de 1870, o de 30 de setembro do mesmo ano e os de 10 e 11 de julho de 1871, que também tratam da “reforma do elemento servil”. Aos discursos se poderia somar artigos de jornal sobre imigração e sobre o papel do estado na economia. Para além do enfoque econômico, o inventário pode abarcar as duas peças teatrais principais sobre o tema (*Mãe*, de 1862 e *O Demônio Familiar*, de 1858); as referências esparsas nas obras de ficção (destacaremos, sobretudo, *O Tronco do Ipê*); a célebre polêmica com Joaquim Nabuco, em 1875; e ainda o pequeno manuscrito intitulado *Ethnologia*, em que temos acesso ao esboço muito incompleto, embora sugestivo, de um conceito de raça segundo Alencar.

Esse inventário mais amplo procura registrar também as relações entre escravidão e história, escravidão e estado, escravidão e representações sociais, para além do enfoque econômico. Dessas relações pode emergir um quadro mais completo do tratamento da escravidão por Alencar, da extensão conceitual do tema na sua obra e da coerência com que ela eventualmente espelha em diversos níveis algumas posições políticas centrais. Neste capítulo, analisaremos as *Novas Cartas Políticas* de Erasmo, e o conjunto de discursos parlamentares acima referidos. No capítulo seguinte veremos como a reflexão contida nesse conjunto de manifestos políticos e discursos se integra à obra teatral do escritor, no que se relaciona especificamente com a representação literária da escravidão. Metodologicamente, trata-se de reconhecer que os dois conjuntos são igualmente constitutivos de um projeto político visto como uma estrutura de intenções. No entanto, a divisão dos capítulos procura registrar também a especificidade dos meios em que essa estrutura se articula.

Pensando na seqüência cronológica dos textos, vê-se que eles cobrem vinte anos da atividade do escritor (1857-1877), os vinte anos finais de sua vida, os vinte anos que concentram sua produção literária madura¹⁹⁵. Estes vinte anos estão balizados, por sua vez, por duas referências quase exatamente equidistantes no tempo: o “glorioso fato”¹⁹⁶ da extinção do tráfico de escravos, pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e a própria Lei Áurea, de 1888. De 1850 é também a Lei de Terras, que, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, deve ser compreendida no contexto da iniciativa da classe proprietária para “estabelecer uma relação estreita entre o monopólio da mão-de-obra, no momento de crise da escravidão, e o monopólio da terra”¹⁹⁷. Ao resolver o problema político do tráfico, consubstanciado sobretudo na pressão diplomática e militar inglesa – num momento que é também marcado pelo intervencionismo no Rio da Prata – e assegurar o controle sobre a base territorial da expansão econômica do modo de produção escravista¹⁹⁸, a elite imperial, quando do domínio conservador entre 1848 e 1853, logrou estabelecer as bases de um amplo acordo político em torno da monarquia, da escravidão e da grande propriedade agrícola, cuja erosão se daria apenas em meados da década seguinte¹⁹⁹.

Alencar se forma, portanto, no tempo desse acordo conservador, que funda também um mundo referencial bem determinado – os ideais de civilização e progresso,

¹⁹⁵ Segundo Ângela Alonso, os vintes anos que encerra também a sua passagem “da glória à sombra”. Em “Epílogo do Romantismo”, in: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 139-162, 1996, p. 144.

¹⁹⁶ Alencar, em discurso de 13 de julho de 1871, *Discursos...* p. 238.

¹⁹⁷ *O Tempo Saquarema*, pp. 73 e 74. O contexto em que se dá a aprovação da lei de terras, além da preocupação primordial com a atração de imigrantes, é também o de luta pela posse da terra nas zonas da fronteira agrícola cafeeira.

¹⁹⁸ Ainda a respeito da lei de terras, José Murilo de Carvalho mostra como a inspiração inicial do projeto – de dificultar o acesso à terra pelo imigrante por meio da sua valorização econômica – tinha o escopo de estimular o emprego do trabalho livre. O imigrante pobre, não encontrando terra barata no Brasil, teria que se empregar na grande lavoura, suprimindo assim a necessidade de braços, que a extinção do tráfico acarretaria. Por outro lado, o historiador também mostra como a resistência dos proprietários obstou os aspectos modernizantes da lei de terras, que significariam uma política de imigração custeada pelos proprietários por meio de impostos e uma conseqüente “socialização dos prejuízos” entre os proprietários para benefício de um grupo deles. Cf. *Teatro de Sombras*, p. 347.

¹⁹⁹ Como assinala Francisco Iglesias: “Em balanço do que foi a política conservadora de 29 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853 – que compreendeu dois gabinetes, o de 19 de setembro de 1848 a 11 de maio de 1852, sob a chefia de Olinda, no início, de Mont’Alegre depois, e o de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, sob a chefia de Rodrigues Torres –, deve-se notar que é dos períodos de maior vitalidade da história imperial. Destacam-se, entre seus maiores feitos, a lei do tráfico, a política do Prata, o Código Comercial, a lei de terras, a criação das províncias do Amazonas e Paraná (aquela em 1850, esta já no final do gabinete, a 29 de agosto de 1853), a liberdade de trânsito no rio Paraguai, o impulso da política imigratória, com o estabelecimento de colônias, além de muitos outros dispositivos sobre o problema da escravidão, vida judiciária, diplomacia, circulação monetária, bancos, empreendimentos econômicos, sem falar na reorganização dos serviços – ensino, classes armadas, justiça, colonização, diplomacia, finanças –, em base mais racional. O esplendor da década dos cinquenta, que tem sido destacado pelos estudiosos da história brasileira do século XIX, é, em grande parte, produto ou projeção dos dois gabinetes conservadores”. *História Geral...*, vol. 5, p. 30.

identificados com a prosperidade da agricultura e com o aprimoramento dos mecanismos políticos e administrativos. No entanto, esse acordo não deve ser entendido apenas como forma de manutenção de um domínio de classe. O que ele resume é um projeto de nação, com sua armadura econômica – agricultura, exportação de produtos agrícolas e escravidão, como plataforma específica para um certo desenvolvimento material e social do país, baseado na reprodução de relações sociais de matriz hierárquica. Enquanto projeto nacional, ele não é estático, mas pensado também como plataforma de lançamento do país em um movimento de arranque em direção à modernidade, que se desdobra, do ponto de vista cultural, tanto no ideal de realização das virtualidades do “espírito” (ciência, arte, literatura), quanto no conseqüente ingresso na constelação das nações “livres” e “civilizadas”.

As bases desse arranque estão bem fincadas em um solo social cuja principal característica é a replicação da hierarquia – entre escravo e homem livre, tanto quanto entre economia agro-exportadora e mercado internacional. A solidez dessas bases, com efeito, permitiu a expansão vertiginosa da economia cafeeira²⁰⁰, que por sua vez deu impulso, embora incipiente, à modernização “urbana”. Numa ironia dialética, foi o relativo progresso material urbano impulsionado pelo sucesso da economia escravista que gerou o impulso modernizante²⁰¹ de que é fruto a própria crise política do Império, com a entrada em cena de grupos médios, civis e militares. De mola principal da acumulação – tanto da lavoura quanto do capital mercantil –, a escravidão passaria a ser identificada como o seu principal entrave pela geração que sucedeu a hegemonia saquarema. A classe dirigente do Império, cujos interesses cristalizavam-se na fase econômica superada, representava o entrave político contra o qual tiveram que se bater os movimentos sociais e intelectuais típicos da década de 1870, e que são os atores principais da desmontagem política e ideológica do consenso forjado duas décadas antes.

²⁰⁰ “A reversão da balança do comércio exterior, por exemplo, liga-se diretamente ao sucesso do café; as exportações do grão cresceram assustadoramente, passando de 18.367 sacas (60kg) nos anos 40 para 27.339 nos anos 50, 29.103 nos anos 60, 32.509 nos anos 70 e 51.631 nos anos 80. Em decorrência, se no período 1840/1859 o déficit médio no comércio externo alcançou 9 mil contos, no período 1860/1869 o saldo foi de 15 mil contos, chegando a 70 mil contos em 1890/1899”. Marco Aurélio Nogueira, *As Desventuras do Liberalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 72.

²⁰¹ Segundo Marco Aurélio Nogueira, “Essa paulatina organização de uma economia exportadora capitalista, basicamente apoiada no café, repercutia sobre o conjunto da sociedade brasileira, até então rígida e muito presa aos padrões da era colonial. A rápida expansão do café e o aumento do comércio de exportação trouxeram consigo um expressivo desenvolvimento comercial, novos centros urbanos e novos grupos sociais, já independentes da velha sociedade. (...) Ao lado de uma burguesia cafeeira inovadora e adepta de métodos empresariais, surgem nas cidades um incipiente setor industrial e camadas médias com crescente vitalidade”. Idem, p. 73.

Alencar, fiel aos princípios que presidiram a atuação dos grandes homens do Partido Conservador, pelo qual se elege deputado em 1861, aparece, entre o final da década de 1860 e começo da seguinte, como um dos formuladores mais eloqüentes das razões que correspondem aos interesses cristalizados ainda na grande montagem política de 1850. A força com que adere a algumas dessas razões intriga seus biógrafos. Osvaldo Orico procura ver nas circunstâncias do nascimento e da primeira infância de Alencar a explicação da sua posição contrária à abolição por via legislativa (fosse ela imediata ou gradualista), muitas vezes sustentada com base na crença na “bondade” ou na “boa índole” brasileira:

A omissão de José de Alencar tem sua explicação lógica. Nascido, por uma coincidência, no local que deveria ter sido a casa de farinha da herdade de Mecejana, ele não testemunhou cenas deprimentes contra os escravos de família, mesmo porque o Ceará sempre se destacou pela liberalidade no tratamento dispensado aos negros nas fazendas. Ademais, a presença de senhoras e de padres na família não permitiria as atrocidades tão comuns em outras comunidades, onde a existência de feitores e carrascos foi motivo de cenas deprimentes ou desagradáveis.²⁰²

Raimundo de Menezes, ao relatar a atuação de Alencar na tribuna, contra o projeto de emancipação do ventre, sugere que a excelente performance retórica atingida pelo escritor andava de par com o sentimento de revolta contra o Imperador, que patrocinava a iniciativa legislativa, e que havia preterido o nome de Alencar, Ministro da Justiça do gabinete Itaboraí, para o senado, em 1870, apesar do cearense ter obtido então a maior votação e figurar no primeiro lugar da lista tríplice: “Amargurado, desiludido, Alencar, sem o ministério e sem a senatoria, envereda pelo caminho tempestuoso da oposição.(...) Afia contra Rio Branco, Itaboraí e Cotegipe as melhores armas. E contra o Imperador, notadamente”²⁰³. Nesse sentido, aventa hipótese idêntica à de Joaquim Nabuco, para quem também a atuação de Alencar em 1871 deveria ser interpretada em conformidade com sua oposição pessoal ao Imperador.

Na sua recente biografia de José de Alencar, Lira Neto ressalta a ausência das *Novas Cartas Políticas de Erasmo* da edição das *Obras Completas* organizada por Afrânio Coutinho; e sublinha que, para o leitor de hoje, aqueles artigos anti-abolicionistas soam “absurdamente reacionários”²⁰⁴. Mas conservariam ainda, com

²⁰² José de Alencar – patriarca do romance brasileiro, pp. 139-140.

²⁰³ José de Alencar – Literato e político, p. 261.

²⁰⁴ Lira Neto, *O Inimigo do Rei*, p. 259. O autor também noticia que a querela com o Imperador, embora tenha culminado com a preterição de Alencar para o senado, já vinha desde 1867 pelo menos. Datam desse ano dois panfletos satíricos de Alencar em que a figura de D. Pedro II é ridicularizada: *O Juízo de Deus – Visão de Jó* (que narra o encontro imaginário entre D. Pedro II e D. Pedro I), e *A corte do Leão – obra escrita por um asno*. No ano seguinte, o cargo de consultor jurídico do Ministério da

relação ao Imperador, o tom respeitoso que marca as primeiras *Cartas de Erasmo*, de 1866. A posição de Alencar em 1867 e em 1871, portanto, antes e depois do episódio da sua preterição para a senatoria, continuou basicamente a mesma, com diferenças que são apenas de ênfase.

Dos biógrafos de Alencar, o que mais se espanta com a posição anti-abolicionista do escritor é Raimundo de Magalhães Júnior, para quem a atitude de Alencar com relação ao tema “tanto teve de extremada como de obscurantista”²⁰⁵:

No tocante à liberdade do ventre escravo, sua atitude obstinada, sendo ele um homem de espírito, autor de dramas sentimentais como aquele *Mãe*, que chegou a ser considerado como um lance de propaganda abolicionista, é verdadeiramente espantosa. Foi a mais infeliz de suas campanhas e levou-o a chocar-se com o Visconde do Rio Branco por diversas vezes.²⁰⁶

Ao extremismo da atitude correspondeu, para Magalhães Junior, a ausência até de rigor lógico. O biógrafo é um dos poucos a se ocuparem com a “grosseira contradição” em que teria incorrido Alencar ao investir em duas frentes de argumentação: na generosidade do caráter brasileiro, por um lado, e na ameaça de guerra civil, por outro: “Que se podia esperar de uma ‘generosidade’ que, ao ser proposta a emancipação do ventre escravo, já vinha ameaçando o país com a guerra civil?”²⁰⁷. A perspicácia de Magalhães Junior, nesse ponto, nos ajudará a organizar a exposição do pensamento de Alencar sobre a escravidão. Realmente, a generosidade da índole brasileira e o medo da possível conflagração civil são duas grandes linhas de força na justificativa da manutenção dessa instituição “moribunda” que é a escravidão em 1871 para Alencar. Será interessante notar que o biografado chegou a articular explicitamente aquilo que pode ser uma resposta aos termos da “grosseira contradição” apontada pelo biógrafo. Essa resposta envolve coordenadas especificamente políticas, relativas às relações entre estado, direito e o desenvolvimento da sociedade, conforme veremos adiante.

A análise do conjunto de textos aqui propostos como um inventário ampliado do “escravismo alencariano” mostrará que Alencar, utilizando certos modelos literários, articulou também, embora não explicitamente, uma representação da sociedade

Justiça, então ocupado por Alencar, foi extinto. Segundo Lira Neto, era o revide do Imperador. Entretanto, ainda naquele ano, depois da queda de Zacarias, Alencar ocuparia a própria pasta da Justiça, no gabinete conservador chefiado por Itaboraí, a quem, dois anos antes, dirigira carta aberta sobre a crise financeira, em que não poupava elogios ao Visconde.

²⁰⁵ *José de Alencar e sua época*, p. 242.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Op. cit. p. 247.

escravista e de suas relações típicas de grande valor interpretativo e mesmo crítico, e que termina por explicitar o vínculo político essencial ao qual o seu anti-abolicionismo, no final das contas, se subordina.

2.1 As *Novas cartas políticas de Erasmo* – uma teoria da escravidão moderna

O principal *corpus* teórico do antiabolicionismo de Alencar encontra-se no conjunto de três das *Novas Cartas Políticas*, de 1867, como já indicara Wanderley Guilherme dos Santos. As cartas antecedem de um ano a publicação do *Sistema Representativo*. Seu contexto imediato é o princípio de erosão do consenso em torno da manutenção da escravidão que havia sido cunhado com a extinção do tráfico e com a lei de terras, em 1850. Já em 1866, concedia-se por decreto a emancipação gratuita dos “escravos da nação” – escravos de propriedade do estado – que servissem ao Exército na guerra contra o Paraguai²⁰⁸. O ano de 1866²⁰⁹ é também o da confecção, pelo Marquês de São Vicente, de cinco projetos abolicionistas que seriam apresentados ao Conselho de Estado, por encomenda imperial, prevendo medidas graduais e tutelares até a emancipação completa prevista para 1899²¹⁰. O ano de 1867 assiste à Fala do Trono de 22 de maio, um “raio, caindo de um céu sem nuvens”, na metáfora de Joaquim Nabuco²¹¹. Abrindo a sessão legislativa, o Imperador exortava o parlamento à reforma do “elemento servil”, como requisito para o pleno ingresso do Brasil no mundo civilizado. O antecedente da iniciativa imperial é a mensagem da Junta de Emancipação francesa ao Imperador, em 1866, subscrita, entre outras personalidades eminentes, por Guizot. A mensagem provocara a resposta do Conselheiro Martim Francisco, então

²⁰⁸ “O efeito do decreto de 6 de novembro de 1866 que concedeu gratuitamente liberdade aos escravos da nação que pudessem servir ao Exército, e estendeu o mesmo benefício sendo eles casados às suas mulheres, foi um desses efeitos que se não podem limitar ao pequeno círculo onde diretamente se exercem.” Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 29.

²⁰⁹ “Até 1866, pode-se dizer que a escravidão era tento res integra, como era res sacra. Algumas vozes se levantaram em todo tempo contra o cativo, mas tinha ficado sem repercussão, não tinham chegado aos ouvidos, nem dos senhores nem dos escravos, interceptadas como eram pela impenetrável camada política exterior, que isolava a escravidão nos seus latifúndios”. Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, p. 602.

²¹⁰ Cf. *Um Estadista do Império*, pp. 606-610.

²¹¹ A Fala do Trono de 22 de maio de 1867 foi para a emancipação como um raio, caindo de um céu sem nuvens. Esse oráculo sibilino em que o engenhoso eufemismo elemento servil amortecia o efeito da referência do chefe de Estado à escravidão e aos escravos - a instituição podia existir no país, mas o nome não devia ser pronunciado do alto do trono em pleno Parlamento - foi como a explosão de uma cratera. Idem.

Ministro da Justiça, assegurando aos abolicionistas franceses que a emancipação dos escravos no Brasil era “somente uma questão de forma e oportunidade”²¹².

É nesse contexto que Alencar publica as seis *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, dirigidas ao Imperador, entre junho e julho de 1867. A primeira carta abre a série com a reprovação da hipótese de abdicação de Pedro II, em plena Guerra do Paraguai. A instituição da monarquia, afinal, despiria o monarca da sua individualidade: “não tendes uma individualidade; não ha sob o manto imperial que vos cobre o *eu* livre e independente”²¹³. Alencar procura, desta forma, tirar proveito da ambigüidade que a figura do monarca inspira: homem sujeito ao impulso da vaidade e da busca pela glória e ao mesmo tempo instituição, sujeita aos imperativos da prudência e da razão de estado.

A primeira carta dá também oportunidade ao escritor para situar o lugar a partir do qual dirigirá sua palavra: a partir de um espaço referencial conservador, para o qual a monarquia é a principal garantia da ordem política e social:

O typo do homem livre, do cidadão independente, não é o republicano, que se apavora com a idéa de uma delegação permanente da soberania. Visionario político, sonhando um nivelamento repugnante á natureza tanto moral como physyca, elle julga-se humilhado em sua dignidade, pelo facto de reconhecer um monarcha; e não duvida fazer-se humilde vassallo da plebe. Entretanto, a acata na multidão, só porque é multidão.

Dignidade de algarismo que não comprehende o homem de convicções. O monarcha, vive pela força moral; no povo reside a força physica. Qualquer d’estas forças é suceptivel de degenerar, em ambas ha o germen pernicioso da tyrania, com a differença porém do alcance. Um rei póde ir até a ferocidade do tigre, não passa além; mas a multidão, é uma voragem, um abysmo, um hiato immenso e pavoroso da atrocidade humana.²¹⁴

Já tivemos ocasião de avaliar a importância da referência à multidão para a teoria da representação política em Alencar. Ela traduz a força descarnada, pura positividade, contra a autoridade racional da idéia; mas aqui ela aparece também como “nivelamento”, dissolução das posições marcadas e definidas no funcionamento social. Ademais, há um deslocamento de ênfase: na teoria da representação, procurando fundamentar a representação da minoria, Alencar reconhece no povo o detentor originário da soberania nacional; aqui, ele é o depositário também da força numérica, da

²¹² Para o documento da junta francesa e a resposta do Ministro da Justiça, ver Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II – Fastígio: 1870-1880*, Itatiaia, Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977, pp. 340-341, nota 210.

²¹³ *Novas Cartas Políticas* (daqui em diante citado como “NCP”), p. 4.

²¹⁴ NCP, pp. 7-8.

violência coletiva que torna o despotismo da multidão seguramente mais terrível do que os excessos de um rei feroz. Naturalmente, a multidão não é apenas uma imagem retórica, mas encerra um significado político que pouco tem a ver com a idéia da reivindicação de participação política pelo povo; traduz antes um estado de dissolução das diferenciações institucionais e sociais que servem de hierarquização das posições políticas; indica a possibilidade de substituição dos títulos (sejam os da “inteligência”, ou os do “talento”), por um fundamento meramente numérico (“dignidade de algarismo”) da participação política. A associação mais direta talvez seja antes com a idéia republicana.

A arrogância da teoria contra a lei

As três cartas que se seguem entram finalmente no tema da escravidão. A segunda principia demarcando o critério *nacional*, e insinuando que o Imperador teria sido vítima do “espectro da fama”: “Vosso espírito, senhor, permiti que o diga, foi victima d’esta fascinação. De longe vos sorrio a celebridade”²¹⁵. A referência, que não poderia ser mais clara, remete à mensagem da Junta de Emancipação francesa. Com ela, Alencar adianta o argumento de que o Imperador não pode pautar sua política pela pressão da filantropia estrangeira. Deveria, antes, atentar para as circunstâncias nacionais mais fundamentais e específicas, determinantes das condições em que pode se dar o progresso do país:

Povo adolescente, senão infante; derramado por um território, cuja vastidão nos opprime; isolados, nestas regiões quase virgens, do centro da civilização do mundo; qual lustre e fama poderíamos, nós brasileiros, nós barbaros, dar a um grande soberano, que o enchesse de nobre orgulho?²¹⁶

A ironia desponha como tentativa de expor a frivolidade dos objetivos que Alencar julga moverem o monarca, e com ela é introduzido o tema fundamental do *estágio de civilização* do Brasil²¹⁷ e de suas circunstâncias históricas e demográficas peculiares: a insuficiência numérica da população em relação ao território que é imperioso ocupar e colonizar é um dos esteios principais na explicação do surgimento e da manutenção da escravidão no Brasil, mesmo depois da Independência.

²¹⁵ NCP, p. 9.

²¹⁶ Idem, p. 10.

²¹⁷ “Ha alguns seculos a origem historica de França e Inglaterra erão cousa obscura e indifferente; em nossos dias quem não préza os illustres fundadores d’estas grandes nações? Quando nossa jovem civilisação subir no apogeo, também projectará sobre o passado, presenteagora, um vivo clarão”. NCP, p. 11.

Investindo ainda na fugacidade da fama ou do prestígio que a atuação “abolicionista” do monarca lhe angariaria, Alencar passa a insinuar as intenções subterrâneas da política filantrópica francesa que buscava influenciar Pedro II, na tentativa de desqualificá-la: “o paiz suspeita que os entusiasmos de além mar não são expontaneos e desinteressados; mas sim obtidos á custa de concessões perigosas”. O elogio estrangeiro ao Imperador equivaleria ao despedaçamento da dignidade nacional: “Rasga-se o manto auri-verde da nacionalidade brasileira, para cobrir com os retalhos a cobiça do estrangeiro”²¹⁸.

As referências à falsidade da “filantropia” estrangeira, à qual Alencar opõe a autenticidade da “caridade” brasileira, de claro conteúdo católico, alinhadas, como se vê, à retórica nacionalista que opõe a dignidade pessoal do Imperador à dignidade nacional²¹⁹, dão o tom mais geral que argumentação assume a partir daí.

Em seguida, Alencar apresenta aquele que é um dos argumentos centrais de uma defesa da escravidão como instituição. Como fato social, a escravidão seria da mesma natureza que o “despotismo e a aristocracia”, ou como o foram “a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas”²²⁰. A própria noção de progresso pressupõe esses estágios²²¹ e a sua progressiva superação pelo direito: “Nessa geração continua das leis, criaturas do direito, a idéa que nasce tem como o homem uma vida sagrada e inviolavel”²²². Interromper a “vida” da idéia ou da instituição, antes que ela morra de morte natural, ou seja, antes que tenha cumprido plenamente sua função civilizadora, constituiria, portanto, um verdadeiro “crime contra a sociedade”²²³:

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem á ella graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito. No tenue sopro, que de todo não exhalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e portanto o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadaver, despojo inane de uma idéa morta, spultal-a fora um grande attentado.²²⁴

²¹⁸ Ibid., p. 12.

²¹⁹ “Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre; estimulando as alforrias por meio de mercês honorificas; respondendo ás aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa; e finalmente reclamando na falla do throno o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem duvida julgaes ter adquirido os fôros de um rei philanthropo”, NCP, p. 12.

²²⁰ Idem, p. 13.

²²¹ “Se o direito, que é a substancia do homem e a verdadeira creatura racional, sahisse perfeito e acabado das mãos de Deus, como dahio o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fora incomprehensivel absurdo”. NCP, p. 13.

²²² Idem.

²²³ Ibid.

²²⁴ ibid.

A vida da instituição é a imagem retórica que corresponde ao ajustamento da escravidão a interesses ainda importantes e atuantes socialmente. O fato não é demonstrável pela importância numérica da população escrava empregada, mas antes pela presença ainda viva dos interesses escravocratas e das conexões econômicas que os sustentam. A escravidão só poderá ser legitimamente abolida quando dela não mais dependerem esses interesses. O conservadorismo de Alencar, aqui, parece identificar com notável perspicácia as implicações de se atacar por via da reforma legislativa aquele que constitui um dos pilares do mundo montado em 1850. Mais do que a catástrofe econômica – outro de seus temores – Alencar receia o desmoronamento das instituições cuja legitimidade radica na própria manutenção ordem social. Por essa razão, sujeita o direito ao fato social que corresponde a um determinado estágio do desenvolvimento da nação. A montagem conservadora de seu argumento termina por lhe conferir uma notável capacidade analítica. O *vínculo entre escravidão e monarquia aparece com máxima clareza*. Para Alencar, o “fanatismo do progresso”, que considera mesquinhos e retrógrados os defensores das instituições vigentes, constitui “um terrível precedente em matéria de reforma”, e “nenhum princípio social fica isento de ser por elle atacado e mortalmente ferido”:

A mesma monarchia, senhor, póde ser varrida para o canto entre o cisco das idéas estreitas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociaes, cahirão desde já em desuso ante os sonhos do comunismo. (...).

Choca semelhante arrogância da teoria contra a lei. Ainda mesmo extinctas e derogadas, as instituições dos povos são cousa santa, digna de toda veneração. Nenhum utopista, seja ele um gênio, tem o direito de profanal-as. A razão social condemna uma tal impiedade.²²⁵

Essa estrutura, por assim dizer, *burkeana*²²⁶ do argumento contra as reformas sociais – a “arrogância da teoria contra a lei” – dá a Alencar a clareza de que, uma vez

²²⁵ NCP, p. 14.

²²⁶ No texto que é considerado a principal fonte do pensamento anti-revolucionário moderno, as *Reflexões sobre a Revolução em França*, de Edmund Burke (1790), um dos principais argumentos contra a voga revolucionária é precisamente a condenação dos seus resultados deletérios com relação à ordem social. Movidos por suas considerações abstratas sobre os direitos do homem, e descuidados da razão prática e da importância dos “corpos intermediários” (tais como a aristocracia, mediando entre o soberano e o terceiro estado), os revolucionários franceses poriam em risco os fundamentos sociais que permitiam o exercício de fato da liberdade, concebida como garantia de uma ordem social estável. A rigor, uma aversão à maneira de Burke pela via revolucionária marca o estilo político próprio dos conservadores no Brasil imperial. No caso de Alencar, a idéia da “arrogância da teoria contra a lei” tem função importante na sua teoria da escravidão e na sua defesa da abolição espontânea.

posto em marcha o mecanismo das reformas, a própria monarquia teria seus fundamentos abalados. O argumento é revelador da crença de que a constituição monárquica retira sua legitimidade não apenas do equilíbrio teoricamente desejável entre elemento aristocrático e elemento democrático, não apenas da engenharia das instituições políticas e do jogo parlamentar, mas, principalmente, da história que a transmite às gerações subseqüentes como uma autêntica herança.

O que chamamos aqui de uma estrutura *burkeana* de argumentação é algo mais específico do que o mero apego à tradição. Nesse particular, Alencar reconhece em pelo menos uma ocasião que o peso da tradição pode esterilizar o pensamento. Na sua longa crítica ao materialismo da legislação civil, que pecaria por converter o homem em mero proprietário, regulando ao mesmo tempo e no mesmo corpo de leis a propriedade e a família, ele compara a ação da tradição à compressão atmosférica: “é a compressão moral dos factos sobre as idéas, do hábito sobre o pensamento”²²⁷. Essa ação da tradição seria a responsável pela permanência de certos institutos da lei civil desde o direito romano, a despeito de sua iniquidade. Entretanto, no mesmo livro sobre o direito de propriedade, Alencar também afirma que “a realidade escarnece das theorias”:

(...) o legislador póde crear no papel um mundo de fantasia e capricho; porém na superfície da terra, na vida real, continúa a inspirar a necessidade, esse grande eco da verdade, que brada pela razão a todo instante repercute do seio de todas as cousas.²²⁸

A oposição entre a abstração da teoria e a concretude das necessidades sociais é o que dá a nota específica ao estilo *burkeano* do argumento. A arrogância da teoria contra a lei é condenável porque ignora, em nome de fórmulas abstratas e de valores ideais, o conjunto de vinculações orgânicas que formam as instituições sociais, cujo aparecimento e desaparecimento obedecem a leis da necessidade social, fundamente ancoradas nas circunstâncias históricas, e garantidoras da ordem na qual é possível o verdadeiro exercício da liberdade, livre das irrupções violentas.

Por conseguinte, embora a escravidão seja condenável e se nos mostre sob seu “aspecto repugnante”, embora a instituição do cativo no Brasil pese sobre toda a humanidade, há que ver, para Alencar, que “Mais bárbaras instituições porém do que a escravidão já existirão, e forão respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas”²²⁹. O direito quirital dos romanos e o feudalismo, por exemplo, embora

²²⁷ A propriedade, p. 81

²²⁸ idem, p. 212.

²²⁹ NCP, p. 14.

tirânicos em si mesmos, deram origem ao moderno direito romano e ao “modelo da liberdade política, o *systema representativo*”²³⁰. A conclusão é que “toda a lei é justa, útil, moral, quando realisa um melhoramento na sociedade”²³¹ e quando traduza um estágio, ainda que imperfeito, da civilização.

Nesse ponto, Alencar passa da resistência à reforma para a defesa do papel civilizador da escravidão, que compara à conquista, ao *mancípio* e à *gleba* na Antigüidade. Sobre essas instituições, a escravidão ainda levaria uma vantagem: teria prestado um serviço “muito superior” ao “desenvolvimento social”:

De feito na historia do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida colectiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O captiveiro foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público.²³²

Alencar passa a investigar a origem histórica da escravidão, que se desenvolve paralelamente à conquista primitiva. A escravidão seria a forma pela qual o homem se filia à família estranha, e a forma pela qual as sociedades mais fracas seriam absorvidas pelas mais fortes. Atenderia, portanto, a uma necessidade social, espelhada na conquista, e no direito daí decorrente: “Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível”²³³. Se não fosse pela escravidão, o vencedor, na conquista, imolaria a vítima²³⁴.

Se as leis da necessidade social forjaram a escravidão antiga como meio de desencadear o progresso da humanidade, a escravidão moderna possui o mesmo fundamento, achando-se a América, quando da colonização européia, em condições que novamente evocariam a necessidade. A diferença é que os nativos americanos desconheciam a escravidão – os prisioneiros de guerra eram antes troféu para o sacrifício. Enquanto no “Oriente” a guerra já era “uma indústria”²³⁵ de fornecimento de escravos, o selvagem americano tinha o “amor da liberdade” e não suportava o cativo.

²³⁰ Idem.

²³¹ Ibid.

²³² *ibid.*, p. 15.

²³³ *ibid.*

²³⁴ Alencar alude ao direito de conquista como fundamento da escravidão. O modelo da conquista, o velho fundamento da relação senhor / escravo como uma relação pessoal (contratual) fundada no direito do vencedor de matar o perdedor, recebe um golpe de morte no *Contrato Social*, de Rousseau. Do fato da guerra não advém direito de matar os subjugados – a obediência destes é mera necessidade, relação de sujeição mantida pela pura vigência da força, que, para Rousseau, jamais se converte em direito.

²³⁵ “O primeiro capital do homem foi o próprio homem”, NCP, p. 16.

A obra social da escravidão consiste, para Alencar, em reparar as “soluções de continuidade entre os povos”²³⁶. Seu aparecimento obedece a uma lei histórica, de que dá prova a escravidão antiga. Assim como os modelos políticos modernos têm o seu padrão de comparação na Antigüidade, também a moderna escravidão merece ser comparada à antiga. E assim como, para Alencar, o sistema representativo e a sociedade civil moderna são mais vantajosos que a antiga democracia direta, pelo espaço que deixam ao desenvolvimento da vida privada, *também a escravidão moderna cumpre uma função nova e superior*. Afinal, se as antigas civilizações obravam pela conquista, as modernas otram pela indústria:

Modernamente os povos caminham pela indústria. São os transbordamentos das grandes nações civilizadas que se escoam para as regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. O escravo deve ser então o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neophito da civilização.²³⁷

Na marcha histórica da escravidão, o cristianismo a adoçara, e “a organização da sociedade foi operando nella uma transformação lenta”, que terminou por convertê-la em servidão, a mesma servidão que a Revolução Francesa aboliria completamente apenas em 1789²³⁸. A questão que, a partir dessa constatação histórica, ganha foros de verdadeira indagação teórica para Alencar, passa a ser a razão do ressurgimento da escravidão no século XV, ou o fenômeno que se convencionou chamar de escravidão moderna.

Alencar desafia os “philantropos abolicionistas, enlevados pela utopia” a explicar o acontecimento. Para o escritor, os abolicionistas, ao recusarem à escravidão uma “ação benéfica no desenvolvimento humano”, estariam obstinados em responsabilizarem as “más paixões humanas”²³⁹ pelo seu ressurgimento. Como já adiantamos, a expansão marítima européia e a colonização repõem, para Alencar, as mesmas necessidades que davam fundamento à escravidão antiga.

O próprio tráfico negreiro dataria, entretanto, de período imediatamente anterior à expansão marítima, com a expulsão dos mouros da península ibérica em 1440 e com o

²³⁶ Idem.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ A diferença de Burke, Alencar considera que a revolução francesa “consummou o que o christianismo iniciara, a redempção da humanidade”: “A guilhotina ha de ficar na posteridade como a cruz, instrumentos de supplicio ambos, transformados em symbolos veneraveis de um sublime sacrificio. Na primeira padeceru o homem-deus pela sua creatura; na segunda o homem-povo pela sua liberdade”. *A propriedade*, p. 18.

²³⁹ NCP, p. 16.

“resgate de prisioneiros brancos por negros”. Dá-se aí o encontro de circunstâncias que parece a Alencar como ostentando “a logica da civilização humana”²⁴⁰:

A’quelles povos, futuros senhores de um mundo, obrigados a roteal-o, eram indispensaveis massas de homens ara devassar a immensidade dos desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Estas massas, não as tinham em seu proprio seio, careciam de buscal-as: a raça africana era então a mais disponível e apta.²⁴¹

Alencar enxerga na contingência histórica a manifestação da própria lei do progresso da civilização. Curioso é notar que a disponibilidade da mão-de-obra escrava, garantida pela existência de um sistema africano de produção de escravos²⁴², bem como a capacidade de adaptação do comércio desses escravos às demandas da colonização portuguesa²⁴³, são aspectos presentes na historiografia mais recente, e, em certo sentido, constituem explicações modernamente aceitas para o volume e a intensidade da utilização da mão-de-obra escrava na América portuguesa.

Prosseguindo no argumento, Alencar aduz que, como o selvagem americano não suportava a escravidão, e, ademais, como que “por uma lei misteriosa” estava essa “grande família humana” condenada a “desaparecer da face da terra”, não restava alternativa para a empresa colonial a não ser o emprego da escravidão negra: “Ao continente selvagem o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria; em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante”²⁴⁴. Na conjunção

²⁴⁰ Idem, p. 17.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Cf. a esse respeito, de Manolo Florentino, *Em costas negras: Uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Especialmente o capítulo II. Florentino mostra como a oferta africana de escravos era elástica e barata, ampliando-se mesmo em momentos de crise e queda dos preços internacionais dos produtos exportados pelo Brasil. Tal estrutura da oferta de escravos, por sua vez, seria efeito das formas africanas de produção do escravo (basicamente sustentadas por guerras) que, estimuladas pela demanda americana, procuram a ela se ajustar: “a viabilização de uma produção maciça e continuamente renovável de escravos estava organicamente vinculada não somente à existência de relações desiguais de poder entre os próprios africanos, mas sobretudo ao fortalecimento do Estado, único produtor de cativos em grande escala”, p. 105.

²⁴³ “Por essa época, os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes nos tempos de Dom Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável”. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 13.

²⁴⁴ NCP, p. 17. Diante do emparelhamento do gigantismo da natureza com a força do africano é impossível não pensar em Gilberto Freyre, e na sua defesa da maior adaptabilidade do negro ao clima tropical, comparado ao indígena americano. Cf. *Casa Grande e Senzala* – especialmente o capítulo IV, “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”.

dos fatores, até o tráfico se justifica, pois não haveria outro modo de transportar para o continente selvagem o homem selvagem.

Da mesma forma como explica o ressurgimento moderno da escravidão, Alencar procura explicar o desaparecimento da escravidão na Europa (sem necessidade de lei que a abolisse), enquanto recrudescer nas colônias, movida pelo tráfico em que tomam parte não apenas Portugal e Espanha, mas também Inglaterra, França e Holanda. A explicação radica novamente na lei da necessidade. Na Europa a teriam substituído o proletariado e a servidão – este na indústria e aquela na agricultura. Na América, a indisposição do indígena, de um lado, e a insuficiência da imigração européia, de outro, impeliam o desenvolvimento do tráfico de africanos: “Não houve remedio senão vencer a repugnancia do contacto com a raça bruta e decahida”²⁴⁵.

Uma vez desencadeado, o funcionamento do tráfico teria importado para a América, segundo os dados citados por Alencar, quarenta milhões de africanos²⁴⁶, ao passo que a contribuição européia em termos de população se reduziria a um décimo dessa cifra. Alencar responsabiliza os próprios abolicionistas pelo exagero das estatísticas de que se serve: “Não vem de origem suspeita estes dados: são colhidos na obra citada de um ardente abolicionista”. Ao exagerá-los, o responsável pelos números teria pretendido demonstrar o “desaparecimento da raça africana na America”. Mas lhe teria escapado aquela que é para Alencar “a razão logica e natural do numero reduzido da população negra”: “Em tres e meio seculos o amalagama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a côr branca. Tres ou quatro gerações bastão ás vezes no Brasil para uma transformação completa”²⁴⁷. Assim, a “diminuição a gente africana” seria uma função dessa “lei providencial da humanidade” que é “o crusamento das raças”²⁴⁸. A segunda das *Novas Cartas Políticas* vai assim se encaminhando para o fecho, e sustenta ao final uma chave positiva a respeito da miscigenação e do futuro reservado à civilização americana. A tentativa é pôr em realce a contribuição da raça negra para a formação da nova civilização: “Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem d’este continente, ficara incompleta se faltasse o sangue africano que no século VIII, afervorou o progresso da Europa”²⁴⁹. Significativamente, a raça antes qualificada de bruta e decaída, comporta também os adjetivos de vigorosa,

²⁴⁵ NCP, p. 18.

²⁴⁶ Por três séculos teria a África despejado sobre a América “a exuberância de sua população vigorosa”. Idem, p. 19.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ ibid.

“humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da rale, vomitada pelos carcereiros e alcouces das metrópoles”²⁵⁰. Uma vez definido o lugar subordinado da raça negra na marcha da civilização americana, são as suas “qualidades”, tão afeitas à sua missão de civilizar pelo trabalho, que passam a merecer destaque.

São basicamente três, portanto, os grandes argumentos que, em diferentes modulações, estruturam a segunda das *Novas Cartas Políticas*: 1- o argumento *burkeano*, contrário ao ataque das instituições sociais ainda vivas, com a conseqüente sujeição do direito aos fatos sociais; 2- a lei da necessidade como lei histórica e tradução da lógica intrínseca ao desenvolvimento da civilização, segundo a qual a história deve ser interpretada como sucessão de etapas do progresso; 3- a função civilizadora da escravidão moderna com relação à raça africana – que é regenerada por meio da miscigenação que faz prevalecer a raça européia – e seu correlato papel na formação da civilização que nasce no novo mundo. Montada a estratégia de defesa, Alencar pode enunciar com o máximo de clareza possível o seu programa:

Esse elemento importante da civilização americana, que serviu para creal-a e a nutrio durante três séculos, já consummmou a sua obra? É a escravidão um principio exhausto, que produzio todos os seus bons effeitos e tornou-se portanto um abuso, um luxo de iniquidade e oppressão?

Nego, senhor, e o nego com a consciencia do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do christão, que ama seu semelhante e soffre na pessoa d’elle. Affirmo que o bem de ambas, da que domina como da que serve, e d’esta principalmente, clama pela manutenção de um principio que não representa sómente a ordem social e o patrimonio da nação; mas sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho.²⁵¹

A defesa da escravidão como instituição, por exigência lógica, precisa fazer frente às objeções levantadas pela moral, pela religião, e até pelos princípios do sistema representativo – ou seja, pela própria ciência política. É esta a tarefa de que ocupará Alencar em seguida.

Contra a violência da liberdade, a escola do trabalho e do sofrimento

A terceira das *Novas Cartas Políticas* principia com um tom científico, reeditando procedimento retórico muito freqüente em Alencar, a comparação – tão pouco científica – entre os fenômenos naturais e os fenômenos sociais: “A repulsão e o

²⁵⁰ ibid.

²⁵¹ ibid. p. 20.

amalgama das raças humanas são duas leis de physiologia social tão poderosas como na physica os princípios da impenetrabilidade e coesão”. Nessa física social, embora diferentes raças não possam habitar o mesmo país, assim como dois corpos não ocupam o mesmo espaço, dá-se que as suas moléculas – os indivíduos – terminam por se combinar, “adherem mutuamente, e se confundem na nova família do genero humano”²⁵².

No entanto, a obra da miscigenação é lenta: “demanda séculos e séculos semelhante operação ethnographica”. E não só tempo como também grande esforço é necessário para diluir “a tradição e o character, que formão a originalidade de cada grupo da especie humana”²⁵³. E de onde vem a energia necessária para pôr em contato duas raças e forçá-las ao contato? É fácil intuir. Ingressando o negro em terras americanas, e em contato com o europeu, sujeitou-se às leis da repulsa e do amálgama das raças:

Eis um dos resultados beneficos do trafico. Cumpre não esquecer quando se trata d’esta questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano á condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilisado. A futura civilisação da África está ahi nesse facto em embrião.

Mas, senhor, que força maior suffocou a invencivel repulsão das duas especies humanas mais repugnantes entre si, á ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cincoenta annos?

A escravidão: a alliagem artificial, que supre e prepara o amalgama natural. Sem a pressão energica de uma familia sobre a outra era impossível que a immigração européa, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse á importação africana dez vezes superior. Acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o índio, a colônia succumbira sem remédio.²⁵⁴

O trecho repisa o tema da escravidão como fator de civilização não só do solo americano virgem, como da própria raça negra. Mas sofisticava-se notavelmente o argumento: além de civilizar o negro trazido para a colônia, o tráfico contém em gérmen a civilização do próprio continente africano. Além disso, nota-se que, para Alencar, entre o europeu e o africano prevaleceria a lei da repulsa. A violência da escravidão – essa “alliagem artificial” – faz-se necessária como forma de contrabalançar o antagonismo social “natural”. No entanto, ela não só atua para forçar a coexistência das duas raças, como garante também que o encontro se dê sob a direção da raça européia, superior, que comanda tanto a empresa colonial como o processo etnológico.

²⁵² NCP, p. 21

²⁵³ *idem*.

²⁵⁴ *Ibid*, p. 22.

À barbárie da redução do homem à mercadoria contrapõe-se a obra civilizadora do contato com o europeu e da transfusão dos seus valores – tem-se aí a potente imagem da escravidão negra como evangelização. O que é mais notável no argumento é a insinuação de que desse contato decorreria também a civilização da própria África. Do ponto de vista histórico, embora o sistema africano de produção de escravos já existisse antes do vertiginoso incremento da demanda que foi o tráfico atlântico – não sendo, portanto, exatamente fiel a afirmação de que a raça branca teria tomado parte diretamente no apresamento de negros²⁵⁵, senão que o encontrou já reduzido à condição de escravo na África, e dela se utilizou, dando-lhe o caráter mercantil –, por outro lado as consequências do tráfico na estrutura social dessa produção de escravos não podem ser desprezadas. Se quisermos investigar o possível sentido histórico da afirmação de Alencar, de que o tráfico continha em gérmen a civilização do continente africano, devemos pensar na montagem do modo de produção sul-atlântico e de suas consequências para as sociedades africanas.

Como assinala Manolo Florentino, o tráfico, por meio do escambo, fortalecia as elites africanas ao lhes fornecer mercadorias e material bélico. Esse fornecimento, por sua vez, habilitava esses grupos a produzirem escravos – por meio da guerra – em escala crescente. A demanda americana está, portanto, relacionada com o fortalecimento de estruturas centralizadas de poder na África – com o fortalecimento de estados –, com a consolidação da estratificação social e com a interiorização da produção de escravos; além disso, ela também ultimou a passagem da escravidão doméstica para a escravidão mercantil entre os africanos²⁵⁶. Mais ainda, a escravidão propriamente moderna, fruto do tráfico atlântico e da demanda americana, instituiu, como justificativa, o preconceito racial como seu fundamento.

Ao se referir ao tráfico como fator de civilização da África, Alencar demonstra uma consciência bastante clara sobre a correlação entre a importação forçada do africano e o que ela implicava em termos de interação entre as sociedades africanas e os

²⁵⁵ “(...) a oferta africana perdurou por mais de três séculos e meio, sem que, no fundamental, fosse necessário que os traficantes europeus e americanos produzissem diretamente o escravo, ou seja, que o apresassem ou que o exigissem como tributo”. Manolo Florentino, op. cit. p. 104.

²⁵⁶ Cf. Manolo Florentino, op. cit. pp. 89-103. “Os traficantes europeus demandavam escravos e, em certos casos, alimentos, podendo em troca oferecer instrumentos de guerra, dentre outras mercadorias. Por sua vez, os grupos dominantes africanos viam no tráfico um instrumento através do qual podiam fortalecer seu poder, incorporando povos tributários e escravos. A venda destes últimos no litoral lhes permitia o acesso a diversos tipos de mercadorias e material bélico. Deste modo, aumentava a sua capacidade de produzir mais escravos e, por conseguinte, de controlar os bens envolvidos no escambo. Criava-se, assim, um circuito fechado cuja velocidade de rotação dependia das oscilações da demanda americana”, p. 92.

agentes europeus e americanos daquele comércio. A clareza que temos hoje sobre a dimensão das implicações estruturais do tráfico sobre as sociedades africanas nos ajuda, por seu turno, a colocar em perspectiva histórica o argumento “civilizatório” de Alencar: no que se refere à intuição de que o tráfico repercutiria significativamente sobre a África, Alencar, como se vê, não deixa de ter razão.

Essa constatação nos ajuda a iluminar a linha de valores que dá sentido à sua reconstrução da história da escravidão moderna. Da perspectiva de um processo civilizatório, comandado politicamente e etnologicamente pela raça “superior”, Alencar vê a escravidão como a forma de ingresso dos povos africanos na própria história. Como *via de acesso à modernidade*, portanto, ela deve também ser capaz de preparar a raça “bruta e decahida” para o contato com os valores civilizados e para o exercício dos direitos, entre eles a liberdade. Saltar essa etapa de preparo, em nome de uma “utopia”²⁵⁷, equivaleria a uma mutilação. Afinal, os povos hoje livres registrariam em sua história, eles também, a etapa do cativo:

Porque somos livres agora, nós filhos de uma raça hoje superior, havemos de impôr á todo o individuo, até ao bárbaro, este padrão unico do homem que já tem a consciencia de sua personalidade! Não nos recordamos que os povos nossos progenitores forão tambem escravos, e adquirirão nesta escola do trabalho e do soffrimento, a tempera necessaria para conquistar seu direito e usar d’elle?²⁵⁸

Saltar a etapa consubstanciada na escola do trabalho e do sofrimento seria, ademais, além de uma *imposição*, um crime sancionado pela história – esse tribunal permanente da humanidade. Alencar sai do plano mais amplo de uma macro-história, interpretada teleologicamente, e procura identificar fatos específicos que comprovem sua hipótese geral. Ele os encontra na abolição da escravidão nas colônias inglesas em 1833 e nas colônias francesas em 1848.

No caso inglês, a abolição teria se dado em conformidade com a prescrição civilizatória. O “frio caracter saxônio”, industrial, teria eficientemente “limado” a população negra. Ao tempo da abolição, o escravo das Antilhas inglesas já não seria “mero instrumento”, mas “um operario ao qual só faltava o estímulo do lucro”. A prova de que a população negra das colônias inglesas já estaria educada para a liberdade quando da sua emancipação seria o “estado prospero” em que se achava depois da abolição. Ainda que tenha se dado com algum custo – já que mesmo nas Antilhas

²⁵⁷ “De uma utopia, sim; pois outro nome não tem essa pretensão de submeter a humanidade, o direito, á uma craveira mathematica”, NCP, p. 22.

²⁵⁸ Idem.

inglesas a escravidão seria ainda uma instituição útil –, a abolição ali não teria produzido a catástrofe que seria de se esperar em circunstâncias diversas.

O caso francês constitui o exemplo contrário. Sendo a raça latina “sobretudo artística”, inclinada a “outros estímulos, que não o útil e o conforto”, mas “ao belo” e ao “ideal”, ela não poderia “polir com rapidez a rude crosta do africano”. Por isso, no caso francês, a abolição teria encontrado a população negra ainda em estado “bruto”. Prova disso seriam a desordem econômica e as insurreições que se seguiram à emancipação, acarretando “a desgraça e ruína da população negra”, que, “ainda não educada para a liberdade, entregou-se à indolência, à miséria e à rapina”²⁵⁹.

A partir dos dois exemplos apresentados por Alencar, é interessante notar que o nível de civilização ou “educação para a liberdade” depende do caráter do colonizador, ou seja, manifesta-se concretamente em cada curso histórico particular. Além disso, não deixa de ser também significativo que Alencar procure identificar a raça negra como vítima do “crime” que é a abolição antes do tempo. Como que fiel à versão da escravidão moderna como missão evangelizadora, Alencar preocupa-se com a sorte dos brutos, privados precocemente da tutela que é de responsabilidade da “raça superior”, e entregues à própria sorte sem possuírem as qualidades necessárias para o exercício da liberdade. A metáfora preferida do escritor para se referir à influência de uma raça sobre a outra é a da lima e a do polimento, agindo sobre a “rude crosta”.

Mas não é somente com relação aos destinos da população negra que a abolição precoce se revela temerária. Em condições particulares, quando o número da população branca fosse muito inferior ao da população escrava, a abolição significaria, para a primeira, o suicídio²⁶⁰. Nesse caso, quando a abolição representa um atentado contra a própria conservação da “raça superior”, não se lhe podem opor os princípios morais ou filantrópicos, pois “nenhum dogma moral ou preceito de filantropia, ordena semelhante atentado de uma nação contra sua própria existência”²⁶¹.

Diferentemente dos casos inglês, francês, e mesmo dos Estados Unidos, o Brasil se acharia, para Alencar, em situação demográfica longe de ser, segundo seus critérios, favorável à abolição. Aliás, ainda nos Estados Unidos mal terminava a guerra civil e, para Alencar, não seria possível antecipar a sorte de desordens e cenas de horror que o

²⁵⁹ Idem, p. 23.

²⁶⁰ “Quebrar o vínculo moral, quando não existe a intensidade necessária para absorver e suffocar o princípio estranho, seria o suicídio”, Idem, p. 24.

²⁶¹ Idem.

futuro reservava aos estados do sul da confederação²⁶². Alencar recorre a dados da sociedade abolicionista da Inglaterra para afirmar que a população escrava no Brasil seria, em 1850, de três milhões e duzentos e cinquenta mil escravos. Com base nesse número, e supondo uma taxa de crescimento que levasse a população escrava a dobrar em cinquenta anos, em 1867, segundo Alencar, esta seria de quase quatro milhões de escravos no Brasil.²⁶³ Daí a sua indagação: “Haverá no Brasil quem exija para salvar o princípio, a morte do Império, a sua ruína total?”²⁶⁴

No Brasil, portanto, onde a população escrava, segundo Alencar, constituiria um terço da população total, a realização do princípio representaria a ruína da nação. Assim ensinava o “testemunho imparcial da estatística”²⁶⁵. A população livre não teria força para “sopitar o elemento subversivo”. Especialmente se se tem em conta a natureza do “inimigo”, “movido por instintos barbaros, e exclusivamente preocupado d’esse designio sinistro, que elle supõe seu direito, e considera justa reparação de um aggravo”²⁶⁶.

Alencar ainda arrola condições adicionais que, reunidas, formam todo um quadro em que a abolição poderia funcionar como gatilho de uma guerra racial. Ao dado demográfico, somar-se-ia a circunstância de ter a população escrava, depois do fim do tráfico, se concentrado em determinadas províncias, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Nessas províncias seria de se supor ainda maior magnitude de população escrava.

Um outro fator que prepararia o terreno para uma catástrofe diz respeito à estrutura da principal atividade econômica do Império. O fato de ter predominado na agricultura brasileira a grande propriedade, em detrimento da pequena lavoura, contribuiria para tornar mais difícil o contato das duas raças, e o apaziguamento da sua convivência:

Nem sequer portanto as duas especies de população se penetram e intercalam mutuamente, de modo a neutralisar a repulsão instintiva de

²⁶² Alencar também procura explicar a Guerra de Secessão em bases demográficas. No sul da confederação, a elevada proporção de população escrava sobre população livre (“cerca de quatro milhões sobre uma população de dez”) teria unificado os interesses na manutenção da instituição – “Foi o norte com seus treze milhões de habitantes livres, que exigiu a reforma e a impoz”, *idem*, p. 25.

²⁶³ José Murilo de Carvalho considera obviamente “exageradas” as cifras utilizadas por Alencar nas *Novas Cartas Políticas*.

²⁶⁴ NCP, p.24.

²⁶⁵ *idem*, p.25. Não é apenas com a relação entre população escrava e população livre que preocupa Alencar. Igualmente, a média de escravos por senhor seria um número importante a ser levado em consideração. A ausência dessa estatística no Brasil tornaria ainda mais temerária a iniciativa de se “legislar sobre o desconhecido”.

²⁶⁶ *ibid.*

cada uma. Na area das seis províncias mencionadas, destacou-se aquellas aglomerações de escravos que solvem a continuidade da outra casta; e formão nucleos poderosos de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição.

Rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas a mais rancorosa e medonha.²⁶⁷

Como é possível perceber, na argumentação de Alencar a abolição significa uma dupla violência: a violência da imposição da liberdade à raça despreparada ainda para fruí-la, e a violência da conflagração social, precipitada pelo rompimento do freio que é o “respeito” pela instituição, último esteio de uma ordem social ameaçada pela magnitude demográfica da população escrava. Para José Murilo de Carvalho, residem aí talvez as razões mais importantes da resistência de Alencar contra a abolição “direta”: o medo da guerra racial, o pavor da revolta escrava generalizada²⁶⁸. Teremos ainda ocasião de discutir esse ponto de vista. Por ora, cabe notar que os episódios de insurreição escrava, de que está especialmente pontilhada a primeira metade do século XIX, forjaram no imaginário social uma imagem poderosa, que inspirava medo real e freqüentava as considerações sobre a ordem pública e a segurança do Império. Como assinala Ilmar Rohloff de Mattos, à sombra da insurreição arquetípica simbolizada pelo destino da República de São Domingos, “insurreições reais confundiam-se com levantes imaginários”. De qualquer forma, como salienta o historiador, “reais ou imaginários, os movimentos de rebeldia escrava propiciavam a aproximação dos setores proprietários”²⁶⁹. Além de trocarem cartas advertindo uns aos outros de perigos de revoltas ou fugas maciças, os fazendeiros chegaram a criar associações para combater ou prevenir as insurreições.

A relativa novidade do argumento de Alencar está na tentativa de equacionar demograficamente a ameaça de guerra social, por um lado, e a consciência, que se confunde com a utilização tática e retórica do imaginário relacionado ao haitianismo²⁷⁰, por outro, de que a ordem sobre a qual assentava a organização do trabalho dependia de

²⁶⁷ *ibid*, p. 26

²⁶⁸ Para José Murilo de Carvalho, a “intensidade da linguagem” utilizada por Alencar ao se referir ao perigo da guerra social indicaria a centralidade do motivo. Cf., *op. cit.* p. 54.

²⁶⁹ *Op. cit.* p. 75.

²⁷⁰ As referências às antilhas francesas e inglesas, bem como ao Haiti, povoam vivamente o debate parlamentar da época. Nabuco de Araújo utilizava essas mesmas referências, para tentar persuadir os mais resistentes às medidas abolicionistas de que era melhor controlar o processo, por meio de medidas graduais, do que entregá-lo à espontaneidade da história. Joaquim Nabuco cita o discurso de seu pai que, em 1870, vociferava: “Não quereis os meios graduais; pois bem, haveis de ter os meios simultâneos; não quereis as consequências de uma medida regulada por vós, pausadamente, haveis de ter a incerteza da imprevidência; não quereis ter os *inconvenientes econômicos por que passaram as Antilhas inglesas e francesas*, correis o risco de ter os *horrores de São Domingos*”. *Abolicionismo*, p. 32, grifado.

uma coerção externa e centralizada, que garantisse “o respeito da instituição”. *A manutenção da escravidão não é, portanto, indiferente à forma que assume a sociedade política.*

Mas Alencar não se satisfaz, via de regra – e nisso reside boa parte da riqueza de seu texto – com a mera enunciação da hipótese. Movido pela convicção, ele busca extrair todas as conseqüências lógicas dos argumentos e demonstrar a validade de todas as afirmações. Em busca da confirmação histórica, ele percorre diferentes experiências abolicionistas para mostrar que, enquanto corresponde a um estágio de civilização, a instituição da escravidão se impõe mesmo contra leis abolicionistas. Esse seria o caso dos Estados Unidos, onde os estados da Pensilvânia e Massachussets, em 1780, decretaram “emancipação gradual”. Não obstante todas as medidas repressivas que se seguiram, em 1820 a população escrava nos Estados Unidos teria dobrado. Da mesma forma, na América Latina, a abolição da escravidão nas ex-colônias espanholas, na primeira metade do século XIX, não teria impedido o incremento da população escrava no continente, capitaneado naturalmente pelo Brasil.

A ginástica estatística de Alencar se destina a demonstrar que, enquanto a escravidão é ainda um princípio civilizatório ativo, os esforços abolicionistas conseguem apenas deslocá-la espacialmente. Alencar ainda não perde a oportunidade de mais uma vez adiantar uma *correlação política* entre abolição e desordem, tendo na mira as repúblicas americanas: “Todas as republicas abolicionistas forão dilaceradas pela anarchia; enquanto o Brasil se organizava com uma prudência e circunspeção admiravel”. Ademais, a repressão ao tráfico e o movimento abolicionista teriam conseguido, quando muito, estimular o comércio de escravos, valorizado pela escassez, e enraizar ainda mais profundamente a instituição.

Com isso, Alencar pretende demonstrar a vigência da escravidão enquanto instituição social, a despeito da implementação das medidas “filantrópicas”. Introduzida a reforma precocemente, o mecanismo histórico, movido pela lei da necessidade, se reafirmaria, repondo a instituição. Daí que a única forma de combatê-la seja “pela revolução lenta e soturna das idéas”²⁷¹. Mas como exatamente atua essa lei implacável da necessidade? A história parece se fazer a partir das correlações específicas que condicionam o desenvolvimento das sociedades. Alencar exhibe uma consciência muito clara de como a divisão internacional do trabalho atua para, especializado a produção,

²⁷¹ NCP, p. 28.

acentuar os vínculos de dependência e limitar as possibilidades de transformação das relações existentes. A lei da necessidade atua por imposições econômicas:

E de onde principalmente derivava para a escravidão essa linfa e substância?

Bem o sabeis, senhor. Da Europa, e com especialidade da Inglaterra, França e Alemanha, tão abundantes de philanthropos como de consumidores de nossos produtos. Não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro de Africa para derrubar as matas e laborar a terra; mas aqueles que hoje nos lançam o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo.

Sem esse enorme estomago, chamado Europa, que annualmente difere aos milhões de gêneros coloniaes, a escravidão não regurgitaria na América, nem resistiria à repugnância natural dos filhos deste continente. Mas era preciso alimentar o colosso; e satisfazer o grande sybarita.²⁷²

O efeito da demanda européia por produtos coloniais é reconhecidamente o impulso que põe em marcha o mecanismo da necessidade. Como que a pressionar a civilização do continente virgem, a demanda é o motor que especializa o trabalho e estrutura as bases produtivas capazes de supri-la. Para Alencar, por conseguinte, a extinção da escravidão não deixa de depender também do padrão de consumo europeu que, exigindo os gêneros cuja produção especializou-se em bases escravistas, remunera o investimento na reprodução daquelas bases:

O philanthropo europeu entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excellente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitarias, e arroja contra estes paizes um alluvião de injurias, pelo acto de manterem o trabalho servil. Mas porque não repelle o moralista com asco estes fructos do braço africano?²⁷³

Alencar, perfeitamente consciente da dinâmica econômica que cinge a grande propriedade escravista ao mercado internacional, joga o tempo todo com o critério de nacionalidade. Os parágrafos acima destacados são exemplares do procedimento. O pronome “nós”, associa-se aos “povos americanos”. Ou outros são ora os europeus, ora os africanos que, embora fixados no solo americano pela escravidão, não formam parte das nacionalidades americanas. Dessa forma, Alencar procura identificar os interesses “estrangeiros” – tanto o do europeu que, depois de ter instituído o tráfico, prega a filantropia contra a escravidão e ao mesmo tempo a mantém *economicamente viva*

²⁷² Idem, p. 28.

²⁷³ Ibid. Alencar ainda acresce, procurando amplificar a reverberação retórica do argumento: “Em sua theoria, a bebida aromatica, a especiaria, o assucar e o dlicioso tabaco, são o sangue e a medula do escravo. Não obstante elle os saborea. Sua philanthropia não supporta esse pequeno sacrificio de um gozo requintado; e comtudo exige dos paizes productores que em homenagem á utopia, arruinem sua industria e ameacem a sociedade de uma sublevação”. pp. 28-29.

através da demanda por seus produtos, quanto o do africano que, figurado como possível titular de direitos, revela sua face intrinsecamente ameaçadora e inimiga.

A lei da necessidade, em Alencar, comporta, portanto, todas essas determinações ou qualificações concretas. A necessidade é (1) histórica, ao encarnar a missão civilizadora da colonização; (2) econômica, ao traduzir a interação necessária entre a estrutura da demanda européia e a estrutura da oferta americana; e (3) política, ao situar perigosamente o interesse nacional entre dois interesses estrangeiros, a saber, o da filantropia européia e o da guerra social que poderiam mover os “africanos”. Essa armadura do problema procura convencer o leitor de que a escravidão só pode ser extinta, sem que seja desencadeada uma catástrofe social, por meio da lenta evolução das idéias e dos costumes, isto é, pelo desenvolvimento da própria sociedade na direção do trabalho livre. O que é interessantíssimo notar é o que essa argumentação revela a respeito dos seus próprios pressupostos: em primeiro lugar, ela encontra na história um fator de legitimação política; em segundo, ela reconhece plenamente o vínculo dependente e subordinado que condiciona o padrão de reprodução material da economia escravista, e em terceiro, ela exhibe uma notável consciência de que a abolição pela via legislativa, alterando a estrutura dos direitos, pode elevar o escravo à condição de sujeito de sua própria integração social – o que levaria à violência mais temida.

A escravidão como um contrato implícito entre senhor e estado

Perigosamente sitiada entre duas violências “estrangeiras”, identificada com a necessária escola do trabalho e do sofrimento, a escravidão deveria extinguir-se naturalmente, sob pena de catástrofe econômica e social, bem como de desgraça da própria raça “africana”. Mas Alencar, como vemos, adotando uma espécie de argumentação total, antecipa todas as objeções. Sabe que, segundo os abolicionistas, “abandonada a si mesma e aos instintos humanos”, a escravidão se eternizaria:

(...) porque os hábitos de indolência que ella cria na casta dominante, e a ignorância em que vai sepultando a casta servil; são novas raízes que a instituição de dia em dia projeta no solo onde uma vez brotou.²⁷⁴

Notavelmente, essa antecipação do argumento abolicionista quase que reproduz à perfeição uma das principais constatações do *Abolicionismo* de Joaquim Nabuco, a

²⁷⁴ Ibid. p. 29.

saber, a determinação recíproca entre senhor e escravo, as conseqüências da escravidão não apenas no rebaixamento da população escrava, como também na classe dos senhores, e daí espalhando-se pela economia, pelas instituições, pelas idéias. Para Nabuco, a instituição “é uma escola”, não de trabalho e sofrimento, mas “de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão”²⁷⁵.

Alencar considera que acreditar na perpetuação da escravidão, na vitória dos vícios sobre as virtudes, no triunfo da natureza perniciosa da instituição e dos hábitos que ela gera sobre as qualidades do caráter humano, equivale a ofender a “criatura racional”. No limite, se o homem não pode reagir contra as influências maléficas da escravidão, não pode sequer aspirar ao progresso: “É pedir muito ao ente, de que se faz tão miserável conceito”²⁷⁶. Para Alencar, se o homem pode aspirar ao progresso e defender a realização de ideais humanitários, por conseguinte ele deve ser capaz de revolucionar os costumes, modificando a instituição.

Alencar procura provar o argumento com dois exemplos: na Europa, a escravidão se havia extinguido antes da revogação da lei. Teria desaparecido primeiro o fato, antes da norma. Da mesma forma, também no Brasil ela estaria em franco processo de desaparecimento, mesmo sem a adoção de legislação abolicionista:

No Brasil mesmo, a despeito da suprema necessidade que mantém esse mau regimen de trabalho, já penetrou na classe proprietária a convicção da injustiça absoluta do seu domínio. Em espírito de tolerância e generosidade, próprio do caráter brasileiro, desde muito que transforma sensivelmente a instituição. Pode-se afirmar que não temos já a verdadeira escravidão, porém um simples *usufructo da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contractado implicitamente entre o senhor e o estado como tutor do incapaz*.²⁷⁷

Alencar não se contenta em identificar na escravidão brasileira um tipo brando de servidão, mas apressa-se em justificá-la em termos político-jurídicos, cunhando uma definição normativa em que o estado e o senhor celebram um contrato implícito de locação de serviços, cuja contrapartida é o exercício da tutela sobre o incapaz²⁷⁸. A argumentação total de Alencar atinge os extremos. O trabalho forçado aparece como paga por um serviço público prestado pelo particular. No entanto, o fato de que o objeto

²⁷⁵ *O Abolicionismo*, p. 4.

²⁷⁶ NCP, p. 29.

²⁷⁷ *Idem*.

²⁷⁸ Já vimos, no capítulo anterior, que é também com base no conceito de *incapacidade* que Alencar sustenta a maior adequação da eleição indireta às exigências deliberativas de um “verdadeiro” sistema representativo.

do contrato é a posse da liberdade humana – ou seu usufruto – não parece denunciar em algum momento a injuridicidade do trato. O que a linguagem jurídica de Alencar traduz com singular engenho é a percepção em tudo acertada de que a *escravidão assenta em uma parceria entre o senhor e o estado*. Enquanto o primeiro organiza a produção, repõe as bases da legitimidade do sistema político que mantém o trabalho escravo. O sistema político, por sua vez, procura garantir o ambiente em que a coerção externa sobre o trabalho pode se exercer legitimamente – sanciona, por assim dizer, como pública, a violência privada que acompanha a montagem do aparelho produtivo sustentado por relações sociais radicalmente hierárquicas. Alencar atinge aí o cerne do funcionamento das reciprocidades políticas que dão lastro à sociedade política do Segundo Reinado. *Procurando redefinir as bases jurídicas em que assenta a escravidão no Brasil, Alencar expõe com máxima clareza a sua relação de determinação recíproca com o sistema político.*

Além da escravidão como evangelização, como escola, ela assume mais especificamente, para Alencar, a imagem de uma *tutela onerosa*, exercida em nome do estado e remunerada pelo trabalho forçado, ou seja, pelos usos e frutos da liberdade do escravo pelo senhor. Isso significa que, embora a lei ainda considerasse o escravo como coisa, o costume, “a razão pública, mais poderosa que todas as leis escriptas”, já o consideraria como homem, “embora interdicto e sujeito”²⁷⁹. Por isso, a tentativa de Alencar de descrever em termos jurídicos (e para efeitos retóricos) o novo estatuto que o costume teria dado à escravidão, termina fornecendo uma descrição incisiva da relação política que tornava possível a manutenção daquele regime de trabalho²⁸⁰.

Sinais dessa benéfica transformação da escravidão pelo costume dos senhores seriam as diversas concessões que se faziam aos escravos, tais como a possibilidade de possuir alguma propriedade privada e até “a exploração de pequenas indústrias ao nível de sua capacidade”; e ainda a permissão de contrair matrimônio, “o mais sagrado dos contractos civis”. Embora essas concessões não fossem garantias legais, Alencar as considera consolidadas pela prática, índice da evolução social da escravidão em direção ao seu desaparecimento. Enquanto a abolição pela via legislativa poderia precipitar a guerra, a lenta maturação da escravidão é vista como emancipatória. No caso da concessão para que o escravo trabalhe por conta própria, este meio lhe ofereceria a

²⁷⁹ NCP, p. 30.

²⁸⁰ Extraindo todas as conseqüências do argumento, podemos dizer que, ao acenar com a abolição gradual, a Coroa como que começa a quebrar o contrato implícito que, reversamente, é o substrato de onde ela mesma tira sua sustentação.

possibilidade de “entrar” legitimamente na sociedade: “Ahi nenhum prejuízo de casta detrahe seu impulso: um espírito franco e liberal o acolhe e estimula”²⁸¹.

Alencar, nesse ponto, recicla e aplica alguma camada de tintas liberais ao receituário que desde o século XVII prescreve aos senhores o bom tratamento dos escravos. Os manuais de agricultura e gestão das unidades produtivas coloniais estão repletos de conselhos que, ora mais afeitos a imperativos religiosos, ora mais inclinados aos imperativos econômicos, vão exatamente no sentido de prescrever aos senhores uma série de concessões aos escravos com o intuito de melhor gerir a coerção externa do trabalho e evitar com isso o risco de insurreições ou perdas desnecessárias.

Já no período independente, em 1834, Miguel Calmon du Pin e Almeida, senhor de engenho, fundador Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, importante personagem do regresso conservador e futuro Marquês de Abrantes, publicava o seu *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, que continha um capítulo intitulado “Bom tratamento dos escravos”. Segundo Rafael de Bivar Marquese, a política de “bom tratamento da escravatura” do Marquês era composta de sete pontos, entre os quais o fornecimento adequado de alimentos, roupas e moradia; a permissão para que cada escravo amealhasse “alguma propriedade”, o estímulo à formação de uniões estáveis entre cativos; a dispensa do trabalho para mães alguns meses antes e depois do parto; a concessão de tempo livre aos escravos para que estes fruissem “alguns recreios lícitos”; a prestação de tratamento quando de enfermidades; e, finalmente, a aplicação de punições corporais²⁸².

As medidas propostas pelo Marquês, independente da intenção religiosa ou filantrópica, via de regra se justificavam com referência à maior comodidade e tranquilidade que trariam para o administrador da unidade produtiva. Visavam a estimular um determinado comportamento dos escravos, afeito à vida em família, regrada, que a um só tempo afastasse o perigo de insurreição e melhorasse as condições de reprodução da população escrava.

Para Alencar, as práticas benevolentes dos senhores brasileiros com relação aos seus escravos, além de constituírem “brados” contra os “detractores da sociedade brasileira”, seriam índice da decrepitude da escravidão enquanto instituição e prova do seu encaminhamento natural: “A decadência da escravidão é um fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento”. Utilizando seus recursos literários, Alencar não poderia

²⁸¹ NCP, p. 30.

²⁸² Cf. Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente – Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, p. 269.

dar uma imagem mais acabada da sua valoração da extinção espontânea da escravidão pela evolução dos costumes: “luz serena que surge naturalmente e mais propicia do que o clarão avermelhado de um máo incendio”.

Desde Cam até Colombo: a América como terra prometida

À estrutura argumentativa do texto corresponde claramente uma estrutura retórica e imagética, onde o clarão, o fogo, o vulcão, a rapidez, a filantropia, contrastam com a serenidade, a evolução, a brandura, a lentidão, a caridade. A metáfora da luz exprime por sua vez a lenta ação dos valores da civilização sobre a raça estigmatizada pela associação entre a “tez combusta” e a “maldição divina”. Ao final da terceira carta, Erasmo volta a defender a escravidão da injusta acusação que lhe lançam os abolicionistas: a de não “limar” as “raças barbaras” e nem lhes “infiltrar” os “raios da civilização”²⁸³.

Não só a escravidão evoluciona, sob a atuação benévola do costume dos senhores, compenetrados da sua injustiça, como também ela educa a raça submetida. Voltando ao tema da escravidão como escola, Alencar procura especificar a forma como se dá a sua influência civilizadora: “Uma raça não se educa como um individuo”. O individuo, partícula, rapidamente se lapida sob a ação da generalidade dos habitantes. Mas a raça é uma “massa compacta, que ocupa larga superfície e oppõe ao progresso forte resistencia”. Pra se educar uma raça, por conseguinte, são necessários vigor da parte do “povo culto”, que deve procurar se insinuar por “todos os poros”, e tempo para que se opere a mudança “lenta e difficil”.

Para Alencar, a passagem da barbárie à civilização é uma etapa necessária no desenvolvimento de todas as raças. Povos “cultos” foram um dia bárbaros, e a passagem sempre se deu pela sujeição. Nesse aspecto, a escravidão não apenas civiliza a raça negra, como lança as bases em que se deverá constituir a “nascente civilização africana”. A lentidão do tempo das civilizações relativiza o senso de urgência dos abolicionistas:

A raça africana tem apenas três séculos e meio de captiveiro. Qual foi a raça européa que fez nesse prazo curto a sua educação? Com idade igual todas ellas jazião immersas na barbaria: entretanto para os filhos da Nigricia já raiou a luz, e raiou na terra do captiveiro.

É a verdade. Esta família do gênero humano, em cuja tez combusta a tradição mais antiga do mundo lê um esigma da maldição divina, e eu vejo apenas o symbolo da treva moral em que havia de perdurar: essa

²⁸³ NCP, pp. 30-31.

família infeliz, esteve sempre condenada ao desprezo e ao animalismo, desde Cam, seu progenitor, até Colombo que a devia remir descobrindo a América, sua terra de promessa.²⁸⁴

O virtuosismo retórico de Erasmo encontra nas imagens bíblicas terreno fértil, e chega a promover completamente a identificação da escravidão com a liberdade. Libertando a raça negra da barbárie, a escravidão teria o condão secular de desfazer a antiga associação entre a cor da pele e a maldição bíblica. Como *passagem à modernidade*, a escravidão tem para Alencar, portanto, *uma função secularizante*. Dessa forma, ela atuaria ainda contra o preconceito racial. Nesse sentido, cabe registrar, de passagem, a nota *histórica* que assume o possível racismo de Alencar. O critério que identifica o negro como “raça inferior” é antes histórico do que biológico ou determinista. Essa concepção *histórica*, que identifica diferentes raças com diferentes estágios de civilização, é de especial importância se levamos em conta a elaboração da imagem da América como “terra de promessa” para a raça negra. Para Alencar, “Haity, São Domingos e Libéria” são “balisas d’essa nascente civilização africana bebida no novo mundo, durante a peregrinação”. Isso significa que o enraizamento do negro na América é irreversível. O contraste que esse argumento imediatamente evoca é mais uma vez com Joaquim Nabuco, para quem a “africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e na sua única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar”²⁸⁵.

Mais do que valorizar a escravidão como via de acesso à modernidade, Alencar, sempre pautado pela exigência lógica de levar os argumentos às últimas conseqüências, valoriza também o que considera serem os frutos civilizacionais da escravidão, desde já apreciáveis. O tráfico, fator civilizador da própria África, teria também preparado “os precursores negros da liberdade africana”²⁸⁶. A educação pelo cativeiro já teria produzido frutos dignos de admiração. Para exemplificar a contribuição da raça negra para a história dos grandes feitos nacionais, Alencar faz referência aos “Henriques”, destacamento de negros livres arregimentados por volta de 1633 pelo negro forro Henrique Dias, que teve importante papel na reconquista da capitania de Pernambuco aos holandeses, além de terem atuado em diversos outros conflitos²⁸⁷. Para Alencar, ao

²⁸⁴ Idem, p. 31.

²⁸⁵ *O Abolicionismo*, p. 66.

²⁸⁶ NCP, p. 31.

²⁸⁷ Cf. *Tipos Sociais na Conquista do Sertão das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil, Séculos XVII e XVIII*, disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed12/118.pdf>.

aliar-se aos portugueses para a expulsão dos holandeses, “Um heroe negro inscrevia seu nome glorioso na historia brasileira”, liderando o “regimento invencivel”²⁸⁸.

Não deixa de ser bastante eloquente que o herói negro singularizado por Alencar tenha sido escravo alforriado e aderido voluntariamente à causa portuguesa. É precisamente essa adesão que o habilita a figurar como herói da nacionalidade, e dá prova da sua integração no seio da civilização americana. Para Alencar, desde então, “se enriquecem diariamente as classes mais distintas de nossa sociedade com os talentos e as virtudes dos homens de côr”. Apenas a escravidão teria permitido à “raça africana” contar com homens ilustres entre seus descendentes; de outro modo, sem o contato civilizador que teve início quando os primeiros negros foram dados em resgate a Portugal, em 1440, reproduziria ela apenas os “magotes de brutos, como os que feiravão os reis de Congo e de Loanda”²⁸⁹. A escola do trabalho e do sofrimento só não deu frutos mais ostensivos porque as circunstâncias da colonização não permitiram:

Se nossa população fosse mais compacta; se a imigração a tivesse abundantemente nutrido; se não protelasse tanto o ciúme da metropole nosso tirocínio colonial; os resultados da educação pelo captiveiro seriam ainda mais brilhantes. Teria a raça européa amplitude bastante para absorver em seu seio a escravatura, disseminar rareando-a por todo o paiz, e assim melhor desbastar-lhe a rudez.²⁹⁰

Essas mesmas condições, especialmente a escassez de população relativamente ao território, é que dão sustentação à escravidão ainda em 1867, quando Alencar dirige as novas cartas políticas ao Imperador: “Quando o nível da população livre sobre a escrava se elevar consideravelmente, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil”. É possível inferir, da argumentação de Alencar, que a obra civilizatória da escravidão não estará encerrada até que a sua extinção se dê pelos meios naturais – isto é, pelo incremento da população livre sobre a escrava. Nesse sentido, numa tautologia, a própria existência da escravidão é o índice fiel da sua necessidade. Com efeito, é na relação demográfica entre homem livre e escravo que reside para Alencar a chave da reforma possível.

²⁸⁸ NCP, p. 31.

²⁸⁹ Idem, p. 32.

²⁹⁰ Ibid.

Generosidade e liberdade. Amigo e inimigo

A quarta das *Novas Cartas Políticas*, fechando a série de três dedicadas à escravidão, encerra um tom mais propositivo do que as outras. Alencar procurará demonstrar, basicamente, que a chave para a extinção da escravidão no Brasil depende da imigração européia, e é resultado da revolução íntima dos costumes. O texto se divide, portanto, em duas grandes frentes: na relação demográfica entre população livre e população escrava, que por sua vez traduz a relação entre trabalho livre e trabalho escravo; e na relação social entre senhor e escravo, na natureza da escravidão no Brasil, no vínculo de dependência e solidariedade entre as duas castas, que a abolição poderia subverter.

Alencar principia pela enunciação do seu conceito de “nível da população livre”, que pode crescer pelo aumento da população livre como pela redução da população escrava. Alencar contesta a legação de que o ser humano não se multiplica no cativeiro. Tal alegação poderia ser verdadeira para a escravidão no Oriente – “onde se mutilavam os homens, e arrebanhavam as mulheres em serralhos”²⁹¹. Para ele, a raça africana, sob a influência do clima suave da América, reproduzir-se-ia espantosamente. Um exemplo da reprodução da população escrava seria ainda a “indústria da criação de escravos” nos Estados Unidos, que foi capaz de abastecer o mercado do sul desde 1808, quando o volume do tráfico teria se tornado “insignificante”²⁹².

Sendo capaz de se reproduzir, a população escrava no Brasil só poderia diminuir pela ação “d’esses escoadouros naturais”, que são a generosidade do senhor, a liberdade do ventre e a remissão: “diariamente esses meios se desenvolvem á medida que sobe o nível da civilização com o augmento da classe livre”. A população livre, por sua vez, só poderia incrementar-se pela “geração” e pela “acessão”. No entanto, a primeira forma de crescimento demográfico seria insuficiente para “absorver a escravatura”, já que essa também se reproduz. Diante da insuficiência relativa do crescimento vegetativo da

²⁹¹ ibid. p. 33.

²⁹² Celso Furtado compara demograficamente a população escrava nos Estados Unidos e no Brasil no século XIX. Para ele, “as importações brasileiras, no correr do século, foram cerca de três vezes maiores do que as norte americanas”, partindo ambas de um estoque inicial de aproximadamente um milhão de escravos. Não obstante, no começo da Guerra de Secessão, os EUA “tinham uma força de trabalho escrava de cerca de quatro milhões e o Brasil na mesma época algo como 1,5 milhão”. O dado implica duas hipóteses concorrentes: a existência de uma “indústria de procriação de escravos” nos estados “vendedores” norte-americanos, e a alta taxa de mortalidade da população escrava brasileira. Essas duas hipóteses, por sua vez, denotam duas formas bastante diversas de tratamento da população escrava, porque uma indústria de procriação de escravos bem sucedida seria aquela capaz de “tornar-lhes a vida mais ‘feliz’”, ao passo que a alta taxa de mortalidade brasileira indica condições de vida bem mais precárias. (cf. *Formação Econômica do Brasil*, pp. 126-127).

população livre, a concorrência da “accessão” de população “estranha” seria, portanto, imprescindível.

Curiosamente, Alencar concede que as populações “estranhas” já existentes no país, mas “separadas por sua barbaria e condição”, a saber, as “hordas selvagens dos indígenas que vagão em Amazonas, Matto-grosso, Goyaz e outras províncias” e mesmo “a parte emancipada da casta servil”, compoñham o contingente que, incorporado à população livre, possa concorrer para a extinção da escravidão. Entretanto, a maior fonte de “accessão” é a imigração européia, que teria posto fim ao trabalho escravo nos Estados Unidos e poderia fazer o mesmo no Brasil. Sem esse “transbordamento do mundo antigo”, a escravidão “teria que laborar por muitos seculos a America”²⁹³.

Desta forma, Alencar formula uma acusação à Europa: a de não ter estimulado a emigração para o Brasil, apesar de ter dado o país prova de sua “honestidade”, tendo indenizado Portugal pela independência, tendo desde seu ingresso na “sociedade das nações” tomado lugar “entre as mais livres”, tendo mesmo se diferenciado das repúblicas de origem espanhola que eram dilaceradas pela “anarquia”. O Brasil teria sido sempre um estado probo quanto às suas obrigações financeiras internacionais, a despeito da desorganização financeira em que se encontrava nos primeiros anos de sua história independente. Além disso, “um espirito liberal á respeito da nacionalidade animava o povo brasileiro”²⁹⁴. Tolerância religiosa e política, legislação favorável, todos esses fatores poderiam ter atraído a imigração européia. O reduzidíssimo contingente da imigração para o Brasil, depois da independência, associado à debilidade, nesse terreno, da colonização portuguesa, teriam sido responsáveis por uma situação demográfica que tornou inevitável a continuidade do emprego do trabalho escravo:

Com effeito, quem manteve a escravidão no Brasil desde a nossa independencia? Quem desenvolveu o traffico desde 1835? Quem especialmente depois da extincção d’aquelle commercio illicito em 1852 conservou o trabalho escravo em nosso paiz?

A Europa, e somente a Europa. É a verdade, senhor; e eu sinto não ter uma d’essas vozes, que o gênio faz estrondosas, para repercutir bem longe, no seio do velho mundo, velho moralista á guisa de Epicuro.

Se aquelle grande viveiro de gente houvesse nestes últimos quinze annos enviado ao Brasil um subsidio annual de sessenta mil emigrantes, numero muito inferior á immigração americana, a escravidão teria cessado neste paiz.²⁹⁵

²⁹³ Ibid. p. 35.

²⁹⁴ Ibid. p. 36.

²⁹⁵ Ibid. p. 37.

Essa acusação é complementar àquela outra, que responsabiliza os padrões de consumo europeus pela remuneração do senhor de escravo brasileiro. De qualquer forma, é interessante perceber que Alencar eleva ao mesmo nível de responsabilidades a manutenção da escravidão pelo Brasil e a concentração da imigração européia em outras regiões do continente americano, que não o Brasil. Pretende que um fato que depende apenas da decisão de um governo soberano – a abolição – se iguale ao fato histórico de a imigração européia para o Brasil ter sido, a seu ver, insuficiente.

Alencar ainda procura antecipar, mais uma vez, um argumento abolicionista: o de que a imigração de população livre é, na verdade, inibida pela escravidão. Para os abolicionistas, a comparação entre os estados do norte e do sul dos Estados Unidos, segundo Alencar, confirmaria a tese. Para Alencar, ao contrário, a abolição é efeito, e não causa do aumento da população livre. Seria antes o trabalho livre que aboliria o trabalho escravo, e não este que repeliria o outro. O trabalho livre, como que por uma benéfica contaminação, teria o condão de suprimir o trabalho escravo em contato com este, o que, aliás, no Brasil, já se daria nas províncias do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte e outras. Por isso, mais eficiente seria a filantropia estrangeira se cuidasse de “desvanecer as injustas prevenções levantadas contra o imperio americano”, estimulando, por conseguinte, a imigração.

Alencar está convencido de que “a causa moral e econômica do trabalho livre está ganha há muito tempo”²⁹⁶ no espírito do monarca, como na consciência do povo. Para a sua “aplicação”, bastaria apenas que se estimulasse eficientemente a imigração européia: “a escravidão cahirá, sem arrastar á miseria e á anarchia uma nação jovem”.

Na argumentação de Alencar combinam-se, como se vê, a confiança de que a extinção espontânea da escravidão depende da introdução do trabalho livre em escala crescente, e a observação de características que já apontam para a sua superação, para a sua tão propalada revolução pelos costumes. Por isso, Alencar ataca a voga do abolicionismo, negando que a escravidão fizesse do Brasil uma espécie de estado pária, o “único onde vivesse uma instituição universalmente execrada”. Alencar empenha-se em demonstrar que a escravidão não necessariamente coloca o Brasil “na ultima fila das nações cultas”. Embora nesse particular os argumentos e expedientes retóricos de Alencar sejam bastante pobres, o que é importante reter é a forma como eles repetem e sintetizam, em uma articulação muito explícita, a longa tradição de justificação da escravidão. A natureza suave da escravidão no Brasil, a comparação da felicidade do

²⁹⁶ Ibid.

escravo brasileiro com o pauperismo do operário europeu, e o recurso ao exemplo histórico de nações que também apenas tardiamente aboliram a escravidão são a linhas principais que Alencar passa a seguir:

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso paiz, tal como a fizeram, acinte da lei, os costumes nacionaes e a boa índole brasileira. A condição do nosso escravo comparada com a do operario europeu, é esmagadora para a civilização do velho mundo.²⁹⁷

Ademais, não se poderia exigir do Brasil, com apenas quarenta anos de vida independente e “depois de três seculos de isolamento e abandono”, que tivesse já realizado a reforma que no sul dos Estados Unidos, e nas colônias francesas e inglesas, era também tão recente: “Tanto vale escarnecer da criança porque não se tornou homem ainda!”. As imagens utilizadas por Alencar guardam notável simetria: assim como o escravo aparece como órfão ou incapaz, o próprio país aparece como criança, vivendo ainda a infância da sua história, e de certa forma irresponsável ainda pelas escolhas que lhe dita a lei da necessidade.

Por isso mesmo, não pode o Brasil ser acusado por um “peccado da civilização”. Entre as grandes potências da época, nenhuma detinha título que lhe permitisse “atirar-nos a pedra”. A França, que abolira a escravidão nas suas colônias no final de século XVIII, a restabelecera poucos anos depois, para tornar a aboli-la apenas em 1848. A Inglaterra, por seu turno, praticava sob o disfarce da filantropia uma política hostil às potências coloniais, trabalhando por sua ruína. A esse respeito, Alencar cita Chateaubriand, “defendendo a sua patria contra a philantropia ingleza”, como o próprio Alencar defendia então a sua pátria contra a “philantropia franceza”. A citação merece ser reproduzida, tanto pela astúcia com que Alencar procura desqualificar a posição da junta francesa, quanto pela coincidência da influência literária com a influência política de Chateaubriand:

“A Inglaterra tinha medo que o trafico de africanos, á que ela renunciara com pezar, cahisse nas mãos de outra nação: queria forçar França, Hespanha, Portugal e Hollanda á mudar subitamente o regimen de suas colonias, sem indagar se estes estados havião chegado ao grao de preparação moral em que se podia dar liberdade aos negros, abandonando ao contrario á graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos.”²⁹⁸

²⁹⁷ ibid. p. 37.

²⁹⁸ Ibid. p. 39.

A citação é reveladora da recorrência do argumento relativo à preparação moral para a liberdade mesmo no liberalismo francês. Além disso, há diferenças de estilo. Ao contrário de Chateaubriand, Alencar raramente se refere a “negros” e “brancos”, procurando demarcar as referências raciais com a origem de cada raça: africanos, europeus, americanos; e utilizando também os diversos eufemismos de seu repertório, como “casta servil”, ou “braço africano”.

Se França e Inglaterra não ostentam título “moral” para acusar o Brasil, na mesma situação se acha o resto da Europa, onde grassa o “cancro” do pauperismo, a miséria proletária, marcadamente urbana e, também por isso, estridentemente visível. A descrição expressiva de Alencar, que se refere à “degradação d’essas manadas brutas, apinhadas em esterquilínios”²⁹⁹, prepara naturalmente o contraste com a condição do escravo. Diante da evidência da falência da civilização do velho mundo, que o pauperismo escancara, aos “philantropos” caberia apenas bradar a liberdade do operário pobre como um valor superior à condição do escravo bem tratado. Mas, para Alencar, se a liberdade fosse o fim do ser humano, o auge da civilização seria o selvagem: “A liberdade é o meio, um direito; o fim é a felicidade, e d’esta o escravo brasileiro tem um quinhão que não é dado sonhar ao proletário europeu”³⁰⁰.

Notemos que nessa passagem, Alencar vai além de simplesmente repisar o velho argumento, tão corrente então, que contrasta a miséria urbana do proletariado industrial europeu com o “fado do nosso escravo feliz”³⁰¹. Ao estabelecer uma diferença entre a liberdade como um direito e a felicidade como o fim do ser humano, Alencar justifica a preponderância desta última sobre a primeira. É possível, com efeito, se ter felicidade sem liberdade, e vice-versa. E, no limite, a primeira opção é preferível, por mais humana, do que a segunda. A liberdade nominal do operário pobre na Europa seria anulada pela organização da sociedade que lhe priva da felicidade.

Fora da Europa, na América, tampouco poderiam os Estados Unidos ou as repúblicas americanas repreender o Império. Nos Estados Unidos, o rol das atrocidades escravistas comportaria “as caçadas de negros a dentes de cão” e também “os prejuízos

²⁹⁹ Ibid. p. 40.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ A referência é ao depoimento da firma comercial M. Wright & Cia. Sobre a crise financeira dos anos cinquenta, citado por Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, e retomado por Roberto Schwarz: “Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz”, *apud* Schwarz, op. cit. p. 12.

selvagens de raça”³⁰². As outras repúblicas americanas, abolindo a escravidão no momento da independência, teriam posto em risco a sua agricultura, e com isso também sacrificado a ordem social: “A agricultura é um elemento essencialmente conservador: eliminando-o as repúblicas americanas se abandonarão á anarquia”³⁰³.

O sistema de contrastes a partir do qual Alencar procura definir a especificidade nacional da escravidão brasileira nos ajuda a identificar com maior clareza os contornos do modelo de sociedade que ele descreve para o Brasil. A escravidão brasileira seria *sempre diferente e ao mesmo tempo superior relativamente aos termos de comparação* – sejam eles a anarquia das repúblicas americanas, o prejuízo de raça nos Estados Unidos ou a miséria do proletariado europeu. A imagem que se forma em negativo nesses contrastes é a de um império agrícola próspero e generoso, que promove a felicidade e a educação de seus escravos para a liberdade vindoura.

A essa imagem da harmonia e da ordem, em que ao elemento conservador encarnado na agricultura corresponde a tradição política encarnada na monarquia, se opõe ainda mais um contraste, mas agora interno. A idéia da abolição faz surgir, para Alencar, como já vimos, o espectro da insurreição. Ele encerra o contraste entre a imagem plácida do escravo integrado, de maneira subordinada, à dinâmica doméstica, cingido à família pela boa índole do senhor, e o escravo transformado em inimigo da mesma família, no instante seguinte, pela introdução da liberdade como direito.

Ao se debruçar sobre a forma proposta da abolição, em especial a abolição por meio de medidas graduais, Alencar formulará de maneira mais clara a sua resposta àquela contradição que, como vimos, foi flagrada por Raimundo Magalhães Júnior: se a escravidão no Brasil, por obra e graça da generosidade do senhor, já se havia transformado em uma quase servidão; se o escravo era muitas vezes um *amigo dedicado da família*, e se a sua sorte e felicidade eram em muito superiores à do proletário europeu; como se converteria, tão terrivelmente, o amigo em inimigo fatal?

É fácil perceber que a abolição, consubstanciada em uma intervenção do *Governo* sobre a *Nação*, significa, para Alencar, a introdução de um elemento que desalinha o feixe de relações contido naquela imagem do império agrícola próspero e generoso. Essa imagem apenas se sustenta com base em uma atribuição bastante nítida das posições sociais; com base, como vimos, em um contrato implícito entre dois iguais – o senhor e o estado – pelo qual a casta dos senhores exerce a tutela onerosa sobre a

³⁰² NCP, p. 40.

³⁰³ Ibid.

casta servil, e recebe do estado, como contrapartida, a garantia da legitimidade do exercício daquela tutela. Com a iniciativa de leis abolicionistas, o estado começa a denunciar esse contrato implícito. A ameaça de que se rompa esse vínculo, por sua vez, põe a nu um desacerto entre o sistema político e a classe dos proprietários – um conflito entre o *Governo* e a *Nação*. Rompe-se o equilíbrio que permitia à classe proprietária figurar legitimamente como tutora da “casta servil”; esse rompimento, desnudando o desacerto político, *o faz também em face dos próprios escravos*. Ao incapaz, portanto, seria dada a conhecer a ilegitimidade em que se funda a tutela a que está sujeito.

A possível resposta de Alencar a R. Magalhães Júnior o leva a considerar preferível a abolição total à abolição gradual, como o menor dos males:

É illusoria a esperança de uma substituição lenta. No momento em que planasse sobre o paiz uma lei de emancipação qualquer, toda a casta sujeita se collocaria á sombra d’ella, para deduzir d’ahi seu direito indisputavel. Pouco importavão as condições. Tudo se resumia no grande principio, no reconhecimento solemne de sua liberdade.

Desvanecido o prestigio da instituição, cada um d’esses individuos seria um adversario disputando seu direito ao oppressor; e coagindo-o a consagral-o em sua plenitude. A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao captivo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar nelles o estímulo nobre do amor filial?³⁰⁴

Como se vê, a transformação do amigo em inimigo se deve à força da liberdade como “grande princípio”. Vemos ressurgir o argumento *burkeano* em sua plenitude. A realização do princípio faz despertar a reivindicação do direito, a despeito da concretude das condições específicas, históricas. A reverberação da liberdade como princípio exige a sua realização prática. A substituição da tutela pela autonomia significa, para Alencar, a deslegitimação do quadro referencial em que era possível o exercício da “generosidade” do senhor. Para Alencar, a introdução do direito à liberdade individual é uma mudança de perspectiva, que transforma, subjetivamente, para o escravo, a tutela em domínio ilegítimo. O “prestígio da instituição”, a sua legitimidade social, traduz, por conseguinte, não apenas a vigência de determinadas normas, mas toda uma perspectiva, a partir da qual o domínio do senhor aparece, para o escravo, como tutela.

Alencar, ao defender que uma lei abolicionista, anunciando a *liberdade como direito*, pode transformar o escravo de amigo dedicado em inimigo feroz, está no fundo reconhecendo que a escravidão, ela mesma, arma o gatilho de uma guerra, por assim dizer, *estrutural*. A generosidade existe da perspectiva do senhor, mas a guerra será

³⁰⁴ NCP, pp. 41-42.

movida pelo escravo. O decisivo, portanto, é a perspectiva do cativo, *o depositário da violência potencial*, para Alencar. Introduzido o princípio da liberdade no mundo da hierarquia, a sua realização passa a implicar necessariamente a oposição do escravo ao senhor – onde passa a existir a liberdade não pode mais haver generosidade, para a “casta sujeita”. Para irromper plenamente como sujeito, o escravo precisa se tornar o inimigo *estrutural* do seu senhor. Por isso, a abolição gradual seria ainda mais catastrófica³⁰⁵: ao distribuir diferentes cotas sucessivas de liberdade entre diferentes grupos no interior da casta servil, acentuaria o impulso reivindicatório, expondo, como inteiramente arbitrário, o fundamento da desigualdade entre livres e cativos.

Para desarmar o gatilho da guerra social, potencialmente acionado pela *igualdade jurídica*, Alencar prescreve a reforma da instituição no interior da *Nação*, uma reforma *cujos agentes são os próprios senhores*, sem a mediação do *Governo* e das categorias jurídicas que implicam e pressupõem a igualdade formal. A questão central é a forma como aparece, para o escravo, o advento da liberdade. Produzida de um lado pela introdução do trabalho livre e de outro pela progressiva compenetração da injustiça fundamental da escravidão pelos senhores, a reforma dos costumes se consubstanciaria nas “concessões que a civilização vai obtendo do coração do senhor”³⁰⁶. Ao contrario da reforma legislativa, ela soldaria o vínculo de dependência que liga o escravo à família. Fazendo parecer para o escravo que a sua liberdade é uma concessão do senhor, ela converte o cativo em criado, cristalizando o vínculo que o prende, de forma subordinada, à unidade familiar – e produtiva.

A liberdade como concessão, e não como direito, é a forma de conservar, para Alencar, o contrato entre senhor e estado que funda o mundo político – a aliança entre a organização produtiva e a organização política. Para Alencar, o escravo não “erige” as concessões do senhor “em direito para revoltar-se, como succede com os minimos favores de uma lei”, mas as tem em conta de “benefícios preciosos”³⁰⁷. Ao sugerir, desta forma, que a generosidade do senhor não desarma, por si só, a violência potencial do escravo – o que estaria, ademais, provado pelo exemplo das freqüentes insurreições –, Alencar termina reconhecendo que “o prestígio da instituição” substitui, na sua sintaxe da escravidão, a massa de coerção externa necessária para que ela exista como forma de

³⁰⁵ “Se um governo desconhecendo a natureza da escravidão, se propõe extingui-la por acto legislativo; neste vaso sempre desastroso, eu lhe aconselhara antes o meio prompto, cubito, instantâneo, como uma calamidade menor. Era uma amputação dolorosa; se o enfermo não sucumbisse, a chaga iria cicatrizando, e elle ficaria mutilado, porém tranquillo”. NCP, p. 41.

³⁰⁶ Idem, p. 43.

³⁰⁷ Ibid.

trabalho. Alencar se mostra consciente de que, em que pesem todas as concessões que a civilização tivesse logrado obter do coração do generoso senhor brasileiro, enquanto houvesse escravidão, o estado deveria cumprir o seu contrato implícito com o senhor, sustentando o “prestígio da instituição”.

Alencar encaminha o fim da quarta das *Novas Cartas Políticas*, traçando as consequências da abolição legislativa para a “casta sujeita”, para a “casta dominante” (“especialmente a agrícola”) e para o estado. Para a casta sujeita, a abolição significaria um “edicto de miséria pelo abandono do trabalho, e de extermínio, por causa da luta que excita entre as duas raças”; para a casta dominante, ela importaria “a ruína pela deserção dos braços” e o “perigo e sobressalto da insurreição iminente”; para o estado, significaria “a bancarrota inevitável pelo aniquilamento de sua primeira indústria, fonte da riqueza pública”, com o conseqüente desaparecimento do crédito.

O quadro traçado permite remontar a rede de interesses cruzados em torno da escravidão, a dependência mútua entre escravo, senhor e estado, ameaçada pelo rompimento de seu elo principal – que é, para Alencar, essencialmente um elo *político*. As cartas dedicadas à escravidão terminam no tom de advertência, que sombriamente alude ao desmoronamento da ordem: “É esta oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira, que se deseja votar á caridade?”³⁰⁸.

2.2 Erasmo na tribuna – o conflito entre *Governo e Nação*

A atuação parlamentar de Alencar contra a abolição retoma a grande reflexão contida nas *Novas Cartas Políticas*, adicionando-lhe elementos conjunturais. É nos discursos parlamentares que temos acesso a algumas elaborações econômicas mais específicas, que vão além da vinculação entre produção escravista e mercado europeu. De certa forma, a análise de alguns discursos de Alencar permite recuperar o contexto prático em que as razões de Erasmo convertem-se em posicionamento político com relação aos partidos, especialmente ao partido da Coroa, ao sistema representativo e à opinião pública. Embora algumas ênfases e o contexto imediato sejam diferentes, o fundo do antiabolicionismo de Alencar já estava estabelecido em bases sólidas nas *Novas Cartas Políticas*.

³⁰⁸ ibid. p. 44.

Cronologicamente, os discursos mais afeitos à temática da escravidão concentram-se nos anos de 1870 e 1871. O ano de 1870 marca a saída de Alencar do Gabinete Itaboraí, onde, ocupando a pasta da Justiça, mandara em 1869 proibir a prática de venda de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. O pedido de exoneração teria sido motivado, segundo Alencar, por desacordo com outros membros do Gabinete, e também como forma de, com maior desembaraço, poder concorrer à senatoria pelo Ceará, deixando o Imperador livre para a nomeação.

Em maio de 1870, Alencar, o mais votado na lista sêxtupla, é preterido para o Senado. Em 1871, o debate parlamentar é dominado pela discussão do projeto da Lei do Ventre Livre. A “campanha infeliz” de Alencar contra a abolição coincide, portanto, com o que é considerado o seu maior revés na vida política. De toda forma, como narra Raimundo de Menezes³⁰⁹, ao preterir Alencar para Senador, o Imperador fazia uso das atribuições que o próprio Alencar considerava legítimas e desejáveis – fazia uso das prerrogativas do Poder Moderador.

Os discursos de Alencar nesse período, relativos à escravidão, permitem acompanhar a trajetória do debate parlamentar, que atinge seu clímax em meados de 1871. Por conseguinte, mais uma coincidência se impõe. É o momento também em que com mais evidência se dá o divórcio entre *estado* e *senhor*, no tocante ao encaminhamento da escravidão. Alencar, aliado do poder executivo por um ato do poder moderador, investirá, como deputado, precisamente contra esse divórcio, contra a atuação reformista da Coroa, contra a qual evocará mesmo a pureza do sistema representativo.

O divórcio entre Nação e representação

Nesse sentido, o discurso proferido por Alencar em 14 de maio de 1870 é bastante significativo, pois principia exatamente por uma observação a respeito do funcionamento do governo de gabinete, de onde tira conclusões importantes para tratar do tema da escravidão. Para Alencar, percorrendo-se a história de “qualquer monarquia constitucional representativa”³¹⁰, encontra-se a disputa dentre Gabinete e Coroa, com variações de disposição de poder ao longo do tempo; ou seja, com sucessões de fases em que prepondera a Coroa, e outras em que lhe resistem o Ministério e o Parlamento.

³⁰⁹ Op. cit. p. 260.

³¹⁰ *Discursos*, p. 186. Alencar começa o discurso provocado por Teixeira Júnior a respeito de artigo de sua autoria publicado no *Dezeseis de Julho*.

Para Alencar, essas variações, essa luta entre os poderes, são normais na vida do regime representativo. O exemplo preferido de Alencar é a questão católica na Inglaterra: “Quem não sabe quanto tempo lutaram os Ministérios ingleses contra o Rei da Inglaterra a respeito da questão católica e outras?”.

Da observação sobre o governo de gabinete e da sua dinâmica, Alencar passa a defender o Partido Conservador da acusação de ser “escravagista”. A acusação formulada por Teixeira Júnior, dizia respeito a artigo de Alencar no *Dezesseis de Julho*, periódico do qual era fundador, onde afirmava que o Partido Conservador não era abolicionista naquele momento. O esforço de Alencar será demarcar precisamente a diferença entre não ser abolicionista e ser escravagista. Dizia o deputado: “Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer no País essa instituição, (...) fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste (digamos a verdade), que muito breve teremos infelizmente de constituir”. No entanto, entre a convicção de que a escravidão é condenável e a defesa da sua abolição “por meio de medidas diretas e legislativas”, existiria, para Alencar, “uma distância imensa”.

Já vimos a firmeza com que Alencar defendia a reforma do elemento servil pela via dos “costumes”. No discurso de 14 de maio, há uma sutil operação semântica. Alencar, aproveitando um aparte de Teixeira Júnior, passa a se referir àquela “revolução íntima dos costumes” como manifestação da “iniciativa individual”:

Em um país de sistema representativo, em um país onde deve governar a opinião pública, há quem se receie da iniciativa individual?

O que tem na Inglaterra produzido os grandes cometimentos, o que tem realizado as importantes reforma sociais, senão a iniciativa individual? E por que razão, Senhores, aquele País é grande e se distingue entre os povos livres? Pela energia da opinião, pela eficácia da iniciativa individual.

Ao contrário do nobre Deputado, eu, sempre que se tratar de uma reforma, depositarei toda a confiança na iniciativa individual, no bom senso do povo, que legisla melhor pela educação e pelos costumes do que podem legislar os representantes da Nação por meio de leis expressas, que serão letra morta se não germes de graves perturbações, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade.³¹¹

O discurso é notável pela transição retórica que indica, por um lado, e pela utilização de coordenadas conceituais retiradas de um certo senso comum liberal, por outro. Ele é paradigmático da apresentação mais estática que faz Alencar do conflito entre *Governo* e *Nação*, ou entre a *Nação* e seus *representantes*. Alencar toma partido

³¹¹ *Discursos*, p. 187.

da sociedade contra o estado, no que se refere à realização de reformas. Aduz que o povo legisla melhor pelo costume do que os representantes pela lei.

À primeira vista, a afirmação pode parecer inteiramente em contradição com a preferência de Alencar pelas *eleições indiretas*, como forma de garantir que a política representativa encarne a *deliberação* como um valor. Aquela saudável independência do legislador com relação ao seu mandato, bem como aquela civilizada distância operativa entre a esfera da representação e a esfera da deliberação, tão bem defendida por Alencar quanto às vantagens do mandato livre, assume uma feição aparentemente diversa quando a matéria é a abolição.

Mas, na verdade, Alencar procura excluir a reforma do “elemento servil” do raio de ação da política representativa. A reforma não seria, em última análise, assunto *propriamente* político³¹², que devesse sequer constar da agenda do parlamento. A chave está na relação traçada entre a lei e o “espírito” da sociedade. Alencar esboça uma espécie de *liberalismo político conjuntural*, de conteúdo extremamente concreto, que procura preservar a instituição da escravidão, como pilar de um determinado arranjo econômico e social, da intervenção estatal. Trata-se de preservar o mundo das relações sociais concretas da intervenção abstrata da lei. Como já vimos, se a escravidão originou-se da necessidade, e, portanto, *desde fora do ambiente político*, ela deveria desaparecer também pela necessidade social, pela evolução natural dos costumes: “Será a própria Nação que, por meio de sacrifícios parciais de esforços comuns, realizará essa reforma e dará espontaneamente esse belo exemplo de respeito à civilização moderna”³¹³.

A estreita conexão entre *Nação* e *escravidão*, bem como a circunscrição do problema da escravidão ao âmbito das relações privadas, deixam transparecer, por seu turno, uma consciência do enraizamento das relações escravistas na constituição da sociedade como um todo.

³¹² No discurso de 13 de julho de 1871, a significação política do tema da abolição é assim referida: “Há questões originariamente políticas porque se prendem ao mecanismo do Governo, e interessam à melhor direção dos negócios públicos. Outras há que, embora por sua natureza, estranhas às lutas governamentais, assumem, contudo, pela sua gravidade e importância um caráter altamente político; neste caso está a questão católica, a reforma comercial e tantas outras na Inglaterra; a extinção dos conventos na Bélgica, a secularização dos bens eclesiásticos na Itália, e a questão da emancipação em nosso País”. *Discursos*, p. 235, grifado.

³¹³ Idem, p. 187.

O crédito agrícola e o escravo urbano

Dois meses depois, de volta à tribuna, Alencar abordaria o problema do crédito agrícola³¹⁴. Nas *Novas Cartas Políticas* a agricultura já aparecera como elemento “essencialmente conservador”. No discurso de 7 de julho de 1870, depois de considerações de estilo liberal contra o “espírito de fiscalização” do estado e o “excesso de Governo”, ela é objeto de uma análise já não mais “social”, mas principalmente econômica. Para Alencar, a agricultura é “nossa primeira indústria, a base da riqueza nacional e fonte de nossa renda”, e o Governo deveria promover o seu incremento cuidando de dois aspectos: o fornecimento de “capitais” e o suprimento de “braços”³¹⁵.

Ao cuidar do crédito agrícola na tribuna, em 1870, Alencar retoma a tese que expusera na *Carta sobre a Crise Financeira* ao Visconde de Itaboraí, quatro anos antes. Naquela carta, Alencar sugeria o crédito territorial como solução para a escassez de financiamento agrícola. Partia da constatação de que havia uma confusão, no Brasil, entre o crédito mercantil e o crédito predial, aquele mais veloz em suas revoluções, este mais sedentário. Constatava também que, embora, a grande propriedade no Brasil estivesse “ainda em gestação”³¹⁶, todas as transações se prendiam “por filamentos mais ou menos longos e tortuosos à lavoura, grande raiz de tôda essa ramificação”³¹⁷. O desvio do capital mercantil para a lavoura o imobilizaria, e poderia paralisar o comércio. Impunha-se, portanto, o problema de dotar a lavoura de capital, sem imobilizar para tanto o capital mercantil. Alencar exhibe a consciência de que o crédito, esse “instrumento de progresso”, não multiplica ou cria valor, mas apenas acelera a circulação do capital. Daí o seu diagnóstico de que a crise financeira adviria da imobilização do crédito mercantil pela lavoura, do abatimento do comércio e da “exaustão da seiva mercantil”³¹⁸, sugada pelo tesouro.

Alencar possui a clareza de que o remédio para a crise estaria na organização do crédito agrícola, na instituição de “um grande banco agrícola brasileiro”³¹⁹. As

³¹⁴ A ausência de crédito agrícola no Brasil foi questão que atravessou o século XIX e o começo do XX. No mais das vezes, o financiamento da agricultura dependia da própria comercialização do produto. No caso da economia cafeeira, destacou-se a figura do comissário, que “ocupava, pois, um espaço deixado pela inexistência do crédito agrícola no país” (Rosa Maria Marques e José Márcio Rego, “A economia cafeeira”, in: *Formação Econômica do Brasil*, p. 137). O comissário do café exercia função extremamente especializada, e era o principal elo de articulação entre o sistema bancário e o fazendeiro. Financiava o empreendimento agrícola por meio do empréstimo a título pessoal que obtinha no sistema bancário e adiantava ao fazendeiro.

³¹⁵ *Discursos*, p. 24.

³¹⁶ *Obra Completa*, v. 4, p. 1116.

³¹⁷ *Idem*, p. 1115.

³¹⁸ *Ibid.* p. 1118.

³¹⁹ *Ibid.* p. 1119.

dificuldades para a criação desse banco estariam na constituição de seu capital, nos incentivos à sua aplicação como financiamento para a lavoura e na oscilação do valor da propriedade fundiária. Além dessas dificuldades mais objetivas, Alencar faz referência também à inadequação do empresário rural brasileiro com relação à disciplina econômica exigida pelo funcionamento de um mecanismo mais institucionalizado de crédito. Tal inadequação se consubstanciava nos “hábitos dos nossos lavradores, difíceis de submeterem-se à pontualidade e exatidão de um novo régimen”³²⁰.

O plano de Alencar para a organização do crédito agrícola se baseava, pois, na emissão estatal de apólices agrícolas, que dariam dividendos em torno de 8%, contra ações do futuro banco agrícola. O fundo desse banco, portanto, seria constituído de títulos da dívida pública. O banco poderia emitir até o dobro do fundo assim constituído, e essas emissões somente poderiam ser empregadas na lavoura: “Aí está formado o capital e impelido para a lavoura, por um empréstimo do Estado”³²¹. A oscilação dos preços da terra e os maus hábitos dos lavradores poderiam ser corrigidos por prêmios e anuidades “assentados sobre a colheita” – ou seja, sobre a produtividade. O banco agrícola também deveria se constituir em diversas províncias, corrigindo a concentração regional do crédito no país.

Quatro anos mais tarde, Alencar volta ao assunto, na tribuna. Volta a insistir na viabilidade de se organizar o crédito agrícola com base na propriedade da terra. Argumenta que boa parte do “papel circulante” na praça do Rio de Janeiro viria da “dívida da lavoura”, que alimentaria por sua vez as certezas dos bancos³²². Dessa massa de capitais, portanto, uma parte poderia ser destacada e dedicada à constituição do crédito agrícola territorial, baseado na hipoteca.

A dificuldade central que Alencar passa a identificar para o funcionamento do sistema que descreve é a alegada oscilação do valor da propriedade rural, que não teria, ainda, no Brasil, “aquele valor fixo, aquela estimação certa” que teria na Europa. E, para Alencar, a razão *especificamente brasileira* dessa oscilação no preço das terras seria a escravatura:

Uma braça de terra na zona de estrada de ferro custará o mesmo que cem braças em um lugar onde não passe estrada de ferro, onde não haja

³²⁰ Ibid. p. 1120.

³²¹ Ibid. p. 1121. Para Alfredo Bosi, Alencar propugna a “necessidade de se estreitarem os vínculos entre o poder monetário do Estado e a economia do latifúndio. Ainda segundo Bosi, a proposta de Alencar subsume a eventual escalada inflacionária, o mal maior para a ortodoxia, como “mal necessário” se praticado em prol da grande propriedade agrícola. (cf. *Dialética da Colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 219).

³²² *Discursos*, p. 27.

uma estrada de rodagem, onde não se disponham de meios de fácil comunicação. Esta razão é geral; a razão peculiar nossa é a escravatura; esta é que torna oscilante e vário o valor da propriedade territorial entre nós. Uma fazenda montada com a sua escravatura vale centenas de contos, tirem-lhe os escravos, e pouco valerá.³²³

Segundo Alencar, os estabelecimentos hipotecários já se regulariam pelo “valor dos escravos” na concessão do crédito. Nem fábricas, engenhos ou plantações bastariam ao fazendeiro para obter o crédito pessoal, se não possuísem escravatura correspondente: “O número de braços é a base, o critério do valor da propriedade”³²⁴. A impressão de Alencar corresponde quase exatamente à de Louis Couty, para quem o valor das instalações agrícolas hipotecadas no Brasil “não iguala certamente o valor de compra do gado humano”³²⁵.

Para Jacob Gorender, essa oscilação no preço da terra, em relação à valorização do escravo, está associada ao impacto do fim do tráfico negreiro. A valorização da “força produtiva humana”, tornada mais escassa, teria como reverso “a desvalorização relativa das forças produtivas materiais, principalmente a terra”. A prática dos bancos se revestia, para Gorender, do “realismo da prática econômica”, que identificava nos escravos o fator decisivo de valorização dos empreendimentos rurais. A desvalorização da terra, ainda segundo este autor, não estaria, portanto, associada à sua disponibilidade, mas a “efeitos peculiares à decadência do escravismo”³²⁶.

A associação entre o baixo preço da terra relativamente ao escravo e o fim do tráfico sugere, por sua vez, que *o mundo montado em 1850 lançou as bases econômicas da sua própria inércia*. Promovendo a valorização do escravo, tornando-o o fator preponderante na valorização da terra e, por conseguinte, no próprio financiamento da produção agrícola, o fim do tráfico montou a armadilha da qual Alencar não consegue conscientemente escapar. Para ele, como a escravatura constitui o essencial do valor da propriedade rural, a abolição significaria a “quebra de valor dos bens territoriais, e, por conseguinte, uma crise espantosa no comércio [que nutria-se, segundo ele, da dívida agrícola], além de qualquer outra perturbação social”³²⁷. *O argumento burkeano, segundo o qual a manutenção da escravidão como instituição viva equivaleria à conservação da ordem e da “liberdade”, passa a contar com um poderoso ingrediente de prudência econômica.*

³²³ *Discursos*, pp. 28-29.

³²⁴ *Idem*, p. 29.

³²⁵ *apud*. Gorender, *O Escravismo Colonial*, 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001.p. 400.

³²⁶ *O Escravismo Colonial*, pp. 400-401.

³²⁷ *Discursos*, p. 29.

À proposta de organização do crédito territorial para agricultura, segue-se o encaminhamento do problema do fornecimento de mão-de-obra. Alencar, embora pudesse ter em mente o marco do fim do tráfico negreiro, convoca mais uma vez o quadro geral que pinta o Brasil como “País novo, de uma área tão extensa, tão despida de população”³²⁸. Compara a “colonização” a uma espécie de “tráfico de homens brancos”, que inibiria a imigração espontânea³²⁹. Esta, por seu turno, dependeria da elevação do “grau de civilização em nosso país”³³⁰. Nesse particular, Alencar faz menção ao aumento do fluxo migratório para o Rio da Prata, em especial para Buenos Aires, onde se faziam então menores “favores” à imigração do que no Brasil. Para Alencar, ademais das circunstâncias advindas da Guerra do Paraguai, o que explicaria a preferência de correntes de emigração européia pelo Prata seria o “espírito liberal que se respira naqueles Países”³³¹.

Uma tal afirmação não poderia passar sem um adendo bastante significativo: “Quando digo *espírito liberal* não me refiro às formas republicanas daqueles Estados”. Afinal, segundo Alencar, em um Império poderia haver mais liberdade que em uma república, pois “A liberdade não está na forma de Governo”³³², como, aliás, atesta a sempre recorrente comparação com os Estados Unidos, maculados pela vigência da opressão da maioria. O *espírito liberal* a que se refere diz respeito não apenas à liberdade política, mas “à liberdade industrial, à liberdade comercial, a certas franquezas administrativas, como, por exemplo, a respeito de contribuições”³³³. Para Alencar, portanto, o principal adversário do espírito liberal no Brasil não seria, por exemplo, a escravidão – para ele plenamente incorporada ao mundo privado da produção –, mas antes “o excesso dos direitos fiscais”, ou seja, o peso fiscal do Estado consubstanciado nos elevados tributos sobre a importação:

(...) observa-se então o que se está passando em nosso País. País tão fértil, País novo, onde não há essa grande aglomeração de população que

³²⁸ *Discursos*, p. 32.

³²⁹ “As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico”, segundo Celso Furtado; “tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja ‘raça’ era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras essas que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue às suas próprias forças, ela tendia a definhir, envolvendo em simples economia de subsistência”, *Formação...* pp. 132-133.

³³⁰ *Discursos*, p. 33.

³³¹ *Ibid.* p. 34.

³³² *Ibid.*

³³³ *ibid.* p. 35.

torna a vida cara, entretanto a subsistência aqui é onerosíssima. Poucos Países da Europa, já chegados ao apogeu da civilização, podem-se comparar com o nosso, neste ponto. E a que é devido isto? Aos excessivos direitos cobrados pela Alfândega. O estrangeiro sairá de seu País para viver em outro na esperança de achar aí uma subsistência cômoda. Mas o estrangeiro, sabendo que no Brasil a subsistência lhe há de custar o dobro ou o triplo, desanimará, por maiores que sejam seus desejos de aqui estabelecer-se.

(...) Se entendemos que a agricultura é a fonte principal da riqueza nacional, e convém chamar braços livres que se empreguem neste serviço, então procuremos tornar barata a subsistência em nosso País.³³⁴

O problema do suprimento de mão-de-obra livre mereceria, portanto, um encaminhamento em certa medida análogo àquele proposto para a reforma do elemento servil: um certo tratamento indireto, a adoção de medidas – como a diminuição dos impostos – que indiretamente induzissem à imigração espontânea. Essas medidas, reduzindo o peso fiscal do Estado, estimulariam o espírito liberal, tomado em sua acepção econômica.

A percepção de Alencar sobre a possível correlação entre o custo de vida no Brasil do final do século XIX e o cálculo de oportunidades feito pelo imigrante europeu não deixa de ser instigante. Mas ela não chega jamais a pôr em questão a estrutura produtiva brasileira, orientada primordialmente para a exportação, e a dependência bastante acentuada das importações para suprir o mercado interno de bens manufaturados³³⁵. A Alencar incomodam especialmente os efeitos do preço dos artigos importados sobre um setor particularmente importante: o mercado editorial, desde a importação de livros até à matéria-prima da imprensa diária³³⁶.

O desenvolvimento de um movimento intelectual vigoroso, de uma imprensa ativa e próspera e da instrução pública são, para Alencar, índices da elevação do “grau de civilização”, medida necessária para a atração da imigração européia. Por isso Alencar expressa a sua esperança de que, promovendo a imigração, o governo promovesse também, indiretamente, “a reabilitação da nossa Imprensa e o desenvolvimento intelectual do País”³³⁷.

Mas existia ainda mais uma forma de tornar o ambiente brasileiro mais propício à atração de imigrantes, ajudando ao mesmo tempo a suprir de braços a lavoura; trata-se

³³⁴ Ibid. p. 36.

³³⁵ Celso Furtado menciona o “elevado coeficiente de importações” como característica da economia brasileira do século XIX. Cf. *Formação*, pp. 164-165.

³³⁶ “Em um País onde a indústria tipográfica não tem atingido um tal grau de desenvolvimento que possa satisfazer as necessidades públicas neste ramo, a matéria-prima da Imprensa é caríssima, porque está sujeita a direitos de consumo bem onerosos”, *Discursos*, p. 36.

³³⁷ Idem.

de uma idéia formulada inicialmente, segundo Alencar, por seu mentor político, Eusébio de Queiroz: “refiro-me à deslocação dos braços escravos das cidades para os trabalhos da agricultura, como meio preparatório para a emancipação; o que muito convém até mesmo como medida de segurança pública”.

Em nenhum outro trecho de discurso ou manifesto Alencar expressa opinião tão hostil à presença do escravo negro como componente da paisagem social brasileira. Além de ser uma medida útil para a lavoura, a transferência da escravatura doméstica urbana para o campo seria, para Alencar, “uma condição de moralidade”, pois “extingue-se certo elemento de perturbação, que dá muito que fazer à polícia”³³⁸.

Por absurda e preconceituosa que soe a proposta, ela se insere à perfeição em um mundo referencial no qual a agricultura é a base de reprodução da vida material, fonte da riqueza pública e fator de civilização. O principal raciocínio concerne a transferência de capital das ocupações urbanas para a agricultura – diz respeito, portanto, à prioridade que Alencar confere à agricultura como primeira indústria do país. Trata-se de um esquema de alocação de recursos coerente com a prioridade que se dá à agricultura. O *liberalismo agrícola* de Alencar³³⁹, nesse ponto, seria tão radical a ponto de rechaçar qualquer medida do governo com vistas a proteger a indústria nascente nacional.

No entanto, a transferência de escravos urbanos para o campo deveria ser conduzida, mais uma vez, por meio de medidas indiretas, tais como impostos ou a “proibição parcial de certas indústrias”. Todas essas medidas indiretas em conjunto – os melhoramentos da “civilização”, o barateamento da subsistência, o desenvolvimento intelectual e por fim o deslocamento da escravidão urbana – formariam o conjunto de políticas verdadeiramente efetivo em matéria de imigração. Essas medidas, com efeito, funcionariam como sinais adequados à percepção estrangeira a respeito do império escravocrata:

Vendo o estrangeiro que em nosso País a escravatura é conservada unicamente para manter a propriedade territorial, que sem ela há de perecer, esses que hoje tanto nos censuram hão de conhecer que estamos de boa-fé, que somos verdadeiramente liberais nesta questão; que não queremos a escravidão; que entendemos que ela é prejudicial, e apenas

³³⁸ Idem, p. 37.

³³⁹ Para um sumário bastante eloquente do que seja esse liberalismo agrícola de Alencar, basta ver o artigo intitulado “A Agricultura”, publicado n’*O Protesto*, nº2, de 20 de janeiro de 1877 (cf. **Anexo 4**). Para Alfredo Bosi, trata-se de “um liberalismo pré-industrial coerente” que “ajustava-se às nossas rotinas oligárquicas” (cf. op. cit. p. 219).

esperamos o momento oportuno para poder extingui-la sem abalo social e econômico.³⁴⁰

Ao voltar ao tema da escravidão como garantia do preço da propriedade territorial, Alencar demonstra uma curiosa inquietação: que papel têm aqueles escravos que, descolados da produção agrícola, não concorrem para valorizar o preço da terra? Que lugar ocupam os escravos urbanos nesse esquema de pensamento para o qual a manutenção da escravidão é função de uma necessidade econômica ligada à lavoura? O escravo urbano aparece fora de lugar na explicação econômica de Alencar. A solução prática aventada – a volta do escravo para a lavoura – termina sendo também uma solução epistemológica. *Restituindo o escravo à lavoura, Alencar restitui a pureza do seu raciocínio.*

A conquista do silêncio, o poder pessoal e as convicções sinceras

Dois meses mais tarde, em 30 de setembro de 1870, Alencar ocuparia novamente a tribuna da Câmara, no dia seguinte à formação do novo gabinete conservador, presidido por Pimenta Bueno, que sucedeu ao 16 de Julho. O futuro Marquês de São Vicente, como já vimos, era o autor dos projetos “abolicionistas” encomendados pelo Imperador em 1866. Ademais, a ascensão do novo gabinete, e o desgaste do 16 de Julho, estavam intimamente ligados à forma como D. Pedro II vinha exercendo, desde a queda de Zacarias, o poder moderador.

Aí se inserem não apenas a preterição de Alencar para a senatoria, candidato mais votado no Ceará. Igual situação se deu com o candidato conservador Joaquim Antônio Fernandes Leão, por Minas Gerais. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a atuação do Imperador teria motivado a sugestiva frase do Visconde de Itaboraí, então presidente do Conselho de Ministros, depois de entrevista com o Imperador em que este propusera ceder quanto à senatoria se o gabinete 16 de Julho desse o andamento por ele desejado à reforma do “elemento servil”: “parece, porém, que não poderemos obter para nós a carta de liberdade que se quer dar aos escravos”³⁴¹, teria escrito Itaboraí ao barão de Cotegipe.

Sugestiva a frase, porque evoca uma comparação conservadora bastante típica, entre a liberdade política nos quadros do parlamentarismo e do sistema representativo e a liberdade pessoal dos escravos. Além disso, ela denota novo momento de cisão entre o

³⁴⁰ *Discursos*, p. 37.

³⁴¹ *O Brasil Monárquico, do Império à República*, p. 121.

gabinete e a coroa, como aliás já detectara Alencar, embora dando-lhe um sentido de normalidade institucional, diferentemente do que sugerira, portanto, Teixeira Júnior.

Pimenta Bueno era não apenas a figura do Partido Conservador mais identificada com a causa da abolição gradual, como também profundo conhecedor da situação no Rio da Prata – o outro item principal da agenda política. Na formação do gabinete de 29 de setembro, escolheu Teixeira Júnior – interlocutor de Alencar na questão do conflito entre coroa e gabinete – para a pasta da Agricultura. Ainda segundo Sérgio Buarque de Holanda, essa escolha teria sido interpretada como sinal de hostilidade com relação ao gabinete anterior, do qual Alencar havia sido Ministro da Justiça. Ademais, como aponta Sérgio, era um “desafio à própria câmara dos deputados, que poucos dias antes, a 12 de setembro, derrotara, por 54 votos contra 21, uma proposta emancipadora do mesmo deputado [Teixeira Júnior]”³⁴².

Em 30 de setembro, Alencar regozija-se de ter previsto, “nos primeiros dias de maio”, a mudança de gabinete – para ele, era apenas natural que a coroa reagisse à influência parlamentar, provocando a demissão de um gabinete que hesitava em encaminhar a reforma do elemento servil. A influência parlamentar, por sua vez, se consubstanciaria em uma “conquista da liberdade constitucional”³⁴³ de que o gabinete 16 de Julho seria o heróico autor. Essa “conquista” era a ausência de menção, na Fala do Trono, a respeito da “questão servil”³⁴⁴.

No seu discurso do dia 30 de setembro, portanto, Alencar articula mais evidenciadamente, a relação entre a escravidão e os partidos. Em sua opinião, o gabinete 16 de Julho se havia mantido no poder mesmo sem exercer plenamente as prerrogativas constitucionais. O tom subliminar do discurso estaria aí assinalado – a influência da coroa já se manifestara na inclusão em pauta da questão servil, na escolha dos senadores, e agora na mudança do gabinete. Nesse sentido, Alencar reprova

³⁴² Idem, p. 128.

³⁴³ *Discursos*, p. 190.

³⁴⁴ Como narra Sérgio Buarque de Holanda: “Já no dia 1º de maio escrevera D. Pedro a Itaboraí um bilhete onde exprimia o desejo de conhecer logo o projeto de Fala do Trono, e ao mesmo tempo advertia-o de que considerava grave erro o não haver nele menção ao problema da emancipação. Reunidos, decidiram os ministros não acatar nesse ponto a vontade imperial. Realizaram-se depois duas conferências ministeriais em S Cristóvão, sobre as quais se conheceram os apontamentos tomados por Cotegipe, e nelas voltou Sua Majestade a abordar o assunto, contrapondo-lhe os ministros seu ponto de vista divergente. Um destes não deixou de lembrar que a questão da emancipação dos escravos era como uma pedra; se precipitada da montanha a todos esmagaria. Ao que acudiu o Imperador dizendo que não hesitaria em expor-se à pedra, embora ele próprio devesse ser esmagado. Acabou cedendo à vontade dos ministros, vencido, não convencido. A Itaboraí advertiu mesmo, em carta, que timbrava em não querer impor seu modo de pensar. Os ministros sabiam, contudo, que já não tinham a confiança do chefe de Estado, e que não bastava, para sustentá-los, a confiança da câmara”. *O Brasil Monárquico*, p. 120.

severamente o próprio Partido Conservador, por não ter seguido à risca o seu próprio programa de governo, que silenciava sobre a abolição, e propunha reformas judiciárias e administrativas. Para Alencar, o gabinete 16 de Julho não soubera “cair com graça”:

Estragastes uma das mais belas situações do sistema representativo, em que nosso Partido podia, apoiado na opinião pública, restringir a influência direta da Coroa na questão do elemento servil, restaurando assim a verdade do Governo Parlamentar. Em vez de resignar o Poder, e vir no seio da representação nacional combater aquela influência indébita, condescendestes com ela, a afagastes com a promessa da emancipação dos escravos de usufruto imperial; e transigistes consentindo na nomeação da Comissão Especial, primeiro sintoma da crise latente que vos alheou a confiança da Coroa, e afinal vos obrigou a deixar o Poder.

(...) Não soubestes cair a proposto, e nem ao menos vos lembrastes daquele belo conceito de Richelot, que, apreciando a queda de Robert Peel, disse: “Os Ministros dos Governos constitucionais devem, como os gladiadores romanos, cair com graça”.³⁴⁵

E adiante: “Confessai a existência do governo pessoal que ontem negastes como Ministros, e não vos receeis da acusação de despeito”. Curiosamente, Alencar também negara em 1869, na sua resposta ao Manifesto Liberal subscrito pelos “radicais”, que o Imperador tivesse usurpado competências constitucionais quando da queda de Zacarias. Para Alencar, como se vê, o governo pessoal passa a se desenhar com a marcha, por impulso imperial, da “reforma do elemento servil”.

A escravidão passa a ser a linha política que define o critério da representação legítima. Por isso que “uma das mais belas situações do nosso sistema representativo” era justamente aquela em que o Partido Conservador achava-se em posição de resistência às pressões da coroa. Transigindo, o partido tornava-se cúmplice no falseamento da representação, já que, para Alencar, a opinião pública estaria contra a abolição. Não deixa de ser bastante instigante o fato de Alencar censurar a distância que o Partido Conservador tenha assumido com relação a esta suposta “opinião pública” antiabolicionista. Na sua teoria mais acabada da representação, Alencar elogia o mandato livre como condição mesmo da genuína representação.

O que se evidencia, com isso, é o teor conjuntural do seu discurso. Na tribuna, Alencar joga com o que pretende ser uma suposta vantagem programática do gabinete 16 de Julho, mais empenhado em fazer avançar a reforma judiciária e a reforma eleitoral do que o seu sucessor. Para Alencar, aliás, a reforma eleitoral seria delas a mais urgente

³⁴⁵ *Discursos*, p. 192.

– como já sustentara no *Sistema Representativo* – pois o sistema eleitoral era “o nervo das nossas instituições, o veículo da soberania nacional”.

E além da reforma eleitoral, impunha-se igualmente a descentralização, que teria o condão de “diminuir a exorbitância de Poder, concentrado nas mãos do Executivo, o que oferece margem larga à influência indébita de um outro Poder”³⁴⁶. Claro está que o “outro Poder” é o poder moderador, tornado pessoal, pela atuação da coroa contra a *Nação*.

Explicitado o “programa” reativo de Alencar, que se concentra em refinar a instituições contra a interferência imperial na política, ele passa às suas “convicções muito profundas, muito sinceras” a respeito da questão da abolição. Antes de enunciá-las, Alencar lembra as suas credenciais literárias, que dariam prova da sua crítica à escravidão: “quando as vozes que hoje se levantam com tanta sofreguidão emudeciam, e ocupavam-se dos assuntos de política local, eu me esforçava, no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na imprensa, em banir essa instituição”. Alencar reivindica ter sido, como jornalista e dramaturgo, um dos pioneiros da “cruzada santa que trabalha por extinguir a escravatura”, embora “não na lei, mas nos costumes, que são a medula da sociedade”³⁴⁷.

A reforma pelos costumes era, portanto, o programa silencioso a que se deveria ater o Partido Conservador. A idéia da abolição pertenceria ao Partido Liberal, que a devia implementar contra a resistência dos conservadores. Esse é o quadro representativo que corresponderia, segundo Alencar, à imagem da opinião nacional. Por isso a sua crítica ao gabinete 29 de Setembro. A sua atuação, em nome de um programa que caberia ao Partido Liberal sustentar, suscitava em Alencar a lembrança da “funesta conciliação”, o “poderoso dissolvente dos Partidos”³⁴⁸.

Desalinhando o conflito político dos limites da divisão partidária, a escravidão expunha os limites do sistema representativo então praticado. O modo como Alencar reagia a esse fato era a postura crítica diante do seu próprio partido e diante da influência imperial, em nome de suas “convicções sinceras”. Buscava, obstinadamente, reconduzir o conflito partidário aos trilhos de uma clivagem programática mais consistente, na qual caberia aos saquaremas uma dupla conservação: a da própria monarquia constitucional, ameaçada pelo poder pessoal, e a da ordem social, ameaçada pela abolição e suas conseqüências. Pode-se dizer que Alencar já se inquietava com as

³⁴⁶ Idem, p. 196.

³⁴⁷ Idem, p. 197.

³⁴⁸ Idem, p. 195.

consequências políticas da discussão abolicionista sobre os partidos e o sistema que os integrava. A sua inquietação revelar-se-ia bastante pertinente. Afinal, como conclui José Murilo de Carvalho: “O efeito deletério sobre os dois partidos foi talvez a mais importante consequência política da Lei do Ventre Livre”³⁴⁹.

Um dom funesto

Um ano mais tarde, no mês de julho de 1871, Alencar encetou três discursos, nos dias 10, 11 e 13, combatendo com todas as energias retóricas a emancipação do ventre, inscrita no projeto da Lei do Ventre Livre. Já sob o gabinete Rio Branco, formado a 7 de março, a agitação no parlamento expunha a cisão no seio do Partido Conservador, entre governistas e dissidentes. Num discurso de 5 de agosto daquele mesmo ano, no auge da “crise”, Alencar criticava a forma como a maioria da câmara, favorável a Rio Branco e à liberdade do ventre, conduzia as discussões. Para Alencar, uma reforma daquela gravidade deveria ser aprovada por uma larga maioria, e não pela maioria apertada que dava apoio ao gabinete 7 de Março, chefiado por Rio Branco:

Por mais benéfica, Senhores, por mais salutar que seja na opinião da ilustrada Maioria, esta lei do elemento servil, nas circunstâncias atuais, arrancada de chofre por uma pequena superioridade de votos, não passa de um bando, de uma proclamação do Governo, em favor da insurreição; carecerá da majestade da lei; será apenas uma vitória do acaso, a vitória de um algarismo insignificante, e nada mais.³⁵⁰

A preocupação de Alencar com a legitimidade do processo legislativo é, antes de tudo, um posicionamento tático, que visava expor a fragilidade do apoio ao gabinete, e a falta de consenso suficiente para uma vitória “moral” da reforma. Novamente, o subtexto é a influência imperial como esteio principal do prestígio de que gozava não apenas o gabinete 7 de Março, como também o projeto de emancipação do ventre. Nesse passo, Alencar também nos dá argumentos mais precisos para reconstruir o sentido da sua denúncia do governo pessoal:

De efeito, para que serve a Coroa nos Países Constitucionais senão para pôr um termo a crises como esta? A sua missão não é intervir na administração; não é impor idéias ao País; mas apelar para a Nação destes choques violentos dos Partidos; e manter o equilíbrio e harmonia dos Poderes.

Quando em transe como este a Coroa se mantém inerte, ela abdica na Revolução; é a consequência fatal.³⁵¹

³⁴⁹ *Teatro de Sombras*, p. 312.

³⁵⁰ *Discursos*, p. 621.

³⁵¹ *Idem*, p. 622.

Aqui reencontramos o Alencar das primeiras *Cartas de Erasmo ao Imperador*, que censurava a Coroa não pelo excesso, como agora, mas exatamente pela inércia no uso das prerrogativas de que se revestia o verdadeiro poder moderador. Como chave do funcionamento do sistema, o poder moderador, pedra angular da Constituição de 1824, tão prezada por Alencar, deveria exercer-se para garantir o equilíbrio entre os poderes, bem como para corrigir os desalinhos entre a opinião e os partidos. Nesse aspecto, Alencar continua coerente. Negou o governo pessoal quando da queda de Zacarias, por acreditar que a opinião fora preservada, que se tratava apenas das prerrogativas normais do poder moderador; mas acusou-o quando da atuação reformista da coroa, por acreditar que aí cruzara-se a linha – passava o Imperador a intervir na substância do debate político, substituindo-se às funções que pertenciam aos partidos.

Nos discursos de julho de 1871, essa linha de raciocínio, o limite entre a iniciativa imperial e o governo pessoal, bem como a cisão no Partido Conservador, apresentados como anomalias perigosas da monarquia constitucional, constituem o fundo contra o qual se projetam os argumentos antiabolicionistas aduzidos nas *Novas Cartas Políticas*. No discurso do dia 10, por exemplo, a tônica é a comparação com a Inglaterra de Robert Peel e da “questão católica”.

Para Alencar, a iniciativa parlamentar e a iniciativa do poder executivo, no sistema representativo, são no fundo a mesma. Afinal, “O Ministério, o agente do Executivo, não é outra coisa senão o chefe do Partido que está no Poder”³⁵². Assim, uma proposta de iniciativa do poder executivo traria consigo o timbre do partido majoritário. Por essa razão, Alencar exalta a iniciativa do poder executivo como ferramenta do parlamentarismo, que, aliás, teria levado a cabo, na Inglaterra, não somente a questão católica, sob o comando de Peel, como também “a reforma eleitoral e o Bill dos cereais”³⁵³.

Alencar considera semelhantes a situação do Partido Conservador diante da abolição e a dos *tories* ingleses diante da emancipação dos católicos irlandeses, em 1835. Assim como o partido *Tory*, ao Partido Conservador caberia resistir às reformas precipitadas e não votar leis que fossem contrárias aos “princípios cardeais do sistema”³⁵⁴, a menos que impelido pela manifestação enérgica da opinião pública. No entanto, o paralelo entre o partido *Tory* e o Partido Conservador, bem como entre Robert Peel e Rio Branco, romper-se-ia em um ponto decisivo: segundo Alencar,

³⁵² Idem, p. 200.

³⁵³ Ibid, p. 201.

³⁵⁴ Ibid, p. 202.

Robert Peel, contra o seu partido, queria a emancipação dos irlandeses católicos como forma de evitar uma guerra civil, ao passo que Rio Branco, traíndo o Partido Conservador, o fazia para provocar uma guerra civil.

O engenho retórico de Alencar, jogando habilmente com as referências tão cultuadas na época sobre a história parlamentar inglesa, está em sugerir o sentido conservador da atuação de Peel – que se afastava do partido para melhor realizar os seus princípios – em contraste com o sentido subversivo da atuação de Rio Branco, que se afastaria do seu partido apenas para pôr em prática o programa do governo pessoal de D. Pedro II. Prova disso seria o fato de que, no Brasil de Rio Branco, ao contrário da Inglaterra de Peel, não havia em torno da “questão do elemento servil” nenhuma agitação popular significativa: “Qual a agitação que existia no País antes da abertura da Assembléia?”, indaga Alencar, para acrescentar:

O que se observava era apenas o progresso contínuo, suave e natural da revolução íntima que desde muito se opera no Brasil e que tende a realizar a emancipação pelo melhoramento dos costumes, pela generosidade do caráter brasileiro, pela nossa civilização, que pulula com uma força imensa. Era o desenvolvimento dessa regeneração moral que dentro em pouco extingiria a escravidão, independente dos esforços do Governo e das declamações dos propagandistas.³⁵⁵

Mas não é apenas a marcha segura da revolução íntima, “o movimento lento, mas seguro e eficaz, da idéia de emancipação voluntária”, que distinguia o Brasil escravocrata de Rio Branco da Inglaterra protestante de Robert Peel. Enquanto Rio Branco obrava pelo programa imperial, “Peel resistiu ao Rei”, que era contrário à reforma da “questão católica”. Alencar, portanto, utiliza o exemplo como forma de diminuir a glória de Rio Branco, de explicitar o caráter subversivo de sua atuação, e de denunciar de certa forma a artificialidade da proposta emancipacionista, que seria antes uma espécie de implante político, a partir de cima (“uma imposição do Poder à opinião”³⁵⁶), do que uma manifestação genuína da vontade da *Nação*.

Com efeito, a luta entre o *Poder* e a *Nação* é a imagem que domina o discurso proferido por Alencar no dia seguinte. Antes, entretanto, de expô-la, Alencar precisou se defender das críticas segundo as quais eram excessivas as citações que fazia de parlamentares ingleses. Saiu-se com outra comparação: na França de Thiers e Guizot, “de onde se irradiava luz para todo o universo”, também se citavam abundantemente os

³⁵⁵ Ibid. p. 203.

³⁵⁶ Ibid. p. 208.

ingleses. A censura à comparação só poderia, portanto, se originar “do receio de tornar-se evidente o contraste”³⁵⁷.

Alencar defende o seu direito retórico à comparação, porque se utilizará dele mais uma vez. Acredita que a opinião pública está contra a reforma, com base nas diversas manifestações de apreensão da “classe importante”³⁵⁸, veiculadas por meio de representações à Câmara e da imprensa oposicionista. E quanto mais cresciam essas manifestações, com maior tenacidade se manifestava o gabinete em prol da reforma. Esse fato da oportunidade a novo jogo de paralelismo com a Inglaterra:

Ora, Senhores, isto é notável! Na Inglaterra nós vemos o Ministro partir da tenacidade para a condescendência, cedendo aos impulsos da opinião porque ele a respeita como verdadeira soberana; entre nós, ao contrário, onde a opinião é considerada uma rebeldia da Nação contra o Poder, é justamente quando a opinião se manifesta com mais energia que o Governo caprichoso entende que deve afrontá-la.³⁵⁹

Naturalmente, é tendenciosa a afirmação de que a maioria da “opinião” nacional era contrária à reforma³⁶⁰. De todo modo, Alencar a utiliza para ilustrar o divórcio entre o Partido Conservador e seus princípios constitutivos, entre o poder Executivo e o partido da maioria, entre a representação e a Nação, e entre o poder moderador e suas prerrogativas normais. Esse é o quadro geral em que se arma a argumentação do discurso que Alencar profere dois dias depois, em 13 de julho. Nessa ocasião, rearticulam-se as razões de Erasmo, agora em um contexto em que, para Alencar, “o Governo, como um atleta, salta a arena, e, travando-se de corpo a corpo com a Nação, luta para abatê-la e esmagá-la”. No discurso de 13 de julho acirram-se as acusações contra o governo pessoal e sua teia de influências sobre o estado, e também a separação entre interesse nacional e influência estrangeira:

Senhores, há outras alforrias que não seriam fatais, mas, ao contrário, úteis e proveitosas para o País e pelas quais o Governo devia

³⁵⁷ Ibid. p. 211.

³⁵⁸ Ibid. p. 213.

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Em sentido contrário aduz Sérgio Buarque de Holanda: “Quem queira avaliar o apoio que mereceram as reformas do gabinete Rio Branco lendo os jornais da época, concluirá facilmente que quase todas, e particularmente a questão do elemento servil, se haviam transformado verdadeiramente em causas nacionais. Nos primeiros dias de agosto, quando a luta se tornou extremamente agitada na Câmara, publicava o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em resposta aos que acusavam o gabinete de procurar forçar uma opinião favorável a proposta relativa à reforma do estado servil, que apenas um jornal na Corte, o *Diário do Rio de Janeiro*, e dois nas províncias, o *Pindamongabense*, na de São Paulo, e o *Apreciável*, no Maranhão, se batiam contra a dita reforma, ao passo que todos os maiores órgãos de imprensa, do Pará ao Rio Grande do Sul, se pronunciavam calorosamente por ela”. Op. cit. pp. 141-142.

empenhar-se de preferência à do ventre. Tais são a alforria do voto, cativo do Governo; a alforria da justiça, cativa do arbítrio; a alforria do cidadão, cativo da Guarda Nacional e, finalmente, Senhores, a alforria do País, cativo do absolutismo, cativo da prepotência do Governo pessoal.

(...) Mas essas emancipações não têm em seu favor as declamações da filantropia européia; são necessidades vitais do País e não cortejo à opinião estrangeira!³⁶¹

A virulência com que Alencar abomina a campanha abolicionista francesa não deixa de surpreender o leitor que, páginas antes, leu que a França era o centro de irradiação das luzes para todo o universo. Conquanto pudesse ser benéfica a influência das idéias – e certamente o era, inclusive como índice de civilização – a influência da política estrangeira era perniciosa por contrária aos interesses nacionais vitais. Como sugere Ilmar Rohloff de Mattos, Alencar operava então, com relação à filiação intelectual com a Europa, um “jogo de inversões” muito comum no *tempo saquarema*, que de um lado “era a maneira de o Império encontrar e delimitar o seu lugar numa comunidade de nações assinaladas pela civilização”, e, de outro, “era a maneira de utilizar as diferenças como uma espécie de escudo ideológico justificador da permanência de uma dominação, traduzida no exercício dos monopólios”³⁶².

Alencar exemplifica à perfeição esse jogo de inversões pelo qual, de fonte da civilização, as idéias francesas passam a ingerência indevida sobre uma outra realidade, detentora de pressupostos próprios, entre os quais necessidades econômicas e sociais específicas. O jogo de inversões assume ainda mais uma feição – a diferença é também histórica, situando a América e a Europa em tempos sociais distintos, em termos de etapas pelas quais deveria passar uma para chegar ao nível de civilização em que se encontra a outra.

Atacando a influência estrangeira, a retórica de Alencar compara o país ele mesmo à condição do escravo: “para emancipar o elemento servil (...) começaram reduzindo este País livre e independente (...) à condição de um servo que se move ao lenho do senhor”³⁶³. É bastante evidente a constante retórica em que investe Alencar. Para clamar pela reforma judiciária, pela reforma do sistema eleitoral e do próprio sistema representativo, pela reforma da Guarda Nacional, todas essas reformas que constavam no programa do gabinete 16 de Julho, ele utiliza a imagem da Nação como cativa do Governo; e para denunciar a ilegítima influência estrangeira, equipara o

³⁶¹ *Discursos*, p. 226

³⁶² *Op. cit.* p. 101.

³⁶³ *Discursos*, p. 228.

Governo, por sua vez, a um servo daquela influência. Reencontramos o expediente estilístico tão utilizado n’*O Guarani*, como apontou Silviano Santiago: as comparações que dispõem todos os elementos segundo uma escala de suserania e vassalagem encontram eco na retórica parlamentar, empenhada em demonstrar a ilegitimidade da atuação reformista do Governo. O que não deixa de ter um tom de apologia, no romance, se transforma em ferramenta de denúncia na retórica política.

Estabelecida a cadeia das servidões políticas, Alencar passa a reeditar os argumentos de Erasmo. Na luta suscitada pela abolição do ventre, “a civilização, o cristianismo, o culto da liberdade, a verdadeira filantropia”³⁶⁴ estavam do lado antiabolicionista, ao passo em que os verdadeiros retrógrados seriam os propagandistas, “apóstolos da anarquia”, cuja reforma ia na direção da ruína da lavoura, “matando” a primeira indústria do país. Ademais, a liberdade pela abolição seria uma vã ostentação, ao passo em que a liberdade pela via da “emancipação voluntária”, maturada pela escola do trabalho, seria a verdadeira “redenção da criatura racional”. Afinal, “a liberdade concedida a essas massas brutas é um dom funesto”, enquanto a liberdade cunhada na lenta revolução dos costumes seria um “símbolo da civilização”. Nesse último caso, os escravos encontrariam a liberdade já como “cidadãos inteligentes”, enquanto a abolição direta faria deles “hordas selvagens atiradas de repente no seio de um povo culto”³⁶⁵.

A liberdade como um dom funesto é posta em contraste com a ascese lenta da emancipação voluntária. O tom do vaticínio, construído num crescente de imagens de desenhos bíblicos, desemboca na ameaça mais desabrida contida na própria reforma, que atingiria os direitos legítimos de proprietários e lavradores. Para Alencar, os interesses da classe proprietária são os “interesses máximos da Sociedade”. Essa identificação entre povo, Nação, e a classe proprietária, indica, por sua vez, uma visão integrada da classe proprietária como principal agente quer do progresso, quer da civilização em sentido mais próximo de uma evolução social. A Nação, em luta com o Governo, é um conceito *internamente hierarquizado* em Alencar. Ela corresponde, podemos aduzir, ao feixe das relações privadas, que vão da família à grande propriedade, do campo à cidade e ao comércio. Sua voz é a opinião pública, colhida na imprensa, mais do que no parlamento. No entanto, entre todos esses interesses, os interesses máximos são aqueles que se associam à primeira indústria do país, da qual depende a sorte do próprio estado. A *Nação* possui, portanto uma direção natural, que

³⁶⁴ Idem, p. 228.

³⁶⁵ Ibid, pp. 228-229.

aponta para o progresso e para a prosperidade – e essa direção é dada pela “classe importante”, pela classe dos senhores.

Por essa razão, o divórcio entre *senhor* e *estado* parece para Alencar assumir a forma de um autêntico golpe de estado, uma “conjuração do Poder” que se vinha delineando desde 1867³⁶⁶. Na resistência a essa conjuração, Alencar aponta a contradição inscrita na liberdade do ventre: uma vez reconhecida oficialmente o caráter bárbaro da escravidão, deixá-la continuar viva seria um crime³⁶⁷. Com efeito, é também contra esse caráter bárbaro da escravidão que Alencar se insurge. Para ele, como sabemos, a moderação e a doçura da escravidão no Brasil seriam um fato geralmente reconhecido:

Quem de nós, Senhores não teve ocasião de ver, uma e muitas vezes, no seio da família, a mãe querida e respeitada, reclinando-se sobre o leito de dor onde jazia o escravo, não levada por interesse mesquinho e sórdido, mas pelo impulso desse sentimento da caridade que é o resplendor da senhora brasileira?

Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esse sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade?³⁶⁸

O quadro pintado por Alencar distribui minuciosamente os papéis sociais – procedimento também largamente utilizado por ele na ficção. A senhora católica brasileira inclinada em postura bíblica sobre o leito do escravo doente, acudindo-o em seu sofrimento, resume, para Alencar, a imagem da própria escravidão como evangelização. A escravidão é, por conseguinte, o vínculo social que permite que esse quadro não se altere, que os papéis sejam distribuídos dessa forma. A impaciência legislativa ameaça o contrato social desigual que une as duas raças – uma com o papel de protetora, a outra com o papel de servidora.

O tom com que Alencar encerra o discurso é de vaticínio. Ele explora as contradições internas da idéia de liberdade do ventre, a arbitrariedade do critério temporal como fundamento da liberdade. A liberdade do ventre ameaçaria até a organização do trabalho livre, na medida em que o escravo liberto teria ainda como

³⁶⁶ Ibid. p. 231.

³⁶⁷ “Realmente, Senhores, desde que no Parlamento, pelo órgão oficial da maioria, se declara de uma maneira solene em um documento organizado com o acordo do Governo, que uma instituição é bárbara, iníqua e torpe; que ela é reprovada pela religião, pela moral e pelo direito; que está condenada pela ciência e pelos interesses vitais de um povo; deixar a essa instituição mais um dia de existência, consentir que ela continue a contaminar o País, é, Senhores, um crime de lesa-Nação e de lesa-humanidade”. Ibid. p. 232. Como afirmara Joaquim Nabuco, a própria resistência conservadora à Lei do Ventre Livre encarregou-se de acusar-lhe as principais contradições.

³⁶⁸ Ibid. p. 240

escola o trabalho escravo. Trazendo a cisão entre escravidão e liberdade para o interior da família escrava, a lei ainda sopitaria “essa fibra que palpita até no coração do bruto: o amor materno”³⁶⁹.

Na tribuna, Erasmo continuou a pregação das *Novas Cartas Políticas*, associando a resistência contra a abolição com a resistência legal contra um governo ilegítimo, usurpador das prerrogativas parlamentares. Essa peculiar posição permitiu a Alencar disparar críticas bastante certeiras ao funcionamento precário e falseado do sistema representativo no Império, bem como acertar no coração das contradições encerradas na Lei do Ventre Livre. Bem vistas no seu contexto, entretanto, as passagens mais ácidas e críticas dos discursos de Alencar sugerem um tom algo melancólico, defensivo, e um tanto rancoroso algumas vezes. Da sua campanha infeliz contra a abolição, Alencar sairia duplamente derrotado, tanto pela aprovação da Lei de 28 de Setembro de 1871, quanto pela história: a Lei do Ventre Livre não só teve grande aceitação, como precipitou o aumento do número de manumissões voluntárias no país³⁷⁰.

Em um aspecto central, contudo, a história premiou a lucidez atingida por Alencar. Ao denunciar a quebra da aliança tácita entre *senhor e estado*, que dera a regra de funcionamento do sistema político e social do Segundo Reinado, Alencar dava seu testemunho da erosão sem volta que culminaria com a queda do Império. A eventual melancolia da sua campanha infeliz não deixa de ter, por conseguinte, um significado histórico em si mesma, indício expressivo que foi do desmoronamento progressivo de um mundo.

2.3 As razões de Erasmo

O conjunto de textos que compõe as *Novas Cartas Políticas*, talvez pela dificuldade de acesso – já que as mesmas nunca foram reeditadas –, foi apenas episodicamente referido por biógrafos e analistas. Entre esses, muito poucos se debruçaram mais especificamente sobre a questão do antiabolicionismo de Alencar. Geralmente tratado em bloco, como episódio de sua atuação no setor mais reacionário do Partido Conservador, ou ainda como parte de uma visão de mundo descrita em termos gerais, esse aspecto da obra política de Alencar, bem como suas implicações teóricas para uma reconstrução do seu pensamento político, foi ainda pouco estudado.

³⁶⁹ ibid. p. 241.

³⁷⁰ Cf. José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras*, p. 315.

Podemos identificar três autores contemporâneos que se dedicaram ao tema e enfrentaram especificamente as *Novas Cartas Políticas*. São eles Wanderley Guilherme dos Santos, Bernardo Ricupero e José Murilo de Carvalho.

Como já tivemos ocasião de referir, Wanderley Guilherme dos Santos interessou-se principalmente pelo lugar que o “escravismo alencariano” teria no pensamento econômico do escritor, cuja característica saliente seria a complexa percepção da relação entre trabalho livre e trabalho escravo, mediada pelo crescimento demográfico e pelo padrão da expansão econômica. Para Santos, a teoria da escravidão moderna e do seu desaparecimento “natural” encetada por Alencar, se distingue por articular uma “peculiar teoria demográfica da população economicamente ativa”, dentro de um quadro comparativo cujo parâmetro são os Estados Unidos, e ainda no contexto histórico mais geral do “tipo de comércio internacional imposto pela demanda dos sistemas industriais europeus”³⁷¹.

Santos chega a ver em Alencar uma teoria que articula demografia, trabalho livre e padrão de crescimento econômico. Para ele, Alencar já ostenta a consciência de que o triunfo do trabalho livre está relacionado com um tipo determinado de crescimento econômico, associado às transformações tecnológicas e ao “aumento de produtividade do trabalho”. Tal seria o caso dos Estados Unidos, referido por Alencar. Santos ainda atribui a Alencar a descoberta de que, por conseguinte, “o sistema industrial é muito mais compatível com o trabalho livre, enquanto a expansão quantitativa da lavoura demanda o braço escravo”, reproduzindo assim um sistema que é “parceiro e servo das economias industriais”³⁷².

Tentando reconstruir o nexu econômico identificado por Alencar, Santos ignora os limites teóricos dados pela ancoragem política do problema da escravidão no pensamento do escritor. Alencar jamais põe em dúvida a primazia do crescimento extensivo da lavoura como base da reprodução material das relações de trabalho no Império – inclusive como norma. A eventual relação traçada entre o trabalho livre e o aumento da produtividade do trabalho em geral está a serviço de uma visão orgânica e evolutiva da história, que faz depender qualquer mudança – inclusive no padrão de crescimento econômico – de fatores muito distantes da ação política mais imediata dos homens.

³⁷¹ Santos, op. cit. p. 16.

³⁷² Idem, p. 17.

Por essa razão, a sugestão de Santos de que, para Alencar, o término da escravidão “seria função de mudanças no padrão de crescimento econômico, associado a uma redefinição de nossa posição no sistema de comércio internacional”³⁷³, situa-se em terreno interpretativo completamente estranho ao horizonte de possibilidades históricas do argumento de Alencar, para dizer o mínimo. Ainda que se possa extraí-la como conclusão necessária dos pressupostos utilizados pelo escritor (pressupostos relativos ao comércio internacional, por exemplo), uma tal sugestão, por isso mesmo, pertence integralmente ao intérprete. O objeto específico de investigação – a explicação econômica da escravidão em Alencar – comparece como mero pretexto ou adereço para a enunciação de uma hipótese alheia a seu contexto e às suas determinações internas. Corre-se o risco, nessa linha, de eleger Alencar como uma espécie de precursor *malgré lui même* de uma teoria estrutural do comércio internacional.

De forma curiosa, o autor que havia destacado como uma vantagem o hábil jogo de Alencar entre política e sociedade, deixa de lado essa característica ao comentar, de passagem, é verdade, os seus escritos sobre escravidão, tomados exclusivamente como referência à economia.

Em Alencar, o fim da escravidão é função de uma operação civilizatória que se dá *na e pela* história – uma operação constitutiva da modernidade, por um lado, e desde já anunciada na “índole generosa” do senhor brasileiro. A história e a civilização obruem pelo homem, sobre o homem. A transformação é sempre, antes, a do fato social, que se forja segundo as leis da necessidade, para depois se plasmar nas leis. Procurando explicitar o mecanismo da necessidade, Alencar expõe o nexo implacável do comércio internacional – apenas para, com ele, justificar um passo político condizente com a marcha lenta e laboriosa do progresso social natural.

O que, de qualquer forma, é valioso na percepção de Santos, é a filiação essencialmente moderna do argumento de Alencar. Essa modernidade das “referências” em eventual contraste com “valores” conservadores, por sua vez, é interpretada por Bernardo Ricupero como índice de uma ambigüidade fundamental em Alencar – o pensamento político do escritor possuiria “traços conservadores, quase reacionários, e outros, próximos do liberalismo”³⁷⁴. A sua teoria da escravidão exemplificaria a parte conservadora, enquanto a sua teoria da representação política responderia pela parte mais próxima do liberalismo. Essa ambigüidade, aliás, seria efeito da condição

³⁷³ Ibid. p. 18.

³⁷⁴ *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil*, p. 183.

periférica do Brasil no sistema capitalista mundial – cingido pelo comércio internacional ao centro capitalista e ao mesmo tempo constituído economicamente por relações pré-capitalistas de trabalho.

A perspectiva geral de Ricupero, como já tivemos ocasião de comentar, privilegia o quadro estático do pensamento de Alencar como expressão da ideologia política correspondente ao tipo de dominação política que caracterizou o Segundo Reinado. Por isso, essa perspectiva não capta as determinações internas, situadas no interior da estrutura de intencionalidades do texto alencarino, que permitem a passagem constante, em cada ponto, entre os traços conservadores e as formulações mais liberais. Ali onde Alencar parece mais liberal – na teoria da representação – manifestam-se, afinal, pressupostos hierárquicos, dos quais aliás dependem as formulações mais enfaticamente liberais. Ricupero deixa de verificar como se dão, no texto político de Alencar, os *processos internos de hierarquização* entre aqueles ingredientes à primeira vista contraditórios, mas logicamente integrados.

Para Ricupero, portanto, o antiabolicionismo de Alencar é índice da “força” que a escravidão tinha no Império. Para este autor, ainda que Alencar fosse um político relativamente independente, “a ideologia que se forjou para a nação durante o Segundo Reinado, e do qual [Alencar] foi um dos principais expoentes, turva sua percepção política, fazendo com que confunda os interesses escravocratas com os interesses da nação”³⁷⁵.

Precisamente o que escapa a Ricupero é que a identificação dos interesses da *Nação* com os interesses da *classe proprietária* não é um acidente, motivado por uma falsa consciência, mas um *projeto político consciente* no qual Alencar toma parte ativamente, e sobre o qual teoriza, construindo um conceito de *Nação* que comporta uma *hierarquização interna* bastante coerente, aliás, com a sua visão sobre a história como realização do progresso.

Ricupero nota com agudeza que Alencar não chega a defender a escravidão como um direito natural, mas apenas como etapa transitória. O autor também tem razão em afirmar que os limites dessa defesa coincidem com os limites históricos da escravidão no Brasil e no Novo Mundo – indicando uma espécie de tautologia entre pensamento e realidade. Entretanto, a defesa que Alencar faz da escravidão como instituição lança as bases de um projeto político que *pretende ir além do fim iminente da escravidão*, porque constitui uma proposta específica de acesso à modernidade.

³⁷⁵ Idem, p. 190.

Precisamente por isso, a sua defesa dos interesses dos proprietários, de um lado, e a seu elogio de uma mestiçagem hierárquica, por outro, tomados como dois exemplos, podem ser interpretados como um programa integrado, cuja solda reside em um nexos político essencial.

Analizando as *Novas Cartas Políticas*, José Murilo de Carvalho³⁷⁶ atinge maior clareza sobre o quanto elas revelam do projeto político articulado por Alencar. Ricupero e Carvalho estão de acordo sobre o fato de que Alencar levou as justificações modernas da escravidão a um patamar argumentativo inaudito. Os dois autores mencionam, como parâmetro, a obra do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, de 1798, intitulada *Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África*. Carvalho aponta os muitos paralelos entre a obra de Azeredo Coutinho e as posições de Alencar, a começar pelo fato de que Coutinho rechaçava as idéias dos “novos filósofos franceses”, escrevendo no fim do século dezoito, assim como Alencar repele as exortações da filantropia dos liberais da restauração francesa. Os argumentos que definem a escravidão como necessidade social em caso de escassez de homens e abundância de terras; bem como a associação entre escravidão, direito de conquista e difusão da civilização, encontram-se já na obra de Azeredo Coutinho.

Em Coutinho também há, segundo Carvalho, a preponderância da sociedade sobre o indivíduo – articulada com a sua crítica ao iluminismo – cuja fonte seria o ideal comunitário presente no catolicismo ibérico, incapaz de “gerar oposição clara à escravidão”³⁷⁷. Muitos desses elementos estão também em Alencar. José Murilo de Carvalho, a partir daí, propõe um sugestivo jogo de espelhos paralelos entre duas linhagens opostas: a que liga Azeredo Coutinho a Alencar, de um lado, contra a que liga José Bonifácio de Andrada e Joaquim Nabuco, de outro. Assim como Ricupero, Carvalho também percebe a filiação moderna dos argumentos de Alencar. Haveria em Alencar algo que não estava presente em Coutinho: “seus argumentos em favor da manutenção da escravidão aparentam sólida base econômica e histórica”³⁷⁸.

Mais significativamente, Carvalho salienta o fato de que Alencar produziu a “mais elaborada” defesa da escravidão desde Azeredo Coutinho, precisamente quando a escravidão já era atacada pelo próprio Partido Conservador. Quando essa defesa em geral se limitava ao pragmatismo, Alencar investiu pesadamente nos argumentos históricos e filosóficos. Ao destacar essas circunstâncias, Carvalho se aproxima de um

³⁷⁶ “Escravidão e Razão Nacional”, in: *Pontos e Bordados – escritos de história e política*, pp. 35 a 64.

³⁷⁷ Idem, p. 47.

³⁷⁸ Ibid. p. 54.

enquadramento que permite melhor identificar o fundamento político essencial que articula o antiabolicionismo de Alencar.

Na análise mais detida das *Cartas*, Carvalho sustenta que “às vezes” Alencar “deixa escapar argumentos que, pela intensidade da linguagem em que são envolvidos, fazem suspeitar que sejam talvez os mais relevantes”. Esses argumentos teriam que ver com “razões políticas”, mas não razões da grande política nacional como as que moviam um José Bonifácio. Seriam antes as razões políticas “de sua classe de proprietários de escravos”³⁷⁹, particularmente associadas ao medo das revoltas escravas, que era sempre o grande argumento responsável pela convocação da prudência e da cautela no encaminhamento da abolição.

Carvalho perde a ocasião de notar que essas razões políticas particulares se subordinam a uma razão política mais geral e de significação muito mais decisiva. Trata-se da consciência *burkeana* de que a “reforma do elemento servil” desencadearia o rompimento do lastro que dava sustento à própria monarquia. Alencar compreende que a própria lógica da reforma pela via legislativa põe em risco a monarquia e o projeto de Nação que ela tornava viável. De certo modo, reconduzindo as “razões políticas” de Alencar a uma identificação mais particular de classe, Carvalho, assim como Ricupero, apenas reafirma o enquadramento ideológico de Alencar, sem atentar para a especificidade do seu projeto político, que almejava a transcendência social.

O projeto político que as razões de Erasmo sugerem aparece com maior clareza se insistimos na sua contextualização. Alencar produz uma defesa histórica e filosófica da escravidão, de certa forma reeditando uma longuíssima tradição, quando precisamente o silêncio consensual em torno da sua manutenção começava a esboroar. Nesse sentido, a análise de José Murilo de Carvalho segundo a qual a Coroa, no episódio da Lei do Ventre Livre, “representaria” interesses da sociedade brasileira que não tinham voz no sistema representativo³⁸⁰, aponta para um sentido político mais específico da resistência de Alencar e da sua denúncia do “poder pessoal”.

Já vimos que, para Alencar, ao influir sobre a substância da política, e não apenas sobre a sua *forma*, a Coroa cruzaria a linha da sua atuação legítima, conforme a natureza do poder moderador. Essa linha é definitivamente cruzada na questão da escravidão. É a partir da batalha pela Lei do Ventre Livre que Alencar passará a defender a existência do “governo pessoal” no Império. O Imperador estaria

³⁷⁹ Ibid. p. 54.

³⁸⁰ *Teatro de sombras*, p. 323.

conspurcando a pureza do sistema representativo – introduzindo nele um elemento de desalinho com relação à *Nação*. Por isso, a dupla resistência de Alencar – contra a abolição e contra a ação em certo sentido progressista do Imperador – assume a feição de uma cruzada pela manutenção de duas purezas gêmeas: *a pureza da Nação, livre do implante da liberdade, e a pureza do sistema político, livre da intervenção reformista*.

Como se pode constatar, a defesa da escravidão como instituição por Alencar coincide programaticamente com a defesa da pureza do sistema representativo, e mostra que, para ele, *a manutenção da escravidão implicava uma determinada forma do sistema político*. Quanto ao conteúdo histórico e filosófico dessa defesa, cumpre ver que ele tem duas fontes muito nítidas: uma é o conjunto de argumentos e justificativas que se forjou por uma preocupação mais prática e pragmática, como revelam os textos dos “manuais” sobre o bom tratamento dos escravos, preparados para instruir os senhores sobre a “gestão” dos recursos da fazenda; outra é de natureza mais geral e difusa, e pode ser encontrada na própria tradição liberal que fornece muito do léxico político utilizado por Alencar. Não se trata aqui de classificar autores e teorias, mas de tentar marcar *estilos* de defesa da escravidão, para efeito de exposição.

Quanto à primeira tradição, a dos manuais sobre o tratamento dos escravos, abundantemente cultivada por europeus preocupados com as condições de produção nas colônias (mas que sobreviveu à emancipação política das colônias), basta recorrer a um sumário dos argumentos mais freqüentes para se perceber o quanto eles constituíam um *corpus* definido e consagrado. No Brasil, essa “teoria administrativa”, no dizer de Rafael de Bivar Marquese, esteve presente de forma importante no debate sobre a escravidão, especialmente com a perspectiva do aumento dos preços dos escravos a partir do fim do tráfico negreiro e com a conseqüente necessidade de estimular, de um lado, o crescimento vegetativo da população escrava, e desestimular, de outro, as revoltas e insurreições³⁸¹.

Se atentarmos para como um inglês contemporâneo de Azeredo Coutinho argumentava pela humanidade da escravidão, poderemos ter um indício da força com que a teoria administrativa escravista se transmitiu até a segunda metade do século XIX. Segundo relata Rafael de Bivar Marquese, William Beckford, proprietário de fazendas nas Antilhas inglesas e autor dos *Remarks upon the situation of negroes in Jamaica*, de 1788, procurou “corrigir os equívocos da pregação antiescravista” com base, em síntese, nos seguintes argumentos: o tráfico civilizava os negros, “resgatando-os do estado de

³⁸¹ Cf. Marquese, op. cit., p. 297.

selvageria vigente na África” e o trabalho a que eram submetidos nas grandes fazendas americanas não excedia o do camponês pobre na Europa, além de terem melhor sorte do que a do trabalhador europeu livre e pobre; além disso, a abolição seria “nefasta” não apenas para os proprietários brancos, mas também para os próprios negros, que regridiriam a seu estado de barbárie original³⁸².

Todos esses argumentos são utilizados por Alencar. No que se refere à tradição liberal, ilustres nomes relacionados com a luta contra o absolutismo e o colonialismo proclamaram a escravidão como útil ou inevitável, fossem em bases pragmáticas ou filosóficas, remontando até Aristóteles. Desde o americano John Calhoun, vice-presidente entre 1829 e 1832 e líder do Partido Democrata, que defendia a escravidão como uma forma constitucional de propriedade, até o próprio John Stuart Mill, para quem o despotismo se justificava desde que a serviço da civilização de povos bárbaros, vozes liberais não estiveram isentas da repetição difusa de argumentos que justificavam de alguma forma a escravidão moderna.

Naturalmente, tanto a tradição dos manuais administrativos como a as justificativas e argumentos de alguns liberais, constituem no fundo um mesmo fenômeno político e ideológico, forjado na concretude histórica dos conflitos e processos reais em que tomaram parte os seus autores. Assim, para a teoria política e para a tradição liberal, o fato de John Locke ter sido acionista da *Royal African Company* e de ter escrito o artigo da constituição da Virgínia que garantia a escravidão, não chegam a ser relevantes, porque Locke não foi organicamente um teórico escravista. Do mesmo modo, o que interessa, no caso de Alencar, é o *ponto de imbricação teórico* entre escravidão e teoria política – as formas pelas quais a escravidão se imiscui no projeto teórico e político, se soldando a ele por laços lógicos e argumentativos.

Com relação às tradições e argumentos acima identificados, Alencar não chega a inovar. Mesmo os seus raciocínios mais arrojados sobre economia política e história, reeditam o que era corrente até mesmo na tradição liberal, seja anglo-saxônica, seja francesa, ou mesmo a subtradição brasileira de antiabolicionismo. O arrojo dos argumentos fica por conta, sem dúvida, do virtuosismo do autor, cujos pontos altos são a explicitação da lógica do comércio internacional e a defesa da obra civilizatória da escravidão.

O que esse exame dos argumentos e da sua relação com seu contexto histórico mais imediato nos revela é, sobretudo, *a função que a escravidão tem no interior do*

³⁸² Idem, p. 113.

pensamento político de Alencar – ou seja, no interior da estrutura de intenções políticas que ele constitui. A escravidão, em Alencar, *é a força que organiza a Nação, é o fundamento da hierarquização interna, que distribui papéis, posiciona atores, define destinos sociais dentro de uma estrutura segundo a qual se dará a passagem ao progresso e à modernidade*. Por isso não pode haver *Nação* moderna como resultado de um percurso civilizatório sem que escravidão a tenha preparado, e por isso é politicamente vital permitir que ela complete, sem abalos, a sua obra.

Continuando a análise dos textos de Alencar sobre a escravidão, encontraremos nos textos literários, em especial na crítica moralista realizada por sua obra teatral, um terreno de teste do alcance dessa hipótese. Ali procuraremos ver como a escravidão opera constituindo a *Nação*, dando-lhe uma fisionomia e uma estrutura capaz de se projetar para o futuro.

3 A ESCRAVIDÃO REPRESENTADA: SUJEITOS E PAPÉIS

A carreira do dramaturgo José de Alencar é profícua, embora viceje à sombra do grande maciço que é a sua obra de romancista. Do ponto de vista da história do teatro brasileiro, ela teve grande importância na recepção do realismo de inspiração francesa. Nesse sentido, as duas peças de Alencar dedicadas ao tema da escravidão – *O Demônio Familiar* e *Mãe* – são também exercícios de estabelecimento de uma nova estética teatral, fundada essencialmente na busca do realismo e da “autenticidade” da cena. A representação das relações familiares no interior da casa tipicamente burguesa precisou abolir os exageros e a tendência ao trágico, para permitir que surgisse a “naturalidade” como diapasão adequado à comunicação dos valores também tipicamente burgueses.

Mas, para Alencar, o teatro brasileiro deveria ser não apenas realista, como também nacional. Daí que os valores burgueses deveriam conviver, em cena, com os problemas nacionais, como a escravidão. O teatro nacional que Alencar queria fundar deveria ser capaz de fornecer, nas suas palavras, “a reprodução exata e natural dos costumes de uma época”³⁸³. Para tanto, faria uso do “jogo de cena” inventado por Alexandre Dumas Filho, o autor de *La Dame aux Camélias* e *Question d’Argent*, por meio do qual os personagens “movem-se, falam, pensam, como se fossem indivíduos tomados ao acaso em qualquer sala”³⁸⁴. Nesse desejo de captação como que imediata da realidade, o teatro reproduziria até mesmo as pausas, os momentos calmos e menores, que fazem parte da ação real. E, evidentemente, se o autor pretendia realmente tomar ao acaso os indivíduos em qualquer sala de uma casa carioca de 1857, encontraria fatalmente a figura do escravo doméstico.

Ao assunto nacional e ao figurino realista, com o jogo de cena, se soma um outro aspecto do teatro de Dumas Filho, que aparece principalmente em contraste com a comédia burlesca: é a intenção edificante. Procurando se afastar do “baixo cômico”, a “alta comédia” de Alencar – de que é exemplo *O Demônio Familiar* – constituiria, nas palavras de Décio de Almeida Prado, um “meio-termo incolor” entre o popularesco e o aristocrático: “a circunspeção moral”³⁸⁵. De par com uma “seriedade burguesa, que é tanto dele quanto de seu momento histórico”³⁸⁶, Alencar, segundo Prado, procurará

³⁸³ “A Comédia Brasileira”, carta a Francisco Otaviano, em *Obra Completa*, vol. 4, p. 44.

³⁸⁴ Idem, p. 45.

³⁸⁵ “Os Demônios Familiares de José de Alencar”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº. 15. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974, p. 33.

³⁸⁶ Idem.

realizar no teatro o desígnio que o próprio Dumas Filho atribuía ao autor de peças teatrais: o de ser, mais do que apenas um moralista, um verdadeiro *legislador*. O teatro realista, portanto, tinha a pretensão de que, pela arte, fosse possível chegar aos costumes sociais e transformá-los. Pretendendo realizar a reforma moral pela arte, o teatro realista produziu autênticas peças de tese, nas quais, mais do que situações humanas comuns, o que se representam são idéias morais.

O Demônio Familiar é a peça que exemplifica à perfeição a utilização do modelo do realismo francês por Alencar, de um lado, e a tentativa de aplicá-lo ao tratamento do assunto nacional por excelência – a escravidão –, por outro. O moralismo de certa forma está no próprio enredo da peça: o “moleque” Pedro, escravo-criança, espécie de Fígaro brasileiro, é escravo do jovem estudante Eduardo, e passa boa parte do tempo empenhado na tarefa de fazer e desfazer intrigas amorosas. Seria impossível aqui fazer um resumo crítico da peça comparável ao que fez Décio de Almeida Prado, o que justifica a citação mais longa:

Podemos mesmo dizer que, como entrecho, a comédia não passa de uma sucessão de pequenas intrigas, desenvolvidas em círculos cada vez mais extensos e subordinadas a duas grandes intrigas: a primeira, iniciada antes mesmo de se abrir o pano, para afastar Henriqueta de Eduardo; a segunda, urdida diante de nossos olhos, para separar Carlotinha e Alfredo. Em ambas, Azevedo representa o papel do terceiro indesejável, unindo as duas tramas numa só. A calúnia cresce de tal forma, no último ato, que todos estão a ponto de brigar entre si: Alfredo com Carlotinha, Azevedo e Eduardo; Azevedo com Vasconcelos; Henriqueta e Vasconcelos com Eduardo e D. Maria. Todos se acusam, todos têm queixas a fazer. É o “imbróglio” típico da farsa, embora tratado dramaticamente, ou pseudodramaticamente, visto nunca duvidarmos que tudo acabará bem. (...) Este crescendo da intriga, este amadurecimento do equívoco, em que todos os fios da meada se entrecruzam e todas as relações longamente tecidas finalmente se conjugam, é o sinal de que o desenlace está iminente. Um só golpe, desfechado com a mão de mestre por Eduardo, desfaz de vez todos os enleios. A peça terminou, só restam as explicações e os casamentos de praxe.³⁸⁷

O enredo de *O Demônio Familiar* já começa moralista, ao atribuir ao escravo-criança Pedro a função de comandar, pela astúcia, o ritmo e o sentido da ação. Dois casais, um terceiro indesejável e dois velhos formam as peças que ele movimenta, animado pelo desejo de ver progredir materialmente e socialmente o seu senhor – o que lhe garantiria, no futuro, a posição almejada de cocheiro de patrões importantes. O golpe desfechado por Eduardo nada mais é do que o desvelamento da ação subterrânea de Pedro – que ao expectador já é dado conhecer, para efeito cômico. No fecho da peça,

³⁸⁷ Op. cit. p. 32.

no entanto, a mensagem moral irrompe com uma certa brutalidade, em duas longas falas de Eduardo, onde ele a um só tempo absolve e reprova Pedro, e lhe concede sua carta de alforria.

Eduardo reconhece que Pedro não é culpável: “É a nossa sociedade brasileira a causa única de tudo quanto se acaba de passar”³⁸⁸. No entanto, entrega-lhe a carta de alforria como forma de punição:

EDUARDO – (...) Todos devemos perdoar-nos mutuamente; todos somos culpados por havermos acreditado ou consentido no fato primeiro, que é a causa de tudo isto. O único inocente é aquele que não tem imputação, e que fez apenas uma travessura de criança, levado pelo instinto da amizade. Eu o corrijo, fazendo do autômato um homem; restituo-o à sociedade, porém expulso-o do seio de minha família e fecho-lhe para sempre a porta de minha casa. (A PEDRO) Toma: é a tua carta de liberdade, ela será a tua punição de hoje em diante, porque as tuas faltas recairão unicamente sobre ti; porque a moral e a lei te pedirão uma conta severa de tuas ações. Livre, sentirás a necessidade do trabalho honesto e apreciarás os nobres sentimentos que hoje não compreendes. (PEDRO beija-lhe a mão.)³⁸⁹

Além de uma mudança no tom e uma certa precipitação do desfecho, outros aspectos saltam à vista na fala de Eduardo. Em primeiro lugar, por menos edificantes que possam ser as molecagens de Pedro, em nenhum momento ele atua como um autômato. O molde do Fígaro, imposto pela convenção literária da alta comédia, não combina com a metáfora moral do escravo como autômato. Mais uma vez com Décio de Almeida Prado, Pedro é o personagem que paira “acima de todos e manobrando a todos, a um só tempo criado e patrão, último na escala social e primeiro na engenhosidade”³⁹⁰.

Adotando o modelo literário, é como se Alencar já não controlasse plenamente seus efeitos. No caso de *O Demônio Familiar*, Pedro não é somente autônomo, como também se mostra bastante integrado na sociedade que habilmente manipula, conhecendo-lhe as convenções e pondo amiúde em evidência os seus aspectos mais artificiais e ridículos. Ele constitui, por assim dizer, um contraponto crítico ao moralismo burguês de Eduardo. Fica bastante evidente esse desacerto entre o tom final de Eduardo e a impressão geral causada por Pedro. Esse desacerto revela algo mais sobre a peça. Na realidade, a escravidão não chega a constituir *especificamente* o argumento encenado. Pedro poderia ser bem o moleque pobre e livre, que vive em casa de patrões; poderia ser tantos outros moleques clownescos em situação de dependência

³⁸⁸ “O Demônio Familiar”, em *Obra Completa*, vol 4. p. 135.

³⁸⁹ Idem, pp. 135-136.

³⁹⁰ Op. cit. p. 32.

e subordinação. Mesmo o seu cativo não chega a estar plenamente caracterizado, uma vez que ele é o mais móvel e ágil dos personagens em cena, como notara Machado de Assis, usando da liberdade que sua “situação intermediária”³⁹¹ lhe confere. É apenas na última cena, com a alforria e com a preleção deslocada de Eduardo, que a relação especificamente escravista se deixa entrever.

E é também precisamente a mensagem final, que situa a liberdade como punição, que despertou as principais críticas quanto ao caráter antiescravista da obra. Ali onde Machado de Assis havia detectado uma “lição profunda”, R. Magalhães Júnior viu a justaposição de uma “conclusão reacionária” – a liberdade não como conquista, mas como concessão. Bernardo Ricupero assinala que, n’*O Demônio Familiar*, “o escravo entra como elemento desagregador da paz que reinaria na família brasileira”³⁹², expondo a perspectiva classista de Alencar, que retrataria a escravidão do ponto de vista do senhor.

O que essa linha crítica parece não levar em conta é precisamente o movimento mais geral da peça, que contrasta vivamente com a sua conclusão moralista. Como nota Décio de Almeida Prado, Alencar “retifica” a perspectiva senhorial de duas maneiras: escolhendo o moleque Pedro como protagonista e, através dele, dando visibilidade ao prisma do escravo. Para aquele crítico teatral, pode-se interpretar, aliás, a alforria de Pedro como a alforria dos personagens a cuja linhagem ele pertence: a do escravo e do criado “ridículo e engraçado”, estruturado como “um fantoche gerado para o exclusivo divertimento dos patrões”³⁹³. Esse tipo de personagem, para Prado, já teria cumprido a sua função histórica no teatro ocidental, e Alencar cuidou de libertá-lo. Desta forma, é o personagem-fantoche, imagem do criado-servo dependente e subordinado, típico da comédia burlesca, o verdadeiro *autômato* que se transforma em homem pelo ato da alforria.

A estrutura da peça, ademais, replicaria uma dialética senhor-escravo na qual Pedro, “o protagonista cômico”, representa a ação, os costumes, o concreto, em contraposição a Eduardo, o “protagonista sério”, que representa o pensamento abstrato, a tese, os valores burgueses. Décio de Almeida Prado percebe com muita perspicácia que Pedro é, portanto, o elemento de realismo na peça, o cronista dos costumes, o responsável pelo “balanço da vida cotidiana”, “os olhos e ouvidos de Alencar”³⁹⁴. A

³⁹¹ *apud* Décio de Almeida Prado, op. cit. p. 49.

³⁹² Bernardo Ricupero, Op. cit. p. 175.

³⁹³ Décio de Almeida Prado, op. cit., p. 50.

³⁹⁴ Idem, pp. 52-53.

justaposição de Pedro e Eduardo daria, assim, o equilíbrio da peça, que procura ser tanto a defesa de uma tese social quanto um quadro de costumes. Partindo de uma cuidadosa reconstrução dos diversos elementos mobilizados por Alencar na composição do enredo, bem como de sua relação com seu contexto estético e com os modelos europeus que lhe serviram de inspiração, Décio de Almeida Prado conclui que “somando-se os prós e os contras, *O Demônio Familiar* está muito longe de ser uma peça reacionária”³⁹⁵.

Com efeito, em muitos aspectos o teatro de Alencar, bem inserido no seu horizonte histórico, constitui uma pauta avançada para a estética da sua época. O simples fato de alçar o moleque Pedro e a escrava Joana à categoria de protagonistas desencadeia consequências estéticas da maior importância para o repertório representacional associado à escravidão.

No drama *Mãe*, de 1860, essas consequências se deixam exprimir e detectar com mais intensidade. Naquela peça, igualmente, a escravidão assume uma feição mais específica, e entram em cena o preconceito racial e a mestiçagem como elementos centrais.

3.1 *Mãe* – a constituição do sujeito e a mestiçagem política

No capítulo anterior, tivemos ocasião de registrar como a figura do escravo urbano, descolado da produção agrícola, não se encaixa na explicação econômica da escravidão desenvolvida por Alencar, com base no alto preço do escravo com relação à propriedade da terra e seus efeitos para o crédito agrícola. Alencar chega a sugerir, como solução para a escassez de braços na lavoura, que se estimulasse a “volta” do escravo urbano para o campo, e sua aplicação, como fator de produção, à grande lavoura exportadora.

No seu teatro, entretanto, os protagonistas das peças em que a escravidão é o tema são escravos urbanos domésticos. Fiel à crônica de costumes, Alencar não pode deixar de registrar a realidade que os escravos urbanos constituíam na cena social do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Mais ainda, os escravos que retrata não apenas estão fora da produção, como também constituem a pouca propriedade móvel de homens livres relativamente pobres. No caso de *Mãe*, é precisamente o tema da dificuldade financeira do proprietário de escravo urbano doméstico que serve de motor à ação dramática. Em certo sentido se pode afirmar, portanto, que os escravos das peças

³⁹⁵ Ibid. p. 51.

de Alencar estão duplamente deslocados – distantes da principal atividade produtora de valor, e distantes igualmente do domínio da classe mais poderosa em termos de controle social. Essa dupla distância não deixa de constituir uma vantagem para o dramaturgo interessado na pintura de costumes e na preleção moral. Permite que se trace a escravidão em sua pureza de relação de personagem a personagem.

Com efeito, universo referencial de Joana, a escrava de *Mãe*, é essencialmente urbano. Ela é a escrava de Jorge, por direito de herança, e ocupa-se dos serviços domésticos da casa. Trabalha também na casa dos vizinhos de Jorge: a jovem Elisa e seu pai, Gomes, funcionário público enfermo e em dificuldades financeiras. O laço amoroso que liga Jorge a Elisa não demora a se mostrar, assim como a verdadeira natureza do relacionamento entre Joana e Jorge, para além da relação entre escrava e senhor. Tendo a escrava sido a responsável pela criação de Jorge, Elisa se espanta com o fato de este não chamá-la de mãe:

ELISA – Foste tu que o criaste?
JOANA – Foi, iáíá. Nunca mamou outro leite senão o meu...
ELISA – e por que ele não te chama – *mamãe Joana*?
JOANA – Mamãe!... Não diga isto iáíá!
ELISA – De que te espantas? Uma coisa tão natural!
JOANA – Nhônô não deve me chamar assim!... Eu sou escrava e ele é meu senhor.
ELISA – Mas é teu filho de leite.
JOANA – Meu filho morreu!
ELISA – Ah, agora compreendo!... esse nome de mãe te lembra a perda que sofreste! Perdoa, Joana.³⁹⁶

Ao insistir em não ser reconhecida como a mãe de Jorge, evocando a morte do filho escravo, Joana age com a consciência de que a liberdade do filho depende da negação da sua origem. A relação de propriedade que a liga a Jorge substitui o parentesco, e permite que ela viva perto do filho. Por essa razão, Joana teme principalmente duas coisas: que se revele o segredo sobre a origem do filho, e que ela seja vendida a outro senhor. O segundo temor parece o menos provável, em vista do sentimento filial que lhe tem Jorge.

No entanto, ele revela a precariedade que o direito de propriedade encerra. Transferível, como coisa móvel, a escrava pode, em tese, ser separada do filho-senhor. Para o expectador, o “segredo” que envolve a relação entre Joana e Jorge se revela com a chegada de Dr. Lima, antigo senhor de Joana, no segundo ato, embora a partir do diálogo entre Joana e Elisa já fosse possível intuí-lo.

³⁹⁶ *Obra Completa*, v.4, p. 296.

O primeiro ato, além de apresentar o núcleo principal dos personagens, arma a mola dramática. O sr. Gomes recebe ameaças de despejo e prisão de seu credor, o agiota Peixoto. A ameaça de prisão funda-se em uma acusação forjada de falsidade, mas a situação de dificuldade financeira dá o necessário lastro à trama. Jorge, apaixonado por Elisa, empenha-se em ajudar o seu sogro. Ao final do primeiro ato, Gomes comunica à filha a sua intenção de cometer suicídio, e apresenta ao expectador o frasco de veneno com que pretende dar cabo da própria vida.

No segundo ato, além da revelação, para o expectador, do segredo de Joana, dá-se também a cena em que Jorge, tendo solvido sua situação financeira também precária, e incomodado com a situação de ter como escrava a sua ama-de-leite, resolve dar-lhe a carta de alforria, ao que Joana responde: “Não quero! Não preciso!”. Jorge revela a Dr. Lima que não realizara antes o ato simbólico da alforria de Joana porque havia “tomado algum dinheiro com hipoteca”, ao que Dr. Lima espanta-se: “Sobre Joana?”, e esta completa: “Que mal fazia?”³⁹⁷.

Para Joana, o vínculo representado pela escravidão, substituto do vínculo materno, é preferível à liberdade que a desobriga dos cuidados maternos que dedica a Jorge, sob a forma de trabalho servil. Afinal, já no primeiro ato ela confidencia que “é mais feliz em servir seu senhor, do que se estivesse forra”³⁹⁸. A solução encontrada por ela, de se fazer passar por escrava de Jorge, é a única, a ser ver, capaz de legitimar a um só tempo a sua presença junto ao filho e a liberdade de Jorge:

JOANA – Ah! Quando senti o primeiro movimento que ele fez no meu seio, tive uma alegria grande, como nunca pensei que uma escrava pudesse ter. Depois uma dor que só tornarei a ter se ele souber. Pois meu filho havia de ser escravo como eu? Eu havia de lhe dar a vida para que um dia quisesse mal à sua mãe? Deu-me vontade de morrer para que ele não nascesse... Mas isso era possível?... Não, Joana devia viver!³⁹⁹

Por isso Joana desdenha a carta de alforria que lhe entrega Jorge. Para ela, a sua permanência na condição de escrava é a forma de afirmar a liberdade do filho. Ademais, Joana transmite o horror que a escravidão implantaria no seio da família escrava: reconhecendo nos pais a origem da sua desgraça, o filho escravo deveria odiá-los. Para Joana, a forma de sublimar a sua condição escrava, que ela reconhece como miserável – apesar da eventual bondade dos senhores a que serviu – está em poder ser escrava do

³⁹⁷ Idem, p. 314.

³⁹⁸ Ibid, p. 299.

³⁹⁹ Ibid. pp. 310-311.

próprio filho, cuja afeição dependeria da manutenção do segredo sobre sua verdadeira origem.

Dessa forma, não é apenas a transmissão hereditária da condição de escravo que apavora a Joana, como também o preconceito social em torno da sua condição. Além disso, a escravidão representa, para ela, um vínculo que a mantém unida ao filho, preferível, portanto, à liberdade: “Demais, forra, podiam-me deitar fora de casa, e eu não estaria mais junto dele. A escrava não se despede”⁴⁰⁰.

Como se vê, em *Mãe*, é a própria estrutura jurídica da escravidão que dá a estrutura dramática do enredo. O tema central da peça passa a ser a contradição entre o estatuto jurídico do escravo, que é objeto do direito do direito de propriedade – sujeito, portanto, a hipoteca e penhor... – e seu estatuto social, que se confunde com os papéis familiares. As relações dramáticas passam a derivar da própria condição jurídica do escravo.

Diante das dificuldades financeiras de Gomes, e do compromisso de Jorge em ajudá-lo, a despeito da sua própria situação de pobreza, é a própria Joana que propõe ser penhorada a Peixoto, e engaja-se ela mesma na negociação do próprio preço: “Eu velha, meu senhor!... Depois não sou qualquer mulatinha como essas preguiçosas que não entendem de outra coisa senão de estar na janela... Eu sei pentear e vestir uma moça que faz gosto. Melhor do que muita mucama de fama”⁴⁰¹.

Assim, Jorge acaba dando Joana em hipoteca a Peixoto para livrar o sogro da ameaça de prisão por falsa acusação. Ao final da peça, Dr. Lima dá o dinheiro do resgate de Joana e revela o segredo a Jorge. Joana, não suportando que seu segredo fosse revelado, toma o veneno com que Gomes planejava se matar. O seu sacrifício, no entanto, não impede que a verdade sobre a origem de Jorge se estabeleça. A última cena poupa o expectador do tom de preleção com que encerra *O Demônio Familiar*. Joana, agonizante, nega até o fim a verdade, como que expondo a intensidade com que se aferrava à sua condição de escrava, incompatível com a liberdade do filho. Este, por sua vez, reconhece a mãe e suplica que esta lhe chame por filho. Não há interrupção do ritmo dramático, o desfecho se incorpora naturalmente à ação.

Do ponto de vista da escravidão como assunto, *Mãe* é seguramente mais bem realizada do que *O Demônio Familiar*, pela forma como o próprio enredo traduz a estrutura do conflito dramático. Se representamos graficamente o feixe de relações que

⁴⁰⁰ Ibid. p. 311.

⁴⁰¹ Ibid. p. 328.

envolve os personagens, mediados pelas relações de crédito e dívida, devemos colocar no centro a figura do agiota, intermediando o valor representado por Joana e a dívida contraída por Gomes. Armado o conflito, a liberdade de Gomes, e em última instância a vida de Elisa, dependem da venda de Joana a Peixoto. Jorge se vê obrigado a escolher entre hipotecar a escrava que o criou a um usurário inescrupuloso ou arriscar a vida da mulher que ama. Tentando uma esquematização, temos o seguinte quadro:

Peixoto também simboliza a invasão do mundo privado pelas relações contraídas no universo da rua, a invasão da esfera da família pelo dinheiro. No entanto, a representação acima depende de uma outra escolha: a escolha de Joana em recusar a sua carta de alforria e permanecer no estado de escravidão. E essa escolha pela sujeição voluntária se dá como um sacrifício da mãe pelo filho – motiva-se portanto, pelo amor materno.

A rigor, o sacrifício de Joana está em voluntariamente sujeitar-se à condição de escrava como forma de ajudar o filho a saldar a dívida de seu futuro sogro. O suicídio de não chega a ser um sacrifício, porque se motiva pela vergonha e pelo sofrimento que adviria, para ela, da revelação do segredo. É por não suportar a hipótese de que o filho a viesse a rejeitar em função de sua condição que Joana tira a própria vida.

Claramente, Alencar buscou evidenciar a contradição inerente à escravidão, consistente em submeter uma pessoa ao direito de propriedade. Jogando a escrava Joana no torvelinho das relações de crédito, Alencar buscou retirar todas as conseqüências possíveis, lógicas como estéticas, da conversão da pessoa em coisa. O laço materno entre Jorge e Joana é o lastro dramático da humanidade do escravo, lastro que também é essencial à estrutura da ação.

Desse ponto de vista, *Mãe* é a realização mais avançada de Alencar no que se refere à denúncia das deformações sociais causadas pela escravidão. Expondo a corrupção da família pelo dinheiro, expõe também a corrupção do amor materno pela escravidão, de forma que um efeito amplifique o outro. No quadro mais geral, entram tipos sociais situados na faixa mais baixa da burguesia: o estudante pobre, o médico sem clínica, o funcionário público, o usurário inescrupuloso – e diante de todos a escrava é quem ostenta a maior dignidade. Nesse sentido, não espanta que Joaquim Nabuco, atacando fervorosamente o teatro de Alencar, concedesse que em *Mãe*, apesar das opiniões antiabolicionistas de Alencar, a escravidão saísse abalada.

Além da forma específica encontrada por Alencar para explorar as contradições da escravidão em *Mãe*, em um outro plano ele termina contribuindo para constituir *um repertório representacional antiescravista*. Atualizando o teatro brasileiro a partir dos modelos estrangeiros do realismo, e nacionalizando-os com o registro dos costumes locais, Alencar acaba pondo em questão, no plano representacional, a reificação a que a escravidão submete o cativo.

Muito dessa operação de constituição do escravo como sujeito – que nega, pela representação, a sua condição jurídica de coisa – diz respeito às virtualidades do modelo do teatro moderno utilizado por Alencar. Como assinala Peter Szondi, o drama moderno que nasce com o Renascimento, tomou para si, com audácia, a tarefa de “construir, partindo unicamente da reprodução das relações intersubjetivas, a realidade da obra na qual quis se determinar e espelhar”⁴⁰². O personagem do drama moderno é o membro de uma comunidade, que vive essencialmente na teia das relações intersubjetivas. O seu meio lingüístico constitutivo, por isso mesmo, é o diálogo, “o único componente da textura dramática”⁴⁰³. Por essa razão, o que funda o sujeito dramático é a sua ação, da qual a sua voz, que institui o diálogo, é o índice mais poderoso.

Daí a intensidade do meio empregado por Alencar para estruturar o seu teatro sobre a escravidão. Criando protagonistas escravos e instituindo o diálogo como textura da obra, Alencar os coloca, estruturalmente, como agentes da própria ação e enunciadores da própria voz. Trata-se de um efeito estético da fórmula burguesa que o autor não pode controlar, e que Alencar deliberadamente leva ainda mais adiante. O passo não é pequeno tendo em vista o contexto histórico em que se deu. Sugere, por exemplo, a questão de saber como eram representados os papéis de escravos. Como

⁴⁰² *Teoria do drama moderno [1880-1950]*. Trad.: Luiz Sergio Repa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 29.

⁴⁰³ *Idem*, p. 30.

lembra Abdias do Nascimento, “Brochava-se de negro um ator ou atriz branca quando o papel contivesse certo destaque cênico ou alguma qualificação dramática”⁴⁰⁴. Dando destaque cênico e qualificação dramática a personagens negros, o teatro de Alencar terminava materializando, no palco (como o faria Al Jolson no cinema, em 1927⁴⁰⁵) e na maquiagem negra dos atores brancos, a contradição social que a escravidão encerrava.

Naturalmente, as forças que a inovação estética de Alencar punha em movimento já eram forças históricas. Como mostra Fernando Henrique Cardoso, nem o abolicionismo, nem a imigração, chegaram a negar as representações tradicionais do escravo negro. Foi antes a própria exploração senhorial que “criou situações nas quais o escravo, tendo se transformado em ferramenta-inteligente, negava em seu comportamento as representações que dele eram feitas”⁴⁰⁶. Nesse sentido, o escravo-artesão de um lado, sofisticando-se no manejo dos instrumentos, bem como o escravo doméstico, por outro, espelhando na intimidade da casa a sua humanidade, punham em contradição o seu estatuto jurídico de coisa, provocando como que uma ambigüidade inescapável no comportamento dos senhores.

A recepção das peças de Alencar, de qualquer forma, foi sempre positiva. Machado de Assis, por exemplo, elogiou tanto a mensagem profunda de *O demônio familiar* quanto a força emocional de *Mãe*. E mesmo a crítica furiosa de Joaquim Nabuco não deixa de ser índice do relativo sucesso da investida de Alencar como dramaturgo. Para Bernardo Ricupero, o sucesso literário de Alencar em geral pode ser tido na conta da “identificação com as idéias dominantes de seu meio”⁴⁰⁷.

De qualquer modo, cumpre ver, para além de um sentido representacional sem dúvida avançado, como a representação literária do escravo em Alencar continua e progride a reflexão contida nas *Novas Cartas Políticas* e nos discursos parlamentares. É necessário ter em conta que Alencar, ao constituir o escravo como sujeito, também lhe atribui um papel bastante específico.

Já David Treece notara que as duas peças sobre a escravidão formam juntamente com *O Guarani* e *Iracema* um complexo ideológico coerente, afeito à construção de versões mitológicas do servilismo voluntário como forma de

⁴⁰⁴ “Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões”, em *Estudos Avançados*, v.18, n.50, São Paulo, 2004.

⁴⁰⁵ O filme é “The Jazz Singer”, primeiro filme falado da história. Devo a lembrança ao Prof. Gildo Marçal Brandão.

⁴⁰⁶ *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 240.

⁴⁰⁷ Op. cit. p. 176

incorporação de elementos não-europeus à nação brasileira⁴⁰⁸. A hipótese de Treece é bastante verossímil. O gesto final de Pedro em *O Demônio Familiar*, que beija a mão de Eduardo, repete o gesto de Peri em *O Guarani*, ao ser batizado por D. Antônio de Mariz. Da mesma forma, a morte de Iracema, para dar à luz o filho mestiço, guarda um pronunciado paralelismo com a morte de Joana, cujo filho também é mestiço. Naturalmente, o que Treece sugere é que a sujeição e o sacrifício é sempre o do não-europeu, em favor do branco, e para permitir o advento do mestiço livre. Mais especificamente, Treece enxerga nessa coerência uma correspondência com a posição antiabolicionista de Alencar, considerando que a mitologia do servilismo voluntário seria a contrapartida ideológica de um desejo de procrastinação da abolição.

No entanto, a hipótese que estamos construindo opera de certo modo uma inversão nessa interpretação. Treece sugere a função ideológica que o indianismo e o teatro de Alencar teriam para o projeto político conservador do escritor. Nesse sentido, o texto literário tem um lugar bastante definido como fonte de ideologia, assim como a atuação política também está bastante determinada com o posicionamento diante das questões públicas. O que estamos tentando sugerir é, ao invés, que a defesa da escravidão tem uma função estruturante no projeto político do qual o indianismo e o tratamento teatral da escravidão são elementos constitutivos. A tentativa é, precisamente, derrubar a separação tácita entre a obra literária como fonte de ideologia e a atuação política como projeto político.

O paralelismo indicado por Treece não deixa de ser, por isso, menos sugestivo. No entanto, a sua interpretação propõe uma distinção anacrônica entre política e literatura, que empobrece o sentido político propriamente dito do teatro de tese alencarino. Metodologicamente, Treece termina por subordinar o sentido da obra literária ao sentido da prática política. Ao contrário, estamos sugerindo que a obra literária constitui, ela mesma, o próprio sentido da prática política. Treece se fixa na atribuição hierárquica de papéis, sem notar o passo anterior e decisivo que consiste na constituição de sujeitos sociais. Essa perda metodológica se projeta na sua interpretação do sentido da atuação política de Alencar. Para o autor, esse sentido seria o de uma “irresponsabilidade social, disfarçada de conciliação democrática”⁴⁰⁹. Há quase que uma confusão, inevitável devido ao anacronismo do argumento, entre o curso da história e o

⁴⁰⁸ “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”, em *Novos Estudos*, v. 65, março de 2003.

⁴⁰⁹ Op. cit. p. 151.

sentido ideológico da obra, como se Alencar fosse a exata correspondência cultural dos trinta e oito anos que separaram a Lei Áurea da abolição do tráfico.

A idéia de “irresponsabilidade social” sugere um posicionamento apenas reativo, ao qual as elaborações conceituais serviriam de “disfarce”. Se investimos, diferentemente, em uma alternativa metodológica que unifica prática política e texto político, e incorpora, portanto, o disfarce, o que emerge é um projeto não apenas reativo, mas propositivo. Desse prisma, é possível ver na morte de Joana a denúncia da deformação social causada pela escravidão, concomitantemente com a indicação de um caminho a seguir. Esse caminho é não somente o da manumissão voluntária como alternativa à abolição que romperia o laço da família com o escravo, mas o caminho da integração como etapa fundante de um projeto de *Nação* que pode se projetar no tempo. Se a morte de Joana (e de Iracema) marca a atribuição de papéis sociais bem definidos segundo uma hierarquia clara, ela marca também o passo de uma superação histórica – marca uma direção.

Em *O demônio familiar e Mãe*, portanto, a constituição de sujeitos sociais é concomitante à atribuição hierárquica de papéis, e indissociável dela. Esses dois movimentos indicam, de um lado, o limite histórico da superação necessária da escravidão, e de outro, a forma também necessária dessa superação. A liberdade como concessão e o sacrifício da “raça inferior” dão a chave, por sua vez, de *um movimento interno em direção ao progresso e à civilização*. Por conseguinte, o que a representação do escravo como sujeito e ao mesmo tempo como um elemento da *Nação* sugere é o sentido da própria escravidão para a constituição da *Nação como um projeto político*. Como etapa transitória e positiva do progresso, a escravidão é exposta simultaneamente nas suas contradições e nas suas virtualidades. É ela que introduz Pedro nos quadros da família e da cidade, assim como é ela que dignifica Joana, pondo a toda prova a sua virtude.

Com efeito, o que o moralismo de Alencar deseja é impulsionar a família brasileira, célula fundante da sociedade, na direção da concessão da liberdade a seus escravos, ou seja, que a família – elemento básico da *Nação* – seja o agente do seu projeto político. Só então é que se veria a “reforma dos costumes” implementada pela própria *Nação*, como gesto autônomo. A extinção da escravidão, para Alencar, só faz sentido como processo endógeno à *Nação*, porque é só assim que a classe branca e proprietária ela também se eleva moralmente – porque somente essa versão do roteiro abolicionista contém uma elevação moral de toda a sociedade.

Logo, é natural que no seu teatro a perspectiva geral assumida seja a do senhor burguês e urbano, o destinatário do conteúdo moral da ação dramática. Resta fazer, então, uma breve análise dos *personagens-dirigentes*, que representam o público destinatário da tese contida no teatro realista de Alencar. São Eduardo e Jorge os agentes da transformação histórica que Alencar propõe. Os jovens estudantes, sem ambições desmedidas, apaixonados, mas respeitosos, dedicados à família e ciosos da humanidade de seus escravos, decidem, sem lei que os obrigue, dar-lhes a liberdade, plenamente conscientes do sentido redentor e moralmente elevado desse gesto. São eles os personagens que dão o exemplo de conduta que Alencar quer transmitir. No jogo de atribuição dos papéis sociais, são esses homens jovens, instruídos, livres, mas não ricos ou, no caso de Jorge, sequer brancos, que dão a *direção moral* do enredo. Como Décio de Almeida Prado salientara a respeito de *O demônio familiar*, “o verdadeiro *meneur du jeu* é Eduardo, não ao fazer mas ao desfazer as intrigas e calúnias do escravo”⁴¹⁰. Da mesma forma, em *Mãe*, é Jorge quem impulsiona a ação significativa, ao realizar as virtualidades da escravidão como regra do direito de propriedade. É Jorge o motor da ação que expõe a contradição essencial sobre a qual a peça debruça.

O móvel pedagógico e didático das peças de tese de Alencar é precisamente o de atribuir a esses atores um papel transformador, que tanto supera a escravidão quanto institui uma ordem social integrada segundo uma atribuição hierárquica de posições. São eles, por conseguinte, os autores de um duplo movimento, no fundo o mesmo, de incorporação subordinada do escravo à sociedade burguesa e de delimitação do seu lugar social.

A transformação de que esses protagonistas são os agentes, naturalmente, também os afeta. Tomemos Jorge como exemplo mais ilustrativo dessa dinâmica. Senhor da própria mãe, ele encarna à perfeição aquele “mestiço político” a que se referia Joaquim Nabuco, fruto da disseminação social indiscriminada das relações escravistas no Brasil:

Não há assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes. (...) Esse ente, assim equiparado, quanto à proteção social, a qualquer outra coisa de domínio particular, é, no dia seguinte à sua alforria, um cidadão como outro qualquer, com todos os direitos políticos, e o mesmo grau de elegibilidade. Pode mesmo, ainda na penumbra do cativo, comprar escravos. Talvez – quem sabe? – algum filho do seu antigo senhor. Isso prova a confusão de classes e indivíduos, e a extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos brasileiros, se se pode assim

⁴¹⁰ Op. cit. p. 50.

dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado.⁴¹¹

Daí a sua ambigüidade: dá a carta de alforria à sua ama-de-leite, para depois consentir em penhorá-la, realizando nela a passagem jurídica entre coisa e pessoa, e de volta de pessoa a coisa. Quando concede a liberdade, eleva-se a porção do cidadão sobre o mestiço político; quando a escravidão, com sua dinâmica poderosa, se impõe novamente sobre ele, rebaixa-se moralmente, embora não seja, pelo contexto, plenamente culpável. A morte de Joana assume, então, mais a feição de uma punição pelo recuo de Jorge do que propriamente um gesto de auto-sacrifício. Avançando nesse ponto de vista, a morte da mãe é mais precisamente o lance dramático de certo modo inevitável, porque amplifica e valoriza imensamente o clímax que é o reconhecimento de Joana por Jorge, que a aceita, agonizante, como sua mãe: “JORGE – Chama-me teu filho!... Eu te suplico!”⁴¹²

Coerentemente, Eduardo, que não é mestiço do ponto de vista racial, mas apenas do ponto de vista político – como senhor que, ao consentir na escravização de Pedro, torna-se culpado das faltas cometidas pelo moleque –, completa sua transição para a condição de cidadão pleno sem maiores dores, e também sem maior heroísmo, ao outorgar ao seu escravo a sua carta de liberdade. Nas duas peças, as duas situações bastante diferentes de Jorge e Eduardo não elidem o que eles têm em comum – a missão de levar adiante a marcha moral da Nação. Nos dois casos, é pelo *esclarecimento* que se dá a transformação. Seja quando Eduardo *conhece* as intrigas de Pedro, e *reconhece* a sua cota de responsabilidade por elas, seja quando Jorge *conhece* a identidade da mãe, e a *reconhece* na escrava Joana. Os dois protagonistas, portanto, lutam, sem saber, contra as condições objetivas que lhe opõem as relações escravistas – encarnadas quer na malícia de Pedro, quer na cobiça de Peixoto. Em um e outro caso, Eduardo e Jorge são *o farol da virtude Tateando um percurso*, mais fácil para Eduardo e mais cerrado para Jorge, por meio do qual vislumbrarão a rota segura.

Dessa perspectiva, é igualmente significativo que as duas peças terminem com “os casamentos de praxe”. Eduardo e Jorge, com seus pares amorosos, Henriqueta e Elisa, estão destinados a formarem as novas famílias, como que purificadas da mestiçagem política que a escravidão representa. Vão constituir, como cidadãos, as novas células da Nação pós-escravista.

⁴¹¹ *O Abolicionismo*, p. 82.

⁴¹² *Obra Completa*, v. 4, p. 347.

O percurso dos jovens senhores pelo esclarecimento traduz e ao mesmo tempo pratica o programa de Alencar para uma “reforma dos costumes” por meio da compenetração, da parte dos senhores de escravos, da injustiça fundamental da escravidão. Seu teatro é, portanto, parte prática dessa campanha educativa. Mas como é também um objeto estético, cabe reconhecer, deste prisma, que as intenções estão mais realizadas em alguns pontos do que em outros. Nesse sentido, *Mãe* é a realização mais acabada do programa do teatro alencarino, porque celebra a formação da nova família burguesa da ordem pós-escravista sob a bênção da mãe escrava que, no leito de morte, foi finalmente reconhecida pelo filho. A escravidão a condenara irrevogavelmente, mas a virtude do filho, que é a virtude da nação mestiça, a resgatou no último instante, restituindo a verdade da sua condição.

Um índice significativo do alcance dessa formulação e da sua capacidade de sintetizar o projeto de Nação articulado por Alencar, pode ser encontrado na crítica que lhe formulou Joaquim Nabuco, representante de uma versão muito diferente da passagem da nação brasileira à modernidade.

3.2 A polêmica Alencar-Nabuco: escravidão, literatura e raça

A linha divisória que separa Alencar e Joaquim Nabuco, além de opor duas concepções bastante distintas sobre como o Império deveria transitar em direção à modernidade, traça também o eixo de uma simetria. Situados em um mesmo plano político – a monarquia como forma de governo – as suas concepções sobre a escravidão e, a partir dela, sobre a Nação, são projeções atéticas de agendas opostas. Alencar, com as *Novas Cartas Políticas* de Erasmo, coligiu os argumentos que poderiam formar, à perfeição, o repertório teórico de um “anti-*O Abolicionismo*”. O enfrentamento entre os dois intelectuais, que resume também o enfrentamento entre duas gerações distintas no interior da própria classe dirigente e letrada do Império, já se inscrevia potencialmente, portanto, na posição reativa de Alencar diante da abolição.

Nesse sentido, é possível traçar, a partir dos escritos de Alencar, como que a preparação da sua polêmica com Nabuco, que se daria em 1875, desencadeada por uma discussão, precisamente, sobre o teatro brasileiro e sua relação com o público e com o mundo, a propósito do fracasso de público de uma montagem de *O Jesuíta*, peça de Alencar.

Esses “antecedentes” não são, contudo, cronológicos. São ao invés antecedentes epistemológicos, como que prévios à própria formulação política, que permitem ver o movimento mais geral que colocaria Alencar e Nabuco em rota de colisão. Quando Alencar publica as *Novas Cartas Políticas* de Erasmo, em 1867, Nabuco ainda é estudante na Faculdade de Direito de São Paulo. Quando Alencar fornece já o quadro político mais amplo com base no qual se apóia a sua representação da escravidão como fato social⁴¹³, Nabuco apenas enceta a trajetória de uma formação intelectual basicamente determinada pelo contato, na Europa, com “novas idéias” estéticas⁴¹⁴.

Nesse sentido, objetivamente, o confronto se dá entre a geração que deu sustentação política e cultural ao Império, e a geração cuja entrada na cena política e cultural passava, historicamente, pela corrosão das bases daquele mesmo arranjo político e cultural⁴¹⁵, tanto no nível da ação política quanto no da elaboração de um repertório cultural distinto. Daí que a polêmica Alencar-Nabuco coloque em evidência, como salientou Marco Aurélio Nogueira, um feixe de relações entre o artista e seu público, o artista e seu sistema cultural (a crítica), e o artista e os modelos europeus⁴¹⁶.

Como nota Ângela Alonso, o embate entre o chefe literário do romantismo e o jovem cosmopolita contemporâneo das novas idéias estéticas, insere-se, também, em um “sistema de polêmicas”⁴¹⁷, do qual o próprio Alencar já se havia valido como porta de entrada da cena cultural, em 1856, na sua polêmica contra Gonçalves de Magalhães (que encarnava o romantismo oficial praticado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, círculo próximo a D. Pedro II), a respeito do poema épico *A Confederação dos Tamoios*. Na polêmica entre Alencar e Nabuco, estariam em jogo dois projetos antagônicos de Nação, embora enraizados em um mesmo terreno conceitual, como percebe Ângela Alonso: “Poderíamos dizer, em síntese, que, na polêmica, Nabuco está preocupado com a configuração do Estado, enquanto Alencar

⁴¹³ Como assinala Décio de Almeida Prado sobre o teatro de Alencar, comentando afirmação de Nabuco: “Talvez seja mesmo verdade que ‘a escravidão é a atmosfera do seu teatro’, mas como fato social, como característica da vida brasileira, não como princípio jurídico ou filosófico”. Op. cit. p. 50.

⁴¹⁴ “(...) eu trocara em Paris e na Itália a ambição política pela literária: voltava cheio de idéias de poesia, arte, história, literatura, crítica, isto é, com uma espessa camada européia na imaginação, camada impermeável à política local, a idéias, preconceitos e paixões de partido, isoladora de tudo o que em política não pertencesse à estética, portanto também do republicanismo — porque a minha estética política tinha começado a tornar-se exclusivamente monárquica.” Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Porto Alegre: Editora Paraluá, 1995, p. 69.

⁴¹⁵ Lembramos aqui, com referência ao estudo de Ângela Alonso já mencionado no primeiro capítulo, que é a crítica à política imperial que permite unificar o movimento político da geração de 1870, da qual Nabuco, apesar de monarquista, é membro.

⁴¹⁶ *As desventuras do liberalismo*, p. 57.

⁴¹⁷ “Epílogo do Romantismo”, p. 141.

quer definir a nação”⁴¹⁸. Mais ainda, Alencar estaria “a serviço de uma causa já anacrônica”, relacionada com a independência política da nação e com a especificidade da sua formação, enquanto Nabuco seria o porta-voz de uma causa nova, empenhada em promover a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas por meio essencialmente da substituição do trabalho escravo pelas relações capitalistas de produção.

A polêmica também pode ser descrita segundo suas principais referências estéticas. Como bem observou Marco Aurélio Nogueira, Nabuco investirá naquelas *fraquezas* da literatura de Alencar que constituem, na sugestiva análise de Roberto Schwarz⁴¹⁹, índices de um desajuste maior entre a adoção de modelos literários estrangeiros e sua aplicação a uma realidade que, de algum modo, os contradiz. Para Schwarz, como é sabido, os defeitos do romance de Alencar traduzem o deslocamento essencial que *institui* a vida ideológica do Segundo Reinado. Atacando-os, Nabuco, por conseguinte, situa-se em um plano ideológico outro, do qual é possível detectar alguns desajustes, sem, contudo, articular uma denúncia consciente e consistente do próprio deslocamento ideológico que os funda.

Com efeito, Nabuco é também o porta-voz de um figurino realista em matéria de forma literária, contra a convenção romântica representada por Alencar. O que lhe dá alguma vantagem para denunciar os defeitos de Alencar é, por sua vez, igualmente a adoção de um modelo, que ele pretende não só fazer vigorar como regra de composição estética, mas inclusive como regra mais geral de representação e de seleção do material da vida real em princípio elegível para matéria da obra de arte.

Os dois campos estéticos encerram, por sua vez, pressupostos epistemológicos igualmente diversos. Em Alencar, encontramos uma autodeclarada continuidade entre a propaganda política e a prática literária, no caso, sobretudo a teatral. Em Nabuco, há como que uma descontinuidade essencial, segundo a qual a tarefa da literatura seria antes de tudo a replicação pura e descontaminada de modelos de pensamento e expressão autônomos. Claro está que, para Alencar, a literatura é ainda o terreno do político, e que os efeitos da representação literária não estão confinados ao mundo das próprias convenções culturais. O seu teatro realista pretende, como vimos, edificar

⁴¹⁸ Op. cit. p. 154.

⁴¹⁹ “(...) é preciso reconhecer que a sua obra nunca é propriamente bem-sucedida, e que tem sempre um quê descalibrado e, bem pesada a palavra, de bobagem. É interessante notar contudo que estes pontos fracos são, justamente, fortes noutra perspectiva. Não são acidentais nem fruto da falta de talento, são pelo contrário prova de consequência. Assinalam os lugares em que o molde europeu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi simpatizante ardoroso, produzia contra-senso”. *Ao vencedor as batatas*, p. 39.

moralmente e reformar politicamente a nação (que é o estrato de homens livres brancos e suas famílias), a partir de componentes moralmente deformados. Em Nabuco, a arte deve apenas elevar o espírito – é efeito, mais do que causa possível de transformações sociais⁴²⁰.

A polêmica entre essas duas formas de conceber a relação entre arte e sociedade – uma advogando uma relação estreita e participante, outra uma disjunção civilizadora – traduz por sua vez duas formas de pensar e conhecer a própria sociedade. No caso de Alencar, há um evidente pressuposto segundo o qual as instituições e os costumes vigentes não determinam ou limitam por si só a ação da virtude dos homens. O progresso, para ele, é função da evolução da própria sociedade e da conduta de seus membros, inscreve-se no movimento da história, e não nas relações econômicas, ou nas relações políticas (menos ainda na ação reformista do Estado).

Nabuco, de outra parte, investe em um ponto de vista como que *exógeno* a respeito da sociedade, que não deve estar refletida, mas elevada a um ideal pela obra de arte. Da mesma forma, a política também deve realizar um ideal, reformando a sociedade segundo ao valores universais e abstratos da civilização e do direito. Essa sua ênfase na política como esfera de luta pela realização de um direito já abstratamente dado à razão, lhe dá as condições de perceber, com extrema lucidez, as determinações autônomas da escravidão, diante das quais não valem as tradicionais virtudes nacionais nem as práticas e costumes brasileiros, mas apenas as implicações inevitáveis e inerentes ao próprio modo de produção baseado no exercício da coerção externa sobre o trabalho.

Essa percepção o levaria, uma década depois da polêmica, a desfazer uma das imagens mais caras à representação da escravidão segundo Alencar: a da bondade dos senhores e a da aliança afetiva entre escravo e família branca:

O limite da crueldade do senhor está, pois, na passividade do escravo. Desde que esta cessa, aparece aquela; e como a posição do proprietário de homens no meio do seu povo sublevado seria a mais perigosa, e, por causa da família, a mais aterradora possível, cada senhor em todos os momentos da sua vida, vive exposto à contingência de ser bárbaro, e, para evitar maiores desgraças, coagido a ser severo. A escravidão não pode ser com efeito outra coisa. Encarreguem-se os

⁴²⁰ Como caracteriza Roberto Ventura, “As críticas de Nabuco não são, porém, isentas de contradição. Apesar de lutar pela supressão do cativo, concebe a arte como expressão idealizada da sociedade branca e cosmopolita, cujo domínio político e cultural seria a precondição para a civilização moderna. Concebendo a arte como o retrato da sociedade ideal fundada no trabalho livre e na harmonia entre as raças, rejeita o realismo de Alencar na tematização da escravidão.”, em *Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 44.

homens mais moderados de administrar a intolerância religiosa e teremos novos autos-de-fé tão terríveis como os da Espanha. É a escravidão que é má, e obriga o senhor a sê-lo. Não se lhe pode mudar a natureza. O bom senhor de um mau escravo seria mais do que um acidente feliz; o que nós conhecemos é o bom senhor do escravo que renunciou à própria individualidade, e é um cadáver moral; mas esse é bom porque trata bem, materialmente falando, o escravo - não porque procure levantar nele o homem aviltado nem ressuscitar a dignidade humana morta.⁴²¹

Nabuco, ao apontar na passividade do escravo os limites estruturais da crueldade do senhor, denuncia, como vemos, a impossibilidade epistemológica do senhor bondoso, encarnado em tantos personagens de Alencar. Personagens que têm, muito significativamente, a função de dirigentes políticos, de direção da evolução dramática ou romanesca, encarnações do tipo do homem livre que devia conduzir a nação em seu movimento.

Por essa razão, embora em seu último artigo crítico, que ficaria sem resposta, Nabuco se ocupe em demonstrar as contradições dos escritos políticos de Alencar (especialmente das *Cartas de Erasmo ao Imperador*) é precisamente na discussão que travam Alencar e Nabuco sobre *O demônio familiar* e *Mãe*, que se encontra o principal centro de gravidade política da polêmica. Ali estão sobrepostas e como que mutuamente implicadas não apenas as oposições estéticas, mas as oposições políticas e epistemológicas que distanciam dois projetos de Nação e modernidade.

Alencar, exercitando todas as virtualidades do modelo do teatro burguês, atinge não apenas a significativa descalibragem geral apontada por Schwarz, mas também produz, como exigência do modelo, uma representação da escravidão que opera um *aburguesamento* do senhor e do escravo. Se esse movimento logra *resgatar o escravo como sujeito*, dando-lhe inclusive o protagonismo dramático, e consegue também traduzir em termos críticos as contradições inerentes ao estatuto jurídico do escravo, por outro lado ele *dá o protagonismo político ao senhor e chefe da família branca*, sem desarmar a montagem segundo a qual o destino dos ex-escravos adere, de forma subordinada, à família branca burguesa.

Essas duas consequências políticas do teatro de Alencar sobre a escravidão sofrerão violento ataque por parte de Nabuco. Este, com efeito, argumenta contra *O demônio familiar*, que a peça constituiria uma das mais acabadas críticas da sociedade brasileira, ao trazer para a cena o rebaixamento moral que a influência de Pedro sobre a família de Eduardo encerra. O incômodo evidente de Nabuco diz respeito exatamente ao

⁴²¹ *O Abolicionismo*, p. 62.

protagonismo de Pedro, o moleque escravo astuto que domina a todos na cena⁴²². Para Nabuco, além de ser reprovável a encenação desse rebaixamento moral, Pedro seria um personagem inverossímil. Sua linguagem, um “singular idioma áfrico-português”, para Nabuco, seria uma língua inventada por Alencar, uma “linguagem de telegrama” que não era falada pelos negros em casas de família e que, ainda que o fosse, não mereceria ser levada à cena, reiterando no palco a já desagradável presença dos escravos na rua com a sua linguagem confusa e incorreta⁴²³. Na concepção de Nabuco, haveria certas “máculas sociais que não se devem trazer ao teatro, como o nosso principal elemento cômico, para fazer rir”. Afinal, ao “homem do século XIX” vexaria constatar que o teatro de um grande país encontrar-se-ia “nacionalizado pela escravidão”. Eis a síntese do seu argumento: “Nós porém não podemos ter por nacional uma arte que para o resto do mundo seria uma aberração da consciência humana”⁴²⁴.

Nabuco protesta contra o resgate do escravo como sujeito por meio da obra de arte. O esforço de Alencar nesse sentido, que chegara mesmo a representar, pela boca do protagonista, a fala específica dos escravos (capaz ainda de por em realce, pelo efeito cômico, o artificialismo da retórica culta), é para Nabuco tanto mais condenável. O seu referencial é o gosto do “homem do século XIX”, universal como os próprios valores europeus. O limite da construção da nacionalidade, para Nabuco, é a “consciência humana”, ou seja, a consciência européia mais avançada.

Nabuco tem razão, nesse aspecto, quando percebe que o que nacionaliza o teatro de Alencar, dando-lhe a nota especificamente brasileira, é a escravidão. Tem razão também ao flagrar alguns problemas de composição, como as longas preleções morais de Eduardo⁴²⁵. Não deixa de ter alguma razão ainda ao perceber em Alencar uma certa

⁴²² “Nessa comédia há nove personagens, e oito deles deixam-se enganar por um analfabeto, mistura de perspicácia e de estupidez, que dirige, segundo sua fantasia, a vida, o coração e o destino de todos os outros”, *Polêmica Alencar-Nabuco*, p. 105. Em outro trecho: “Todos eles movem-se pelos arames que puxa um escravo, cujo sonho é ser cocheiro, e que serve-se das cartas, que mandam-no entregar para fazer o senhor e a irmã deste casarem ricos e porem carro”. Idem, p. 109.

⁴²³ Nabuco cita como exemplo da linguagem inverossímil de Pedro o trecho em que este personagem imagina a futura posição social de Carlotinha. Entre parêntesis, note-se o ácido comentário sobre Alencar: “PEDRO: É já; não custa! *Meio-dia* nhanhã vai passear na Rua do Ouvidor, no braço de marido. Chapeuzinho aqui na nuca; peitinho estufado; tundá arrastando só. Assim moça bonita! *Quebrando* debaixo de seda, e a saia fazendo *xô, xô, xô!* Moço, rapaz, deputado, tudo na casa do Desmarais de luneta no olho: ‘Oh, que paixão...’ O outro já: ‘V. Ex^a passa bem.’ E aquele homem que escreve no jornal tomando nota, (este era provavelmente o Sr. J. de Alencar, que à maneira dos grandes pintores, retrata-se sempre em suas obras) para meter nhanhã no folhetim!”. Os grifos são do próprio Nabuco. *Polêmica*, p. 105.

⁴²⁴ *Polêmica*, p. 106.

⁴²⁵ “Eduardo, por exemplo, que é o principal, é um eterno pregador que a propósito de tudo faz um sermão de quaresma”. *Polêmica*, p. 107.

“divergência entre a idéia e a obra, entre o pensamento e os seus meios de expressão”⁴²⁶. De certa forma, o esforço de nacionalização dos modelos literários empreendido por Alencar, do qual o seu teatro realista é um exemplo eloqüente, produz inevitavelmente aquela divergência.

No caso específico da representação dramática da escravidão, já apontamos um aburguesamento das relações escravistas, que se inscreve na própria escolha do escravo urbano – deslocado da produção – como personagem. Há ainda por explorar um efeito mais geral da representação da escravidão no teatro realista e no romance, ao qual voltaremos no fim do capítulo. Deixemos, por ora, que Alencar responda às críticas de Nabuco a *O Demônio Familiar*.

Alencar nota, em primeiro lugar, que Nabuco identifica-se bastante bem com um dos personagens da peça, Azevedo, o jovem afrancesado que é ridicularizado pela mania afetada de entoar, sempre que possível, palavras em francês e referências estrangeiras. O tipo ridicularizado por Alencar pareceu a Nabuco ser o único provido de inteligência e julgamento. A ironia de Alencar apenas prepara o tom mais sério que a sua resposta passa a assumir (embora nunca abra mão do recurso à ironia, típico do gênero-polêmica). Enfrentando o repúdio de Nabuco pela figuração da escravidão em cena, Alencar demonstrará estar consciente de que Nabuco representa uma nova geração, portadora de idéias “adiantadas”:

A escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nele como cidadãos do Império. Nenhum filho desta terra, por mais adelantadas que sejam as suas idéias, tem o direito de eximir-se à solidariedade nacional, atirando ao nome da pátria, como um estigma, os erros comuns.

A mesma geração nova que desponta rica de aspirações largas e generosas, deve lembrar-se que fomos nós, os obreiros do presente e antes de nós os roteadores do passado, quem preparou o leito à corrente fecunda e rasgou os horizontes à civilização brasileira.⁴²⁷

Alencar se vale da estratégia, em tudo coerente com o seu programa, de fundir a escravidão e o Império, enquanto continuidade política. Essa identidade permite que ele utilize o pronome “nós” – o eu coletivo – como sinônimo dos filhos “desta terra”. Isso para flagrar em Nabuco a contradição entre o nacional de um país de escravos que acusa a escravidão como mácula na arte nacional. As idéias adelantadas não poderiam ser invocadas pela nova geração como salvo-conduto para condenar as gerações mais

⁴²⁶ Polêmica, p. 109.

⁴²⁷ Polêmica, p. 119.

antigas por um crime de que todos os cidadãos do Império seriam, em última instância, os culpados. Nessa mesma linha, Alencar recordará a Nabuco que este, tendo nascido “no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos”, teria sido talvez alimentado pelo leite de escravas, e teria certamente ouvido amiúde a linguagem “confusa” dos escravos.

Alencar pretende expor ao ridículo a afetação de Nabuco, a quem aborrecia tudo o que dissesse respeito à escravidão: “Aborrece então seu país, que ainda a conserva? Aborrece sua infância, passada entre ela?”. Deste raciocínio, Alencar vai tirar conseqüências políticas mais precisas, atacando o próprio clã Nabuco: “Aborrece seu venerando pai, que não se animou a propor a abolição imediata?”⁴²⁸. Recorda que, em 1857, quando “O Sr. Conselheiro Nabuco de Araújo era tão conservador como o Sr. Visconde de Itaboraí”, e quando o próprio Visconde do Rio Branco, “general da idéia”, ainda não se lembrava sequer de promover o debate sobre a abolição, ele, Alencar, encetara “o tentamen de um escritor que, a exemplo de Aristófanes, de Plauto, de Molière, aplicou-se, quanto lho permitiam seus modestos recursos, a patentear com o prestígio da cena os perigos e horrores dessa chaga social!”⁴²⁹.

Com efeito, *O Demônio Familiar*, com a sua tentativa de condenação moral da escravidão, antecedia em dez anos as *Novas Cartas Políticas* de Erasmo e a resposta do governo à carta da Junta de Emancipação francesa. Para Alencar, portanto, a peça de denúncia social já se inseria como parte da sua ação política em prol da “grande causa da emancipação espontânea”⁴³⁰. A serviço dessa causa, Alencar não só se via diante da necessidade de retratar a escravidão, como de forjar uma representação que expusesse o seu ponto de vista moral e político. O personagem de Pedro, foco do argumento moral e político, seria “pura e simplesmente uma cópia no que se refere à linguagem”⁴³¹. Cópia do amigo de adolescência na Faculdade de Direito de São Paulo, que o acudia com sua “palrice jovial” nas noites frias de tédio, ou simplesmente cópia da linguagem dos “garotos fluminenses de sua idade, brancos, ou pretos”⁴³².

Ademais, a representação do moleque Pedro atenderia a uma necessidade do modelo literário e da sua exigência de verossimilhança: “É sobretudo no teatro onde as figuras apresentam-se por si e não precedidas de descrições do autor, que elas devem falar, cada uma a linguagem peculiar, própria de sua profissão, de sua índole, de sua

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Ibid. p. 120.

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ ibid. p. 122.

⁴³² Ibid. p. 123.

individualidade”⁴³³. Assim, levando a cabo uma determinação formal, Alencar encena a linguagem típica (ou estilizada) do escravo, pondo em contradição a sua representação e o seu estatuto jurídico de coisa. Mais ainda, a escolha da figura do moleque, de longa tradição literária, responderia pela intenção do autor de demonstrar a inconveniência da escravidão doméstica sem recorrer à apresentação de situações graves e violentas, como o ciúme entre cônjuges, ou brigas entre amigos: buscou o autor “a face mais amena e jovial do assunto”⁴³⁴, a travessura de criança mais inspirada pelas circunstâncias do que pela “malícia”.

Com efeito, o moleque de Alencar é inocente mais do que malicioso, e não menos hábil por isso. Muito de sua livre circulação no meio em que se dispõem os outros personagens advém, como aponta o próprio Alencar, mais da “confiança” que lhe têm os membros da família do que da sua astúcia. O efeito dramático como efeito moral estaria em expor a irresponsabilidade do moleque Pedro, efeito da escravidão. Mas exatamente pelo tom jovial e ameno, fica mais patente a inadequação do tom severo que a peça assume ao final.

Apreciando *Mãe*, Nabuco afinará melhor a crítica no que se refere à composição, assinalando que o suicídio de Joana não se prende necessariamente ao eixo principal da trama – seria antes um acidente. E pesará mais ainda a mão ao julgar a matéria que Alencar encena: o caso de uma escrava que havia sido amante de um senhor inescrupuloso, tivera um filho com ele, e terminara convertida em propriedade do seu herdeiro, o próprio filho. Daí a conclusão enraivecida de Nabuco: “Não há sentimento de honra, nem de família, não há consideração social, que esse drama não ofende”. Por um lado, essas ofensas derivam da passividade com que os personagens consentem na permanência da cruel situação de Joana e Jorge. No entanto, para Nabuco, haveria ainda mais uma impropriedade moral que tornaria o drama ofensivo a uma sociedade cuja imagem se pretende elevar: “A heroína é procurada entre as porções inferiores de nossa espécie que a escravidão tem aviltado, para resumir o sentimento da maternidade”⁴³⁵. De heroína, na visão de Alencar, vitimada por uma instituição social que a impede de reconhecer o filho sem atentar contra a liberdade dele, Joana passa a vilã, segundo Nabuco, que consente na “maior desgraça que possa ferir o homem”: a de vender a própria mãe.

⁴³³ Ibid.

⁴³⁴ Ibid. p. 124

⁴³⁵ Ibid. p. 111.

Não deixa de ser irônico acompanhar o futuro autor d'*O Abolicionismo* nessa condenação da personagem escrava pela conduta em grande parte ditada por sua condição social. Para Nabuco, é ainda mais aviltante que Joana se deixe vender “contente, alegre, sem que a escravidão lhe pese, tão habituada está a esse ar mefítico”⁴³⁶. Para essa impressão equivocada (afinal, Joana se suicida exatamente por não suportar o peso da escravidão), contribui decerto o fato de Alencar ter retratado a escravidão urbana segundo as suas próprias convicções sobre a natureza desse tipo de trabalho compulsório, a seu ver amenizado sob a influência das virtudes das famílias brasileiras. Curiosamente, Nabuco não ataca essa versão edulcorada do trabalho compulsório. Articula contra ela apenas a objeção mais geral que diz respeito à sua opinião sobre a função da obra de arte: “A arte nada tem que ver nesse mercado de carne humana, que o autor pôs em cena”⁴³⁷.

Mas não é apenas o aspecto da escravidão como comércio, ênfase principal em *Mãe*, que tanto ofende Nabuco. Para o crítico, o amor materno de Joana não é sentimento, mas instinto: “Não era nessa raça infeliz que o Sr. J. de Alencar devia ter procurado o ideal da mãe; entre os animais ser-lhe-ia fácil descobrir casos de heroísmo materno muito mais tocantes, do que o dessa escrava que se faz, sem sacrifício, vender pelo filho”⁴³⁸.

A extrema aversão de Nabuco aos aspectos mais propriamente *críticos* da obra de Alencar de certa forma facilita a resposta do escritor. Alencar recorda a Nabuco que o drama da mãe que se deixa vender pelo próprio filho motiva-se pela “abnegação” desta, que prefere a dor de ser escrava do filho à dor maior de envergonhá-lo da sua origem. O suicídio, para Alencar, é continuação lógica da imensa força moral que fez Joana sepultar por tanto tempo o segredo. Quanto à objeção de se procurar na “raça infeliz” o modelo do sentimento de maternidade, objeção que revela o aspecto sem dúvida mais reacionário da crítica de Nabuco, Alencar a desfaz com base em uma explicação sobre o efeito dramático pretendido, bem como pela insinuação de que um tal efeito encontra respaldo na tradição literária:

O ideal é justamente essa assunção d'alma desprendida das condições materiais, e o seu maior relevo está no contraste. Para não fazer agora uma excursão pela literatura clássica e moderna, basta

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid. p. 112.

lembrar que o mais belo ideal da humanidade, o Cristo, nasceu em uma estrebaria e viveu entre a ralé.⁴³⁹

A defesa de Alencar consiste muitas vezes na simples enunciação de seu intento literário e político, ao escrever *O demônio familiar* e *Mãe*. Tratava-se de representar com fidelidade “os costumes criados pela escravidão, elemento local e contemporâneo”, e combiná-los com “as aspirações nobres da pureza da família e da regeneração da sociedade”⁴⁴⁰. A esse projeto de regenerar a sociedade pela elevação de seus próprios costumes, Nabuco oporia, mais tarde o projeto de regenerar a sociedade pelo Estado.

Uma das principais fontes tanto dos ataques de Nabuco como da defesa de Alencar é a comparação com os modelos estrangeiros, clássicos e modernos. Alencar investe com mais frequência nas imagens religiosas, e Nabuco faz uso mais amiúde de noções próximas à voga cientificista. No que se refere à escravidão, que encerra apenas uma parte da polêmica – a nosso ver, a parte politicamente mais significativa – Nabuco é quem suscita o vocábulo “raça”, referindo-se sempre à “raça inferior” e à “raça européia”. Alencar permite-se recordar emocionado o amigo de adolescência, escravo que o divertia da tristeza e do frio de São Paulo; permite-se registrar a linguagem faladas por moleques negros e brancos, sinalizando que o ambiente dos “garotos fluminenses” dilui a diferença social fundada na raça.

O que fica bastante evidente, como constatou Bernardo Ricupero⁴⁴¹, é que um conservador como Alencar estava mais aparelhado para conceber o lugar do escravo e dos ex-escravo na sociedade brasileira do que um liberal como Joaquim Nabuco, para quem a negação da escravidão como que se estendia à negação do escravo como componente da sociedade. Esse fato bastante significativo sugere que pode existir uma diferença não sutil entre dois conceitos operativos de raça. Para Bernardo Ricupero, a avaliação ambígua, mas ainda assim positiva da mestiçagem, que também está centralmente implicada em *Mãe*, explicaria essa maior “facilidade” com que a postura conservadora de Alencar consegue incorporar o negro, escravo e ex-escravo.

Na impossibilidade de termos acesso a uma elaboração mais coerente e propositiva de um conceito de raça em Alencar, essa hipótese não tem como ser melhor elucidada. O que as *Novas Cartas Políticas* de certo modo revelam é uma superposição,

⁴³⁹ Ibid. p. 126.

⁴⁴⁰ Ibid. p. 122. Esse intento de retratar a sociedade, como já vimos, incorpora uma tomada de partido realista conscientemente articulada por Alencar. Daí a sua estranheza diante da objeção de Nabuco: “Que idéia faz este senhor de literatura, e sobretudo de literatura nacional? Acaso está ele convencido de que arte e a poesia podem existir em um estado de completa abstração da sociedade em cujo seio se formam?”, *Polêmica*, p. 121.

⁴⁴¹ *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil*, p. 202.

que provavelmente não é exclusiva de Alencar, dos conceitos de *história* e *civilização* sobre o conceito de raça. Naquelas mesmas cartas, Alencar cita Humboldt como fonte de um pensamento para o qual a mistura de raças é uma lei virtuosa da evolução da humanidade. Vimos que, se a mestiçagem é um valor, para Alencar, ela o é na medida em que permite a absorção da “raça inferior” pela “raça superior” com a conseqüente elevação daquela. Trata-se de uma mestiçagem de certo modo *dirigida*, mas ainda assim índice de um conceito de raça cuja operação é matizada pela história.

Alencar deixou inacabado o manuscrito intitulado “Ethnologia”⁴⁴², datado da década de 1870, em que esboça uma discussão sobre o conceito de raça. Da leitura desse manuscrito, fica a impressão de que o autor tateava um conceito de raça coerente com uma narrativa evolucionista, ou, a seu gosto, civilizatória. O manuscrito se estrutura com referência ao “monogenismo” de Humboldt e Quatrefages, que pregava a unidade da espécie humana, e ao “poligenismo” de Agassiz e Gobineau, que negava a origem comum da humanidade, com uma decisiva inclinação em favor da primeira corrente⁴⁴³. Ali Alencar comenta o mecanismo da seleção natural de Darwin e o evolucionismo de Haeckel, apenas para insinuar a conclusão de que a raça negra não poderia ter sido a primogênita, dentre as quatro raças “puras” existentes (a negra, a branca, a vermelha e a amarela). O texto é um excelente documento do contato, pelo principal representante da antiga tradição romântica, com o cientificismo que iria caracterizar as “novas gerações”:

O transformismo receita a prioridade da raça negra, que por ser a inferior, representa a transição do *anthropoide* para o homem. É assim que o ascendente do homem se supõe ver no B(...), povo barbaro da África o primitivo esboço da nossa espécie.

Eu não sou (...) da doutrina de Darwin; embora reconheça a verdade das duas leis da seleção e da evolução, afasto-me da doutrina de Darwin em não considerar essas leis como absolutas, mas subordinadas ao princípio da criação. A gênese misteriosa, inescrutável, é mais racional do que a criação espontânea phantasiada pela escola alemã.

Embora não adopte o transformismo, posso mostrar que ainda mesmo com os seus princípios, não é lógica a prioridade da raça negra.

A doutrina da selecção importa necessariamente dois correlatos *phenomenos*, o desenvolvimento e a degeneração. Ao passo que se opera para os que se acham em condições a evolução do progresso; outras evoluções de decadência se observa naquelles que se acharem em condições des[favoráveis].

⁴⁴² O manuscrito, de poucas páginas, provavelmente copiado a mão por Mario de Alencar, está no arquivo José de Alencar no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Reproduzimos o manuscrito e a sua transcrição tentativa como anexo a este trabalho (cf. **Anexos 6 e 7**).

⁴⁴³ Para o contexto mais geral da disputa entre monogenistas e poligenistas, confira-se o ensaio de Roberto Ventura, op. cit. p. 57.

(...)
Ora si a raça negra fosse a primogênita da evolução, qual é a raça que representa a degeneração do homem primitivo?

Estando incompleto o manuscrito, a pergunta fica sem resposta. Mas é fácil intuir que Alencar esforçava-se por demonstrar a inferioridade da raça negra, vista como degeneração. O que há de curioso nesse darwinismo alencarino é a sua adesão à teoria unitarista do naturalista francês Jean Louis Armand de Quatrefages (expressamente citado no texto): a afirmação de que as raças teriam tido uma origem *comum*, e a partir dela se desenvolvido umas na direção da evolução, enquanto outras – *em condições desfavoráveis* – na direção da degeneração. Essa concepção está em tudo de acordo com a sua defesa da escravidão como forma de regenerar a raça negra, ambientando-a em terreno mais favorável ao seu desenvolvimento – a América.

Em Nabuco, raça é uma determinação biológica notavelmente mais operativa do que em Alencar. Para Nabuco, a miscigenação, além de produzir o mestiço político, teria impregnado de “sangue preto” a população brasileira⁴⁴⁴. Nesse sentido, a imigração, que para Alencar tem um caráter acentuadamente mais econômico, assume em Nabuco uma feição racial muito pronunciada.

Como assinala Roberto Ventura⁴⁴⁵, com o problema da implantação do trabalho livre assalariado no Brasil, a partir da década de 1870, as discussões étnicas adquiriram importância central para o tipo de ajuste que se impunha ao ideário liberal. Para Ventura, “as teorias racistas se ligaram aos interesses dos grupos letrados de se diferenciarem da massa popular”. Diante dos problemas bastante concretos do recrutamento da mão-de-obra livre e da necessidade de incorporação técnica, impulsionados pela decadência da ordem escravista, a definição das hierarquias sociais de certa forma migrara da grande armadura romântica que tinha como lastro a escravidão, para o discursos científico, que ostentava como linha divisória a inferioridade biológica das raças não-brancas.

Podemos aduzir, por conseguinte, que o racismo de Alencar, de maior capacidade de incorporar os elementos não-brancos, traduzia nesse aspecto um projeto de Nação menos comprometido com a implantação súbita e radical das relações de trabalho assalariadas – ou seja, mais distante da revolução burguesa que se deixava

⁴⁴⁴ “O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como o principal efeito de qualquer empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo.” *O Abolicionismo*, p. 66.

⁴⁴⁵ Op. cit. pp. 58-59.

entrever nas frestas irregulares dos movimentos contestatórios. Nabuco, por seu turno, era a voz em maior sintonia histórica com o processo de substituição do regime de trabalho, e seu racismo assumiu, paralelamente, o tom mais assertivo e menos flexível que caracterizava a sua geração.

A Nação de Alencar *incorporava* na exata medida em que *hierarquizava*. Resgatando como sujeitos os escravos, Alencar promovia a um só tempo a sua alforria simbólica e a sua adesão política à direção do jovem homem branco chefe da família burguesa. Reconhecia um lugar ao negro, abria o continente americano à civilização africana, em um regime de acolhimento que significava uma passagem da *incapacidade* à *aliança política* em torno da Nação. A abolição espontânea da escravidão selaria essa passagem subordinada no negro à civilização, em tudo paralela ao movimento da própria Nação em direção a uma modernidade que não cabe com exatidão no compartimento dos valores burgueses.

O teatro alencarino confirma não apenas a integralidade orgânica dessa teoria política, confiante na energia da arte como veículo de valores e transformações culturais, em sentido amplo. Confirma o duplo movimento de emancipação e subordinação, de passagem e mútua determinação entre *autonomia* e *heteronomia*, no interior de uma comunidade nacional que projeta imediatamente uma comunidade política, e que se diferencia enquanto comunidade política pelo jogo de hierarquias e distribuição de papéis sociais de que se compõe.

No entanto, vimos até agora as relações entre senhor burguês e o escravo doméstico urbano estilizadas no laboratório moral que é o teatro realista. Mas a escravidão também figurou no romance alencarino, em livros como *Til*, de 1872, e *O Tronco do Ipê*, de 1871, retratos da vida rural oitocentista e pesquisa atenta de seus costumes. A análise da representação da escravidão e dos escravos nesses livros nos permitirá uma maior generalização dessas conclusões.

3.3 A escravidão e o silêncio

Til é um romance dominado pela pedagogia. O tema, como já tivemos ocasião de assinalar, é caro a Alencar. O esclarecimento das “massas” pela liderança virtuosa dos homens públicos no parlamento é um mote estruturante da sua teoria da representação. Em *Til*, é Berta, a menina interiorana, produto acabado das qualidades de seu meio e de sua criação e dona de uma excepcional vitalidade de espírito, que domina

o enredo, irradiando a razão contra a obscuridade encarnada em personagens como o jagunço João Fera, o doente mental Brás, a velha negra louca Zana.

No retrato do ambiente da fazenda há lugar para o convívio de Berta com todos os tipos da cena rural, incluindo os escravos que servem na lavoura. A menina transita sem preconceitos entre os escravos, como entre as crianças de diferentes posições sociais, e ainda entre os capangas e tipos violentos. Como que encarnando o poder de sedução do entendimento e da virtude, sob sua influência desaparecem os vícios e as limitações desses tipos, tismados de deformações morais e físicas das mais diversas ordens, descritas muitas vezes, como assinalara Antonio Candido, com um sem-pudor quase naturalista⁴⁴⁶. Para Candido, *Til* “é uma exibição de malvados, a partir de uma vilania inicial, formando roda em torno da bondade e da inocência” encarnada na menina Berta, uma dessas personagens de Alencar que impressionam pela densidade.

Há contudo, como que uma periferia do registro romanesco, uma periferia descritiva, às vezes apartada do enredo de tal forma que parece não se justificar no livro senão pela exigência programática, central em nosso romantismo, de retratar “lugares, cenas, fatos, costumes do Brasil”. Para Candido, trata-se de “consequência imediata e salutar” de um nacionalismo que, “por intenção programática”⁴⁴⁷, mas também, em parte, por exigência da forma literária (o romance), parece empenhar-se no levantamento empírico de tudo quanto seja local e característico, como, aliás, a escravidão e os escravos.

Em *Til*, romance de 1872, que se insere no subgrupo do romance *fazendeiro*, na expressão de Antonio Candido, há uma longa cena descritiva de um samba (capítulo V da parte IV do livro), na senzala da fazenda de Luis Galvão, que é o cenário da trama. O episódio tem fracas ligaduras com o enredo; dá como que o ambiente característico de alguns personagens secundários de maior destaque e prepara a cena de um incêndio no canavial, de alta voltagem dramática e narrativa.

Em si mesmo, no entanto, o episódio tem o interesse próprio da descrição, e do que possivelmente ela revela em termos de pressupostos. Uma primeira característica notável é que a narrativa se deixa entrecortar pela transcrição de trechos das cantigas de samba entoadas pelos escravos, denotando o claro esforço de registro, muito parecido, aliás, com o que o leitor de hoje encontra em João Guimarães Rosa e Mário de Andrade.

⁴⁴⁶ Cf. *Formação da Literatura Brasileira*, vol. 2, p. 208.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 99.

Intitulado “O Samba”, o capítulo narra a festa na senzala, e é marcante o naturalismo e a minúcia descritivos, que começam aproximando o leitor da senzala, de onde emana um burburinho, envolto nos “retumbos soturnos do jongo”⁴⁴⁸. A reprodução longa de um trecho exemplar é necessária, para que se tenha uma idéia do estilo de que essa descrição se reveste:

Em torno da fogueira, já esbarrondada pelo chão, que ela cobriu de brasido e cinzas, dançam os pretos o samba com um frenesi que toca o delírio. Não se descreve, sem se imagina esse desesperado saracoteio, no qual todo o corpo estremece, pula, sacode, gira, bamboleia, como se quisesse desgrudar-se.

Tudo salta, até os crioulinhos que esperneiam no cangote das mães, ou se enrolam nas saias das raparigas. Os mais taludos viram cambalhotas e picham à guisa de sapos em roda do terreiro. Um desses corta jaca no espinhaço do pai, negro fornido, que não sabendo mais como desconjuntar-se, atirou consigo ao chão e começou de rabanar como um peixe em seco.

No furor causado pelo remexido infernal, alguns negros arremetem contra a fogueira e sapateiam em cima do borralho ardente, a escorrer do braseiro.

Entre estes o primeiro e o mais endiabrado foi Monjolo; tomando por sua parceira de batuque a própria fogueira, atirou-lhe tais embigadas, que a pilha de lenha derreou e foi esboroando-se. Entretanto o negrinho, a requebrar-se, abria o queixo e atroava os ares com esta cantiga:

Cadonga, deixa de partes
É melhor enganar,
Que este negro da carepa
Não há fogo pra queimar.

Salvo os *rr* finais que ele engolia e os *ll* afogados em um hiato fanhoso, tudo mais era produção do estro africano, e da sua veia de improviso.⁴⁴⁹

A imagem de uma cantoria e da dança infernal, em que os corpos quase que se dilaceram no frenesi da festa, formam um quadro sugestivo e poderoso, tanto pela exuberância da descrição, quanto pela forte impressão que releve da própria minúcia, do registro detalhado, que indica a fidelidade de observação. A transcrição da cantiga, seguida do comentário sobre a pronúncia e a origem etnológica da capacidade de improviso demonstrada pelo negro, terminam de encerrar o episódio como que em um parêntesis, que se abre na narrativa, para o exercício quase puro do registro documental.

A descrição opera de um lado pelo recurso à expressividade – a dança é como um delírio desesperado, quase sôfrego, em que a ênfase está na variedade sem

⁴⁴⁸ *Obra Completa*, v. 2. p. 823.

⁴⁴⁹ *Obra Completa*, v. 3, p. 824.

coordenação dos movimentos do corpo –, e de outro por comparações nas quais aqueles mesmos movimentos são como os de animais, sapos ou peixes.

É uma das poucas passagens de Alencar em que o cotidiano dos escravos, seus costumes e festejos, são captados vivamente pelo desejo geral de registrar os elementos característicos da vida local. Não há como negar, na descrição, contudo, uma brutalização do negro, que é reforçada pelo comentário sobre a sua forma característica de pronúncia.

Há ainda mais uma implicação da cena, que interessa mais de perto ao enredo. O samba na senzala termina com a briga entre duas escravas. Uma é Florência, “negra da roça”, “uma estátua de Juno, toscamente lavrada em mármore negro, e coberta com um cabeção de renda que lhe mostra o colo, e uma saia de riscado caída até o meio das pernas musculosas”⁴⁵⁰. A outra é a mucama Rosa, personagem já introduzida no romance. A briga se dá por causa do pajem Amâncio, disputado pelas duas escravas. A descrição do início da briga também é ricamente expressiva: “Os alvos dentes de Rosa brilharam engastados em um riso de escárnio, que lhe arregaçava os lábios carnudos; e dentre as fendas dos incisores partiu um rápido esguicho, que bateu em cheio na cara da outra”⁴⁵¹. A briga rapidamente se generaliza, evidenciando a divisão hierárquica entre os escravos mais próximos à Casa-Grande, os pajens e as mucamas, e os “negros da roça”, aplicados ao trabalho pesado da lavoura e habituados ao manejo da enxada, inferiores na escala social da fazenda escravocrata.

Em outra cena do romance, um outro festejo tipicamente escravo, a Congada, é igualmente retratada com atenção ao detalhe, embora aí o ambiente seja o pequeno centro urbano, com a praça da matriz e seus edifícios circundantes, “a cidade da Constituição, outrora vila de Piracicaba”⁴⁵². O quadro pintado por Alencar contém alguns elementos sugestivos, que convém reter:

Adiante vinham o rei e a rainha do Congo, montando soberbos cavalos ricamente ajaezados, e trajando custosas roupas de veludos e sedas. Seguiam-se os cavaleiros e damas da corte, que não ficavam somenos aos soberanos do imaginário reino africano.

Fazia de rainha Florência, que nesse dia triunfava sobre a rival, a mucama Rosa. O rei era o pajem de um ricaço da vizinhança; e todos os outros personagens, cativos das fazendas próximas.

O luxo que ostentavam fora pago, parte com as suas economias, e parte com dádivas dos senhores, cuja vaidade se personificava nos próprios escravos. Cada um desses ricos fazendeiros se desvanecia da

⁴⁵⁰ Idem, p. 825.

⁴⁵¹ Ibid. p. 826.

⁴⁵² Ibid. p. 843.

admiração que sentia o povo pelas roupas vistosas que traziam galhardamente seus pajens, e pelos soberbos cavalos fogosos que ele meneavam com certo donaire.

No meio das figuras, vestidas à antiga e de fantasia, saltavam outras, cobertas ou antes erriçadas da cabeça aos pés com os molhos de um capim duro e hispido. Agitado pelo contínuo movimento, produzia essa croça verde um vivo sussurro, ao qual respondiam os chocalhos de latas e as cabaças, que tangiam os pretos assim mascarados.

Esse resquício dos folgares e danças dos índios caiapós dava à festa africana uns ressaibos americanos, que faziam inteiro contraste com as galas e louçanias emprestadas pela moda européia, ou pelos usos do Oriente.⁴⁵³

O desfile tem um quê de carnavalesco, com a inversão simbólica completa das hierarquias habituais. Mesmo a hierarquia no interior da classe dos escravos se inverte, com Florência, negra da roça, assumindo a posição de rainha, e com isso subjugando a mucama, e com isso subjugando a mucama Rosa, sua rival. O custo dessa inversão, que é a ostentação de fantasias luxuosas, era pago tanto por escravos como por seus senhores, que lhes transfundiam a sua própria vaidade, ostentando a sua escravaria como símbolo de riqueza. Diferentemente do festejo do samba na senzala, a congada introduz lateralmente o tema da relação entre senhor e escravo, tal como a desenha Alencar. O júbilo do senhor pelo luxo ostentado por seus escravos guarda estreita relação com o tema do bom tratamento dos escravos e da bondade dos senhores – que permitiam que os escravos festejassem e mantivessem suas próprias economias.

Curioso também é ver nessa cena o cruzamento de duas tradições, a africana e a indígena, essa mais remota. Alencar as funde, como que com o intento de mostrar o hibridismo cultural em que estavam imersas aquelas tradições africanas, uma vez transplantadas para o Brasil, e travestidas ainda das influências européias e, por meio destas, também das orientais. A descrição minuciosa do cortejo, com suas roupas e adereços, além de assinalar a inversão das hierarquias e restituir, no plano simbólico, a nobreza dos soberanos africanos, evocando uma outra hierarquia também de natureza monárquica, dá a idéia de que a conjugação desses distintos elementos tradicionais obedece a algum tipo de ordem. É como se no interior da população escrava vigessem estratificações análogas àquelas que medram na sociedade rural brasileira entre senhores, homens livres pobres e escravos, estabelecendo-se, assim, uma relação de simetria ou de espelhamento conjugada com um desnível essencial marcado pela escravidão.

⁴⁵³ Ibid. pp. 844-845.

Em *O Tronco do Ipê*, livro de 1871, os personagens escravos estão mais implicados no enredo do romance, e o seu retrato aparece a um só tempo mais integrado na trama narrativa e mais imerso na atmosfera *judicativa* que emana do enredo. Em particular, uma relação que apenas se esboça em *Til*, ganha força total neste livro anterior: é a relação entre escravo e senhor, significativamente consubstanciada na relação entre o preto velho e a criança criada na fazenda.

O Tronco do Ipê é contemporâneo das batalhas de Alencar contra a abolição. Não estranha encontrar-se em plena situação narrativa do romance o afloramento do tema político quase que dispensando qualquer mediação formal. Há um capítulo na segunda parte de *O Tronco do Ipê* que se chama “O Batuque”. Ali também se faz menção a um samba. Neste, contudo, participam como platéia os brancos. Na noite de Natal era permitido aos pretos festejarem à sua maneira, e “os senhores estavam no costume de por esta ocasião honrar os escravos, assistindo à abertura da festa que principiava pelo infalível batuque”⁴⁵⁴.

O começo do samba, dá a entender Alencar, é morno, em virtude do recato que a presença dos senhores impunha. Os trajes festivos dos escravos, uma mistura de usos europeus e orientais: “Assim não era raro ver-se um cavaleiro português de turbante, e um mouro com chapéu de três bicos”. Assistem à cena o Barão da Espera e sua família, entre a qual se acham o protagonista Mário, o menino pobre da primeira parte do livro, que voltara da corte onde concluíra os estudos, e um conselheiro do Império, o Sr. Lopes, que faz campanha política entre seus amigos fazendeiros. Nessa cena, dá-se o seguinte diálogo entre o jovem estudante Mário, orgulhoso menino pobre que crescera na fazenda, e o velho conselheiro Sr. Lopes:

O conselheiro, que não perdia ocasião de angariar as simpatias dos fazendeiros de quem dependia a sua reeleição, fez um discurso a respeito do tráfico.

— Eu queria, disse ele concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo, para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo.

— É exato, disse Mário. A miséria das classes pobres na Europa é tal, que em comparação com elas o escravo do Brasil deve considerar-se abastado. Mas isso não justifica o tráfico, o repulsivo mercado da carne humana.

— Utopias sentimentais!...

— Perdão; eu compreendo que nos primeiros tempos da colonização o tráfico fosse uma necessidade indeclinável. A sociedade humana não é uma república de Platão, mas um ente movido pelos instintos e as paixões dos homens de que se compõe. Eram precisos braços para

⁴⁵⁴ *Obra Completa*, v. 3, p. 644.

explorar a riqueza da colônia; o europeu não resistia; o índio não sujeitara-se; compraram o negro; mais tarde o tráfico tornou-se um luxo, e produziu um mal incalculável porque radicou no país a instituição da escravidão.

O conselheiro ouviu desdenhosamente ao mancebo; e longe de mostrar-se benévolo pelo jovem talento, ralava-se, vendo outrem disputar-lhe a atenção, que até então lhe pertencia exclusivamente.⁴⁵⁵

A eloquência do jovem talentoso e orgulhoso Mário reitera expressamente na superfície do texto literário o sumo das teses articuladas por Alencar em outro meio, o dos discursos e dos escritos políticos. Mário, pelo temperamento orgulhoso e um tanto recluso, e também pelas suas opiniões, bem se vê, é provavelmente um dos mais bem acabados auto-retratos de Alencar na sua obra.

O Tronco do Ipê também retrata a capilaridade do mundo da política em associação tensionada com a fazenda⁴⁵⁶, e o diálogo transcrito acima dá bem o tom que percorre o livro, e serve de lastro empírico à tese ali sumariada: o da íntima e harmoniosa convivência entre escravos e senhores, mediada por diversos laços mútuos de amizade e respeito. Significativamente, a primeira figura apresentada no livro é a de Pai Benedito, habitante antigo da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão. O preto velho é pintado por Alencar como “um desses veteranos da enxada, que adquiriram pela existência laboriosa o direito a uma velhice repousada”, e que “costumam inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência”⁴⁵⁷.

Os dois protagonistas, Mário e Alice, são crias do meio rural, duas crianças acostumadas ao contato direto com a natureza e com a escravaria. Despojados da intimidade com as convenções sociais da corte, eles por outro lado ostentam uma nobreza talhada no contato com a natureza exuberante da fazenda. O contraste entre Alice, menina faceira da fazenda que gosta de chupar fruta no pé, e Adélia, sua companheira criada na corte, refinada e afrancesada, que tem aversão a toda mais crua do ambiente rural, serve de pretexto para que Alencar ponha em relevo os valores autênticos que atuam no meio patriarcal que irradia da Casa-Grande, demonstrando total predileção por Alice⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ Idem, p. 645.

⁴⁵⁶ Para Gilberto Freyre, *O Tronco do Ipê* é o romance “caracteristicamente de casa-grande aristocrática, com sinhás e mucamas, ioiôs e negros velhos do tempo da escravidão, com barão, padre e até compadre”. Em *Reinterpretando José de Alencar*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955, p. 24.

⁴⁵⁷ *Obra Completa*, v. 3, p. 526.

⁴⁵⁸ Novamente, com Gilberto Freyre: “Alencar faz de Alice um elogio em que se define, talvez melhor do que em qualquer outro dos seus romances, seu ideal de arte, de vida e de mulher brasileira. Uma arte, uma vida, um tipo de mulher que já se esboçavam, dentro do próprio sistema patriarcal de família rural, embora contrariadas suas expressões mais arrojaas por esse mesmo sistema. (...) E encantado

A cena que bem ilustra essa predileção é aquela em que Alice inicia uma subida em uma árvore, para apanhar a fruta que deseja, e é impedida pelo coro das mucamas e pajens, ao qual adere Adélia, reprovando a atitude quase masculina da menina. O contato direto com a natureza é função mediadora dos escravos, que provam antes o fruto, para saber se estão bons o suficiente para serem consumido pelos jovens senhores.

No cortejo de escravos domésticos que cerca a jovem trupe de Mário, Alice e Adélia, distinguem-se as mucamas Felícia e Eufrosina, também opostas em temperamento, esta serviçal mais afeita à obediência, aquela mais rebelde. Em determinado momento do passeio das crianças com os escravos, Eufrosina, tendo sido alvo de uma brincadeira de Mário, que lhe atirara uma jaca madura à cabeça, sai raivosa de cena, prometendo pedir venda a sua senhora, em virtude da zombaria das crianças, e exclama: “Se não presto mais, então me vendam! ... Depois é que hão de ver! (...) Senhor bom é o que não falta!”⁴⁵⁹.

A relação mais estreita entre criança e escravo, contudo, é a protagonizada por Mário e Pai Benedito. Entre os dois medeia o mistério que anima a trama: Pai Benedito havia sido escravo e amigo devoto do pai de Mário, que morrera em circunstâncias misteriosas, associada à propriedade da fazenda. O preto velho, ao ver o garoto Mário, “expandia-se em júbilo, mostrando duas linhas de dentes alvos como o jaspe”⁴⁶⁰. O garoto, por sua vez, também nutria-lhe grande afeição, e essa afeição era o maior contentamento possível para “a alma rude, mas dedicada do africano”.

Essa especial relação se modula de diversos modos, para freqüentemente inverter o par escravo/criança. Em um primeiro momento, a modulação principal iguala o escravo à criança, até na linguagem que emprega. Em um dado momento, depois do júbilo que demonstra Benedito com a chegada de Mário, que vai visitar a casa do escravo, intervém o narrador para o seguinte comentário:

A linguagem dos pretos, como das crianças, oferece uma anomalia muito freqüente. É a variação constante da pessoa em que fala o verbo; passam com extrema facilidade do ele ao tu. Se corrigíssemos essa

com aspectos rurais do sistema patriarcal brasileiro – aqueles em que os excessos de poder do Pai ou Patriarca de casa-grande eram como que corrigidos ou atenuados pela influência das mães – a branca, a índia, a mestiça, a negra e, principalmente, a da Mãe Natureza – Alencar, ainda a propósito de sua querida Alice, repara do tipo de mulher das melhores casas grandes da época – isto é, a primeira metade do século XIX – que “a civilização européia já tinha, é certo, polido esse tipo nacional, mas não lhe desvanecera a originalidade”. Op. cit. p. 27,

⁴⁵⁹ *Obra Completa*, v. 3, pp. 535-536.

⁴⁶⁰ Idem, p. 542.

irregularidade, apagaríamos um dos tons mais vivos e originais dessa frase singela.⁴⁶¹

Não são raras as vezes que o preto Benedito, alto e robusto, repete o gesto arquetípico de Alencar, e curva-se para beijar as mãos do menino Mário, a quem adora, como adorava a seu antigo senhor. A modulação seguinte, depois de situar escravo e criança no mesmo plano, inverte a equivalência do escravo adulto com a criança livre, para estipular um convívio entre os dois por meio do qual, sem qualquer interferência da coerção que caracteriza a escravidão, o menino passa naturalmente a uma posição hierarquicamente superior: “Nada mais interessante, do que ver o negro atlético dobrar-se ao aceno de um menino; lembrando um desses enormes cães da Terra-Nova, que se deixam pacientemente fustigar por uma criança, mas estrangulariam o homem que os irritasse”⁴⁶².

Essas modulações, passagens recíprocas entre a criança e o escravo, pelas quais as qualidades físicas da robustez do preto velho têm o seu equivalente na dureza moral do menino, enquanto moralmente o escravo é figurado como criança, compõe um quadro segundo o qual a liderança exercida por Mário decorre da força de seu caráter, e prescinde de qualquer comando mais bruto ou rude. No romance, no entanto, essa característica permeia de um modo geral o relacionamento entre escravos e senhores. Há uma idealização tanto do negro como do branco. Do primeiro, acentua-se a força física e uma certa dignidade compatível com a rudeza de espírito. Em um momento, Pai Benedito forma o seguinte quadro: “A grande estatura no negro de pé sobre o rochedo, iluminada em cheio pelo sol, e moldurada pela natureza agreste que o rodeava, era digna de um cinzel”⁴⁶³. Do segundo, se tomamos personagens como Mário e Alice, ganha proeminência a autoridade moral, que domina pela compaixão e pela virtude.

O escravo como criança, e a criança em posição de direção moral, são as imagens mais fortes que emergem do registro romanesco da escravidão em Alencar. Nesse retrato da escravidão, em um contexto mais próximo da principal atividade produtiva do país – o contexto rural –, podemos reter tanto a preocupação em registrar o desdobramento hierárquico no interior da própria escravaria, segundo círculos concêntricos de autoridade e prestígio que emanam da Casa-Grande, bem como a

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Ibid. p. 543. Outro momento em que é patente a inversão é quando Benedito e Mário contemplam silenciosos o lugar em que uma cruz sinaliza a sepultura do pai de Mário: “O menino permaneceu imóvel diante da cruz; e o preto velho, encostado ao tronco do ipê, cobria-o com um olhar de compassiva ternura, repassado contudo de respeito. Naquele momento dessas duas almas, a viril era a da criança, a infantil era a do velho”. p. 557.

⁴⁶³ Ibid. p. 559.

decisiva equivalência entre escravo e criança, o que permite um múltiplo jogo simbólico, no qual no mais das vezes a criança encarna a virtude que conduz o escravo pela mão e o redime.

Nesse sentido, há uma notável complementaridade entre o realismo cênico do teatro e o realismo documental do romance regionalista de corte romântico. Ambos resgatam o negro como personagem, e ambos situam-no uma escala social demarcada de antemão pela própria linha da escravidão, mas no interior da qual também existem arranjos hierárquicos. No teatro como no romance, para cada ato de resgate, há o estabelecimento de uma liderança, que é dada aos protagonistas brancos ou livres, dos quais depende em última instância a direção da ação.

Também no teatro, como no romance fazendeiro de “casa-grande aristocrática”, há um nítido e ruidoso silêncio sobre a coerção externa que caracteriza o trabalho compulsório. No caso de *Mãe*, é o silêncio da lei, que produz o absurdo característico do elemento dramático. Nas cenas de *Til*, é ordem das senzalas, com suas cercas e com a divisão entre o terreiro e a Casa-Grande. Tanto o teatro como o romance silenciam sobre os mecanismos aí operados. Não há, como notara Silviano Santiago a propósito da forma como Dom Antonio de Mariz exercia seu poder, em *O Guarani*, um exercício atual da violência – há apenas a força silenciosa do respeito à instituição, constituindo o ruído de fundo que perpassa toda a figuração literária da escravidão em Alencar.

Ela é como uma armadura invisível, confundida no próprio tempo da ação, que já dispôs os personagens em determinados lugares, e já traçou os limites que não podem ser jamais trespassados. No caso de *Mãe*, a força silenciosa desses limites é precisamente o que alimenta a força dramática, que em última instância deveria abalar o fundamento em que assentam esses limites na consciência do público letrado da corte.

A representação do escravo na literatura de Alencar, seja no contexto essencialmente humanizante que é o teatro realista – onde o curso da ação responde às escolhas autônomas dos personagens – ou ainda no molde mais conservador do realismo documental próprio ao romance de costumes, ao projetar uma harmonia essencial de interesses de escravos e senhores, põe a descoberto, contraditoriamente, a imensa massa de violência necessária para sustentar aquele mundo mesmo que o autor procura *normativamente* representar.

O ruído de fundo dessas obras, que se amplifica bastante em romances como *O Guarani*, o esteio silencioso da tentativa de pactuação de que elas essencialmente tratam, é a violência, tão abrangente e difusa quanto o enorme esforço no sentido de

tudo harmonizar. No negativo da aliança entre o escravo e a família branca, seja ela burguesa ou, ao contrário, patriarcal, aparece, pela ausência, toda a extensão da coerção social.

Humanizando o escravo, com as limitações que são evidentes, Alencar deixa aparecer, em negativo, o substrato essencialmente violento que governa a relação escravocrata e seu mundo social correspondente. A operação a que ele se dedica, com admirável obstinação, consiste em converter essa massa enorme de violência social difusa e devoluta em sedimento de um pacto em torno da nacionalidade, do progresso, da civilização. A coerção internaliza-se, por assim dizer, como regulador subjetivo das expectativas recíprocas dos atores sociais – torna-se a índole benéfica do senhor, aqui, ou a amizade do escravo pela família, acolá. Em todo caso, o que é crucial constatar é que toda a energia aplicada nessa operação representacional indica a extensão da violência social que ela busca cobrir e converter em energia política.

Para avançarmos nessa linha de interpretação, e levar adiante a hipótese, é necessário verificar como esse projeto se articula para além da discussão sobre a escravidão. Em outras palavras, é necessário ver como Alencar pensa e representa o seu projeto político nos termos com relação aos quais a escravidão é apenas um aspecto funcional – embora extremamente significativo.

No capítulo seguinte, procuraremos investigar como se dá essa pactuação em prol da Nação, e sua hierarquização interna, no interior do projeto cultural mais acabado de Alencar: o do seu romantismo indianista, com suas necessárias fundações históricas e políticas.

4 O HORIZONTE DA MODERNIDADE - RAÍZES E SENTIDOS DO PROJETO INDIANISTA E ROMÂNTICO DE ALENCAR

Este trabalho até aqui utilizou a palavra “modernidade”, sugerindo que Alencar produziu uma teoria política preocupada com a passagem da Nação à modernidade, sem parar para refletir conceitualmente sobre o seu significado. Claramente, esse significado deve ser procurado no corpo da estrutura de intencionalidades políticas que estamos investigando, e não abstratamente fora dela.

Quando defendia a superioridade do governo representativo, em seus artigos de 1859, Alencar dizia expressamente que o Brasil, adotando essa forma de governo desde a sua “infância”, tinha pela frente um caminho mais venturoso do que o de outras nações no seu desenvolvimento futuro⁴⁶⁴. Quando articulou uma teoria da escravidão moderna e da sua abolição espontânea, e estabeleceu-lhe um horizonte político e programático pondo a descoberto a sua relação com o regime monárquico, Alencar igualmente projetou para o futuro o destino do país, e utilizou essa projeção como principal guia normativo da sua teoria.

A defesa da abolição espontânea possuía uma série de conseqüências, de grande alcance para uma reconstrução da teoria política de Alencar, que procuramos mapear nos dois capítulos anteriores. Talvez a principal delas fosse a de resgatar sujeitos sociais e investi-los de papéis pré-determinados, como forma de solucionar o problema essencialmente “moderno” da implantação do trabalho livre preservando uma unidade essencial para a Nação como estrutura de hierarquias sociais.

Desse ponto de vista, os conceitos de “nação” e “modernidade”, ainda que não encontrem estabelecido sistematicamente o seu significado em Alencar, se mostram mutuamente implicados. Estabelecer a ordem social da Nação é, de alguma forma, imediatamente projetá-la no *tempo*, ou seja, estabelecer também um curso histórico que a atravessa, e cujo sentido (em termos culturais ou ideológicos, ou em ambos) deve ser procurado nas suas origens. Mas a ordem, se faz derivar o seu fundamento de pressupostos hierárquicos, deve não obstante se legitimar modernamente – isto é, por meio do sistema representativo, que caracteriza o governo “livre”. *A nação, fundada na hierarquia, se constrói simultaneamente ao ingresso na modernidade política, e como*

⁴⁶⁴ Uma das primeiras recorrências marcantes nos textos políticos de Alencar, muito reveladora da sua concepção de história, é a metáfora do país novo como “criança”. Já em crônica de 1854, o Brasil é uma “criancinha de 30 anos” (*Obra Completa*, v. 4, p. 642).

forma particular articulada para esse ingresso, no interior do seu próprio corpo teórico. Muito da teoria da representação de Alencar, como vimos, se equilibra na tentativa de acomodar a exigência moderna de legitimação política pelo voto com a estrutura hierárquica da *Nação* unitária, derramada em um território vasto, que replica aquele sistema de distinções sociais no interior do “povo” político (com eleição por graus e diversos níveis de capacidade civil e política). O que temos tentado mostrar é que esse processo de dupla constituição não é apenas simultâneo, mas organicamente entrelaçado.

Por isso, não vamos aqui dissecar tradições filosóficas em busca do significado dos termos “nação” e “modernidade”, mas vamos procurar precisá-los como conceitos operativos da nossa reconstrução do pensamento e do projeto político de Alencar. Para tanto, investigaremos o indianismo e o romantismo como as tradições contra as quais poderemos identificar a feição que assume a *modernidade social* para Alencar. Um pressuposto que procuraremos desenvolver é o de que essa modernidade social espelha-se em uma atitude também moderna quanto à literatura, à língua e à cultura, evidenciada pela consciência crítica do projeto literário de Alencar, e encontra também seus limites ali onde essa consciência literária e cultural esgota suas virtualidades em termos de autoconsciência estética. Nesse espelho estético, e nas suas limitações, mostra-se uma versão da sociedade e seus valores. Em termos mais sintéticos, verificaremos os limites da modernidade cultural de Alencar como índices da natureza a um só tempo moderna e hierarquizante de seu projeto político – do qual a dimensão cultural é inseparável.

Além disso, cumprirá verificar também qual é e como opera o conceito de história em Alencar. Pelo que indicamos até agora, o seu projeto de Nação é essencialmente a indicação de uma *via de acesso a uma versão da modernidade social e política*, e por isso se constitui no tempo, *em transição*⁴⁶⁵. A Nação de Alencar é essencialmente histórica como conceito normativo – isto é, depende de uma certa concepção de história na qual o progresso é a direção natural.

Como uma espécie de síntese dessas duas fontes conceituais (“modernidade” e “história”), procuraremos ver na construção do romance histórico e indianista de Alencar – com foco principal n’*O Guarani* – a execução de um projeto político e cultural em que o jogo entre hierarquia e autonomia constitui e plasma de forma bem

⁴⁶⁵ O próprio Alencar é que utiliza a palavra, dentro do seu esquema em que as etapas do desenvolvimento histórico são figuradas pela alusão às etapas da vida individual: “Nos grandes focos, especialmente na Côte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos”, em “Bênção paterna”, *Obra Completa*, v.1, p. 496.

determinada a estrutura das representações sociais. Nesse sentido, procuraremos reexaminar o valor explicativo e interpretativo das tradições romântica e indianista com relação ao caso específico representado pelo indianismo alencarino, tomando como ponto de partida algumas das interpretações representativas da recepção crítica mais recente do romance, e a leitura “política” que ela elabora.

Podemos adiantar que essa procura de um sentido moderno na literatura de Alencar comparece em análises recentes da obra do escritor, com diferentes implicações. Um caso bastante exemplar é o recente livro de Lucia Helena, *A Solidão Tropical – o Brasil de Alencar e a Modernidade*⁴⁶⁶, em que a autora procura ver no *topos* da solidão romântica do *eu* uma categoria capaz de iluminar o papel de Alencar como intelectual independente, que logrou não apenas registrar, como também problematizar os impasses da formação social da nacionalidade e da sua transição em direção à modernidade caracterizada pelos padrões internacionais dos “países mais adiantados”. Em tom mais indicativo do que conclusivo, a análise de Helena, partindo de um desconforto quanto às interpretações que conferem um caráter conservador à obra romântica de Alencar, situa a modernidade e uma certa capacidade crítica do seu projeto estético e ideológico no bloco mais abrangente do projeto romântico.

Segundo essa abordagem, Alencar é um moderno como que por contaminação, e os limites da sua atitude eventualmente crítica com relação aos padrões burgueses inscrevem-se no conjunto de pressupostos que a própria tradição romântica já prepara para essa crítica. Mesmo aquela problematização que segundo Lucia Helena a fortuna crítica teima em não registrar – ventilada nos bosquejos mais melancólicos do romance histórico e indianista, e numa concepção catastrófica da história – pode sem muito erro ser deduzida dos esquemas românticos mais gerais⁴⁶⁷.

O que estamos querendo indicar é que o confronto com a tradição romântica, se fornece o quadro geral, não oferece a forma específica que assume o do projeto cultural alencarino, embora o circunscreva. Noutra perspectiva, Roberto Schwarz, mostrando como o romance urbano de Alencar e sua “inconsistência substancial”⁴⁶⁸ foi um passo

⁴⁶⁶ Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

⁴⁶⁷ “As imagens da terra são também fundamentais (...), e são utilizadas por Alencar para aludir à complexidade da rede que se tece entre a localidade de uma cultura vista como barbárie, e a ordem da civilização, sob a forma do padrão político e econômico internacional a ser atingido pelo sistema brasileiro do oitocentos”, *A solidão tropical...*, p. 118.

⁴⁶⁸ Basicamente, trata-se da contradição entre modelo literário (romance) e matéria local, que Alencar insiste em apresentar mas não resolve, com isso mesmo alcançando refletir com consequência o estágio da vida cultural do Segundo Reinado. Cf. *Ao vencedor as batatas*, p. 68. Também é de incongruência que fala Augusto Meyer, salientando a fraqueza do enredo e da composição em Alencar, embora haja força na linguagem. Para Meyer, como, em outro plano, para Schwarz, a

decisivo na acumulação de densidade histórica que permitiria o desenvolvimento do romance entre nós, situa na dinâmica da atualização estética – que considera traço de classe em Alencar, por típico da elite pensante do Império – a atitude propriamente moderna, inclusive por não desviar, no caso, da tarefa de colocar em cena a “realidade” brasileira.

Schwarz insinua que o próprio Alencar sentiu algo do impasse a que a tarefa de nacionalização do romance fatalmente o levava, quando expressamente aludia à sua pretensão de retratar a realidade brasileira como explicação para a inconstância de um herói moralmente rebaixado, como o Seixas de *Senhora*. No entanto, a alusão à necessidade de retratar o elemento local não chegava até à percepção de contradição entre esse elemento – já não o herói de baixo relevo moral, mas os tipos da sociedade paternalista – e a forma-romance, cujos pressupostos implicavam a vigência verdadeira da ideologia e dos princípios morais do liberalismo. Moderno, no limite, por sua filiação de classe, o Alencar de Schwarz, que teria o mérito de armar obstinadamente o impasse formal que daria o tema do romance maduro de Machado de Assis, comparece como figura inaugural da “modernização conservadora”, em que pese o anacronismo.

De certa forma, o que tentamos fazer nos capítulos anteriores já foi indicar outras filiações modernas de Alencar – na teoria da representação política, na teoria da escravidão moderna, no tratamento moralista de escravidão pela dramaturgia – no limite, na própria leitura das versões mais conservadoras de idéias liberais e românticas. Em cada uma dessas filiações esteve presente a tarefa de nacionalização, e em cada uma delas uma abordagem como a de Schwarz poderia ver a tensão irresolvida entre o padrão liberal e o compromisso conseqüente com a realidade brasileira, dando lugar à incongruência dos argumentos⁴⁶⁹, ou à própria hierarquização que estamos apontando. Nosso interesse residiu até aqui menos na incongruência (que Schwarz detecta em termos de composição literária, mas que exigiria outra caracterização em termos de teoria e prática política), e mais nos efeitos desse compromisso, na consistência interna de uma estrutura de intenções. Percebemos que a consistência lógica entre os pólos dessa dualidade (modelos e realidade) mostra um controle teórico significativo da construção dos argumentos, e dá acesso a um plano analítico em que o material –

incongruência é a do “vazio brasileiro”: “(...) o vazio brasileiro, a tenuidade da consciência nacional provocando entre os filhos de uma ‘terra virgem’, onde tudo é ainda conjectural, problemático e conjugado no futuro”, em “A tenuidade brasileira”, *Obra Completa*, v.2, p. 23.

⁴⁶⁹ É o que o próprio Roberto sugere: “Na verdade os problemas de Alencar eram com pouca transposição os problemas de seu tempo, continuidade fácil de documentar com discursos e matéria de imprensa, que sofriam das mesmas contradições e desproporções”, op. cit. p. 73.

diferentemente dos efeitos “não intencionais” da adoção, já conseqüente, de uma forma literária – é a *reflexão consciente sobre a sociedade e a explicitação de determinadas ordens de valores que lhe servem de pressupostos*.

Ou seja, já indicamos os traços modernos, em termos de filiação, do pensamento de Alencar, mas é necessário examinar como essa modernidade é refletida e elaborada explicitamente e textualmente, ela mesma. Verificar qual a *versão programática de modernidade* esposada por Alencar, em seus próprios termos. Para esse passo, o romantismo dá indicações valiosas, na medida em que coloca em primeiro plano, como tarefa teórica, a reflexão sobre arte e sociedade. No entanto, teremos que analisar o caso específico da elaboração dos pressupostos estéticos, eventualmente “românticos”, por Alencar. Interessa ver nessa elaboração o reflexo da modernidade social como fator que influirá na feição do projeto cultural do qual o indianismo é a face mais forte.

Nesse sentido, investigaremos como Alencar logrou, como afirma Lucia Helena, “captar e até questionar (...) o que estava no ar da modernidade”⁴⁷⁰, mas com o objetivo de elucidar o seu programa específico, a estrutura de intenções que é anterior – *metodologicamente* – à influência do romantismo e que o instrumentaliza. Nessa investigação, não se pode perder de vista que o “ar da modernidade” brasileira continha elementos específicos que, para muitos, Alencar não chegou a captar com propriedade. Podemos lembrar a caracterização que Georg Lukács faz da literatura alemã e sua descontinuidade, efeito das “condições desfavoráveis” em que se deu a sua formação nacional⁴⁷¹. Quando a “vida nacional” se desenvolve “normalmente”, quando a revolução nacional e a revolução burguesa, por assim dizer, andam juntas, “os grandes objetos poéticos nascem orgânica e espontaneamente”, e mesmo os seus problemas formais e estéticos “decisivos”, bem como suas possibilidades de solução, encontram-se “no ar”⁴⁷².

O ar da modernidade brasileira, como notam tanto Roberto Schwarz como Augusto Meyer, não podia, então, dar as soluções que os problemas formais do romance e da literatura romântica organicamente recebiam na Europa. Segundo a análise de Schwarz, as fraquezas formais de Alencar punham em evidência as condições desfavoráveis da vida nacional no Brasil. O desacerto, como se pode ver, é o descompasso brasileiro entre formação nacional e revolução burguesa – do qual, sem

⁴⁷⁰ Op. cit. p. 37.

⁴⁷¹ Cf. *Goethe y su época*. Tradução para o espanhol de Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1968.

⁴⁷² Lukács, op. cit. p. 11.

dúvida, Alencar é o representante por excelência. Por essa razão, ao elaborar conscientemente o seu repertório estético, no qual entram e são selecionadas influências da literatura européia e da tradição brasileira, Alencar se posiciona também sobre as conseqüências sociais da revolução burguesa, que as influências européias trazem consigo, e sobre a chegada delas ao Brasil.

Afinal, não era apenas por meio da influência literária que a revolução burguesa, ou a industrialização, ou a generalização dos valores burgueses, aportava no Brasil. Irradiações suas, ou de seus problemas de implantação, eram reais e politicamente prementes na segunda metade do oitocentos brasileiro⁴⁷³, descontados todos os ajustes de escala inerentes à integração subalterna do Brasil no sistema. O cronista José de Alencar foi contemporâneo e defensor do fim do tráfico de escravos, em 1850. Registrou, nas crônicas que escreveu entre 1854 e 1855 no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*, o surto modernizante que a liberação dos capitais até então empregados no tráfico negreiro proporcionou. O assunto das crônicas, a vida urbana da corte, dava matéria para o comentário ora ingênuo, ora irônico, e mesmo às vezes pretensamente profundo, migrando para a política ou para a história; em todo caso, simpático aos “melhoramentos” típicos da fase. Outros elementos que vão se exacerbar no Alencar mais maduro também já comparecem nas crônicas. Uma crônica de 25 de fevereiro de 1855 se debruça sobre o problema da “emigração” como solução para a substituição da mão-de-obra escrava e para a prosperidade do país⁴⁷⁴, outra de 5 de novembro de 1854 jocosamente já se entusiasmava com uma fábrica de coser que importara máquinas dos Estados Unidos⁴⁷⁵.

Mas em termos de implantação do trabalho livre, Alencar esteve também, pelas razões que assinalamos no segundo capítulo, na *retaguarda da revolução burguesa*⁴⁷⁶. Seria aquela uma posição *anti-moderna*, em contraste com a modernidade estética que o romantismo punha em pauta? Teria alguma razão de ser a “contradição” entre um

⁴⁷³ Basta pensar nas relações com a Inglaterra a respeito de escravidão.

⁴⁷⁴ *Obra Completa*, v. 4, p. 728.

⁴⁷⁵ Idem, p. 671: “Dizem que o espírito da indústria tem despoetizado todas as artes, e que as máquinas vão reduzindo o mais belo trabalho a um movimento monótono e regular, que destrói todas as emoções, e transforma o homem num autômato escravo de outro autômato. Podem dizer o que quiserem; eu também pensava o mesmo antes de ver aquelas lindas maquinazinhas que trabalham com tanta rapidez, e até com tanta graça.”

⁴⁷⁶ Tomo aqui de empréstimo, invertendo, a expressão de Marco Aurélio Nogueira para Joaquim Nabuco. Pensando em como essa “retaguarda” de Alencar pode constituir ela também, a seu modo, uma “saída” moderna para a crise do Império, tenho em mente também o livro de Maria Alice Rezende de Carvalho, sobre André Rebouças, em que autora sugere uma “tipologia” baseada em Nabuco (o inglês), em Taunay (o francês) e no próprio Rebouças (o yankee). Cf. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998

“modernismo antipatriarcal nuns pontos” e o “tradicionalismo”⁴⁷⁷ de Alencar, apontada por Gilberto Freyre? Ou, por outra, uma modernidade estética confrontada com a reação regressiva “do Brasil rusticamente agrário” contra a influência “da nova Europa burguesa, carbonífera e industrial”⁴⁷⁸?

A discussão desvia do ponto. A passagem da Nação à modernidade constitui o programa político de Alencar, e explica a atuação de Alencar na retaguarda da revolução burguesa – os termos Nação e modernidade, aliás, terminam coincidindo de uma forma específica, tanto na teoria política, como na obra literária. A universalidade de uma implica a afirmação da outra. A retaguarda da revolução burguesa é a fonte da hierarquização nacional que Alencar quer *universalizar* como tal; e para tanto ele articula o seu projeto de sociedade civilizada, da qual a Nação é o suporte e lastro normativo.

A enunciação literária desse projeto tem o valor de por no primeiro plano reflexivo a relação entre os termos que o circunscrevem. A montagem da narrativa nacional assenta sobre pressupostos que são abertamente discutidos: uma teoria estética e uma teoria da história (sem a qual a Nação não existe), concebidas no compromisso com a modernidade como corolário da razão universal, dão sustentação ao mito fundacional, cujo sentido é por isso mesmo melhor apreendido à luz dessa sustentação interna.

4.1 Romantismo e reflexão estética – o belo nacional

A existência de uma “literatura empenhada” no Brasil não está desvinculada do grau de problematidade da nossa formação nacional. No romantismo, esse empenho é como que definidor, já que, historicamente, o nacionalismo é a tônica principal dos movimentos românticos⁴⁷⁹. Para Alencar, o período “especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade” impõe aos escritores a tarefa de captar as “feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo”⁴⁸⁰. Alencar tem plena consciência de que o momento histórico lhe reserva o lugar de um desbravador, cuja

⁴⁷⁷ *Reinterpretando José de Alencar*, p. 16.

⁴⁷⁸ *Idem*.

⁴⁷⁹ Segundo Eric Hobsbawm, “a difusão extraordinariamente grande dos acontecimentos artísticos entre as nações” é fato novo e característico do período romântico na Europa. É também forte demonstração da força efetiva da difusão do nacionalismo romântico e suas consequências para a formação das culturas nacionais. Além dessa difusão nacional, o desenvolvimento do romance como gênero também é digno de nota. Cf. do autor, *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 276-277.

⁴⁸⁰ “Bênção paterna”, *Obra Completa*, v. 1, p. 497.

tarefa é “desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram da refusão do idioma velho com outras línguas”⁴⁸¹. Sabe que, depois dele, outros encontrarão a matéria literária “preparada” para grandes monumentos. Subentende-se que esse mesmo estágio ambíguo da formação de uma nacionalidade impede que a máxima realização literária se dê, pois encontra ainda o idioma novo impuro, pré-nacional. Mais especificamente, a depuração do idioma, no sentido da nacionalidade, significa despi-lo dos “andrajos coloniais que andam por aí a vestir a bela estátua americana”⁴⁸². Logo, a tarefa de depuração ou estabelecimento do tom literário nacional, no caso pós-colonial, deve cuidar de captar a *diferença* sem a qual literatura nenhuma autenticamente nacional se funda.

Mas, como indicamos acima, juntamente com a nação que se consolida, também progride a sociedade, e o molde romântico, que guia para o interior a procura nacional, contém, nessa trajetória, o movimento inspirado por uma relação tensa com o progresso, que esvazia antigos conteúdos comunitários, religiosos, e os substitui pelo “interesse pessoal”⁴⁸³. O romantismo europeu quer resgatar conteúdos pré-burgueses, identificados com a Idade Média, o homem primitivo, a Revolução Francesa, e reveste esse desejo de um sentido crítico com relação a um “presente” vertiginoso e ao mesmo tempo raso de experiência.

Nessa “crítica romântica do mundo”, o povo, tanto quanto o passado mitificado, comparece como depositário de todas as virtudes e como agente criador da cultura⁴⁸⁴. Daí não ser de se espantar que Alencar veja no “viver do povo” a fonte do seu idioma novo. A tarefa literária, mais do que significar imediatamente uma atuação política (significação tanto sociológica quanto subjetiva, para o próprio agente), incorporava um sentido ético, para o qual a “missão” do escritor, levada a cabo, liberta as virtualidades de uma cultura e aprimora a sociedade (daí a frase de Vitor Hugo: “o romantismo é o liberalismo na literatura”⁴⁸⁵). Dessa perspectiva, o romantismo assumiria um sinal progressista, com um deslocamento de ênfase da crítica ao progresso para a criação da literatura nacional e o rompimento com modelos que representavam a herança colonial.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² Ibid. p. 498.

⁴⁸³ Cf. Hobsbawm, op. cit. p. 286.

⁴⁸⁴ Novamente com Hobsbawm: “O vasto movimento para coletar as canções folclóricas, publicar as antigas narrativas épicas, lexicografar a linguagem viva estava intimamente ligado ao romantismo”. op. cit. p. 288.

⁴⁸⁵ *apud* Hobsbawm, idem, p. 291.

No entanto, seria apressado dizer que, do ponto de vista da compreensão da missão romântica da literatura, Alencar adota a versão mais progressista do repertório romântico disponível. Há também em Alencar movimentos de fuga romântica de corte mais nostálgico⁴⁸⁶, há o catolicismo à Chateaubriand, que tem enorme força de influência, e ainda um fundo neoclássico, muito presente na tradição brasileira, que opera fortemente nos momentos de elaboração de uma teoria estética⁴⁸⁷. Há até a convivência material com um novo tipo de público burguês e a emergência de um público feminino.

Por isso, é necessário compor o recorte específico de uma teoria estética em Alencar, que singulariza a sua elaboração própria da tradição romântica, e evidencia as etapas de preparação para a escrita romanesca. Temos acesso a esse recorte a partir da “perigrafia textual”⁴⁸⁸ de Alencar – o conjunto de prefácios, posfácios, notas e introduções aos romances, de que é o exemplo mais famoso a “Bênção paterna” a *Sonhos d’Ouro*, de 1872. Além dessa perigrafia textual, polêmicas como a travada com Joaquim Nabuco ou o embate em torno da *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, encerram também reflexão estética sistemática.

Esse esforço de preparação, que se dá paralelamente à própria realização do romance, não deixa de ser indicativo do sentido conscientemente *programático* que o fazer literário assumia para Alencar, como também de uma etapa de nacionalização da forma-romance que se deixa captar no fato de que a voz teórica que fala nesses textos exhibe um parentesco muito próximo com a voz do próprio narrador. Traduzindo essa impressão em termos teóricos mais consagrados, temos na elaboração de uma poética em Alencar, e na concomitante *programaticidade ética* do seu narrador, indícios da dificuldade de internalizar, no romance, aquela “sabedoria consciente e conspícua do escritor” que “pode ocultar-se por trás das formas”, de que fala Lukács⁴⁸⁹. Em Alencar, a “ética do escritor no tocante ao conteúdo”⁴⁹⁰ figura muitas vezes em estado puro, em forma de reflexão, talvez deslocada formalmente no romance, por ser incapaz muitas

⁴⁸⁶ A esse respeito, cf. a *Carta ao Dr. Jaguaribe*, a propósito de *Iracema*: “Já estava eu meio descrito das coisas, e mais dos homens; e por isso buscava na literatura diversão à tristeza que me infundia o estado da pátria entorpecida pela indiferença”. *Obra completa*, v.3, p. 252.

⁴⁸⁷ Precisamente a permanência do neoclassicismo na reflexão estética de Alencar é objeto de análise detida no livro de Eduardo Vieira Martins, *A Fonte Subterrânea – José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005.

⁴⁸⁸ A expressão é de Maria Cecília Boechat, *Paraísos Artificiais – o romantismo de José de Alencar e a sua recepção crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

⁴⁸⁹ *A teoria do romance*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, p. 86.

⁴⁹⁰ Idem.

vezes de converter o seu próprio embate com a realidade em problema, mas que também se realizou nos textos teóricos que gravitam em torno da obra romanesca.

Daí ser possível enxergar, na perigrafia textual de Alencar, como faz Maria Cecília Boechat, uma “demonstrada consciência crítico-literária” que “ao refletir sobre as questões que lhe são colocadas, formula sua própria teoria poética”⁴⁹¹. Na mesma linha investe Valéria de Marco, ao ver na produção crítica de Alencar as etapas de construção de um projeto que – embora constituindo o projeto maior de “construção de uma nação independente” – “não existe aprioristicamente”, mas “vai se forjando no diálogo com a cultura, com as viagens às terras longínquas do norte ou às bibliotecas abandonadas, com acontecimentos e livros do mundo ‘ocidental’”⁴⁹². Segundo a autora, Alencar pensa “os componentes mínimos da expressão cultural particular dentro de formas particulares da produção artística, vinculando-os sempre às questões gerais da nação emergente”⁴⁹³, tais como as eleições, a propriedade, a escravidão, a imprensa, a opinião pública, o mercado editorial, etc.

Contudo, mais do que simplesmente relacionar os problemas estéticos com as “questões gerais da nação emergente”, o próprio programa estético de Alencar obedece às mesmas exigências de seu projeto político para a emergência moderna da Nação – também ele dá uma estrutura interna à relação entre os gêneros, por exemplo, pautada no papel histórico reservado à literatura no interior da estrutura mais geral da Nação. A nacionalização do romance não é apenas uma tarefa que se realiza na individuação de um idioma, ou no tratamento temático. *Também a relação entre as formas literárias se hierarquiza*, também a representação literária encontra um lugar “nacional” determinado a partir do qual consegue se universalizar.

De qualquer modo, o fato de que a reflexão estética de Alencar é forjada diante das “questões que lhe são colocadas” ou “no diálogo com a cultura”, como sugerem Boechat e de Marco, nos dá mais uma direção interpretativa – a de que a natureza dessa reflexão e os problemas concretos sobre os quais ela se debruça estão em circulação, disponíveis e atuantes, na esfera da cultura letrada no Brasil oitocentista, em cujo centro está colocado por muito tempo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e, por extensão, o próprio Imperador-filósofo Pedro II, que é um dos polemistas contra os quais Alencar move as suas *Cartas sobre “A Confederação dos Tamoios”*.

⁴⁹¹ Op. cit. p. 12.

⁴⁹² *O Império da Cortesã – Luciola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, pp. 1-2.

⁴⁹³ Idem, p.2.

Tanto quanto o repertório romântico, a própria tradição brasileira está em questão – explícita e implicitamente. A Atitude de Alencar com relação a essa tradição – a crítica a Gonçalves de Magalhães e o elogio a Gonçalves Dias⁴⁹⁴ –, pautando-se pelo princípio de superação das heranças coloniais em termos de idioma e gramática, tende a assumir o sentido de uma ruptura. No entanto, essa ruptura recupera elementos que não deixam de ter seu lastro nessa mesma tradição. Trata-se, portanto, de uma reelaboração que assenta em uma concepção histórica particular da literatura e sua “evolução”. Nisso, acerta Valéria de Marco ao salientar como “eixo de reflexão” da produção crítica de Alencar “as relações entre organização social e a produção literária”⁴⁹⁵.

A produção crítica de Alencar começou cedo na carreira do escritor, com texto publicado na revista *Ensaio Literário*, dos estudantes de Direito de São Paulo, em 1850. Nessa revista, Alencar publicou um estudo sobre a carnaúba, uma pequena biografia de D. Antonio Felipe Camarão, o índio que se aliando aos portugueses contra os holandeses daria mais tarde o herói de *Iracema*⁴⁹⁶, e o ensaio “O estilo na literatura brasileira”. Segundo Valéria de Marco, esse último texto, inacabado, revela um percurso característico do pensamento crítico de Alencar:

Essa largueza de ponto de vista lhe permite (...) sempre tratar do estilo literário vinculando-o à tradição literária, às transformações da língua, à história da nação e às particularidades desta história em relação à de outros países. Atrás de cada frase de Alencar está sempre esse grande universo.⁴⁹⁷

O grande universo referencial de Alencar será também marcante nos textos de crítica mais madura que se seguiram aos ensaios iniciais. E também já naquele texto inicial de 1850 fica estabelecida, segundo Valéria de Marco, a inviabilidade do estilo clássico, derivado do português quinhentista, como estilo da literatura brasileira. Alencar faz a apologia do “estilo moderno”, menos afeito a exprimir as “convicções

⁴⁹⁴ “Gonçalves Dias é o poeta nacional por excelência; ninguém lhe disputa na opulência da imaginação, no fino labor do verso, no conhecimento da natureza brasileira e dos costumes selvagens. Em suas poesia americanas, aproveitou muitas das mais lindas tradições dos indígenas; e sem seu poema não concluído d’Os Timbiras, propôs-se a descrever a epopéia brasileira. Entretanto, os selvagens do seu poema falam uma linguagem clássica, o que lhe foi censurado por outro poeta de grande estro, o Dr. Bernardo Guimarães; eles exprimem idéias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil tivessem no estado de natureza”, *Carta ao Dr. Jaguaribe, Obra Completa*, v. 3, p. 253.

⁴⁹⁵ Op. cit. p. 11.

⁴⁹⁶ Na *Carta ao Dr. Jaguaribe*: “Quando em 1848 reví nossa terra natal, tive a idéia de aproveitar suas lendas e tradições em alguma obra literária. Já em São Paulo tinha começado uma biografia do Camarão. Sua mocidade, a heróica amizade que o ligava a Soares Moreno, a bravura e a lealdade de Jacaúna, aliado dos portugueses, e suas guerras contra o célebre Mel Redondo: aí estava o tema. Faltava-lhe o perfume que derrama sobre as paixões do homem a alma da mulher”. *Obra Completa*, v. 3, p. 255.

⁴⁹⁷ Op. cit. p. 10.

inabaláveis” dos tempos heróicos e mais próprio dos tempos em que as “idéias caminham delirantes, várias e desvairadas”⁴⁹⁸. Será curioso notar a dificuldade do próprio Alencar em realizar as virtualidades que ele mesmo vê no “estilo moderno”. Como explica Valéria de Marco, Alencar terminaria propondo entre o clássico e o moderno uma espécie de reelaboração do primeiro pelo último, tendo como critério a matéria a exprimir. Para a autora, esse passo é aquilo que o texto embrionário de Alencar tem de mais rico:

Alencar considera que o estilo moderno ganharia “um encanto supremo” se buscasse elaborar “com esmero e cuidado” a concisão e a austeridade do estilo clássico. Admitindo que este estilo, cautelosamente reaproveitado, ainda poderia contribuir para enriquecer a expressão literária de alguns gêneros, afirma: “Nossas crônicas, nossas tradições de tempos coloniais devem ser escritas nesse estilo” sugerindo que se deveria explorar os seus contrastes com a “expressão indígena”.⁴⁹⁹

Esse esboço de um conceito de estilo reforça a nossa hipótese de que a atitude de Alencar com relação à tradição brasileira, e mesmo colonial e portuguesa, é de reelaboração e não de ruptura. As *Cartas sobre a “Confederação dos Tamoios”*, apesar do tom irônico e da crítica mais ferina, vão nesse sentido. A série de oito cartas se inaugura em 18 de junho de 1856, no *Diário do Rio de Janeiro*, do qual Alencar era o editor-chefe. O longo poema épico de Gonçalves de Magalhães, o celebrado autor de *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), havia sido declamado para o Imperador no ano anterior, e ganhara edição patrocinada pelo próprio monarca. Como é sabido, Alencar redige as suas cartas criticando o poema sob o pseudônimo *Ig* (tirado de *Iguaçu*, heroína do poema de Magalhães), e figura a si mesmo como um senhor que vive retirado da vida urbana em uma casa rústica, de onde contempla a natureza em estado puro e dedica-se desinteressadamente à leitura.

As cartas compõem, assim, um artifício literário elas mesmas, e a *persona* do crítico é cuidadosamente construída para, de certa forma, secundar a isenção de seus argumentos – o velho literato retirado da vida da corte e contemplando a natureza dá sustentação à erudição e ao distanciamento do juízo⁵⁰⁰. O procedimento seguiria caro a Alencar, que ainda escreveria as *Cartas de Erasmo*, e ventilaria em “cartas” a amigos (a Francisco Otaviano e ao Dr. Jaguaribe) suas opiniões sobre o teatro brasileiro e sobre o seu próprio romance indianista. Como assinala José Aderaldo Castello, as críticas de Alencar a Magalhães claramente “visavam mais à revelação estética do autor do que à

⁴⁹⁸ Alencar *apud* de Marco, *ibid.* p. 11

⁴⁹⁹ *ibid.* p. 12.

⁵⁰⁰ Essa também é a opinião de Maria Cecília Boechat, *op. cit.* p. 18.

crítica ao poema citado”⁵⁰¹. Esse traço distingue as cartas de Alencar dos artigos de Joaquim Nabuco, que vinte anos depois iria, com inclinação parecida, submeter o próprio Alencar ao escrutínio crítico do realismo de corte naturalista⁵⁰². O que Alencar faz, com efeito, é submeter o poema de Magalhães à régua de Chateaubriand. Na nota introdutória que o romancista redigiu para a publicação em livro das cartas, Alencar reconhece a precedência do modelo que servirá de critério crítico: “tive sim mestres como Chateaubriand e Lamartine, de quem lia algumas páginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães”⁵⁰³. Dessa operação crítica, resulta um programa poético que corresponde às realizações que o próprio Alencar entraria a tentar a partir já de 1857, com *O Guarani*.

A primeira das cartas já deixa entrever o mote central da crítica de Alencar: o assunto do poema de Magalhães, a conquista e “grandeza de uma raça infeliz”⁵⁰⁴, tirado das crônicas dos tempos coloniais, daria uma “divina epopéia” se houvesse sido tratado por um Dante. Já Magalhães não consegue dar ao assunto a grandeza que ele inspira – o seu fracasso, por assim dizer, é essencialmente formal. O poeta consegue alinhar algumas “bezas do pensamento”, mas a poesia não estaria “na altura do assunto”⁵⁰⁵. O que falta? Falta essencialmente voltagem imagética, amplitude da imaginação na descrição – no limite, falta espessura ao repertório de imagens românticas, “essa riqueza das imagens, esse luxo da fantasia”. O assunto, corretamente nacional, devia inspirar uma imagética também original “nunca sonhada pela velha literatura”⁵⁰⁶. Levando a linha de Alencar ao extremo, a frouxidão formal de Magalhães revela no fundo uma falha da sensibilidade, que não chega a ser romântica o suficiente:

Digo-o por mim: se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas bezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéias de homem civilizado.

⁵⁰¹ *A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – Setor de Publicações, 1953, p. IX.

⁵⁰² O próprio Nabuco faz menção à polêmica: “O crítico dos Tamoios havia acusado o Sr. Magalhães de ter-nos dado em o seu Tibireçá ‘uma criação monstruosa’, porque nele a religião parecia ter ‘abafado todos os nobres sentimentos, até essa voz do sangue, esse vínculo poderoso que liga os homens da mesma família e da mesma raça’. O que porém Tibireçá fez pela religião, e todos sabem a força do fanatismo, os heróis do Sr. J. de Alencar fazem-no pelo amor; até hoje o amor não foi reconhecido como o principal motor, como o primeiro sentimento das raças selvagens”. *A Polêmica...*, p. 190. A essa crítica de Nabuco Alencar responderia com argumento de autoridade, citando Humboldt.

⁵⁰³ *Obra Completa*, v. 4, p. 863.

⁵⁰⁴ Idem, p. 864.

⁵⁰⁵ Ibid.

⁵⁰⁶ Ibid.

Filho da natureza embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslizar-se no azul do céu; ouviria o murmúrio das ondas e o eco profundo e solene das florestas.⁵⁰⁷

A sensibilidade deve estar, portanto, isenta das interferências das “idéias de homem civilizado”, mas não a crítica. Curioso esse aparente paradoxo, pois toda a crítica de Alencar está amarrada por duas tradições – uma “universal”, romântica e clássica, e outra brasileira – que são as típicas idéias do “homem civilizado” brasileiro daquele tempo. Fora dessas idéias, da sua seleção e reorientação, do seu aproveitamento, resta pouco de genuinamente espontâneo ou “incivilizado” no programa de Alencar, que é um programa conscientemente cultural, que tem clareza sobre as imbricações entre estética, cultura e política, nos meandros das quais aliás se move.

As relações entre o eco profundo e solene das florestas, a obra de Deus, e o poema nacional encontram-se estabelecidas em Chateaubriand, que Alencar traduz e cita ao longo das cartas. Embora evoque muitos outros grandes poetas, como Virgílio, Racine, Milton, e muitos outros artistas, o programa começa a ser formulado com Chateaubriand, para quem, como lembra Eduardo Vieira Martins, “as maravilhas do mundo natural são provas da existência de Deus”⁵⁰⁸. Mas Deus, divindade racional, não é também uma idéia de homem civilizado? Alencar jogará com essa ambigüidade. A sua busca de uma “poesia nova”, diversa dos “adejos de uma musa clássica ou romântica”, coincide com a busca de uma natureza que, tanto quanto a sensibilidade do poeta, divorcia-se da civilização: “E entretanto a civilização aí vem; o *wagon* do progresso fumeja e vai precipitar-se sobre essa teia imensa de trilhos de ferro que em pouco tempo cortarão as tuas florestas virgens”⁵⁰⁹.

O timbre, como se vê, é de reação um tanto artificial à modernidade – o que denota o personagem criado por Alencar, um romântico que se afasta da cidade, estando mais próximo assim da musa natureza⁵¹⁰. Mas prosseguindo na crítica, o velho *Ig* passa a relacionar a série de “idéias de homem civilizado” que constitui a sua verdadeira matéria. *Ig* censura Magalhães por não dar ao povo que canta a origem heróica, desviando-se assim de Homero, Virgílio e Camões. Censura-o novamente por não dar ao poema uma abertura majestosa; censura-o, ainda, por fazer derivar a ação de um fato

⁵⁰⁷ *ibid.* p. 865.

⁵⁰⁸ *Op.cit.* p. 240.

⁵⁰⁹ *Obra Completa*, v. 4, p. 865.

⁵¹⁰ Diz *Ig*: “O resto do tempo leio; mas não leio no livro dos homens, e sim no livro da natureza, onde todos os dias encontro um novo pensamento, uma nova criação”, *idem*, p. 868.

banal. Enfim, como notaram já Aderaldo Castello e Eduardo Vieira Martins, onde a crítica de Alencar é mais incisiva é quando aponta a divergência entre o poema de Magalhães e as regras da epopéia⁵¹¹.

A segunda carta principia pela comparação com o *Natchez* de Chateaubriand. Alencar acusa com ironia o tom baixo do começo do segundo canto d'*A Confederação*, e prepara cuidadosamente a expectativa do leitor, parafraseando o enredo do poema. Nessa paráfrase, indica a voltagem que a sua prosa, mais tarde, assumiria. Diante dela, a sensação é realmente de desapontamento, quando Alencar cita os versos de Magalhães: “Pra acabar co’os ataques reiterados / Dos lusos, confederam-s os tamoios”. O efeito é cômico. E Alencar arremata argumentando que o poeta épico – longe de afastar-se, portanto, das idéias civilizadas – deve controlar com rigor os efeitos estéticos da obra:

Para mim um poeta, e sobretudo um poeta épico, deve ser ao mesmo tempo autor e ator: como autor ele prepara a cena, ordena a sua decoração, e tira todo o partido da ilusão teatral; como ator é obrigado a dar a todas as suas palavras, ao seu estilo, um tom e uma elevação que esteja na altura do pensamento.⁵¹²

O problema que Alencar identifica, como se vê, é de realização. Mas há também um critério que incide de fora – a altura do pensamento, como vimos, depende da altitude a que chega a sensibilidade romântica do autor, o que de certa forma extrapola o conjunto dos critérios formais, dando a entender a incidência de um critério cultural, do qual o personagem *Ig* é um sugestivo sintoma.

Mais adiante, a propósito de uma longa descrição em que Magalhães exalta a precisão com que o seu herói Aimbire maneja o arco-e-flecha, *Ig* o compara com Basílio da Gama e Alvarenga. Os dois últimos seria superiores a Magalhães, por possuírem, especialmente Basílio no *Uruguay*, maior poder de concisão e concreção nas imagens. Um traço do “estilo clássico” cuja falta Alencar acusa em Magalhães. Se não é romântico o suficiente, Magalhães tampouco chega a ser clássico o suficiente. Claro que Alencar também acusará em Basílio insuficiências, de um lado, como de outro certas presenças neoclássicas incômodas, de searas, neves, pastores e ninfas⁵¹³, que atribui, com lucidez, ao gosto da época.

⁵¹¹ Como nota Martins, a análise d'*A Confederação dos Tamoios* por Alencar se baseia principalmente na idéia de “decoro” – correspondência ou adequação do poema ao seu gênero e ao seu objeto. Cf. Op. cit. p. 240. Para o autor, o estilo da análise de Alencar, centrado no exame das regras dos gêneros e na verossimilhança, mostra a permanência da retórica neoclássica no romantismo brasileiro.

⁵¹² *Obra Completa*, v. 4, p. 870.

⁵¹³ Cf. idem, p. 873.

Na terceira carta, a tradição continua a cobrar de Magalhães a coerência com os modelos. O assunto são as heroínas, e a heroína de Magalhães parece a Alencar, antes de qualquer coisa, incharacterística: “as virgens índias do seu livro podem sair dele e figurar em um romance árabe, chinês, ou europeu; (...) podiam vestir-se à moda em casa de Mme. Barat e Gudin, e ir dançar valsa no Cassino e no Clube com algum deputado”⁵¹⁴. A tradição de Milton, Ossian e Chateaubriand cobra que se talhe heroínas dignas do nome.

A quarta carta é talvez a mais extensamente pontilhada de idéias de homem civilizado. Lamartine comparece com o conceito de poesia, que é “o sentimento e a sensação”⁵¹⁵ ao mesmo tempo, secundando o juízo de Alencar sobre a necessidade de controle sobre a construção formal do texto e seus efeitos. Homero e Virgílio são fontes inesgotáveis de beleza. Racine, o Virgílio moderno, não alcança a estatura do mestre. Vitor Hugo “é o poeta da forma brilhante”⁵¹⁶, com vocação para um Ticiano. Por que a enumeração? Para defender que “a poesia, a pintura e a música são três irmãs gêmeas que Deus criou com um mesmo sorriso, e que se encontram sempre juntas na natureza”. Logo, “Homero, Miguel Ângelo e Rossini é o mesmo homem”⁵¹⁷. Essa doutrina de uma estética integral curiosamente contrasta com a precisão com que Alencar detectara os desvios com relação à epopéia. Ela, no entanto, é o prólogo de uma pergunta em que Alencar conjuga com muita consciência os diferentes conceitos de *belo* implicados em cada tradição de onde retira seus mestres. Acusa Magalhães de não ter conservado “a simplicidade primitiva da arte grega”, e nem ter imitado “o caráter plástico da poesia moderna”. Verifica que o poeta não conseguiu nem o “belo do pensamento”, nem “o belo físico”, nem “o belo do sentimento”. O primeiro, porque “deixou tudo quanto podia engrandecer o seu assunto e a história nacional”⁵¹⁸, ou seja, porque não interveio para selecionar e dar sentido ao material que registrou segundo um critério que, podemos intuir, já se aproxima do romanesco. O segundo, porque não passou do prosaísmo, e o terceiro porque não descreveu, mas apenas “atestou” as paixões dos personagens.

Por essa exposição bastante articulada, cheia de civilização, de um conceito de belo e de seu entroncamento na tradição antiga e moderna, já se imiscuem os traços programáticos do próprio romance de Alencar, em que pensamento, descrição e

⁵¹⁴ Ibid. p. 878.

⁵¹⁵ Ibid. p. 882.

⁵¹⁶ Ibid. p. 883.

⁵¹⁷ Ibid. pp. 883-884.

⁵¹⁸ Ibid. p. 884.

sentimento, transbordam no didatismo, apontado por muitos críticos, cujo tom mesmo – vivamente perceptível no discurso do narrador⁵¹⁹ – não está distante das lições de *Ig*.

Alencar reage contra uma certa estreiteza indianista, que situa esse tão buscado *belo nacional* no nível raso de uma poesia “inçada de termos indígenas”. Marca, assim, a sua própria diferença no interior do indianismo brasileiro, de que talvez *Iracema* dará a expressão mais acabada. E reage, com mais veemência ainda, também contra o ceticismo dos que defendem, ao extremo, o contrário: “dizem que as nossas raças primitivas eram raças decaídas, que não tinham poesia nem tradições (...); e concluem daqui que devemos ver a natureza do Brasil com os olhos do europeu”⁵²⁰.

Essa atitude temperada entre o reducionismo indianista e o ceticismo “anti-nacional” que nega valor poético ao passado selvagem se manifesta na seqüência do argumento. A simpatia enfática de Alencar pelas idéias de homem civilizado, de um lado, e seu compromisso com o livro da natureza, de outro, dão as balizas desse movimento. A marcha da civilização no seu texto continua, aparecem Bernadin de Saint-Pierre, Eugène Pelletan e até Buffon, em cuja história natural há, para Alencar, “um poema sobre cada animal, cada ser da criação, ainda mesmo aqueles que nos parecem os mais desprezíveis”⁵²¹. Essa marcha, como se vê, termina fora dos quadros tradicionais do romantismo literário, para alcançar a tateante biologia nascente. Por aí vemos que *o belo nacional* – que é o critério crítico de Alencar – é essencialmente moderno, de um lado, e rigorosamente cioso das convenções clássicas, por outro.

Mais: ele é também um belo *histórico*, e nisso – na capacidade de distinguir na matéria histórica do poema o que é digno de elevação e achar a forma capaz dessa elevação – Magalhães também falha. Alencar não perdoa o poeta por não elevar à mais alta estatura, não recobrir de comparações românticas e evocações poderosas o “vulto majestoso” de José de Anchieta, “aquele apóstolo digno de ser cantado por Homero, e esculpido por Miguel Ângelo”⁵²², reduzido por Magalhães a um bom frade. O poeta deve ser, como apóstolo da palavra, veículo do “evangelho do progresso e da

⁵¹⁹ Os exemplos são abundantes. Há um esquisitíssimo, e significativo, de algo aliás que já extrapola o tom didático, em *Sonhos d'Ouro*. O contexto é outro, os heróis são urbanos, mas em busca do belo, talvez o belo do pensamento, sem eliminar a hipótese de alguma ironia mal conseguida, Alencar chega à seguinte imagem, para caracterizar o porte admiravelmente aristocrático do cavalo montado pela heroína: “O lindo isabel, sentindo a doce pressão das rédeas colhidas pela mão da senhora, estancara imóvel, com a firmeza correta de uma posição acadêmica. (...) Pitt, o grande Pitt, parando no meio de um discurso eloqüente, ao influxo da súbita inspiração de um epigrama, que seu lábio sarcástico ia desferir contra Fox, devia ter no Parlamento inglês aquela atitude soberba”. *Obra Completa*, v. 1, p. 505.

⁵²⁰ *Obra Completa*, v. 4, p. 885.

⁵²¹ *Idem*, p. 886.

⁵²² *Ibid.* p. 888.

civilização”⁵²³. Nisso, nessa missão de reviver pela palavra o berço da nacionalidade, missão histórica porque atravessada pelo progresso, é que sua tarefa de dar conta do passado ganha sentido:

Mas quando o homem, em vez de uma idéia, escreve um poema; quando da vida do indivíduo se eleva à vida de um povo, quando, ao mesmo tempo historiador do passado e profeta do futuro, ele reconstrói sobre o nada uma geração que desapareceu da face da terra para mostrá-la à posteridade, é preciso que tenha bastante confiança, não só no seu gênio e na sua imaginação, como na palavra que deve fazer surgir esse mundo novo e desconhecido.

Então já não é o poeta que fala; é uma época inteira que exprime pela sua voz as tradições, os fatos e os costumes; é a história, mas a história viva, animada, brilhante como o drama, grande e majestosa como tudo que nos aparece através do dúplice véu do tempo e da morte.⁵²⁴

O belo nacional é um belo histórico, também na medida em que constitui uma relação entre a forma literária e a historicidade da matéria narrada. Sabemos melhor agora em que reside essa historicidade – no que se deixa filtrar pelo “dúplice véu do tempo e da morte”. O histórico é o que dorme no passado, e cuja evocação, pela forma literária, atinge o estatuto de uma profecia – ou seja, lança-se para o futuro, passa a existir como memória e legado. Exigindo que o poeta esteja à altura dessa missão histórica, Alencar demonstra ter consciência de que ela cria, para o presente, um objeto cultural novo. A grandeza, podemos perceber, não reside tanto na matéria bruta do passado, mas no próprio ato de reconstruí-la. A discussão do mecanismo estético, quanto mais minuciosa e repleta de alusões às tradições e aos repertórios estrangeiros e nacionais, dá melhor a medida dessa consciência de que a “história” recriada é um artifício cultural de natureza própria. De outro modo, bastaria discutir a exatidão dos fatos e a correção dos relatos dos cronistas. Muito ao contrário disso, Alencar repreende o fato de Magalhães muitas vezes deixar os seus heróis em sua “nudez cronística ou tradicional”⁵²⁵. A história passa a existir com a intervenção da literatura, que reorienta, *hierarquiza o passado*, dando realce ao que, à luz do presente, tornou-se decisivo.

Se a escolha das lendas indígenas como assunto histórico é em tudo tributária do romantismo em geral, por permitir, como assinala Valéria de Marco, a combinação de uma “especificidade nacional” com a “modernidade contemporânea e internacional da literatura romântica”⁵²⁶, por outro lado, o romantismo é um marco demasiado largo para

⁵²³ Ibid. p. 891.

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ Ibid. p. 893.

⁵²⁶ Op. cit. p. 21.

dar a chave da forma particular como se dá a *hierarquização do passado*. Em nossa hipótese, esse trabalho de hierarquização do passado responde a critérios políticos que integram o projeto cultural do indianismo; e na realização do romance indianista, Alencar cuidará de internalizar esses critérios, transformando-os, para usar a expressão de Antonio Candido, em “fator de arte”.

Prosseguindo na perigrafia textual de Alencar, uma outra preocupação muito fecunda, e que mereceu do escritor e de seus críticos e intérpretes muita atenção, é a constituição do “idioma brasileiro”. Em 1865, Alencar publica *Diva*, e à segunda edição do romance adiciona um pós-escrito, em que confessa, irreverente, que “gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala”⁵²⁷. O posfácio tem foco certo: afastar as críticas que o acusavam de incorporar estrangeirismos. A tese principal do texto é a de que a língua, sendo um “instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve”⁵²⁸. Assim como os costumes e os hábitos dos povos se transformam, também a língua que falam evolui, ao sabor dessas transformações. Novamente, é o “viver do povo” que modifica e enriquece o idioma. Mas agora, a ênfase já não é tanto nacional, mas, precisamente, no progresso. Tomando o raciocínio expresso nos textos críticos de Alencar como uma progressão, chegamos à conclusão de que a “língua nacional” está em sintonia não apenas com o povo, como com o progresso. Uma língua nacional em compasso certo com “o progresso das idéias” indica “uma raça inteligente”:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.⁵²⁹

A voz romântica que se deixa ouvir aqui já é mais a do romantismo liberal de um Vitor Hugo do que aquela recusa da sensibilidade às idéias de homem civilizado. O progresso da língua nada mais é do que a consequência particular da lei geral do progresso como lei histórica. Nesse texto há uma passagem bastante curiosa, em que Alencar, pautado pelo progresso como necessidade de atualização, parece exigir mais do romantismo do que a simples substituição de modelos:

Aqueles mesmo escritores que romperam com a escola mitológica tão em voga na poesia portuguesa, para aceitarem a escola moderna, que foi iniciada sob o título de Romantismo, por uma singular contradição se julgam adstritos à língua clássica usada pelos antigos modelos.⁵³⁰

⁵²⁷ *Obra Completa*, v. 1, p. 399.

⁵²⁸ *Idem*.

⁵²⁹ *Ibid*.

⁵³⁰ *ibid*. p. 401.

Alencar quer que a escola moderna dê não apenas a forma nova, como também renove a língua. Como mostra Valéria de Marco, Alencar aqui considera a língua como “um fator social inserido na história”, e a própria criação literária “como um aspecto da história da sociedade”⁵³¹. Essa consciência histórica se tornará mais aguda no célebre prefácio a *Sonhos d’Ouro*, de 1872, intitulado “Bênção paterna”. Ali, a periodização literária acompanha as fases da história nacional, indicando uma acoplagem orgânica entre literatura e história.

E não apenas desse ponto de vista a “Bênção paterna” revela uma consciência aguda do fazer literário. Ressentido com as acusações de produzir literatura comercial, Alencar tematiza o atraso, a “pouca gente que lê”⁵³², que complica a profissionalização do escritor. Tematiza o “século enxacoco e mazorral, que tudo aferventa a vapor, seja poesia, arte ou ciência”⁵³³, e a exigência que o romance realiza, de leitura em sintonia com o diapasão das velocidades modernas. A discussão se encaminha para a literatura nacional e sua substância, partindo Alencar em uma espécie de defesa prévia contra os que porventura julgassem o seu livro desprovido de “matiz brasileiro”. O seu conceito de literatura nacional, amadurecido, começa a entrelaçar-se na história: a literatura brasileira é a alma da pátria que “transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre”, aqui se enriqueceu com “a seiva americana” e continua a enriquecer-se com o contato com outros povos e “ao influxo da civilização”⁵³⁴.

A literatura passa a refletir fielmente a história inaugurada com a colonização, e a constituí-la. Daí Alencar falar em três fases do “período orgânico desta literatura”⁵³⁵, e nelas distribuir a sua própria obra, indicando que essa periodização é tanto uma classificação como um programa de trabalho. Uma primeira fase seria a primitiva ou “aborígene”, das “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada”, à qual pertence *Iracema*; uma segunda é a propriamente “histórica”, porque nela entra a colonização, “o consórcio do povo invasor com a terra americana”, à qual pertence *O Guarani* e *As Minas de Prata*; uma terceira fase corresponde à “infância da nossa literatura”, aberta com a Independência, e onde ressoaria uma singela poesia brasileira, já se manifestando “nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família” – a essa fase pertence o “romance fazendeiro” de Alencar, *O Tronco do Ipê* e *Til*.

⁵³¹ Op. cit. pp. 33-34.

⁵³² *Obra Completa*, v. 1, p. 491.

⁵³³ Idem, p. 493.

⁵³⁴ Ibid. p. 495.

⁵³⁵ Cf. Ibid. pp. 495-496.

Nessa última fase aberta com a independência política, o característico é a transição moderna e urbana, de que é expressão “a importação contínua de idéias e costumes”. Na sua “infância”, que corresponde à formação da nacionalidade, os povos “não feitos”, “tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto”, matéria a princípio bruta de onde “mais tarde” sairá “uma individualidade robusta”⁵³⁶. Desse embate da cultura dependente⁵³⁷, característico, para Alencar, de uma etapa de formação da nacionalidade, seriam representativos romances como *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela* e o próprio *Sonhos d’Ouro*.

Curiosamente, o arremate do texto, em tom um tanto sentencioso, volta à discussão filológica; apresenta ao leitor a tese de Jacob Grimm, segundo a qual o clima e o meio, influenciando na conformação dos órgãos da fala, tendem a diferenciar as línguas, e conclui com a alusão famosa: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspira?”⁵³⁸.

Depois de traçar o paralelismo rigoroso entre a literatura nacional e a história, compreendida como processo de gestação do povo americano no confronto com a influência estrangeira, e a partir da colonização, Alencar torna a insistir que esse processo de nacionalização tem, por assim dizer, uma base lingüística incontornável e científica: a língua brasileira será diferente na pronúncia e no espírito, em função do simples fato de que o continente americano a conformará de forma diversa. O mesmo raciocínio vale para a relação entre a “língua civilizada” e a “língua indígena”. Na reflexão mais madura contida na *Carta ao Dr. Jaguaribe*, de 1865, Alencar julga que essa relação é de tradução: “é preciso que a língua civilizada se amolde quanto possa à singeleza da língua bárbara”, pois essa tradução corretamente feita é que dá acesso à história do passado, porque a língua indígena dá não apenas o estilo apropriado, como também “as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida”⁵³⁹.

A história da língua e da literatura, portanto, é vista concomitante como progresso e individuação, no cruzamento entre *Nação* e *modernidade*, e como a própria via de acesso à “História”. A reelaboração do estilo clássico pelo moderno, a

⁵³⁶ Ibid. p. 496.

⁵³⁷ “Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira”, *ibid.*

⁵³⁸ *ibid.* p. 498.

⁵³⁹ *Obra Completa*, v. 3, p. 253.

consciência da artificialidade da cultura de par com a concepção de criação literária como parte da história social, a hierarquização dos gêneros e modelos literários segundo a necessidade programática de elaboração do passado, todos esses traços da reflexão estética em Alencar insinuam uma trama muito articulada entre a hierarquia dos valores estéticos e a centralidade de determinados valores políticos. Assim, o fio histórico que percorre toda a discussão aberta sobre literatura em Alencar termina nos conduzindo tanto em direção à modernidade e à transição, ao nacional como ao internacional, como também, de volta, em direção às origens.

4.2 Um sistema de origens – a constituinte de 1823 e a “Antigüidade da América”

O Romantismo é considerado comumente como o movimento que promove a emergência da consciência histórica moderna⁵⁴⁰. Para Eduardo Lourenço, foi com o Romantismo que a obra literária “transmudou-se em visão de mundo, espelho da aventura da Humanidade em busca de absoluto”⁵⁴¹. A emergência da consciência histórica anda de par, assim, com essa transformação no estatuto do literário.

No entanto, a busca de absoluto que o romantismo empreende na história combate dois antecedentes poderosos, como aponta Jaime Guinsburg: a tradição teológica judio-cristã, para a qual a história é o testemunho da revelação do poder divino por meio das intervenções da “providência”; e a tradição “clássica” que via a história como resultado de “vidas ilustres” de indivíduos (sábio, herói, rei) cuja ação redundava no progresso da humanidade. O próprio progresso, assinala Guinsburg, “começa a instalar-se agora na arena historiofilosófica como um dos principais sucedâneos do arbítrio divino”⁵⁴².

Como superação ao mesmo tempo dessas duas linhas, uma atitude histórica ou historiográfica mais tipicamente romântica, “aprofundando a trilha aberta por Vico”⁵⁴³, investirá em um caráter mais “interpretativo”, orientado à busca das dinâmicas concretas em que o indivíduo se vê imerso, inclusive na singularização dos coletivos

⁵⁴⁰ Como sugere J. Guinsburg: “o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente”. “Romantismo, Historicismo e História”, em *O Romantismo*. org. J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993, p. 14.

⁵⁴¹ *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 54.

⁵⁴² Op. cit. p. 14.

⁵⁴³ Ibid. p. 15

sociais – nação, povo, raça⁵⁴⁴. Nesse sentido, o herói romântico passa a ser a “encarnação de uma vontade entes social do que pessoal”⁵⁴⁵. A esse movimento de captar as histórias dos grupos humanos, individuando-os, some-se a propensão *teleológica* dessa historiografia romântica: “a história romântica traça a trajetória de cada povo, país ou nação como se ela fosse imbuída de um *telos*”⁵⁴⁶. Trata-se, portanto, de um assenhoreamento do passado presidido por uma concepção de progresso em direção a um destino, o que torna possível que se interroge no ponto de partida a formulação de um julgamento sobre o ponto de chegada – o presente – e vice-versa.

Na França da restauração, a historiografia romântica logo se integrou nas disputas políticas, mobilizando o talento de um Michelet, entre outros, e, associou-se à efervescência jornalística, que teve tanta importância na revolução de 1830, compondo o arsenal de “republicanos” e “legitimistas”, como sugere Jacques Barzun: “*Reconciliation was becoming daily more impossible in the face of the insistent claims of party, now political, now economic, now nationalistic, which were all grounded on history. Every issue was tied up with race or class genealogy*”⁵⁴⁷. Definir a origem histórica dos grupos – fossem classe, nações ou mesmo partidos em disputa – era uma operação logo convertida em arma política, dado o significado social que assumia.

Ao lado do contexto de amplificação do significado político das histórias coletivas, há também o contexto das transformações no estatuto das ciências sociais do qual a própria emergência da historiografia romântica é manifestação. Nesse sentido, Hobsbawm fala da “epidemia de historiadores” que “tomou conta da Europa na primeira metade do século XIX”⁵⁴⁸, ao lado da emergência da economia política, que pretendia aplicar ao comportamento dos indivíduos leis abstratas deduzidas racionalmente. A historiografia romântica, por conseguinte, acompanhava o movimento intelectual que renovou também a filologia⁵⁴⁹ e as ciências naturais e físicas. No entanto, essa renovação não significou o recuo imediato da influência da teologia. Como atesta

⁵⁴⁴ “Procedendo a uma espécie de ‘onticização’ fenomenológica das características e das expressões grupais, o Romantismo, na sua propensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo mas do grupo específico, diferenciado de quaisquer outros”. J. Guinsburg, *ibid.*

⁵⁴⁵ *ibid.*

⁵⁴⁶ *ibid.* p. 18.

⁵⁴⁷ “Romantic Historiography as a Political Force in France”, in: *Journal of History of Ideas*, v. 2, nº 3, (Jun., 1941), p. 325.

⁵⁴⁸ *A Era das Revoluções*, pp. 308-309.

⁵⁴⁹ Hobsbawm lembra, a respeito, a influência de Jacob Grimm, citado por Alencar, para afirmar: “A filologia foi a primeira ciência que considerou a evolução como sua verdadeira essência”. *Op. cit.* p. 310.

em tom irônico Hobsbawm, a filologia esteve um pouco mais a salvo da influência resistente da tradição bíblica, se comparada à biologia e à geologia, porque a Bíblia é lacônica no que diz respeito à evolução das línguas: “Conseqüentemente, o filólogo estava menos propenso a ser afogado pelas águas do Dilúvio ou derrubado pelos obstáculos do *Gênesis I* do que seus infelizes colegas”⁵⁵⁰.

Alencar, como vimos, esposou com energia a tese da evolução em matéria filológica, tirando daí parte de seu programa estético, e inseriu língua e literatura no conjunto dos fatores históricos, submetendo o seu projeto literário de criação da identidade nacional a uma historicidade como que normativa, na forma e no conteúdo. Esse fio normativo da historicidade terminaria levando o seu projeto para a construção do romance histórico, mas Alencar se arriscou também ele próprio no terreno da historiografia.

Em dois escritos seus pouco conhecidos – um deles na verdade inédito – percebemos a presença das tradições “clássica” e “teológica”, bem como a influência bíblica de que fala Hobsbawm – do dilúvio e do gênesis – tomada ao lado de representantes internacionais da ciência do tempo, como Humboldt e Buffon. A permanência dessas tradições em Alencar pode indicar que também no terreno da historiografia – da discussão sobre os modos de se aproximar da fixação dos fatos e da interpretação do passado – houve elaboração consciente e refletida de pressupostos que seriam realizados na criação literária.

Em 1863, Alencar enceta uma polêmica bem pouco célebre na imprensa do Rio de Janeiro, em que contesta a tese sustentada pelo então jovem historiador Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, mais tarde Barão Homem de Mello, em seu livro intitulado “A constituinte perante a História”. Avaliando o episódio da dissolução da Constituinte de 1823 pelo Imperador Pedro I, Homem de Mello conclui pela ilegitimidade do ato. Alencar insurge-se contra essa versão, pretendendo demonstrar que a dissolução foi não apenas uma “razão de estado” justificada pelo auge do conflito entre a Assembléia Constituinte e Pedro I, como também uma manifestação da providência divina:

Alguma vez já anunciei sobre esse importante acontecimento uma opinião minha, extirpada de paixões, filha unicamente de pacatos estudos feitos sobre a época da inauguração das nossas liberdades políticas. Essa opinião que perdura é mais firme que nunca, vai de encontro ao juízo emitido em sua obra pelo Dr. Homem de Mello.

⁵⁵⁰ Idem.

Sempre considerei a dissolução da constituinte como um desses fatos anormais, que atestam a intervenção da providência no destino das nações. Fatos de tal ordem, verdadeiras revoluções consumadas por um grande homem ou por um povo, instrumentos ambos de uma idéia mãe, não se aferem pelo padrão dos acontecimentos ordinários da política. Os códigos sociais não se fizeram para eles, que trazem em si mesmos as suas leis fatais.⁵⁵¹

Alencar considera a dissolução da Constituinte de 1823 uma revolução, origem da nossa verdadeira liberdade constitucional e passo importante na consolidação da independência política. E também, sobretudo, um fato histórico cuja interpretação não poderia submeter-se a critérios normais ou aos “códigos sociais” – de justiça? de legalidade? – mas sim à conformidade com os desígnios da providência, que atestam a existência de um destino histórico a ser cumprido. Nessa consumação do destino histórico, os agentes da transformação – um *grande homem* ou um *povo* – são meros *instrumentos* a serviço de uma força propulsora que os atravessa, os ultrapassa e que revela o sentido do próprio devir histórico.

O critério da interpretação histórica dos grandes feitos, portanto, deve estar acima das regras que atuam no momento, deve transcender os marcos inseridos no próprio tempo, e situar-se em uma posição de onde seja possível contemplar e julgar o passado em seus desdobramentos. A isenção do historiador é dada pelo próprio decurso do tempo:

O direito de julgar as revoluções dos povos, essa grande jurisdição humanitária, só à história compete. Quando chega para a posteridade o tempo de instruir o sumário a esses criminosos ilustres, que foram heróis ou vítimas da civilização e liberdade, perante o historiador calmo, impassível, cada geração vem por sua vez depor, porque em cada geração se encerram talvez efeitos incubados do grande acontecimento.

Já chegaria para a posteridade o tempo de julgar a constituinte, o Imperador Pedro I e a força de estado de 12 de novembro de 1823?

Acredito que não. Ainda existem atores desse grande drama político; dos que se finaram, ainda a memória vive e pulsa nos seus descendentes e amigos. Os partidos que pleiteavam então desapareceram sem dúvida; mas o espólio de suas glórias e o lustre de suas tradições ainda agora os disputam, para luzir com eles a sombra pálida dos partidos que lhes sucederam.

Onde se colocará o historiador dessa época tão alto, que possa ver e julgar sobranceiro ao turbilhão de interesses e paixões, cujas vagas revoltas batem e sossobram muita vez o pedestal, onde a gratidão pública erigiu os bustos dos primeiros cidadãos?⁵⁵²

⁵⁵¹ A *Constituinte de 1823*. Org. Octaciano Nogueira. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 110.

⁵⁵² Idem, p. 111.

O grande tribunal da história é uma jurisdição interessada apenas nos agentes de uma história segundo a tradição clássica – feita pelos grandes vultos –, e que pauta o seu julgamento pela revelação da vontade celeste – segundo a tradição teológica. Além disso, é necessário que o “véu” do tempo e da morte tenham filtrado já a matéria histórica, que os “atores” do drama tenham finado, deixando o fato como que encerrado e imóvel, à espera do escrutínio do historiador calmo e impassível.

Alencar procurará argumentar que diante da radicalização da Assembléia Constituinte, o Imperador, tendo guardado em princípio uma atitude de respeito e distância, interviera quando a agitação punha em risco a própria ordem social, restaurando com isso tanto o princípio da realeza – ameaçado pelos excessos da Constituinte – quanto o princípio liberal e democrático, sagrado na Constituição de 1824. Alencar recusa a hipótese de que o Imperador, vulto heróico da independência, tenha agido por medo ou cálculo político, porque “a lógica severa da história não consente nessa perversão das intenções puras de Pedro I”⁵⁵³.

Essa lógica severa da história será empregada por Alencar também no seu manuscrito “Antigüidade da América”. O objeto já não é a história política, a origem política da nação, mas o lugar da civilização americana na história do mundo e a primazia da raça americana na história da criação.

O manuscrito, datado apenas da década de 1870, é referido na edição da *Obra Completa* de Alencar organizada por Afrânio Coutinho, na lista de escritos inéditos. Dele há uma cópia, provavelmente feita de próprio punho por Mário de Alencar, no arquivo de José de Alencar na Fundação Casa de Rui Barbosa, à qual tivemos acesso, e cuja transcrição anexamos a este trabalho.

Ao final do texto, na parte intitulada “notas”, há referências a livros provavelmente consultados e citados por Alencar, tais como “*American antiquities, and researches into the origin and history of the red race*”, de Alexander Warfield Bradford, “*The Lifted and Subsided Rocks of America with their influence on the Oceanic, Atmospheric, and Land currents, and the Distribution of races*” de George Catlin; e “*S’il existe des sources de l’histoire primitive du Mexique dans les monuments égyptiens et de l’histoire primitive de l’Ancien monde dans les monuments américains?*” de Brasseur de Bourbourg. Além das fontes expressamente ali referidas, o texto faz menção aos sempre citados Humboldt e Buffon.

⁵⁵³ Ibid. p. 124.

A primeira parte do texto, dando a intuir já uma estrutura pensada de verdadeiro ensaio naturalista-historiográfico de moldes clássicos, começa pela periodização da história colonial do Brasil em “colônia”, “estado”, “principado” e “reino”. Em que pese à esquematicidade da periodização, Alencar pretende que ela revele a dinâmica histórica em sintonia com a formação da nação nas suas múltiplas dimensões:

Calcado embora sobre a marcha política do paiz, esse plano se adapta perfeitamente às outras faces da sociedade brasileira. Entre as nações de remota origem notam-se muitas vezes grandes aberrações do progresso; a liberdade apparece já no periodo da decrepitude industrial e artistica. O povo brasileiro nasceu porém justamente com a aurora da moderna idade e sua civilização caminhou uniforme; a luz que emanava exclusivamente da metrópole diffundia-se proporcionalmente por todos os horizontes sociaes.

Cada um dos periodos da nossa primeira era deve representar a faceta do prisma historico do Brasil. Será facil observar sob as diversas phases chronologicas a gestação de um povo em suas multiplas relações, a respeito da vida política e civil, do progresso moral e material.

Contemporâneo da própria modernidade, o povo brasileiro estaria favorecido na marcha da história, em função de seu processo civilizatório abarcar “todos os horizontes sociais” – de onde se pode concluir que a marcha da liberdade andaria de par com o progresso material e espiritual.

Já tivemos ocasião de referir, no primeiro capítulo, que é nesse manuscrito que Alencar se refere expressamente à relação entre mitologia e história: “A mythologia é a historia desvanecida e confusa, pela grande longitude. O povo que não a possui é como o engeitado, orphão de tradições e privado de família”. Essa história apagada no tempo não é, contudo, inacessível de todo. Os seus materiais por excelência são tradições, onde vão beber “a litteratura e a arte o cunho original, que revela a personalidade de cada nação e de cada povo”. A paisagem inanimada, portanto, é fonte insuficiente ou acessória dessa substância mitológica da literatura nacional:

Pensam muitos a respeito do Brasil que para reflectir a cor local, basta a natureza inanimada, a magestosa physiognomia do solo, o aspecto deslumbrante da vegetação e os esplendores do clima.

Semelhante pensamento me parece ter um travo forte de materialismo. A originalidade de uma região e sua mais bella reminiscencia, é a do homem indígena, que primitivamente a habitou. Não ha na historia exemplo de um povo que situando-se em nova pátria não recebesse nella o influxo dos costumes e das ideas e tradições ahi radicadas. Nem mesmo o povo hebreu, tão celebre pelo seu isolamento moral e sua poderosa concentração.

Essa acusação de um travo de materialismo no paisagismo puro deixa entrever uma primeira hierarquização nesse programa de organização da matéria mitológica: a criação humana primitiva, ainda que profundamente ligada ao solo e à natureza, é superior à simples paisagem. A justificativa desse ponto de vista é bastante singela:

Não importa que sejam hordas selvagens os aborígenes do solo. Mais brutos que esses homens rudes são as produções inertes do solo, as montanhas, os rios, as florestas; e não obstante debuxam nos espíritos civilizados, relevos e imagens desconhecidas de outras gentes.

Por mais exímio paisagista que tenha sido, de fato Alencar sempre povoou as suas paisagens de elemento humano – ainda que, em um romance como *O Guarani*, o herói indígena pareça de tal forma associado à paisagem que retira muito de sua própria caracterização dos atributos da terra e dos elementos naturais.

A reflexão sobre o valor histórico e mitológico dessas reminiscências funciona como um prólogo. O texto segue, e entra em considerações mais doutrinárias, que darão o tom do resto do argumento. A primeira tese que se anuncia é a da “unidade da origem do gênero humano”, que “passa como dogma”, pois “A tradição bíblica se conforma nesse como em muitos outros pontos com a ciência”. A partir daí, Alencar passa a procurar no *Gênesis* a confirmação dessa unidade original do gênero humano. Tradição bíblica e repertório naturalista estão em pé de igualdade nesse singularíssimo documento, que defende nada menos do que a primogeneidade da “raça americana”, cuja tez vermelha seria o signo do barro original, do qual Deus fez surgir o homem. Desta forma, o dilúvio é fato histórico, de que dá prova a própria evolução da humanidade. Atlântida é um mito com forte probabilidade de ter sido real, e a história do homem terá começado na América – que foi palco da primeira civilização, de há muito extinta, e ancestral tanto da evoluída raça caucasiana quanto da decaída raça negra.

As civilizações desenvolvem-se por ciclos de crescimento, apogeu, exaurimento, ciclos que reproduzem a regularidade das estações do ano e das horas do dia. No entanto, o progresso do espírito, esse traça não um movimento cíclico, mas uma trajetória linear em direção à perfeição:

Resumem-se estas ideias em uma formula simples e clara. O progresso material para o qual reservamos o nome de civilização, é alternativo e semelhante ao movimento de rotação. O progresso moral, a perfeição da creatura inteligente, esse é contínuo e ascendente. Começado na terra só deve terminar no seio do creador. Quem sabe se

como o homem se aproxima da divindade, também a terra na sua ellipse não se avizinha do sol, eixo em torno do qual gravita?

Essa hierarquia entre a dignidade da vida espiritual e a contingência da vida material dá uma boa medida da interferência profunda de concepções clássicas e teológicas na concepção propriamente historiográfica de Alencar. O tema da indignidade do “materialismo”, aliás, é um mote importante na sua teoria política, como já tivemos oportunidade de apontar.

Em *Antigüidade da América*, essa superioridade do ideal sobre o material é dada pela prevalência da vida espiritual, das tradições, das criações do espírito – manifestações da própria razão divina em sua perfectibilidade – sobre a matéria inconstante, sujeita aos ciclos de emergência e degradação. As civilizações perecem, mas o seu legado cultural de alguma forma se comunica e prossegue na marcha do espírito.

A *hierarquização do passado*, como se pode perceber, obedece a um plano em que valores de outra ordem que não apenas adstritos à reconstrução factual incidem. Seja na sentença do tribunal da história sobre os feitos políticos de um povo, seja no curso da própria humanidade sobre o planeta. No caso de *Antigüidade da América*, ciência e teologia convergem para provar a centralidade do continente americano e de sua raça na evolução da humanidade – que nasceu na América e nela se regenerará. Nessa narrativa certamente há concentração sistemática de uma crença na superioridade da América sobre o “velho mundo”, que Cavalcanti Proença⁵⁵⁴ identificara como um refrão sempre repetido por Alencar. Na opinião do crítico, Alencar “não fazia mais que dar ressonância à concepção muitíssimo difundida da existência do El-Dorado e de sua localização neste continente”⁵⁵⁵. Entretanto, a julgar pelo esforço sistematizador e pela mobilização do arsenal “científico”, essa crença representava para Alencar um princípio de grande estatura, enraizando-se profundamente em seu projeto histórico-romanesco.

Em um dos principais romances históricos de Alencar, *As Minas de Prata*, o mito da riqueza do solo americano dá o assunto e põe em movimento os conflitos dos diversos grupos participantes da empresa colonial. Nesse romance, nos aproximamos da historiografia mais típica do romantismo, em que as influências anteriores (clássica e teológica), cedem, talvez por exigência do gênero literário, já que os próprios personagens precisam ser os desencadeadores da ação e atores do próprio destino.

⁵⁵⁴ “Alencar na Literatura Brasileira”, em *Obra Completa*, v. 1, p. 37.

⁵⁵⁵ Idem.

Conforme aponta Valéria de Marco, o “mito das riquezas americanas constituía-se em pródigo mote para contar os tempos da colônia”, pois “tinha uma face dada pela nossa especificidade e outra adequada à modernidade romântica: o interesse pela História”⁵⁵⁶.

No romance, Estácio é o herói, filho de índio e português. Persegue o seu tesouro, um pergaminho que indica a localização das minas de prata, movido pelo nobre desejo de resgatar a memória do pai, Robério Dias, descobridor daquelas minas. Seu antagonista nessa busca é o padre jesuíta Molina. A disputa entre os dois representa o embate “entre a verdade e a mentira”⁵⁵⁷.

Uma série de buscas secundárias integram-se à trama: um escravo, um taverneiro e um contrabandista, bandoleiros, movidos por cobiça e ambição, um casal de judeus que pretende ajudar os holandeses contra os portugueses. Como assinala Valéria de Marco, “a junção das diferentes procuras no romance se faz pela disposição hierárquica entre elas”⁵⁵⁸. Trata-se, nesse caso, da hierarquia apenas como traço indispensável da técnica romanesca, que precisa hierarquizar os conflitos para construir os personagens e encaminhar a ação segundo uma relação de subordinação entre conflito principal e conflitos secundários. De qualquer modo, é interessante perceber como Alencar joga com a hierarquia própria da técnica romanesca de modo a favorecer a sua hierarquização ideológica no plano da representação. Nesse sentido, um pressuposto literário importante do seu romance histórico é a pluralidade de perspectivas e planos. Por conseguinte, em *As Minas de Prata*, como nota Valéria de Marco, a multiplicidade de modos de narrar, de episódios e situações narrativas, que dá o tom aventureiro do romance, não é nada gratuita – é como se Alencar precisasse “contar muitas histórias para escrever a nossa história”⁵⁵⁹.

Como é possível antever na disposição hierárquica dos personagens e de seus valores, o desfecho do romance atribuirá a cada um seu destino correspondente. Os personagens virtuosos encontram redenção, os aventureiros gananciosos “são punidos e excluídos da sociedade colonial”⁵⁶⁰. Valéria de Marco nota que o movimento narrativo das múltiplas histórias não chega a recriar o próprio movimento histórico, porque não transcende o nível dos projetos pessoais dos personagens. Contudo, pela hierarquização de motivos e valores, que esses personagens encarnam, Alencar dá uma visão da

⁵⁵⁶ “As Minas de Prata: O Rosto Brasileiro”, in: *Língua e Literatura*. Revista dos Departamentos de Letras da FFLCH-USP. São Paulo, ano XI, v. 14, 1985, p. 127.

⁵⁵⁷ Idem, p. 131.

⁵⁵⁸ Ibid.

⁵⁵⁹ ibid. p. 132.

⁵⁶⁰ Ibid. p. 141.

história do Brasil em que alguns elementos estão destinados ao protagonismo. O romance histórico ganhará em densidade e alcance com *O Guarani*, em que a teia dos valores e a teia da história se cruzam de maneira ainda mais articulada, forjando também como versão mítica a imagem do destino nacional.

4.3 Hierarquia e conciliação em *O Guarani* – a fortuna crítica do romance político

Carro chefe da obra de Alencar, *O Guarani* sai em formato de folhetim em 1857, um ano depois da polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*. Dispensa maiores apresentações. Vibram nele a corda histórica e a corda mitológica, com diferentes composições ao longo do atribulado enredo. Não chega a realizar ainda as potencialidades lingüísticas de um idioma literário novo – o que caberá a *Iracema* – mas é talvez a realização mais acabada do programa histórico do *belo nacional* que estivemos empenhados em analisar.

Temos sustentado que é possível ler na realização do projeto romanesco da modernidade cultural de Alencar – embebido num conceito de história que comporta diversas inflexões, mas unifica-se sob o signo do *progresso* como *destino histórico* – os reflexos da modernidade social do seu projeto político, que o romance histórico integra. Bem-sucedida a empresa romanesca de Alencar, ela deveria suscitar desde logo o exame de como determinados valores políticos entram na composição do romance histórico, dando-lhe a caracterização mais geral. Muito embora a crítica desde sempre salientasse o desejo de criar a literatura nacional a partir da independência, marcando sua diferença com relação a Portugal, e o lugar de *O Guarani* como o mito fundador da nacionalidade⁵⁶¹, bem como seu lugar na própria trajetória do escritor, foi apenas a partir de fins dos anos 70 e começo dos anos 80 que um movimento crítico parece ter passado a se organizar em torno do regate do valor político do texto de Alencar.

Nesse sentido, Maria Cecília Boechat lembra críticos como Araripe Júnior, Cavalcanti Proença, Brito Broca e Augusto Meyer, que, com diferentes abordagens, salientavam traços como a “facilidade” dos desfechos nos romances de Alencar, a sua plasticidade, as virtualidades do estilo, a musicalidade, o espírito brasileiro, enfim, traços que no mais das vezes o situam na “literatura de evasão” romântica, eivada de

⁵⁶¹ Para um apanhado da recepção crítica de Alencar, utilizamos como referência o já citado livro de Maria Cecília Boechat, *Paraísos Artificiais*. Como problema, importa a autora o seqüestro da narratividade do texto alencarino, ora tomado como excessivamente romântico, ora como registro documental.

finais felizes e talhada já para o gosto um público pouco exigente em matéria de profundidade⁵⁶².

De certa forma, essa caracterização do romance de Alencar, e com ele de boa parte da prosa romântica no Brasil, persistiu. Para Antonio Candido, o romantismo brasileiro teria estabilizado sobretudo “enredos e tipos”, para depois desenvolver progressivamente a “consciência cada vez mais apurada do quadro geográfico e social” – e em seu panorama se destacaria o “filete vivo e ardente da poesia alencariana”⁵⁶³. Nitidamente, o romantismo assim percebido cumpre uma função de preparação de etapas subseqüentes de enraizamento do romance – o juízo de Candido se parece com os momentos em que o próprio Alencar se veria como desbravador, ao preparar o idioma novo da literatura brasileira. Distribuindo-se por três degraus romanescos, – “cidade, campo e selva” – o nosso romance romântico revelaria o seu “caráter de exploração e levantamento” e a sua importância como “tomada de consciência da realidade brasileira no campo da arte”; ou até mesmo o seu pendor geográfico nacionalizante e unitarista: “o nosso romance tem fome de espaço e ânsia topográfica de apalpar todo o país”⁵⁶⁴.

No que se refere especificamente a Alencar e a seu romantismo, Candido, se ao mesmo tempo localiza com lucidez os “três Alencares” em que se desdobrou o romancista, pondo em relevo sua qualidade literária, não deixa de compreender que seus livros responderam, sobretudo, a “profunda necessidade de sonho”⁵⁶⁵, razão pela qual teriam ficado no gosto do público.

Percorrendo a fortuna crítica mais recente do romance de Alencar, e sem pretensão alguma de esgotá-la, poderíamos dizer que é a partir de fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século vinte que uma leitura política daquele projeto romanesco passa a ser influente. Parece ser possível localizar dois ensaios “inaugurais”, por assim dizer, de duas hipóteses de leitura política que foram posteriormente desdobradas por diversos intérpretes, demonstrando grande aceitação e meio que se estabilizando como a recepção mais atual do romance alencarino. Um deles é “Imagens do Romantismo no Brasil”, de Alfredo Bosi, publicado em 1978 no livro de organização de J. Guinsburg dedicado ao Romantismo⁵⁶⁶. O outro é o já comentado “Liderança e Hierarquia em Alencar”, de Silviano Santiago, publicado em *Vale quanto pesa*, de 1982.

⁵⁶² Cf, op. cit. pp. 129-133.

⁵⁶³ *Formação*, v. 2, p. 100.

⁵⁶⁴ Idem, p. 101.

⁵⁶⁵ Ibid. p. 202.

⁵⁶⁶ Utilizamos a 3ª edição, da editora Perspectiva, de 1993.

Esses dois ensaios inauguram de certo modo a leitura que procura ver no indianismo de Alencar, especialmente n’*O Guarani*, a construção de uma versão da história do Brasil e uma interpretação da colonização como mitologização da conciliação política (Bosi) e como atribuição de uma ordem social hierárquica à sociedade brasileira (Santiago).

O ensaio de Bosi concentra-se na construção romanesca de uma comunidade feudal européia⁵⁶⁷ em *O Guarani*. É Bosi quem já nota na disposição dos elementos naturais que cercam essa comunidade uma feição hierarquizada, marcada pelo vocabulário descritivo do narrador, como na relação entre os rios Paquequer e o Paraíba do Sul. A casa de Dom Antônio de Mariz, caracterizada minuciosamente como um castelo feudal, daria o tom da assimilação da natureza pelo “processo europeu de dominação”⁵⁶⁸. No entanto, essa comunidade feudal possui brechas – a presença de aventureiros movidos pelo desejo de lucro, como Loredano – que indicam onde a “intuição do romancista” foi além de seus “preconceitos”, ao preparar a ruína da casa do fidalgo português, cujo modo de vida resgata a violência da colonização, replicada nos conflitos com a selva, com os índios aimorés, com os aventureiros que o cercam.

Nesses conflitos, Bosi percebe a diferenciação interna aos grupos como “peça forte da ideologia ao mesmo tempo conservadora e nativista de Alencar”⁵⁶⁹. Essa diferenciação já se inscreve na disposição dos personagens e seus conflitos: os heróis-nobres, Peri e D. Antonio de Mariz, pertencendo a dois “blocos” distintos – índios e portugueses – convivem com inimigos internos a seus grupos, os aimorés, índios bárbaros, no caso de Peri, e os aventureiros gananciosos liderados por Loredano, no caso de D. Antonio. Essa duplicação dos personagens não se restringe ao topo da ação dramática: Ceci forma uma relação de claro-escuro com a mestiça Isabel; a fidalguia de D. Antonio se confronta com os preconceitos de sua esposa. O código que traça essas diferenças, e que de outro lado iguala Peri e D. Antonio de Mariz, pode ser resumido como o código da honra – referência a relações pessoais pré-burguesas, para Bosi⁵⁷⁰.

No entanto, a análise de Bosi procura mostrar que “tal sistema de expectativas de honra só não reproduz simplesmente o modelo de convivência entre fidalgos europeus, *porque não é uma relação entre iguais*”⁵⁷¹. A premissa subentendida é que tal sistema foi instalado pelo dominador, ocupando Peri a posição do servo voluntário da

⁵⁶⁷ *O Romantismo*, org. J. Guinsburg, p. 239.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ Ibid. p. 241.

⁵⁷⁰ Ibid.

⁵⁷¹ ibid.

casa de D. Antonio, “escravo” espontâneo de Ceci. Como interpretação do processo de colonização, o livro funcionaria como fórmula de conciliação e apagamento da violência. Bosi conclui que o “espírito romântico” superou a perspectiva história que ele mesmo ativara, ao resolver o romance em lenda, pondo a história “entre parêntesis”⁵⁷², e dissolvendo os contornos da vida em sociedade, com o par romântico Peri-Ceci sumindo no horizonte do dilúvio, à deriva.

Em *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi leva adiante a hipótese contida no seu ensaio, para ver no conjunto do indianismo de Alencar – agora já caracterizado como aspecto de um romantismo “avesso à mudança social” – uma coerência em torno de um “mito sacrificial”⁵⁷³. O centro da interpretação de Bosi assume mais nitidamente a relação de “íntima comunhão” entre índio e colonizador, que contraria a versão nativista que vê na luta entre esses dois pólos o símbolo natural das lutas pela independência na América Latina.

Percorrendo esse veio, Bosi elenca a série de “batismos” e “conversões”⁵⁷⁴ a que Alencar sujeita seus heróis estrangeiros para que eles sejam incorporados à civilização – o próprio batismo e renomeação de Peri, o batismo de Poti, em *Iracema*, de Arnaldo em *O sertanejo*, etc. O ato de batismo muitas vezes redundava também no gesto de beija-mão que está presente, por exemplo, também n’*O Demônio Familiar*. Em todos esses episódios “é o senhor colonial que outorga, pela renomeação, nova identidade ao índio e ao sertanejo”⁵⁷⁵. O gesto do batismo lavra a entrega incondicional, “com sacrifício e abandono” do índio ao branco – no cumprimento do seu *destino histórico*.

Esticando para o extremo a corda do político, Bosi vê nesse complexo sacrificial a descarada apologia do colonizador, que violaria “abertamente” a historiada ocupação portuguesa, sendo “pesadamente ideológica como interpretação do processo colonial”⁵⁷⁶, ainda que, como mitologia, inscreva-se aquém da simples reconstrução histórica (porque não pede verdade factual), e além dela, ao transcendê-la pelo valor estético. A função mitológica do romance de Alencar seria uma espécie de conciliação de opostos: colonizador e colonizado compõem o idílio da nacionalidade. Alencar seria “anti-dialético”, portanto, ao neutralizar “oposições reais”⁵⁷⁷.

⁵⁷² ibid. p. 242.

⁵⁷³ *Dialética da Colonização*, p. 176.

⁵⁷⁴ Idem, p. 178.

⁵⁷⁵ Ibid.

⁵⁷⁶ ibid. p. 179.

⁵⁷⁷ Ibid. p. 180.

Aqui talvez coubesse um reparo. Afinal, Alencar põem em movimento oposições com relação as quais é no mínimo duvidoso supor serem destituídas de lastro: a oposição no interior dos indígenas e a oposição no interior dos portugueses, entre dois sistemas de valores opostos, a honra e a vileza. Se Peri é um índio estilizado ou idealizado, D. Antônio o é na mesma medida, enquanto fidalgo português nobre e virtuoso. Em que pese à normatividade dos valores – constituinte da mitologia – as oposições têm lastro histórico. Delas pode resultar a representação da colonização como processo menos controlado ou unívoco do que supões a leitura de Bosi. No romance, embora atuem na consecução de um destino, os agentes ainda não estão acima propriamente dos condicionamentos históricos, mas imerso neles. Conflitos e alianças entre diversos grupos indígenas e diferentes agentes da colonização existiam, e seria de toda forma mais inverossímil imaginar que as diversas tribos rivais se unissem contra o invasor, antecipando uma consciência nativista. Por aí se vê que não deixa de ser anti-dialética uma leitura que atribua a Alencar o simples cancelamento do caráter conflitivo da colonização. Alencar joga deliberadamente com as oposições e ao invés de as cancelar, as transforma em fatores do processo de mitologização que é ativo politicamente.

A leitura de Silviano Santiago, transpondo *O Guarani* para a linhagem da atribuição colonizadora de hierarquias sociais que começa na carta de Caminha e passa pelas opulências de Antonil, consegue captar com mais intensidade esse jogo cuidadosamente armado entre oposições, comparações, igualdades e hierarquizações. Sua leitura consegue recolocar em perspectiva histórica o problema da definição identitária, lembrando que essa definição traz tensões e conflitos políticos necessários em torno da autoridade e da sua legitimação. Partindo de uma concepção do texto como “farol”, ao invés de “espelho” – o texto dá estrutura (“tem a função de estabelecer, desenvolver e codificar, por escrito e reflexivamente”) a valores que vão surgindo “anarquicamente”⁵⁷⁸ – Santiago tenta identificar qual a estrutura de valores que o texto alencarino quer transportar para a sociedade brasileira, e fazer emergir da sua história. Essa perspectiva permite a Santiago ver no conjunto das imagens feudais manipulado por Alencar mecanismos de ativação de um discurso crítico sobre o presente.

Para identificar essa estrutura de valores, Silviano estabelece a posição de Alencar e de seu texto-farol na linhagem de textos-farol que o precederam. Em Caminha, tem início a metáfora do indígena como “tabula rasa”, contra a qual Alencar

⁵⁷⁸ Vale quanto pesa, p. 90.

evocará a sua nobreza selvagem. Nessa insurreição contra a tradição do discurso colonial, Alencar utilizará a comparação com os valores europeus para definir a hierarquia de poderes sociais no Brasil e inserir nela os valores selvagens. A comparação, portanto, entre o senhor colonial e o fidalgo, entre o cavaleiro medieval e o indígena nobre, não é mero recurso retórico, mas o mecanismo pelo qual se define o ser social brasileiro, dando-lhe uma hierarquia. Daí Santiago poder afirmar que, no seu romance histórico, Alencar “adivinhou” o passado, dando-lhe estrutura, conforme “os valores que estavam sendo determinantes de uma posição ideologicamente correta dentro do pensamento conservador e independentista do século XIX”⁵⁷⁹.

Silviano vê na escolha de D. Antonio de Mariz como herói-colonizador, e a escolha da época retratada pelo romance – quando Portugal estava sob o mando espanhol – um indicativo importante da estrutura dos valores políticos: a atitude de D. Antônio, que se retira para o interior a fim de preservar sua fidelidade ao rei português, permite a criação como que de um estado independente na colônia, com seu próprio poder e governo: “Poder e governo desvinculado – e ao mesmo tempo não – de Portugal, numa atitude semelhante à de D. João VI, transferindo o verdadeiro Portugal para o Brasil”⁵⁸⁰.

Insistindo na estrutura hierárquica desse estado independente criado pelas virtudes portuguesas de D. Antônio, e investigando a natureza do poder nele vigente, Santiago formula a interpretação que mais nos interessa, de um ponto de vista político: haveria um traço característico no relacionamento hierárquico entre os personagens, um “determinado padrão de pensamento em Alencar”, segundo o qual “toda atitude de poder por parte do chefe não é frontalmente aberta no texto alencarino; o gesto autoritário só se dá como forte e violento em circunstâncias excepcionais”. O domínio de D. Antonio, embora eivado de violência na trama dos conflitos em que se insere, permitiria a suspensão da violência, em prol de uma autoridade legitimada pelo prestígio e pela virtude. Santiago sugere, arriscando, que essa concepção de chefia teria semelhança com a organização social indígena tal como descrita por Pierre Clastres – em que o poder político, em tempos de paz, não se exerce pela coerção e pela violência.

Concentrando-se em D. Antonio de Mariz, Silviano identifica nele o discurso do “empresário autônomo na nova terra”⁵⁸¹, dirigindo sua crítica ao estamento burocrático – crítica essa contida também nas *Cartas de Erasmo*, de Alencar. Desse ponto de vista,

⁵⁷⁹ Idem, p. 99.

⁵⁸⁰ Ibid. p. 101.

⁵⁸¹ Ibid. p. 100.

a interpretação de Silviano se coloca na linhagem de uma hipótese mais geral: a cordialidade como mediação de conflitos políticos no Brasil⁵⁸².

Podemos apontar duas ênfases presentes nessas interpretações de Silviano Santiago e de Alfredo Bosi: a hierarquia e a conciliação como matrizes políticas do romance histórico de Alencar. Sugestivamente, parte importante da fortuna crítica de Alencar que se seguiu à publicação daquelas duas análises alinhou-se segundo uma daquelas ênfases, ou tomou-as às duas como complementares.

Na linha da *conciliação*, vão, com diferentes perspectivas, as análises que já tivemos oportunidade de comentar, de David Treece e Bernardo Ricupero – o primeiro salientando a recorrência do sacrifício dos personagens não-brancos e construindo a relação entre o indianismo e a atitude de Alencar diante da escravidão; o segundo enxergando na obra de Alencar a articulação ideológica mais acabada de uma “visão de mundo” que refletia o consenso básico do Segundo Reinado, em torno da monarquia unitária, da escravidão e da mestiçagem. Também Doris Sommer, em seu *Ficções de Fundação*, aposta na ênfase na conciliação para extrair interpretações alegóricas do romance indianista alencarino que acentuam o seu conservadorismo político: o romance de fundação de Alencar seria uma forma de “explicar as massas de brasileiros morenos socialmente inquietos através de uma tradição contínua, não revolucionária”⁵⁸³. No limite, o sentido catastrófico do tempo histórico n’*O Guarani* seria uma advertência aos senhores de escravos contra os perigos da guerra racial⁵⁸⁴.

Na vertente da hierarquia, talvez a análise mais representativa de continuação do flanco aberto por Silviano Santiago seja a de Flora Süssekind, em *O Brasil não é longe daqui*⁵⁸⁵, em que o foco é a constituição histórica do narrador de ficção na literatura brasileira. A autora capta o movimento de hierarquização do passado nas estratégias do próprio narrador alencarino, e na sua relação com os textos dos cronistas que lhe servem de matéria de reconstituição. A relação de aproximação e distanciamento quanto aos cronistas, conforme a exigência de determinados valores, pode ser vista na convivência de descrições próximas a Gabriel Soares, como a da índia aimoré com seu cachorro, em *O Guarani*, e a advertência estampada em *Ubirajara*, em que o autor considera necessário submeter as informações daqueles mesmo cronistas a uma “crítica severa”, de modo a depurar os fatos de seus preconceitos. Süssekind também nota, por outro

⁵⁸² Cf. *ibid.* p. 93.

⁵⁸³ *Ficções de Fundação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 189.

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 190.

⁵⁸⁵ São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

lado, o rendimento importante, no nível da solução formal do romance histórico, da convergência entre a narrativa dos cronistas e o próprio romance: “Mesclam-se vinganças e ódios novelescos a sentimentos que seriam ‘da terra’”⁵⁸⁶.

Na análise Sússekind, o princípio hierarquizante básico do romance de Alencar é o “ponto de mira fixo” do “narrador senhorial”: “E é de fato como um ‘senhor de terras’ todo-poderoso que o narrador-historiador de Alencar parece organizar tramas e redes de imagens” (...), “é a partir de uma grande casa senhorial (...) que se inicia a caçada ficcional de Alencar às origens”⁵⁸⁷. Sússekind autonomiza o narrador Alencarino, que se desprende originalmente daquela “liderança civil” e senhorial de D. Antônio de Mariz, identificada por Silviano Santiago, para generalizar a perspectiva política do senhor de terras brasileiro. A autora nota com perspicácia o “prazer minucioso com que o narrador incendeia alguns de seus personagens, cenários e objetos favoritos nos últimos capítulos de seus romances históricos”, mas não quaisquer cenários e objetos, “Sobretudo aqueles que guardam contornos históricos mais evidentes: a casa-castelo, o fidalgo ‘quase feudal’, os documentos do mestre Caminha”⁵⁸⁸. Os incêndios e dilúvios que dissolvem os marcos temporais e congelam as cenas finais dos romances históricos seriam, para Sússekind, uma forma de o narrador se preservar ele mesmo da corrosão do tempo histórico, sustentando o seu ponto de vista fora do tempo e – por conseguinte – em condições de fechar o livro do o passado.

As duas ênfases, na conciliação e na hierarquia, estão bastante presentes no livro de Valéria de Marco sobre o romance histórico de Alencar – *A Perda das Ilusões*⁵⁸⁹. A percepção de que a representação da natureza revela a forma como o processo social é interpretado por Alencar é reiterada: “A hierarquia da ordem natural impõe-se para o leitor com absoluta nitidez, pois ela se consolida através da analogia com esferas de poder da ordem social”⁵⁹⁰. Valéria de Marco explora as brechas localizadas por Alfredo Bosi, salientando como elas introduzem a hierarquia no seio dos personagens brancos.

A respeito destes, sua análise se detém em D. Antônio de Mariz. Para a autora é significativo como “O perfil histórico de Dom Antônio de Mariz constrói-se com atributos cuja densidade advém de seu engajamento e participação em feitos que constituíram a nação”. Além desse prestígio histórico do herói senhorial haveria uma “absoluta adesão à perspectiva desta personagem”, a partir da qual “a narrativa se

⁵⁸⁶ Idem, p. 194.

⁵⁸⁷ Ibid. p. 199.

⁵⁸⁸ Ibid. pp. 203-204.

⁵⁸⁹ Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

⁵⁹⁰ Idem, p. 23.

conduz reconhecendo o português como o único que tem legítimo direito à posse do país”⁵⁹¹. Percebe-se nitidamente, por aí, o cruzamento das ênfases na conciliação e na hierarquia como chaves interpretativas.

No trabalho de Valéria de Marco há uma interessante indicação que talvez sirva para avaliarmos um traço recorrente nessa fortuna crítica mais recente do romance de Alencar, em especial *O Guarani*. Ao final de sua análise, a autora ensaia uma sugestiva síntese de sua perspectiva:

O Guarani quer voltar à origem e propor outro caminho. Quer apagar os sinais de luta pela terra, de devastação da natureza, de trilhas de tesouros, de extermínio do nativo, da prática do saque tão selvagem quanto os hábitos antropófagos de algumas tribos indígenas. O romance parece apontar os traços que deveria talhar o perfil do país: extrair a riqueza do cultivo da terra e reconhecer a prática da conciliação como atributo e função fundamentais da autoridade.⁵⁹²

É duplo o seu movimento – indica o romance de Alencar como uma forma de apaziguar os conflitos do passado e projetar os valores do futuro. O curioso é a indicação que vem logo em seguida no texto. O romance de Alencar seria um “contraponto”, em 1857, “às incursões do capital financeiro e à instabilidade política daqueles anos do Império”. A referência a fatos tão pontuais pode ser problemática. Em 1857 o Império não sofria maiores abalos políticos – havia superado os conflitos da Regência e ainda não assistia à subida da maré democrática da década seguinte. A crise financeira não era exatamente, para Alencar, prova da inviabilidade do crédito, que ele mais tarde estimularia como remédio para a lavoura.

Também em Silviano Santiago a correspondência entre a estrutura de valores tão bem localizada no romance como que se apressa em associar-se ao discurso liberal de denúncia do estamento burocrático – um dos tópicos das *Cartas de Erasmo*. Talvez o resgate do valor político do texto de Alencar não deva se fazer como uma correlação imediata com as suas posições políticas particulares, mas *em algum nível ao mesmo tempo mais geral e mais teórico*.

Maria Cecília Boechat argumenta que as leituras políticas freqüentemente mutilam aspectos da narratividade do romance de Alencar. Se a crítica tradicional via, por exemplo, a facilidade de seus desfechos, a crítica “política” vê o apagamento da história, o cancelamento dos conflitos, a harmonia conservadora ou pelo menos conservadoramente ingênua. A autora argumenta que aquilo que ambas as abordagens perdem de vista é a reflexividade da narrativa em Alencar – o fato de que Alencar

⁵⁹¹ Ibid. p. 46

⁵⁹² ibid. p. 90.

“criando seus edifícios ficcionais, ao mesmo tempo expõe seus alicerces”⁵⁹³. Boechat propõe uma leitura que substitua o “excesso de romantismo” ou o cancelamento da história por uma forte consciência crítica, que torna a obra “mais intencionada” e mais “conscientemente artificial”⁵⁹⁴.

Essa consciência do artifício, de que o leitor partilha, dando o “consentimento da ilusão”, encontra-se melhor com a proposta aqui tentada de se apreender as estruturas de intenções do texto. Investindo nela, podemos retomar a interpretação de Silviano Santiago para tentar, apenas exploratoriamente, dar uma possível interpretação nossa para *O Guarani*.

Da nossa perspectiva, o grande ganho analítico do texto de Santiago está na percepção do tipo de figuração do poder político levado a cabo por Alencar – conjugado no espelho da hierarquia, o poder como que se despotencializa. A hierarquia cerrada do romance torna supérfluo, e de certa forma ilegítimo, o exercício da coerção. Podemos perceber, por aí, a emergência desse padrão em Alencar que tanto alimentou as interpretações da *conciliação* – também nas suas obras sobre a escravidão o poder despótico se transmuda em afeto. Nesse sentido, a fortuna crítica recente de Alencar acerta, no conjunto, ao isolar os valores que entram na montagem de seus mundos.

No capítulo anterior, argumentamos que o silêncio de Alencar sobre a coerção nas relações escravistas dava, em negativo, a medida da violência social da escravidão – pois se nada mais prendia os escravos a seus senhores que o prestígio da instituição, era de se estranhar que eles não rebentassem esse prestígio, e era necessário um vínculo afetivo fortíssimo para que o prestígio e a legitimidade ganhassem densidade. Esse afeto entrava no lugar da violência, e incorporava os sujeitos sociais nascentes. Em *O Guarani*, violência e hierarquia se enfrentam a todo o tempo. Há diversos picos trágicos e catastróficos que denunciam a dificuldade de se estabelecer a hierarquia social naquele estado de natureza que cerca a nação soberana de D. Antônio. Podemos começar a esboçar uma hipótese, em que o político comparece não em termos imediatos de conservadorismo, de liberalismo, de crítica ao estatismo, etc, mas em termos mais mediados de uma investigação sobre a própria natureza do poder e sobre a sua organização, de modo a modificar o sentido da violência da formação nacional e projetar-se no horizonte da modernidade.

⁵⁹³ Op. cit. p. 148.

⁵⁹⁴ Idem, p. 149.

Já vimos que a *Nação* de Alencar é a liderança dos jovens chefes de família, é a liderança econômica da agricultura, são as instituições justas e liberais, é a direção política da classe ilustrada no parlamento, são os partidos pondo em movimento a opinião, e o monarca constitucional calibrando o sistema; e é também todos esses termos conjugados em posições hierárquicas. Se a linha do horizonte em que somem Peri e Ceci é a linha da modernidade que Alencar não recusa, ela indica menos uma diluição da hierarquia e da violência do que a instauração da própria política. Só a partir desse horizonte mitológico, em que a convivência dos diferentes se efetiva, é possível, por exemplo, haver ciência política. Os partidos nacionais desaparecem, ruem, consomem-se na própria violência da luta, nascem os partidos políticos. O estado nacional se funda como estado político.

Menos do que harmonizar os conflitos, as relações hierárquicas indicam um caminho para o poder político se organizar legitimamente. Sabemos que a hierarquia não dissolve as diferenças – pelo contrário, ela é a consagração das diferenças, o congelamento da estrutura social de acordo com uma determinada organização de seus elementos. Em Alencar, a hierarquia entre raças como entre cidadãos dá o lastro de um poder que deve passar a derivar não do fato, mas do direito. Não entram nessa montagem os valores democráticos – que são ao contrário a sua ruína – mas entram os títulos hierárquicos como fonte de legitimidade. E a hierarquia cumpre uma exigência dos valores democráticos imprescindível tanto para a legitimidade moderna quanto para a diferença nacional – ela também incorpora raças e grupos à comunidade política – ela, para traduzirmos em uma imagem de Alencar, batiza e converte esses “outros” políticos.

No horizonte do projeto político de Alencar, portanto, onde frequentemente se vê “conciliação”, é possível ver uma mitologia do contrato nacional – um contrato entre desiguais – que funda, junto com a *Nação*, a própria *política*, entendida como a normalidade da vida social, sob instituições legítimas. Mais do que cancelar conflitos e subordinações, Alencar quer convertê-los em direito, dar-lhes novo título e novo sentido, transpor a sua energia destruidora para as forças produtivas da Nação – e a hierarquia é o substituto da violência que permite efetivar essa passagem fundadora.

A hierarquia traz consigo, imobilizados, os conflitos da formação nacional, e realinha a sociedade e seu sistema político de modo a absorver esses conflitos, sem modificar as posições e subordinações, mas modificando o seu *título*. A matéria histórica se transmite ao futuro, sob nova forma institucional, mas sem alteração de sua substância social, que se legitima. Contudo, essa legitimação não é apenas mera

justificação do processo – ao contrário, ela encerra, como tentamos mostrar, um programa ativo. Consagradas pelo direito e pelo sistema representativo, as desigualdades se assentam, permitindo a tradução fundante da *violência* em *política*. Nessa tradução, precisamente, se conjugam a modernidade obstinada e o conservadorismo igualmente resoluto de Alencar. Para esse horizonte parecem convergir irresistivelmente tanto os protagonistas de seu romance histórico, quanto a sua própria voz autoral, que aciona, como a própria “providência”, o dilúvio da história.

CONCLUSÃO

Como universalizar o Brasil?

Estreada com a descoberta do territorio, deixa a historia do povo brasileiro, quem, um mundo antigo que lhe escapa. Sem duvida a terra selvagem, que jazeu até 1500 no desconhecido não era o Brasil, o actual imperio; mas a ambição delle, o arcabouço da patria, certo que foi.

José de Alencar, “Antiguidade da América”.

Em boa medida, a riqueza da obra de José de Alencar reside no fato de que ele respondeu a todas as questões importantes de seu tempo de maneira sistemática e atenta às exigências de racionalização. Consumiu tanto os livros estrangeiros como os brasileiros. Chegou a esboçar, em 1877, ano de sua morte, um “romance biológico”, intitulado “Agéneto”, cujo manuscrito faz parte do arquivo *José de Alencar* da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ). Foi uma espécie de intelectual total – tanto na abrangência dos temas quanto no andamento da argumentação, em que exigia da razão a elucidação cabal de cada ponto.

Alencar refletiu assim, na própria trajetória, as condições sociais do intelectual de seu tempo. Preocupado com as condições do “arranque” da modernidade entre nós, propôs uma solução conseqüente, que refletia uma clara e específica articulação de tradição e modernidade, bem como de valores tradicionais e modernos, presididos pela máxima questão política do estabelecimento legítimo da autoridade e de seus limites. Deu a esse projeto consistência interna, estatuto teórico e político próprios, cujas irradiações refletem uma imagem da Nação futura em que determinados valores e concepções deveriam triunfar. A Nação, para Alencar, é mais que o Estado: é a liderança do chefe de família na cidade, da classe ilustrada no parlamento, da agricultura na economia; é o seu território unificado; é a sua população também unificada pelas alianças mestiças entre classes e raças; é o conjunto dos costumes sociais e seu progresso; é a primazia da família na sociedade civil; e é também o aparato das “instituições justas e racionais”, fechando o circuito.

A verticalidade dessa armadura, que para Alencar deveria resguardar o edifício social tanto de suas fraturas internas quanto dos abusos do poder constituído, abria-se para dar lugares fixos aos elementos “nacionais” e sustentação ao regime político

legítimo. No momento de transição nacional brasileira, de decisão sobre os modos de implantação do trabalho livre, Alencar forjou uma concepção de “democracia” em que a capacidade inclusiva do sistema político se dava como fator de confirmação da estrutura escalonada da Nação. Democracia em que a deliberação é como que uma revelação, apurada nas opiniões das lideranças ilustres; democracia sem valores democráticos, em que o limite do poder é dado pela estrutura rígida da sociedade. A concomitância desse movimento – de inclusão e subordinação – dá a nota marcadamente hierárquica do seu projeto – pensada e refletida em termos modernos e universalizantes.

Atuando, como vimos, na *retaguarda da revolução burguesa* que já se colocava no horizonte da modernidade brasileira, Alencar antecipava, romanticamente, as fraturas da modernização social e, ao mesmo tempo, procurava fundar a sua via de acesso à modernidade sobre pressupostos universalistas a respeito da sociedade e de sua organização. Tratou a escravidão como “fato social” governado pelas leis econômicas da oferta e da demanda internacionais e como realidade da ordem dos costumes sociais, ou seja, como parte fundante da estrutura da *Nação*, assunto fora da alçada do Estado e do direito. A sensação de contradição é apenas aparente. Para Alencar, é precisamente como fato social que a escravidão realiza sua obra de civilização, integração e hierarquização de uma sociedade politicamente mestiça. Abolida pela lei, sua legitimidade social ficaria fraturada, pondo a descoberto a violência que se quer resgatar pelo silêncio e converter em força moral tanto da pequena burguesia urbana nascente quanto da classe dirigente no campo – o conjunto das famílias brasileiras e suas mães dedicadas.

Curiosamente, é sempre o “realismo” ou o senso de realidade que no mais das vezes impõe a hierarquização. Na teoria política, como escalonamento das capacidades; na escravidão, como a legitimidade fato social; no teatro, como “daguerreótipo moral”; na literatura, como missão integradora da nacionalidade. Uma questão se impõe: seria essa hierarquia, por nós apontada como uma espécie de princípio construtivo da teoria política alencarina, mero efeito de uma redundância em que os esquemas teóricos replicam a estrutura real de poder? Essa suspeita é reforçada pelo fato de que Alencar concede ser possível o desenvolvimento da cultura nacional, em sentido moderno, ao mesmo tempo em que formula os fundamentos da dependência brasileira. Ou melhor: considera possível a independência intelectual no interior de um esquema agrário-exportador cujas bases não chega a pôr em questão. Curiosa limitação: alcança a crítica do modelo de relacionamento com a Europa como determinante econômico da

escravidão, mas não dá o passo seguinte, no sentido de indicar a necessidade da superação e transformação nesse relacionamento. Da mesma forma, Alencar não retira todas as conseqüências possíveis da sua teoria da representação proporcional quanto à necessidade de existir, no topo do Estado, um poder moderador. Estaríamos diante dos limites de uma consciência da superação histórica?

Historicamente, Alencar vive e pensa no significativo intervalo entre a nossa independência política – fruto tardio e contraditório da crise do sistema colonial e das revoluções burguesas européias – e a implantação efetiva do trabalho livre no Brasil. Na sua montagem do político, convivem essas duas ordens nem sempre coincidentes: a construção do Estado nacional independente, com sua particularidade, e o estabelecimento de um Estado constitucional com suas instituições racionais e justas – universais. A sua intervenção na realidade, por conseguinte, não se dá tanto no sentido de uma superação histórica, mas antes no sentido indicado pela necessidade de um ajuste fundamental, e prévio: como universalizar a Nação? Como universalizar o Brasil?

A Nação de Alencar só se universaliza na medida em que absorve as categorias “universais” na estrutura de sua hierarquia interna, formada pelos depósitos acumulados dos “fatos sociais” que atuaram na história brasileira e no seu “progresso”, formando-lhe as feições particulares. No futuro, um país próspero e agrário, um império com uma sociedade civil robusta, imprensa desenvolvida e cultura profissionalizada, e em cada setor lideranças legítimas que se fundam na ilustração. O princípio hierárquico garante que a incorporação dos diversos elementos (negro livre, imigrante europeu) se dê sem ameaçar o curso da história do qual a *Nação* é a unidade e o resultado que não se pode apagar ou descaracterizar.

Resumindo, o pendor hierárquico em Alencar, politicamente consubstanciado em uma determinada versão do funcionamento da monarquia constitucional e do sistema representativo, foi a sua forma de articular um projeto particular de modernidade política no interstício entre a criação e consolidação do Estado nacional e o arranque em direção à modernidade social e econômica, que se apresentava com a premência da substituição do regime de trabalho. Esse projeto precisava consolidar a base política e material da Nação unitária e ao mesmo tempo responder às exigências modernas às quais se filiava. Daí termos insistido em uma perspectiva que pusesse sob suspeita as generalizações interpretativas e buscasse reconstruir os nexos internos aos próprios textos e argumentos, na tentativa de registrar as determinações que atuavam na sua montagem teórica.

Nesse sentido, vimos que, seguindo a trilha da estrutura de intencionalidades da teoria política de José de Alencar, distendida entre os valores da *deliberação* e da *hierarquia*, é possível postular uma coerência básica entre a sua teoria da representação, a sua teoria da escravidão moderna e o seu projeto literário – coerência entre o que há de *moderno* em cada um desses aspectos de sua obra, bem como entre o que há neles de *conservador*. No confronto com os textos e com suas conexões internas, desfaz-se a imagem comum de um autor progressista na literatura e regressista na política, ou, de outro lado, de um autor coerentemente conservador ou coerentemente avançado. Na retaguarda da revolução burguesa, Alencar não foi nem o reacionário escravista que pintam alguns de seus críticos, e menos ainda o democrata radical, soldado de Stuart Mill. Seu projeto, independente e articulado, tinha a modernidade como horizonte necessário, e a tradição, travejada de hierarquias, como o patrimônio a converter em credencial universal da Nação.

Atravessado por essa tensão, seu programa guardou uma admirável unidade de propósito, indicativa da consciência teórica e da obstinação que justificam não apenas o interesse histórico e literário de sua obra, como também a sua *relevância* objetiva, ainda hoje, para a compreensão do Brasil e do processo de nossa formação nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. **Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

_____. **Dois Escritos Democráticos de José de Alencar** (edição fac-similar, apresentação de Wanderley Guilherme dos Santos). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

_____. **Obra Completa**. 4 vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959.

_____. **A Propriedade**. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial: Superior Tribunal de Justiça, 2004.

_____. NABUCO, Joaquim. **A polêmica Alencar – Nabuco** (apresentação de Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

_____. “A Polêmica José de Alencar x Barão Homem de Mello sobre a Constituinte de 1823”, in: **A Constituinte de 1823**. Org. Octaciano Nogueira. Brasília: Senado Federal, 1973.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. “Epílogo do Romantismo”, in: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 139-162, 1996.

BARRETO, Vicente. *O Liberalismo e representação política: o período Imperial*. **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Unidade II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARZUN, Jacques. “Romantic Historiography as a Political Force in France”, in: **Journal of History of Ideas**, v. 2, nº 3, 1941.

BEER, Samuel H. *Great Britain: from governing elite to organized mass parties*. In: NEUMANN, Sigmund (ed.) **Modern Political Parties**. Chicago: University of Chicago Press, 1956, pp 9-57.

BOECHAT, Maria Cecília. **Paraísos Artificiais – o romantismo de José de Alencar e a sua recepção crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. Tese de Livre Docência. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2005.

BRASILIANSE, Américo. **Os Programas dos Partidos e o Segundo Império**, Brasília: Senado Federal: Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 2 vol. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

_____. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

_____. **Um Funcionário da Monarquia - ensaio sobre o Segundo Escalão**, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul**, 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem, Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998.

CASTELLO, José Aderaldo. **A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – Setor de Publicações, 1953

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Editora da UnB, 1985.

CONSTANT, Benjamin. **Escritos Políticos**. Trad. Eduardo Brandão. Intr. Célia N. Galvão Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DAHL, Robert. **La Democracia y sus Críticos**. Barcelona: Paidós, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**, São Paulo: Globo: Publifolha, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FILHO, Luís Vianna. **A vida de José de Alencar**. Rio de Janeiro: José Olympio: Brasília: INL, 1979.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREYRE, Gilberto. **José de Alencar**. Os cadernos de Cultura. Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação, 1951?

_____. **Reinterpretando José de Alencar**, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. **Casa Grande e Senzala**. 50ª edição. São Paulo: Global, 2005.

_____. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GARMES, Kátia Mendes. **Achados e Esquecidos de José de Alencar – cartas e textos políticos**, dissertação de Mestrado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo, 1998.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**, 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUINSBURG, Jaime. **O Romantismo**. org. J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

GUNNEL, John. **Teoria Política**. Trad. Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Editora da UnB, 1981.

HAYES, Carlton J. H. **The Historical Evolution of Modern Nacionalism**. New York: The Macmillan Company, 1948.

HELENA, Lucia. **A Solidão Tropical – o Brasil de Alencar e a Modernidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II – O Brasil Monárquico**, v.3. “Reações e Transações”. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico**. v. 5. “Do Império à República”. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

HOLMES, Stephen. **Benjamin Constant et la Genèse du Liberalisme Moderne**. Trad. Olivier Champeau. Paris: PUF, 1994.

JAENICKE, Douglas W. *The Jacksonian Integration of Parties into the Constitutional System*. In: **Political Science Quaerly**, vol. 101, n. 1, 1986, pp. 85-107.

JUNIOR, Raimundo Magalhães. **José de Alencar e sua época**. São Paulo: Lisa, 1971.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula – dois séculos de política brasileira**, São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LIMA, Oliveira. **Formação da Nacionalidade Brasileira**. São Paulo: T. A Queiroz, 2000.

LIPSET, S. M. ROKKAN, S. (eds.) **Party System and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York: Free Press, 1967.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo – triunfo e decadência do sufrágio universal**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da Saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Goethe y su época**. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1968.

_____. **A teoria do romance**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – Fastígio: 1870-1880**, Itatiaia, Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

MANSFIELD, Harvey C. *Party Government and the Settlement of 1688*. In: **American Political Science Review**, vol. 58, n. 4, Dezembro 1964.

MARCO, Valéria de. **O Império da Cortesã – Lucíola: um perfil de Alencar**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. **A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. “As Minas de Prata: O Rosto Brasileiro”, in: **Língua e Literatura**. Revista dos Departamentos de Letras da FFLCH-USP. São Paulo, ano XI, v. 14, 1985.

MARQUES, Rosa Maria e José Márcio Rego. “A economia cafeeira”, in: **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente – Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A Fonte Subterrânea – José de Alencar e a Retórica Oitocentista**. Londrina: Eduel, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar – Literato e político**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Intr. Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo. Brasília: UnB, 2003;

_____. **Minha Formação**, Porto Alegre: Editora Paraluá, 1995.

_____. **Um Estadista do Império**, Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1975.

NASCIMENTO, Abdias do. “Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões”. In: **Estudos Avançados**, v.18, n.50, São Paulo, 2004.

NETO, Lira. **O Inimigo do Rei**, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio, **As Desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORICO, Osvaldo. **José de Alencar – patriarca do romance brasileiro**. Rio de Janeiro, Brasília: INL, 1977.

PAZ, Octavio. **O Ogro Filantrópico**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

PRADO, Décio de Almeida. “Os Demônios Familiares de José de Alencar”, in: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº. 15. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

QUIRINO, Célia N. Galvão. **Dos Infortúnios da Igualdade ao Gozo da Liberdade – uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville**. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil. 1830-1870**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **José de Alencar – o poeta armado do século XIX**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 2000.

SOMMER, Doris. **Ficções de Fundação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno [1880-1950]**. Trad.: Luiz Sergio Repa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

The Federalist. Alexander Hamilton, James Madison, John Jay. New York: Random House, 1937.

TREECE, David. *O Indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra*. **Novos Estudos – Cebrap**, nº 65, março de 2003.

URBINATI, Nadia. **Mill on Democracy – from the Athenian polis to representative government**. Chicago: London: The University of Chicago Press, 2002.

URBINATI, Nadia. *Representation as Advocacy: A Study of Democratic Deliberation*. In: **Political Theory**, vol. 28, no. 6. (Dec., 2000), pp. 758-786.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial**, São Paulo, Difel, 1978.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WOLIN, Sheldon S. *Political Theory as a Vocation*. In: **American Political Science Review**, vol. 63, n. 4. (Dec., 1969), pp. 1062-1082.